

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

DANIELA MARIA ALVES

**POR UMA ARQUEOLOGIA DA INFÂNCIA: BRINCADEIRAS, JOGOS E
APRENDIZAGENS NAS PRÁTICAS COTIDIANAS DAS CRIANÇAS NOS
SÉCULOS XIX E XX**



SÃO PAULO

2024

DANIELA MARIA ALVES

**POR UMA ARQUEOLOGIA DA INFÂNCIA: BRINCADEIRAS, JOGOS E
APRENDIZAGENS NAS PRÁTICAS COTIDIANAS DAS CRIANÇAS NOS
SÉCULOS XIX E XX**

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia, da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Arqueologia.

Área de Concentração: Arqueologia

Orientador: Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos

SÃO PAULO

2024

Autorizo a reprodução e divulgação integral ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço de Biblioteca e Documentação, MAE/USP,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Alves, Daniela Maria

Por uma arqueologia da infância: brincadeiras, jogos e aprendizagens nas práticas cotidianas das crianças nos séculos XIX e XX. / Daniela Maria Alves; orientador Camilo de Mello Vasconcellos. -- São Paulo, 2024.

390 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) -- Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2024.

1. Crianças. 2. Infâncias. 3. Brincar. 4. Modos de aprendizagem. 5. Análise de coleções arqueológicas dos séculos XIX e XX. I. Vasconcellos, Camilo de Mello, orient. II. Título.

Bibliotecária responsável:
Monica da Silva Amaral - CRB-8/7681

Nome: ALVES, Daniela Maria.

Título: Por uma arqueologia da infância: brincadeiras, jogos e aprendizagens nas práticas cotidianas das crianças nos séculos XIX e XX, 2024, 390f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Arqueologia. Área de concentração: Arqueologia.

Aprovada em 21 de fevereiro de 2024.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos (MAE/USP, Orientador).

Prof. Dra. Lilian Panachuk de Sá (UFMG).

Prof. Dr. Bruno Sanches Ranzani da Silva (UFS).

Dra. Paula Nishida Barbosa (Centro de Arqueologia de São Paulo – DPH/SMC/PMSP).

Prof. Dra. Fabíola Andréa Silva (MAE/USP).

DEDICATÓRIA

Ao meu pai Antônio, ao professor Marcos Rezende, à professora Ana Claudia Pinto Corrêa (in memoriam) e à professora Regina Celia Menezes, que influenciaram meu processo de aprendizagem em diferentes momentos.

À Clarice e a todas as crianças que aprendem o tempo todo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos por aceitar orientar esta pesquisa, pela atenção e paciência ao longo desses anos. Agradeço também aos professores, às professoras e a toda equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia.

À Capes pela concessão da bolsa, por meio da qual foi possível realizar esta investigação. Como mãe solo, em meio a uma crise pandêmica, o auxílio financeiro possibilitou tranquilidade e, ao mesmo tempo, flexibilidade para cuidar da pesquisa e da minha filha Clarice. Agradeço às bravas mulheres: minha mãe Maria e minha irmã Adriana que tornaram esses tempos mais suaves.

À Dra. Paula Nishida Barbosa e ao Prof. Dr. Bruno Sanches Ranzani da Silva por participarem da minha banca de qualificação e por apontarem caminhos para a condução desta pesquisa.

À Dra. Paula Nishida Barbosa e à Camila Gregório pela disponibilidade e pela troca de ideias, e a toda equipe do Centro de Arqueologia de São Paulo.

Ao Samuel Kruchin e equipe pela disponibilidade de acesso ao Memorial de Restauro sobre o Sítio do Capão, às fotografias antigas e recentes do local. Ao Marcelo Cachioni pelas informações sobre a pesquisa histórica e indicação bibliográfica.

Ao Prof. Dr. Sérgio César da Fonseca pelo envio dos trabalhos sobre Anália Franco e pela indicação do sítio organizado pelo Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Jr. e disponibilizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC).

À Dra. Fernanda Tocchetto, à Clarice Alves e a toda equipe do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo pela facilitação de acesso às coleções arqueológicas e demais documentos, pelo acolhimento e atenção comigo e com minha filha.

À Dra. Jandira Dias e ao Dr. Ondemar Dias pela oportunidade de conhecer o acervo do Instituto de Arqueologia Brasileira e à equipe pelo apoio e atenção comigo e com minha filha. À Linda e ao Alessandro pelo auxílio com as fotografias.

À Profa. Dra. Adriana Alves pelo suporte com a escrita deste texto.

À Kaori Shibutani pelo trabalho realizado nos desenhos aqui apresentados.

À Bruna Rocha pela revisão e formatação deste texto.

À Clarice pelas lindas ilustrações (feitos após muitas negociações) sobre alguns dos artefatos arqueológicos aqui apresentados e pelo desenho apresentado na capa.

EPÍGRAFE

As crianças nascem apaixonadamente ansiosas por compreender tanto o quanto puderem coisas ao seu redor. O processo pelo qual as crianças transformam experiência em conhecimento é exatamente igual, ponto a ponto, ao processo pelo qual aqueles que chamamos cientistas produzem o conhecimento científico. As crianças observam, imaginam, especulam e fazem perguntas a si mesmas. Conjeturam possíveis respostas, constroem hipóteses e teorias. Depois, testam as teorias formulando questões, fazendo observações posteriores, fazendo novos experimentos e lendo coisas novas sobre o que julgavam já saber. Então, modificam as teorias conforme a necessidade ou as rejeitam. E o processo continua. Isso é o que, na vida “adulta”, chama-se Método Científico, com M e C maiúsculos. E é precisamente isso que esses pequeninos seres começam a fazer tão logo nascem (HOLT, 2006, p. 114).

RESUMO

ALVES, Daniela Maria. Por uma arqueologia da infância: brincadeiras, jogos e aprendizagens nas práticas cotidianas das crianças nos séculos XIX e XX. 2024. 390f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Esta pesquisa respaldou-se em três pilares: cultura material associada às crianças proveniente de cinco coleções arqueológicas; documentos escritos e documentos iconográficos relativos às espacialidades e temporalidades do material arqueológico. Essas coleções referiram-se aos sítios Antigo Convento do Carmo, localizado no Rio de Janeiro, Praça das Artes, em São Paulo, Solar da Travessa Paraíso, em Porto Alegre, Praça Brigadeiro Sampaio, em Porto Alegre, e Sítio do Capão, em São Paulo, atravessando os séculos XIX e XX. Os objetivos centraram-se em caracterizar a cultura material associada às crianças; identificar as atividades das crianças; inferir sobre os grupos de crianças que utilizaram a cultura material; refletir sobre os modos de aprendizagem a partir do brincar e refletir sobre os relacionamentos que influenciaram as aprendizagens das crianças. Estabeleceu uma problemática a partir de duas questões: Como as crianças aprendiam pelo brincar? Como os relacionamentos influenciaram as aprendizagens das crianças? Além da concepção de aprendizagem definida ante a teoria da participação periférica legitimada, conceitos como criança, infância, cultura material associada às crianças, brinquedo e brincar respaldaram este trabalho. As análises geraram inferências sobre as diversas atividades das crianças, com ênfase nos brinquedos. Concluiu-se que as crianças aprendiam por meio das brincadeiras de imaginação e dos jogos de regras. Outros modos de aprendizagem, como a negociação e a cooperação, puderam ser inferidos a partir de memórias literárias, e que também evidenciaram perspectivas pessoais sobre as experiências infantis. Os relacionamentos mais próximos foram determinados como variáveis que influenciaram diretamente as aprendizagens das crianças. Considerou-se que as relações estabelecidas com os adultos e com os pares ora suportaram ora restringiram as aprendizagens infantis.

Palavras-chave: Crianças. Infâncias. Brincar. Modos de aprendizagem. Análise de coleções arqueológicas dos séculos XIX e XX.

ABSTRACT

ALVES, Daniela Maria. Towards an archaeology of childhood: play, games and learning in everyday life of children in the 19th and 20th centuries.

This research was supported by three pillars: material culture associated with children from five archaeological collections; written and iconographic documents related to the spatial and temporal aspects of the archaeological material. These collections referred to the sites of the Antigo Convento do Carmo, located in the city of Rio de Janeiro, Praça das Artes, in the city of São Paulo, Solar da Travessa Paraíso, in the city of Porto Alegre, Praça Brigadeiro Sampaio, in the city of Porto Alegre, and Sítio do Capão, in the city of São Paulo, spanning the 19th and 20th centuries. The objectives focused on characterizing the material culture associated with children; identifying children's activities; inferring the groups of children who used the material culture; reflecting on modes of learning through play; and considering the relationships that influenced children's learning. The study posed two main questions: How did children learn through play? How did relationships influence children's learning? In addition to the concept of learning defined in the theory of legitimate peripheral participation, concepts such as child, childhood, material culture associated with children, toy, and play supported this work. The analyses led to inferences about the various activities of children, with an emphasis on toys. The conclusion was that children learned through imaginative play and rule-based games. Other modes of learning, such as negotiation and cooperation, could be inferred from literary memories, which also revealed personal perspectives on childhood experiences. Closer relationships were determined as variables that directly influenced children's learning, and also, these relationships established with adults and peers either supported or restricted children's learning.

Keywords: Children. Childhood. Play. Learning modes. Analysis of archaeological collections from the 19th and 20th centuries.

FIGURAS

FIGURA 1: Representação de jogo de chá para bonecas em madeira do Sítio Antigo Convento do Carmo.....	58
FIGURA 2: Seis peças circulares, fragmentadas. Peça circular, fragmentada, com as faces planas e perfuração vazada na porção central.	62
FIGURA 3: Quatro peças circulares, inteiras.	62
FIGURA 4: Duas peças circulares inteiras, com faces planas e um furo vazado na porção central.	62
FIGURA 5: Peça circular fragmentada e bastante fina. Peça circular inteira, com as faces planas (sem perfuração).....	63
FIGURA 6: Peça circular, inteira, com faces planas e lados arredondados. Apresenta uma perfuração central larga. Há seis pequenos furos vazados na lateral da peça.	63
FIGURA 7: Peça cilíndrica com uma das pontas afunilada. Três peças cilíndricas pequenas.	64
FIGURA 8: Peça retangular, fragmentada com faces planas e lados planos e uma concavidade na porção central de uma das faces. Peça retangular, fragmentada, com faces planas e perfuração vazada em um dos lados da peça e lado oposto com pequena haste arredondada. Peça retangular de faces planas, com concavidade na porção central.	64
FIGURA 9: Peças em madeira para montar, ambas com furo para encaixe.	65
FIGURA 10: Peça para jogo de damas em madeira com furo vazado na porção central. Peça circular em madeira.	65
FIGURA 11: Peça circular em louça. Peça circular em cerâmica.	66
FIGURA 12: Peça cônica em madeira. Pino em madeira.	66
FIGURA 13: Dados em marfim.	66
FIGURA 14: Quatro pratinhos inteiros. Um pratinho fragmentado.	67
FIGURA 15: Tigelinha com decoração pintada em seu interior. Tigelinha com decoração pintada e incisa.	68
FIGURA 16: Potinho com decoração pintada e incisa (aberto). Potinhos com decorações incisas e pintadas (fechados).	68
FIGURA 17: Tampinha com decoração pintada. Suporte com decoração pintada.	69
FIGURA 18: Galinha em metal. Um animal aquático em porcelana branca.	69
FIGURA 19: Dois animais aquáticos em metal de coloração azul-esverdeada.	70
FIGURA 20: Soldadinhos de chumbo.	70
FIGURA 21: Bolinha em cerâmica com furo. Bolinha de madeira. Bolinha em cerâmica.	71
FIGURA 22: Pião com porção afunilada fragmentada. Pião partido ao meio. Pião inteiro, com dois traços decorativos incisos.	71
FIGURA 23: Vestimenta em algodão para boneca. Vestimenta em seda para boneca.	72
FIGURA 24: Apito em marfim.	72
FIGURA 25: Dedais.	73
FIGURA 26: Lápis.	73

FIGURA 27: Saquinho em algodão contendo vegetais secos no interior.	74
FIGURA 28: Vestimenta em linho para bebê ou criança.	74
FIGURA 30: Quarto onde viveu Dona Maria I, o cômodo melhor preservado do Antigo Convento do Carmo.	80
FIGURA 31: Marcas de inserções de ferro nos portais do quarto de Dona Maria I, no piso 2 do Bloco I. Sugerem serem pinos de ferro usados como suportes de uma grade.	80
FIGURA 32: Cortejo do batismo da princesa real Dona Maria da Glória no Rio de Janeiro.	82
FIGURA 33: Largo do Paço.	83
FIGURA 34: Largo do Paço e rua Direita em 1860.	84
FIGURA 35: Vista atual do Antigo Convento do Carmo (bloco I).	86
FIGURA 36: Retrato de Dona Leopoldina de Habsburgo e seus filhos.	89
FIGURA 37: Modelo de carroça (brinquedo).	94
FIGURA 38: Fragmento de placa de ardósia: superfície quadriculada em uma das faces, outra face com traços em um único sentido.	103
FIGURA 39: Fragmento de placa de ardósia: furo e um traço no sentido da largura, outra face com superfície desgastada.	103
FIGURA 40: Fragmento de placa de ardósia: traços no sentido do comprimento, outra face com traços horizontais e verticais formando uma superfície quadriculada.	104
FIGURA 41: Fragmento de placa de ardósia: uma das faces com traços no sentido vertical e horizontal, formando uma superfície quadriculada.	104
FIGURA 42: Fragmento de placa de ardósia: uma das faces com traços verticais e horizontais formando uma superfície quadriculada, outra face com um único traço no sentido da largura.	104
FIGURA 43: Fragmento de placa de ardósia: uma das faces com traços no sentido do comprimento.	105
FIGURA 44: Lápis de ardósia fragmentados.	105
FIGURA 45: Braço/mão em porcelana branca vidrada com parte protuberante circular para encaixe do braço ao torso. Mão em porcelana branca vidrada.	106
FIGURA 46: Mão/braço em porcelana branca vidrada. Fragmento em porcelana branca vidrada. Pé em porcelana branca vidrada.	106
FIGURA 47: Braço em porcelana branca opaca. Perna/pé em porcelana branca opaca. Furo vazado na porção central do topo da perna para encaixe e articulação com o torso.	106
FIGURA 48: Mão em porcelana branca opaca, oca. Torso em porcelana branca opaca, interior preenchido.	107
FIGURA 49: Torso em cerâmica terracota. Cabeça fragmentada, com decoração incisa representando o cabelo.	107
FIGURA 50: Cabeça em cerâmica terracota. Apresenta o contorno do nariz e dos olhos, um arco decorado na cabeça e dois furos não vazados representando as orelhas. Exibe decoração incisa representando o cabelo e um pequeno furo na porção central da cabeça.	107
FIGURA 51: Soldadinho de chumbo.	108

FIGURA 52: Peça para jogo de dominó.....	108
FIGURA 53: Aquarela de Jean Baptiste Debret, retratando a ladeira do Acú no ano de 1822, futura avenida São João (direita). Rua São João, no ano de 1890 (esquerda).....	109
FIGURA 54: Reconstituição aproximada da Quadra 27 e do entorno sobre arruamento atual.	114
FIGURA 55: Imagem recente do Complexo Praça das Artes.	114
FIGURA 56: Desenho a bico de pena representando a casa do comendador Luís Antônio de Souza Barros, na rua São João, construída em fins do século XVIII. Pertenceu inicialmente a Francisco Ignácio de Souza Queiroz, tio do comendador.....	116
FIGURA 57: Buracos de lixo identificados durante as escavações nos fundos do solar.	125
FIGURA 58: Lápís de ardósia fragmentados.	126
FIGURA 59: Lápís fragmentados.....	126
FIGURA 60: Pequenos fragmentos de placas de ardósia, apresentando furos e superfícies desgastadas.	127
FIGURA 61: Fragmentos de placas de ardósia, apresentando traços no sentido da largura.	127
FIGURA 62: Bolinhas em vidro. Bolinha lítica.	128
FIGURA 63: Soldadinho e cavalo de chumbo.	128
FIGURA 64: Cabeça de boneca em porcelana branca, com marcas de tinta preta na porção do cabelo.....	129
FIGURA 65: Imagem atual do Solar da Travessa Paraíso.	133
FIGURA 66: Bolinhas em vidro fragmentadas. Bolinhas de gude inteiras em vidro e bolinha em porcelana branca com traços coloridos.....	140
FIGURA 67: Dois torsos de bonecas/bonecos em porcelana e um torso em porcelana.	141
FIGURA 68: Cabeças de bonecas/bonecos em porcelana.....	141
FIGURA 69: Braço, perna e cabeça/torso unidos. Todos com furos vazados para encaixe e articulação com outras partes.	141
FIGURA 70: Soldadinhos de chumbo.....	142
FIGURA 71: Peça circular em louça, rocha em formato de dado e peça plástica com a letra V.	142
FIGURA 72: Cachorro em porcelana branca.	143
FIGURA 73: Xícara, fragmento da xícara e pires.	143
FIGURA 74: Escovas de dentes infantis.	144
FIGURA 75: Chupetas.	144
FIGURA 76: Enfeite em plástico.	145
FIGURA 77: Praça da Harmonia vista a partir da rua General Portinho, junto à rua dos Andradas em direção ao Guaíba, final do século XIX.	147
FIGURA 78: Obras do cais nos terrenos da antiga Praça da Harmonia, 1924.....	149
Figura 79: Crianças brincando em tanque de areia. Crianças fazendo atividade com bola.	153
FIGURA 80: Crianças brincando, provavelmente sob a supervisão da professora ou recreacionista.	153

FIGURA 81: Pesquisadores no galpão (quarto das crianças) do casarão realizando coleta do material arqueológico após a retirada do piso de madeira.....	159
FIGURA 82: Bolinhas de gude em vidro. Bolinha de plástico.	160
FIGURA 83: Bolinha lítica. Bolinha de cerâmica.....	160
FIGURA 84: Dado em plástico fragmentado. Peça para dominó em plástico.	161
FIGURA 85: Peça para jogo de loto em plástico. Rocha com faces planas e laterais polidas.	161
FIGURA 86: Peças em cerâmica, A primeira foi identificada em profundidade, a segunda em superfície.....	162
FIGURA 87: Ave, peixe e coelho, identificados em superfície.	162
FIGURA 88: Cabo de espada em plástico. Arma de brinquedo em metal.	163
FIGURA 89: Estilingue em madeira e peça em couro.	163
FIGURA 90: Piões em madeira.....	164
FIGURA 91: Cabeça de boneco/boneca em fibra de vidro. Cabeça de boneco/boneca em plástico.....	164
FIGURA 92: Xícaras em plástico.....	165
FIGURA 93: Mecanismo para caixinha de música em metal. Instrumento de sopro em plástico.....	165
FIGURA 94: Bola de borracha, fragmentada.	166
FIGURA 95: Bilboquê em madeira.....	166
FIGURA 96: Roda de carrinho.....	167
FIGURA 97: Chinelo em borracha.....	167
FIGURA 98: Altar possivelmente construído durante a permanência do padre Diogo Antônio Feijó no Sítio do Capão.	169
FIGURA 99: Área do Sítio do Capão.....	171
Figura 100: Vista aérea recente do Sítio do Capão.	175
FIGURA 101: Entrada principal do Sítio do Capão antes das obras de restauro.	176
FIGURA 102: Entrada principal do Sítio do Capão após o restauro.....	176
FIGURA 103: Imagens das edificações do Sítio do Capão após restauro.	177
FIGURA 104: Quarto das crianças no início do século XX (direita). Quarto das crianças após as obras de restauro (esquerda).	177
FIGURA 105: Meninas na Colônia Regeneradora Dom Romualdo de Seixas.....	179
FIGURA 106: Meninos na Colônia Regeneradora Dom Romualdo de Seixas.....	179
FIGURA 107: Meninas e meninos em filas na Colônia Regeneradora Dom Romualdo de Seixas.....	180
FIGURA 108: Crianças no açude próximo ao Sítio do Capão, possivelmente usado para lavagem de roupas, banhos e brincadeiras, no início do século XX.	180
FIGURA 109: Francisco Antônio Bastos, diretor da Colônia Regeneradora Dom Romualdo de Seixas, e as meninas do Grupo Dramático-Musical.	181

MAPAS E PLANTAS

MAPA 1: Centro Histórico do Rio de Janeiro.....	59
MAPA 2: Localização e disposição dos blocos do Antigo Convento do Carmo.	60
MAPA 3: Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro levantada por ordem de sua Alteza o Príncipe Regente Nosso Senhor, no anno de 1808.	77
MAPA 4: Localização do Sítio Praça das Artes.....	99
MAPA 5: Localização das áreas com maior densidade de material arqueológico do Sítio Praça das Artes.	101
MAPA 6: Mappa da Capital da Província de São Paulo. Seus Edifícios públicos, Hotéis, Linhas férreas, Igrejas Bonds Passeios, etc.	112
MAPA 7: Localização do Solar da Travessa Paraíso em vermelho.	123
MAPA 8: Plantas dos pavimentos térreo e superior.....	132
MAPA 9: Localização da Praça Brigadeiro Sampaio em vermelho.....	137
MAPA 10: Planta parcial da Praça Brigadeiro Sampaio com áreas escavadas em cinza e estruturas em vermelho. Em T2, foi identificada uma das quinas do antigo cais.	138
MAPA 11: Localização do Sítio do Capão e área envoltória.....	157

TABELAS

TABELA 1: Síntese – Constituição da pesquisa.	8
TABELA 2: Síntese das coleções arqueológicas analisadas.	52
TABELA 3: Cultura material, atividade situada e estrutura social.	55
TABELA 4: Descrição das edificações impactadas na área de implantação do empreendimento Praça das Artes.	101

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – REFERENCIAIS TEÓRICOS.....	13
1.1 REFERENCIAIS TEÓRICOS E CONCEITOS NORTEADORES	13
1.2 APRENDIZAGEM POR MEIO DO BRINCAR	18
CAPÍTULO 2 - AS CRIANÇAS E AS INFÂNCIAS SOB A PERSPECTIVA ARQUEOLÓGICA NO CENÁRIO INTERNACIONAL.....	21
2.1 ARQUEOLOGIA DA INFÂNCIA: A CONSOLIDAÇÃO COMO CAMPO DE PESQUISA.....	21
2.2 O PASSADO REMOTO	24
2.3 O PERÍODO HISTÓRICO E O PASSADO RECENTE	28
2.4 A ABORDAGEM ETNOGRÁFICA E ETNOARQUEOLÓGICA	32
2.5 CONCLUSÃO.....	35
CAPÍTULO 3 - AS CRIANÇAS E AS INFÂNCIAS SOB A PERSPECTIVA ARQUEOLÓGICA NO CENÁRIO BRASILEIRO	39
3.1 CONCLUSÃO.....	45
CAPÍTULO 4 – MÉTODOS DA PESQUISA.....	47
4.1 PROCEDIMENTOS INICIAIS	47
4.2 COLETA DE DADOS	48
4.3 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	52
4.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	53
4.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	56
CAPÍTULO 5 – COLEÇÕES ANALISADAS.....	58
5.1 SÍTIO ANTIGO CONVENTO DO CARMO	59
5.1.1 PESQUISA ARQUEOLÓGICA.....	59
5.1.2 CULTURA MATERIAL ASSOCIADA ÀS CRIANÇAS	61
5.1.3 CONTEXTO HISTÓRICO.....	74
5.1.4 ATIVIDADES SITUADAS NO SÍTIO ANTIGO CONVENTO DO CARMO	86
5.1.4.1 BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS	97
5.2 SÍTIO PRAÇA DAS ARTES.....	99
5.2.1 PESQUISA ARQUEOLÓGICA	99
5.2.2 CULTURA MATERIAL ASSOCIADA ÀS CRIANÇAS	102
5.2.3 CONTEXTO HISTÓRICO.....	109
5.2.4 ATIVIDADES SITUADAS NO SÍTIO PRAÇA DAS ARTES.....	116
5.2.4.1 BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS	119
5.3 SÍTIO SOLAR DA TRAVESSA PARAÍSO	122
5.3.1 PESQUISA ARQUEOLÓGICA	122

5.3.2	CULTURA MATERIAL ASSOCIADA ÀS CRIANÇAS	125
5.3.3	CONTEXTO HISTÓRICO	129
5.3.4	ATIVIDADES SITUADAS NO SÍTIO SOLAR DA TRAVESSA PARAÍSO.....	133
5.3.4.1	BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS	135
5.4	SÍTIO PRAÇA BRIGADEIRO SAMPAIO.....	137
5.4.1	PESQUISA ARQUEOLÓGICA	137
5.4.2	CULTURA MATERIAL ASSOCIADA ÀS CRIANÇAS	139
5.4.3	CONTEXTO HISTÓRICO	145
5.4.4	ATIVIDADES SITUADAS NO SÍTIO PRAÇA BRIGADEIRO SAMPAIO.....	150
5.4.4.1	BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS	154
5.5	SÍTIO DO CAPÃO	157
5.5.1	PESQUISA ARQUEOLÓGICA	157
5.5.2	CULTURA MATERIAL ASSOCIADA ÀS CRIANÇAS	159
5.5.3	CONTEXTO HISTÓRICO.....	168
5.5.4	ATIVIDADES SITUADAS NO SÍTIO DO CAPÃO	177
5.5.4.1	BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS	183
CAPÍTULO 6 - BRINCADEIRAS, JOGOS E APRENDIZAGENS NAS PRÁTICAS COTIDIANAS DAS CRIANÇAS		185
CONSIDERAÇÕES FINAIS		202
REFERÊNCIAS		207
APÊNDICE A – FICHA DE ANÁLISE – SÍTIO ARQUEOLÓGICO ANTIGO CONVENTO DO CARMO.....		235
APÊNDICE B - FICHA DE ANÁLISE – SÍTIO ARQUEOLÓGICO PRAÇA DAS ARTES.....		270
APÊNDICE C – FICHA DE ANÁLISE – SÍTIO ARQUEOLÓGICO SOLAR DA TRAVESSA PARAÍSO		294
APÊNDICE D - FICHA DE ANÁLISE – SÍTIO ARQUEOLÓGICO PRAÇA BRIGADEIRO SAMPAIO		311
APÊNDICE E - FICHA DE ANÁLISE – SÍTIO DO CAPÃO.....		353
ANEXO 1- DIÁRIO OFICIAL – CONVÊNIO MAE/USP - IAB.....		373

INTRODUÇÃO

Não é difícil concordar que crianças e infâncias constituíram-se como temáticas relevantes em diversos campos científicos. Ser criança, em termos biológicos é uma das poucas experiências compartilhadas por toda humanidade e, portanto, central para o entendimento da condição humana (DOMMASNES, 2008).

As investigações sistemáticas têm colaborado sobretudo para o fortalecimento e difusão das noções de criança e de infância como construção social e histórica, especialmente a partir dos idos de 1920, ante estudos etnográficos. Para Cohn (2005), desde os momentos iniciais, esses estudos objetivaram a compreensão das crianças sob o olhar das próprias crianças.

Uma das pioneiras, Mead (1928) iniciou uma série de pesquisas na ilha de Tau, na Samoa Americana, enfatizando a infância e a adolescência como fenômenos sociais. Estudou os comportamentos dessas crianças, particularmente das meninas, comparando-os com os comportamentos das crianças norte-americanas. Mead destacou que as crianças samoanas não aprendiam determinado trabalho/ofício por meio da brincadeira. Não se permitia um longo período sem grandes responsabilidades (comparando à sociedade americana da época), porém isto não significava que elas não tivessem tempo para brincar. A partir dos quatro ou cinco anos as crianças realizavam tarefas que compunham a estrutura do grupo. Dar as crianças atividades que poderiam cumprir resultaria em diferentes atitudes perante o trabalho. O trabalho consistiria em atividades necessárias na dinâmica da vida social, como plantar, colher, preparar a comida, pescar, construir a casa, fazer tapetes, cuidar das crianças menores. Seria permanente na vida de todas as pessoas, enquanto a brincadeira implicaria em atividades realizadas quando não se trabalha. Brincar incluiria dançar, cantar, jogar, tecer colares de flores, flertar, replicar (dar uma resposta pronta), e todas as formas de atividades sexuais. A ideia do trabalho como algo ruim ou a ideia de trabalho como atividade somente dos adultos e brincar como atividade das crianças não existia.

Sob a perspectiva histórica, a pesquisa conduzida por Ariès (1962) na década de 1960 trouxe contribuições relacionadas à origem da infância, além de salientar a intrínseca relação entre a criança e a família. Demonstrou a ideia de que a infância caracterizada como uma fase distinta da vida, tal qual se concebia na contemporaneidade seria um evento recente nas sociedades ocidentais. Postulou que as crianças, até o fim da Idade Média, participavam de inúmeras atividades conjuntamente com os adultos. Gradualmente, esse tratamento foi se transformando e as crianças foram afastadas de

certas atividades. Novas atitudes no seio familiar foram orientadas para a educação das crianças, particularmente a partir do século XVIII.

Na década de 1970, DeMause (2006) dirigiu um estudo com crianças pequenas, sob a ótica da história e da psicologia, e atestou que as práticas dos adultos em relação às crianças determinariam como essas crianças se comportariam quando adultos.

Pollock (1981) trouxe a visão das próprias crianças sobre suas infâncias ao utilizar diários infantis. Além disso, consultou diários de pais norte-americanos e britânicos, autobiografias e reportagens de jornais, abordando o período desde o século XVI até fins do século XIX. A maioria dos diários foi escrita por pessoas provenientes da classe média e descreviam fatos cotidianos. Por meio dessa documentação avaliou as relações entre pais e filhos e considerou que os pais tinham consciência de que as crianças eram fisicamente imaturas e dependentes dos adultos para proteção e orientação, desde o século XVI. Pollock verificou que no século XIX, descreveu-se sobre viagens de trens, exposições nos museus, livros e brinquedos para as crianças, ressaltando as mudanças sociais. Notou o crescimento na proporção da ambivalência de sentimentos dos pais para com os filhos e observou o aparecimento do sentimento de nostalgia dos pais sobre as próprias infâncias. Os pais mostravam preocupação sobre a educação dos filhos e também com o aspecto financeiro. Em conclusão, a autora alegou que os pais dos séculos estudados tentaram controlar ou ao menos regular o comportamento das crianças. Vários métodos foram empregados para isso, como punição física, privação dos privilégios, conselhos, leituras, fazer as crianças se sentirem envergonhadas. Os métodos variaram de acordo com os pais e não exatamente de acordo com o período tratado, com exceção das primeiras décadas do século XIX. A severidade observada nessa época no tratamento para com as crianças, como castigos e punições foi atípica e pode ter sido uma reação às rápidas mudanças nas sociedades.

Abordagens sobre desenvolvimento infantil e aprendizagem emergiram no campo da psicologia, biologia e pedagogia no início do século XX e estabeleceram a ligação entre desenvolvimento biológico e desenvolvimento cognitivo, como demonstraram os trabalhos de Vigotski (2010), Piaget e Inhelder (2003). Segundo Bomtempo, Hussein e Zamberlan (1986), nesse tempo, acentuavam-se ainda investigações de cunho evolucionista sobre o papel das brincadeiras e jogos na vida das crianças. Julgava-se que os jogos comportariam vestígios de antigos costumes “tribais” que foram úteis à espécie.

No campo da sociologia, as pesquisas com foco nas crianças e nas infâncias despontaram a partir dos anos de 1920 (MONTANDON, 2001). Nesse tempo, estudos no Reino Unido demonstravam preocupações com pobreza, trabalho, saúde e doença na

infância e produziram mudanças no valor atribuído às crianças. Em um curto período de tempo a posição das crianças nas classes das famílias trabalhadoras se transformou completamente. Antes, eram bem-vindas ou mesmo exigidas para contribuir com a renda familiar, depois passaram a ser vistas como membros inativos em suas famílias sob o ponto de vista econômico e também necessitavam ser protegidas do mundo adulto, do trabalho e da vida difícil. A infância passou a ser vista como época da inocência, devendo ser preservada (KEHILY, 2008).

Aqui cabe destacar o estudo de Florestan Fernandes realizado na década de 1940 na cidade de São Paulo. Fernandes (2004) observou dezesseis “trocinhas” (grupos de meninas, meninos ou mistos que se organizavam para brincar) no bairro do Bom Retiro. Para iniciar uma “trocinha” bastava apenas o desejo de brincar das crianças da vizinhança. Por conseguinte, apontou que a permanência das famílias nos bairros suportaria ou restringiria a continuidade dessas atividades. Algumas vezes, as “trocinhas” não resistiam à saída de uma líder ou um líder. Assim, as crianças se organizavam exclusivamente para brincar, entretanto, no transcorrer das práticas diárias, emergiam laços de amizade recíproca e de consciência de pertencimento a um grupo. À medida que os vínculos se estreitavam, as atividades poderiam tomar direções diferentes. As meninas começariam com a brincadeira do “bom dia, meu senhorio”, dentre outras, depois avançariam para brincar de “casinha”, “comidinha”, “papai e mamãe”. Na maioria das vezes deixavam as ruas para brincar de “casinha” umas nas casas das outras. Os grupos das meninas se caracterizariam pelas brincadeiras sedentárias e pouco violentas, geralmente os grupos não tinham nome e a líder atuava para animar as brincadeiras. Os meninos começavam com um jogo de “bate-bola” e logo formavam um “timinho”, que quase sempre tinha duração efêmera, devido as desistências dos membros. Quando um time conseguia prolongar-se, todos cuidavam para marcar presença perante os grupos dos bairros vizinhos, surgindo muitas vezes rivalidades entre os times. Nesses grupos de futebol, as atividades das crianças seriam variadas e tenderiam a aumentar. O tesoureiro, por exemplo ficaria responsável por guardar o dinheiro ofertado pelos membros, mas aqueles que não podiam arcar com a mensalidade, estariam dispensados da tarefa. Estabeleciam inclusive castigos para os transgressores que desafiassem as regras.

Fernandes (2004) observou ainda que nos grupos infantis participavam meninas e meninos, porém, com o início da puberdade os grupos tornavam-se segregacionistas, meninas de um lado e meninos de outro. Os grupos eram em sua maioria formados por crianças das classes trabalhadoras, mais pobres e/ou de classe média. Geralmente, quando um menino rico queria participar de uma “trocinha” entre as crianças pobres e de classe

média teria que ser aceito pelos demais e deveria se mostrar valioso para o grupo. As dificuldades também ocorriam se um menino mais pobre quisesse participar de um grupo entre os meninos mais ricos. Da mesma forma acontecia nos grupos de meninas. Ao descrever sobre as brincadeiras propriamente ditas, o autor destacou as brincadeiras de rodas e as cênicas. Estas últimas foram comparadas ao teatro popular, por se organizarem de modo complexo, envolvendo muitas pessoas. Por fim, Fernandes definiu que a cultura infantil seria a cultura construída de elementos apropriados pelas crianças, caracterizados pela dimensão lúdica. Quando as indagava com quem tinham aprendido determinada brincadeira, a resposta era imediata “aprendi na rua”. Isso significava dizer que tinham aprendido em seus grupos de pares. Muitos elementos apropriados pelas crianças seriam procedentes da cultura dos adultos, contudo, as crianças também criaram cultura própria, que se consolidou ao longo do tempo, tornando-se parte do folclore.

Similarmente, Ariès (1962) sugeriu que quando da convivência mais intensa entre crianças e adultos em diversas atividades, muitas delas teriam sido abandonadas pelos adultos, particularmente a partir do século XVIII. Assim, objetos e práticas antes compartilhados nas festividades e cultos religiosos, por exemplo, paulatinamente transformaram-se em brinquedos e brincadeiras usufruídas apenas pelas crianças.

Na década de 1990, as investigações sobre os tópicos ampliaram-se substancialmente. Nas pesquisas brasileiras no campo da História, o livro organizado por Del Priore (2018), “História das crianças no Brasil”, apresentou estudos desde o período quinhentista até a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, no ano de 1990. O livro de Marcílio (2006), “História social da criança abandonada”, tornou-se fundamental para o entendimento de como a sociedade brasileira cuidou de suas crianças órfãs e em situação de abandono desde os tempos coloniais. Ademais, colaborou para colocar em primeiro plano um histórico das desigualdades sociais no Brasil. A Roda dos Enjeitados aceita por diversas sociedades ocidentais, instaurada no país no século XVIII, permaneceu na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo até o ano de 1950.

Segundo Kehily (2008), pesquisas recentes no sentido de desconstruir as noções ocidentais de infância, tentando substituir o discurso universalista pelo discurso dos direitos das crianças, tornaram-se mais abundantes em todas as áreas das ciências humanas. Esses direitos estabeleceriam princípios considerados fundamentais para a proteção e para a promoção do bem-estar infantil. Abramowicz e Rodrigues (2014) frisaram ainda a visão das crianças como investimento social e capital do futuro.

Crianças e infâncias na arqueologia ganharam visibilidade em fins da década de 1980, consolidando-se nos anos 2000. Conjuntamente às pesquisas efetuadas em outras

áreas científicas, têm contribuído para caracterização dos temas como construções sociais e históricas, implicando, portanto, a existência de múltiplas crianças e múltiplas infâncias no passado e no presente. Gênero, etnia e classe social foram incluídos como variáveis que estruturaram as sociedades, sendo a representação cultural desses temas expressas também de maneiras distintas.

A partir de tais premissas, a pesquisa em tela orientou-se sob três eixos: cultura material associada às crianças identificada no registro arqueológico, documentos escritos e documentos iconográficos selecionados de acordo com a temporalidade e espacialidade da cultura material. Distinguiram-se cinco coleções que apresentaram quantidade expressiva de objetos relativos às crianças, salvaguardadas em três instituições. Quais sejam:

- No Instituto de Arqueologia (IAB), localizado em Belford Roxo/RJ identificou-se uma coleção referente ao Sítio Antigo Convento do Carmo, atinente ao período entre 1808 a 1889;
- No Centro de Arqueologia de São Paulo (CASP), situado na cidade de São Paulo/SP identificaram-se duas coleções. A primeira, referente ao Sítio Praça das Artes, contemplou cultura material atinente ao século XIX até as primeiras décadas do século XX, enquanto a segunda referiu-se ao Sítio do Capão, abarcando o período de 1911 a 1997;
- No Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, situado na cidade de Porto Alegre identificaram-se duas coleções. A primeira, referente ao Sítio Solar da Travessa Paraíso, contemplou cultura material do período entre 1809 até as primeiras décadas do século XX, enquanto a segunda, referente ao Sítio Praça Brigadeiro Sampaio, englobou cultura material relacionada às primeiras décadas do século XX.

As questões direcionadoras mudaram no transcorrer da pesquisa. Primeiramente, pensou-se em trabalhar a partir do conceito de agência, que em linhas gerais busca compreender as crianças como seres ativos, que assumem diferentes papéis em suas comunidades. Revendo a literatura sobre crianças e infâncias na arqueologia e em outras áreas das ciências humanas atentou-se para conceitos predominantes, como a socialização, que logo passou a ser contestada pelos pesquisadores. Com raízes na obra de Durkheim, o termo concebia a ideia de crianças passivas, à espera dos adultos que lhes mostrassem o mundo e lhes ensinassem saberes e práticas úteis para o futuro. A concepção de agência, contudo, permanece em detate e como alertaram alguns

pesquisadores, sob essa ótica, apenas altera-se o cerne de estudo, tirando-o da sociedade e trazendo-o para o indivíduo.

Ao verificar a coleção de um dos sítios (Sítio do Capão), que abrigou uma instituição para crianças órfãs ao longo do século XX, notou-se uma série de brinquedos somados a restos de calçados. Observando-se os brinquedos mais recentes nessa coleção (atinentes à década de 1990) atentou-se para a possibilidade de terem sido utilizados pelos professores como recurso pedagógico. Uma brincadeira aqui, um jogo ali, muitos conteúdos poderiam ser ensinados de maneira descontraída. Como consequência, a ideia de utilizar o conceito de ensino-aprendizagem tornou-se cada vez mais instigante.

Novamente, examinando a literatura, verificou-se que o conceito de ensino-aprendizagem era recorrente, tanto nos estudos internacionais quanto nacionais relacionados às crianças, inclusive na arqueologia. Perante tal abordagem, a aprendizagem ocorreria em locais específicos, por tempo determinado e o foco quase sempre recairia sobre os métodos que os adultos usariam para que as crianças aprendessem. A capacidade de aprender seria vista como característica individual, assim como a capacidade de quem ensina, enquanto as relações seriam descartadas como parte dos processos de aprendizagem. Embora alguns especialistas estivessem interessados em descobrir como as crianças aprendiam desde as primeiras décadas do século XX, o foco das análises na arqueologia esteve na transmissão do conhecimento. Isto implica que as pesquisas estiveram voltadas para o quê se transmitia, o quê se aprendia, o porquê dessa transmissão e/ou o porquê de tal aprendizagem.

Um pensamento seguia constante, o Sítio do Capão não foi somente uma escola, foi um lar onde as crianças viveram a maioria de suas experiências infantis. Refletiu-se que todas as relações ali criadas poderiam ser tomadas como possibilidades para aprendizagens e não apenas as relações estruturadas entre adultos e crianças. Ademais, considerou-se não analisar o quê e o porquê, mas como as crianças teriam aprendido no passado. Assim sendo, julgou-se pertinente adotar o conceito de aprendizagem situada, sob o título de participação periférica legitimada, dos autores Lave e Wenger (1991) e Lave (2019). Perante essa abordagem, a aprendizagem seria caracterizada como práticas diárias desenvolvidas de acordo com as relações ocorridas em determinadas conjunturas temporais e espaciais.

Depois do exame de qualificação, os membros da banca sugeriram determinar um tema da aprendizagem. Tendo em vista que inúmeras investigações têm apontado a relevância do brincar na vida das crianças desde fins do século XIX, coloca-se a questão da seguinte forma: Como as crianças aprendiam pelo brincar?

Nesse sentido, verificou-se a necessidade de aprofundar os estudos sobre o brincar. Considerando que a abordagem de Lave e Wenger destacou a aprendizagem como atividade situada, ponderou-se que o brincar também poderia ser analisado a partir dessa abordagem. Os trabalhos de Evaldsson e Corsaro (1998) e Vigotski (2010) foram utilizados como referenciais de apoio, sendo este último utilizado também para classificar as brincadeiras das crianças. Empregou-se documentação escrita e iconográfica a fim de contextualizar e classificar as atividades das crianças. Para complementar, examinou-se algumas investigações etnográficas recentes sobre o envolvimento das crianças no brincar.

Da mesma forma, necessitou-se repensar a segunda questão que havia sido sugerida durante o exame de qualificação. Conjugando-se os estudos de caso aos referenciais teóricos adotados, refletiu-se que o círculo mais próximo no qual as crianças se inseriram seria o que as influenciaria diretamente. Assim sendo, sugere-se: Como os relacionamentos influenciaram as aprendizagens das crianças?

Essas relações envolveram aspectos de cuidados com as necessidades básicas humanas, tais como higiene do corpo, dos dentes, alimentação, necessidades afetivas, educacionais e de lazer. Com o objetivo de verificar essas relações levantou-se documentação escrita e iconográfica, observadas de acordo com a temporalidade e a espacialidade da cultura material. O levantamento dessas fontes ocorreu em lugares distintos, em sítios na internet ou por meio físico, em contato com pessoas possuidoras dessas documentações.

As múltiplas relações estabelecidas pelas crianças com seus pares e com os adultos em suas comunidades de prática foram separadas em três grupos, abrangendo três momentos históricos:

- O ambiente doméstico, perpassando o século XIX, relativo aos sítios Antigo Convento do Carmo (Rio de Janeiro), Praça das Artes (São Paulo) e Solar da Travessa Paraíso (Porto Alegre);
- As praças públicas, compreendendo as primeiras décadas do século XX, relativo ao sítio Praça Brigadeiro Sampaio (Porto Alegre);
- O ambiente institucional, abarcando o século XX, relativo ao Sítio do Capão (São Paulo).

Nesta tese, estabelece-se como objetivo geral:

- Compreender como os brinquedos (objetos) e o brincar (atividades situadas) auxiliaram as crianças na construção das aprendizagens em suas atividades

rotineiras e como os relacionamentos mais próximos teriam influenciado suas aprendizagens. Importa destacar que brinquedos e brincar foram pensados como elementos do universo infantil que integrados às relações das crianças nas comunidades de prática, mediaram processos de aprendizagem, situados em tempos e espaços próprios.

Estabelece-se os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar a cultura material associada às crianças proveniente de cinco coleções arqueológicas, situadas em diferentes localidades, no espaço temporal entre os séculos XIX e XX, por meio de análise descritiva dos artefatos;
- Identificar as atividades nas quais as crianças se engajaram a partir da análise da cultura material conjugada à análise da documentação escrita e iconográfica;
- Inferir sobre quais grupos de crianças utilizaram a cultura material, por meio da análise da documentação escrita e iconográfica;
- Refletir sobre as possibilidades de aprendizagens das crianças por meio do brincar, com auxílio da documentação escrita, iconográfica e de estudos recentes;
- Refletir acerca dos relacionamentos mais próximos às crianças, bem como sobre algumas ideias que atravessavam as sociedades nos oitocentos e nos novecentos, com auxílio da documentação escrita, iconográfica e de estudos recentes.

A tabela a seguir exhibe uma síntese da constituição desta pesquisa:

TABELA 1: Síntese – Constituição da pesquisa.

Objetivos específicos	Caracterizar a cultura material associada às crianças proveniente de cinco coleções arqueológicas, situadas em diferentes localidades, no espaço temporal entre os séculos XIX e XX;	Identificar as atividades nas quais as crianças se engajaram;	Inferir sobre quais grupos de crianças utilizaram a cultura material;	Refletir sobre as possibilidades de aprendizagens por meio do brincar;	Refletir acerca dos relacionamentos mais próximos às crianças; sobre ideias que atravessavam as sociedades nos oitocentos e nos novecentos.
Problemática de pesquisa	Como as crianças aprendiam pelo brincar?	Como os relacionamentos influenciaram as aprendizagens das crianças?			

Métodos de coleta de dados	Pesquisar nas instituições de guarda sobre a existência de objetos associados às crianças;	Selecionar as coleções arqueológicas perante àquelas com maiores quantidades de objetos associados às crianças;	Levantar documentação escrita observando-se a espacialidade e temporalidade da cultura material em ambientes virtuais e físicos;	Levantar documentação iconográfica observando-se a espacialidade e temporalidade da cultura material em ambientes virtuais e físicos;	
Métodos de análise dos dados	Descrever e fotografar individualmente a cultura material associada às crianças;	Analisar por meio de leitura exaustiva as fontes escritas, buscando referências sobre as atividades e experiências infantis;	Analisar as fontes iconográficas buscando discriminar personagens infantis e os ambientes nos quais as crianças viveram.		
Referenciais teóricos	Participação Periférica Legitimada (PPL) por Jane Lave e Etienne Wenger (1991); Jane Lave (2019) para análise da aprendizagem;	Evaldsson e Corsaro (1998) para análise do brincar como atividade situada;	Vigotski (2010) para compreensão e classificação do brincar.		

Fonte: Autoria própria.

Esta tese encontra-se dividida em seis capítulos. No primeiro deles aborda-se o referencial teórico central dos autores Lave e Wenger (1991); Lave (2019), que defenderam a aprendizagem como atividade situada, denominando-a participação periférica legitimada. Descreve-se ainda acerca dos trabalhos de Vigotski, Evaldsson e Corsaro que auxiliaram na análise do brincar. Ademais, são tratados conceitos como criança, infância, cultura material associada às crianças, brinquedo e brincar que permearam a pesquisa. Em seguida, encontram-se delineadas as teorias de Vigotski e Piaget, autores que realizaram estudos com crianças, observando desenvolvimento e aprendizagem também a partir do brincar.

No segundo capítulo discute-se como a arqueologia investiga as temáticas crianças e infâncias no cenário internacional. Trata inicialmente da consolidação da arqueologia da infância como campo de pesquisa, perpassando diversos trabalhos em diferentes espaços geográficos e temporais. Inclui ainda alguns dos conceitos recorrentes, como o conceito de socialização. Procura abarcar os estudos mais recentes que conduziram trabalhos a partir do conceito de agência e do conceito de ensino-aprendizagem.

No terceiro capítulo, a discussão centra-se nas pesquisas brasileiras levando-se em conta a perspectiva arqueológica. Os poucos estudos mostram que as crianças e as infâncias não se constituíram plenamente como campo de pesquisa na arqueologia do país. Nos anos de 2018 e 2019 condensaram-se trabalhos eminentes em forma de um dossiê temático na Revista de Arqueologia, publicada pela Sociedade de Arqueologia Brasileira e em forma de livro, organizado pela pesquisadora Tânia Andrade Lima.

O quarto capítulo abrange os métodos e a trajetória desta pesquisa. Inicia-se pela descrição do método na busca por artefatos associados às crianças no Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP), organizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em seguida, descreve-se acerca do método de coleta de dados do material arqueológico, da documentação escrita e iconográfica. Finalmente, encontram-se detalhados os métodos de análise dessas fontes.

No quinto capítulo apresentam-se as coleções analisadas, subdivididas de acordo com os métodos expostos no capítulo anterior. No texto, descreve-se sobre a realização das pesquisas arqueológicas que resultaram nas respectivas coleções. Caracterizam-se os artefatos associados às crianças, apresentando análise e fotografia das peças. Posteriormente, expõe-se as análises sobre as atividades das crianças com o auxílio do trabalho de Evaldsson e Corsaro (1998) e por fim, uma classificação realizada a partir do estudo de Vigotski (2010). Salienta-se que as fichas de análise dos artefatos arqueológicos encontram-se em apêndice.

No sexto e último capítulo procura-se responder às duas questões colocadas como problemáticas desta pesquisa, sob a perspectiva da participação periférica legitimada de Lave e Wenger (1991); Lave (2019). Primeiramente, discute-se como as crianças aprendiam pelo brincar. Apontam-se os modos de aprendizagem tomando como base as análises contidas no capítulo anterior, combinadas às aproximações realizadas com o apoio de pesquisas recentes sobre brincadeiras de imaginação e jogos de regras. Seguidamente, discute-se como os relacionamentos influenciaram as aprendizagens das

crianças. Com o objetivo de situar as discussões, reflete-se sobre algumas ideias que atravessavam a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX.

Em síntese, o material arqueológico foi analisado e fotografado individualmente, sendo as descrições organizadas e apresentadas de acordo com a coleção/sítio arqueológico. Face a essa análise, verificou-se a predominância dos brinquedos. Por isso, considerou-se necessário aprofundar-se sobre o brincar com o auxílio da documentação escrita e iconográfica. Para essa documentação, as análises basearam-se em micro contextos, realizando-se leitura exaustiva da documentação escrita e buscando evidenciar as crianças e/ou os espaços nos quais elas viveram, perante a verificação das imagens identificadas. Essas fontes auxiliaram na composição dos contextos, necessários para responder às questões propostas. A identificação de duas memórias literárias associadas ao Sítio Praça das Artes e ao Sítio do Capão contribuíram para trazer percepções pessoais sobre as experiências infantis. Lave e Wenger (1991) e Lave (2019) foram adotados como referenciais teóricos centrais. Para análise do brincar utilizou-se Evaldsson e Corsaro (1998) e para aprofundamento da compreensão e classificação do brincar, Vigostki (2010). De maneira geral, julga-se que esses autores compartilharam aspectos comuns em seus conceitos ao acentuar a importância das relações sociais e da cultura material nas práticas diárias das crianças.

Por fim, esta pesquisa mostra-se pertinente, buscando ampliar os conhecimentos acerca dos temas crianças e infâncias. Acrescenta-se o desafio de explorar a dimensão da aprendizagem, trazendo-a como aspecto intrínseco ao ser humano e que pode ser construída a partir das práticas cotidianas do brincar. Observa ainda os relacionamentos próximos às crianças, tomados como variáveis que influenciaram suas aprendizagens. Este estudo almeja preencher uma lacuna nas investigações sobre os tópicos na arqueologia brasileira, pois traz à lume estudos sobre coleções arqueológicas de períodos entre os séculos XIX e XX, que têm sido pouco investigados. Como consta no capítulo três, as pesquisas, embora relevantes, são poucas, além de mais raras serem as investigações referentes a temporalidade ora abarcada. Vale acentuar que a procura pela documentação escrita com foco em localidades e períodos específicos permitiu a identificação de memórias literárias que trouxe o olhar de personagens adultos sobre suas próprias experiências infantis. Ressalta as materialidades das crianças, sobretudo dos brinquedos, como objetos constituidores das infâncias nos oitocentos e novecentos, as brincadeiras e jogos partilhados entre pares e entre crianças e adultos, bem como as relações sociais como fundamentais na construção das aprendizagens. Em sentido mais

amplo, esta pesquisa pretende contribuir para avançar sobre o conhecimento produzido nas pesquisas brasileiras acerca dos modos de aprendizagens das crianças no passado.

CAPÍTULO 1 – REFERENCIAIS TEÓRICOS

1.1 REFERENCIAIS TEÓRICOS E CONCEITOS NORTEADORES

O referencial teórico central desta pesquisa fundamentou-se no trabalho de Lave e Wenger (1991) e no decorrente refinamento de Lave (2019). A teoria respaldou-se em estudos de caso com o uso do método etnográfico. Os autores procuraram compreender como se dava a aprendizagem. Essas investigações foram realizadas em locais e períodos diferentes, envolvendo sujeitos adultos na realização de atividades distintas, como confecção de roupas por alfaiates na Libéria, parteiras em Yucatec, México, mestres navais, açougueiros e entre pessoas que buscavam solução para seus problemas com álcool (Alcoólicos Anônimos). A aprendizagem foi caracterizada como atividade situada, recebendo o título de *legitimate peripheral participation* (participação periférica legitimada).

Segundo Lave e Wenger (1991), as pessoas em atividade estariam engajadas em auxiliar uns aos outros, em participar de modos diferentes em um mundo em transformação. A atividade situada envolveria mudanças no conhecimento e na ação, e essas mudanças seriam centrais para o processo de aprendizagem. As teorias cognitivas separariam a aprendizagem entre mente e mundo, enquanto as teorias de atividades situadas não separariam ação, pensamento, sentimento, valores coletivos, interesses e conflitos. Implicaria em um entendimento envolvendo o ser humano em sua totalidade, em uma atividade no mundo e com o mundo, perante a visão de que sujeito, atividade e mundo se constituem mutuamente. Logo, a aprendizagem não seria um tipo particular de atividade e não ocorreria em um ambiente específico e também não haveria um único modo de aprendizagem. A aprendizagem seria inerente à prática social e significaria realizar-se em qualquer lugar, a qualquer momento. Os lugares nos quais as aprendizagens se desenvolveriam foram denominadas comunidades de prática. As comunidades de prática seriam os conjuntos de relações entre pessoas, atividades e ambientes ao longo do tempo. As comunidades de prática poderiam ser a família, a escola, o grupo de crianças que joga o gude na rua, o grupo de crianças que joga futebol, dentre outras.

Lave e Wenger (1991) destacaram que, como um conceito histórico, concreto-cultural, a participação periférica legitimada poderia ser também chamada de perspectiva analítica, pois seria uma maneira de entendimento da aprendizagem. A forma de legitimidade da participação se constituiria como característica definidora do modo de

pertencimento. A ideia de perifericidade sugeriria existirem várias maneiras mais ou menos engajadas e inclusivas de serem localizadas no campo da participação. Poderia se caracterizar como uma noção complexa, implicando estruturas sociais nas quais existiriam relações de poder. A perifericidade significaria a posição de todo principiante em determinada comunidade de prática, na qual uma pessoa se engajou pela primeira vez. Participação estaria sempre baseada em negociação situada e renegociação de significado no mundo. Isso requereria que entendimento e experiência estivessem em constante interação. A noção de participação, portanto, dissolveria a dicotomia entre atividade cerebral e atividade incorporada, entre contemplação e envolvimento, abstração e experiência, pessoas e ações. À medida que as interações se desenvolvessem, a participação se intensificaria e ocorreriam mudanças, e essas mudanças gerariam aprendizado.

Em aporte apresentado posteriormente, Lave (2019) defendeu a aprendizagem como equivalente à prática social, à vida cotidiana. Nesse sentido, vida cotidiana necessitaria ser compreendida como ativa e múltipla. Ao se pensar na aprendizagem como vida cotidiana e vice-versa, seria preciso considerar como as pessoas tomariam parte em diferentes contextos, enfrentariam diferentes demandas em relação aos distintos coparticipantes, em lugares diversos e em uma variedade de organizações de ritmos de vida.

Como afirmaram Gomes, Faria e Bergo (2019) perante essa perspectiva, o indivíduo não seria considerado o foco da observação, mas, sim, as relações desenvolvidas como participação nas práticas sociais. Certificaram que a participação deveria referir-se às pessoas envolvidas nas práticas e, ao mesmo tempo, as práticas constituídas pela participação das pessoas, em um único processo. Segundo Faria (2008), como resultado dessa participação, o indivíduo não obteria um conjunto de conhecimentos factual e o replicaria da mesma forma em outro contexto. Ele adquiriria competências por meio de seu engajamento e, ao longo do desenvolvimento dessas mesmas práticas, poderia se tornar cada vez mais competente ou habilidoso.

Nos dizeres de Silva (2011), essa teoria da aprendizagem se caracterizaria por um tipo especial de ação que ocorreria em duplo sentido, uma prática social associada a uma classe de participação periférica legitimada. As ações geradoras de aprendizagem seriam as atividades cotidianas, pois as pessoas em co-participação obteriam acesso a modos de comportamento não disponíveis de outra maneira e, assim, adquiririam habilidades adequadas a determinadas formas de execução, como, por exemplo, crianças que aprendem uma nova brincadeira. A ideia de perifericidade não implicaria na existência

de uma posição inferior em contraposição a uma posição central, mas que existiriam múltiplas maneiras definidas nas comunidades de prática, nas quais as pessoas poderiam se incluir. Com isso, a aprendizagem não se daria de forma linear e progressiva, cada indivíduo aprenderia em um ritmo.

Para análise do brincar como atividade situada, acrescentou-se o estudo de Evaldsson e Corsaro (1998), que definiram o termo como qualquer atividade produzida em lugares reais, com crianças reais, que frequentemente teriam longas relações interacionais. Essa participação em atividades coletivas rotineiras simbolizaria alguém como parte do grupo.

Vigotski (2010) realizou estudos de referência sobre o papel do brincar no desenvolvimento infantil. Para ele, as situações de brinquedo também se dariam a partir de normas locais, aplicáveis a determinado contexto e atividade. Outro aspecto crucial seria a distinção entre o brincar e outras formas de atividade. Na brincadeira, as crianças sempre criariam situações imaginárias, assim sendo, a imaginação seria uma propriedade definidora da brincadeira. Aliás, a capacidade de imaginar seria a característica que nos tornaria humanos e, portanto, nos diferenciaria dos demais animais. Salientou, contudo, que brincar não estaria somente associado ao prazer, estaria associado também ao descontentamento. Na interação com os brinquedos e com as pessoas, desejos não atendidos e soluções não encontradas poderiam gerar frustração, especialmente para bebês e crianças pequenas. Isso porque as crianças pequenas não planejavam atividades para o futuro. Estariam imersas em seu mundo, buscando compreendê-lo e ansiando pela satisfação de suas necessidades imediatamente. Quando as crianças pequenas queriam algo e não tinham resposta imediata, perante essa tensão, mudariam de comportamento, envolvendo-se em situações imaginárias, desviando a atenção das situações desagradáveis, entrando em um momento de contentamento na imaginação, pois ali seus desejos seriam concretizados.

Vigotski (2010) justificou não haver limites claros entre jogo e brincadeira, pois, em ambas atividades, existiriam regras e imaginação. Os jogos possuiriam regras estabelecidas, nas quais as crianças se engajariam, aprenderiam à medida que as praticavam e/ou observavam os jogadores experientes. Utilizou o jogo de xadrez para explicar que nele ocorreria situação imaginária, pois o cavalo, o rei, a rainha se moveriam de maneiras determinadas; porque comer e proteger peças seriam conceitos do xadrez. Embora não se fizesse a substituição direta das relações da vida real, as próprias normas aplicadas ao jogo criariam situações imaginárias; isto é, a imaginação estaria implícita no jogo. No caso das brincadeiras de imaginação, as regras apresentariam caráter transitório,

se alterariam à medida que aparecessem novos integrantes ou segundo a vontade destes ou segundo a vontade do líder; havendo sempre espaço para improvisação, para criação de novas normas e exclusão de outras. Nas brincadeiras com bonecas e bonecos, por exemplo, as crianças assumiriam comportamentos e atitudes sobre os conhecimentos que teriam sobre a figura materna. Portanto, jogos e brincadeiras seriam dependentes da aceitação de regras em situações particulares, sendo a regra básica e primordial a reciprocidade entre os participantes. Esclareceu ainda que, para as crianças, não importaria o grau de similaridade entre os objetos com os quais se brincaria e os objetos denotados. Essa seria a capacidade denominada pelo autor de função simbólica, que tenderia a avançar de acordo com o crescimento das crianças e o engajamento em diferentes situações de brincar. Nesse sentido, explicou que o envolvimento nos jogos de regras seria uma continuação das brincadeiras de imaginação, e que as crianças mais velhas estariam mais propensas a aderirem a esses tipos de jogos, assim como seriam capazes de criar situações imaginárias mais complexas.

Face aos referenciais teóricos, convém somar os principais conceitos que permearam este trabalho, quais sejam criança, infância, cultura material associada às crianças, brinquedo e brincar.

Rödder (2008) argumentou que as crianças deveriam ser pensadas em suas dimensões biológicas e sociais, como agentes que assumiram diferentes papéis, que estiveram envolvidos em processos históricos, em uma relação de interdependência com suas comunidades. Por isso, avaliou que as idades biológicas nem sempre corresponderiam às idades sociais.

Cumprido apontar que as idades das crianças sobre as quais trata esta pesquisa são abrangentes, percorrendo desde o nascimento até o final da adolescência.

Rödder (2008) abordou a infância como período de crescimento biológico, rápida maturação psicossocial e de intensa aprendizagem. Pontuou a infância como categoria social que apresentaria variabilidade intra e intercultural.

Outrossim, considera-se aqui o caráter estrutural da infância como proposto por Qvortrup. Qvortrup (2010) trouxe a noção de infância como categoria estrutural, conseqüentemente, a infância como um conjunto formador das sociedades. Em termos estruturais, infância não seria uma categoria transitória nem um período, teria permanência. O desenvolvimento histórico da infância não acabaria com a sua categoria e a variabilidade cultural contemporânea testemunharia a favor da sua presença universal. A infância tanto se transformaria de maneira contínua, assim como seria uma categoria estrutural permanente pela qual todas as crianças passariam. Existiria enquanto um espaço

social para receber qualquer criança nascida e para incluí-la por toda a sua infância. Quando essa criança crescesse, tornando-se um adulto, sua infância teria chegado ao fim, mas, enquanto categoria, a infância não desapareceria, seguiria existindo a fim de receber novas gerações de crianças. Devido às transformações sociais ao longo do tempo, a infância assumiria diferentes formas. Nas sociedades ocidentais contemporâneas, dois elementos distinguiriam as infâncias de outras categorias sociais; a primeira seria a institucionalização e a segunda seria o status legal das crianças, que estariam sob a responsabilidade dos adultos. O status legal e a escolarização definiriam a infância estruturalmente, pois estabeleceriam aspectos comuns das infâncias, diferenciando-as do universo dos adultos.

Concernente à cultura material relacionada às crianças, tanto aquela identificada no registro arqueológico como a que se encontra salvaguardada nos museus, tem sido fonte de pesquisa para a arqueologia da infância. Brookshaw (2009) asseverou que, mesmo sendo parte das sociedades adultas nas quais viveram, as crianças poderiam apresentar cultura material própria. Esses objetos, manufaturados, modificados, usados e associados às crianças permitiria aos indivíduos desse grupo serem identificados como parte dele por meio da posse e do uso. Também poderiam revelar aspectos da cultura do grupo. Tais interpretações seriam subjetivas e abertas a diferentes concepções. Seria fundamental atentar-se que as crianças compartilharam o mesmo mundo dos adultos e muitas vezes a mesma cultura material e, para determinados artefatos, a associação com as crianças poderia ter se perdido como resultado das distâncias históricas e culturais. Por isso, Soifer Derevenski (2000) salientou a importância da observação do contexto e do ambiente no qual as crianças viveram para interpretação de suas materialidades.

Munita e Mera (2016) argumentaram que trabalhar com um segmento da população resolveria o problema metodológico a favor da interpretação arqueológica de momentos históricos, possibilitando a separação de conjuntos de materiais discretos. Nessas conjunturas, a principal forma de identificação das crianças seria por meio do registro de artefatos elaborados para elas, mais do que pela identificação de atividades e associações de objetos criados ou reciclados pelas crianças.

Essa leitura tem sido o ponto de partida adotado nos estudos baseados na cultura material de sítios históricos. Segundo Dozier (2016), os artefatos associados às crianças em contextos históricos têm sido marcados pela identificação de brinquedos como bolinhas de gude, bonecas e livros, além de pertences pessoais referentes aos corpos infantis e suas presenças físicas nos espaços, tais como calçados, chupetas, roupas e berços.

A principal categoria de objetos associados às crianças identificados nesses sítios, entretanto, são os brinquedos. Então, como os pesquisadores reconhecem os brinquedos no registro arqueológico? Crawford (2009) apontou que o principal método tem sido por similaridade, observando-se o que se conhece sobre os brinquedos atuais. Em segundo lugar, seriam identificados por analogia, utilizando-se fontes iconográficas, etnográficas ou registros históricos escritos.

Nesta pesquisa, adotou-se como brinquedos os objetos coletados no registro arqueológico que passaram por ao menos três etapas de reconhecimento: primeiramente, pelos arqueólogos, que efetuaram as intervenções arqueológicas, realizaram a coleta e a primeira identificação; em seguida, pelos arqueólogos das instituições de guarda e, por fim, pela própria pesquisadora, que buscou reafirmar ou refutar a rubrica de brinquedo. Tendo a brincadeira e a aprendizagem como atividades situadas, os brinquedos compreenderam a dimensão concreta dessas atividades. Isso significa que fizeram parte de diferentes brincadeiras, em diferentes contextos e que, embora servissem a uma proposta específica, provavelmente foram usados de maneiras diversas. Existem ainda aqueles brinquedos, identificados por meio de analogia, como as peças circulares em louça ou em cerâmica. Essas peças foram verificadas em três coleções e, possivelmente, tratavam-se de cacos de vasilhas que foram polidos para aparar as pontas e, finalmente, ressignificados nas brincadeiras e jogos. Poderiam servir como marcadores no jogo da amarelinha ou como marcadores nos jogos entre crianças e adultos, como bingo, nos jogos de cartas ou no dominó.

1.2 APRENDIZAGEM POR MEIO DO BRINCAR

Sommer e Sommer (2017) argumentaram que as crianças pareceriam inatamente motivadas a brincar, seriam anatomicamente equipadas para manusear objetos, teriam inteligência para reconhecer e dominar seus usos e pareceriam dotar alguns objetos e ações de especial importância. Condições culturais e circunstâncias históricas seriam apenas duas das muitas variáveis que determinariam a extensão, os brinquedos e os padrões de preferência relacionados às brincadeiras e jogos.

Ao descrever a etimologia da palavra brincar, Fortuna (2018) alegou acerca da origem latina e da possível fusão entre “brinco” e vínculo”, que finalmente resultaram na ideia de brinquedo e brincadeira. Avaliou que tanto o vocábulo jogo quanto brincadeira conteriam a noção de vínculo, o que pressuporia a relação do indivíduo com ele mesmo, com os outros e com o mundo.

Muitos dos trabalhos voltados para a compreensão da função das brincadeiras e jogos no desenvolvimento e na aprendizagem infantis têm sido influenciados pelas pesquisas de Vigostki e Piaget.

A partir de observações com crianças, Vigotski desenvolveu uma teoria respaldada na relação entre a criança e seu meio, por isso, denominada teoria sociocultural. Para Vigotski (2010), as crianças se desenvolveriam a partir da realização de atividades difíceis para elas e avançariam em seus conhecimentos à medida que interagissem com os adultos ou com as crianças mais velhas. Essas atividades estariam na zona de desenvolvimento proximal, que seria formada exatamente quando as crianças não conseguiam realizar alguma atividade sozinhas, mas a realizariam com a ajuda de outras pessoas. Assim, o desenvolvimento seria um processo em interdependência com o ambiente social. O autor reforçou que a zona de desenvolvimento proximal poderia ser usada como método pelos adultos em auxílio das crianças para compreensão e/ou resolução de situações cotidianas ou em sala de aula. Outro aspecto de importância seria o desenvolvimento da linguagem, vista como base para o desenvolvimento dos processos cognitivos superiores, como controle da atenção, pensamento abstrato, dentre outros. Nas brincadeiras e jogos, por exemplo, as crianças conversariam consigo mesmas e muitas vezes aparentariam ter mais idade do que tinham.

Piaget e Inhelder (2003) sugeriram que as crianças buscariam sempre entender o mundo que as cercavam e explorar as possibilidades que este teria a oferecer. Em decorrência da maturidade cerebral, as crianças passariam a perceber e atuar no mundo, as experiências se tornariam mais ricas e variadas, gerando conhecimento. Esses conhecimentos seriam organizados em esquemas cognitivos que as auxiliariam na compreensão das coisas, o que esperar e como reagir. Durante o processo de desenvolvimento elas assimilariam experiências com novos objetos ou situações, aplicando esses esquemas. Quando ocorria alguma falha nesse esquema, elas acomodariam a nova informação, atualizando o esquema ou construindo outro. Essa organização de esquemas seria progressiva, partindo do mais simples para os mais complexos. Os esquemas estariam organizados em quatro estágios. O primeiro deles corresponderia ao sensório-motor (0-2 anos), no qual as crianças explorariam o mundo por meio dos sentidos e das ações motoras. Ao final do estágio, já seriam capazes de representar objetos, pessoas e ações. O estágio seguinte corresponderia ao pré-operacional (2-7 anos), no qual as crianças aprenderiam a usar símbolos ou imagens guardadas para representar objetos, pessoas e eventos. Na fase seguinte, concreto-operacional (7-11 anos), os pensamentos se tornariam flexíveis e organizados, pois elas

conseguiriam incorporar múltiplas dimensões para perceber e resolver situações e problemas. No quarto estágio, operatório-formal (a partir dos 11 anos), as crianças seriam capazes de pensar de modo abstrato, portanto, alcançariam o pensamento sistematizado e científico.

O capítulo seguinte investiga as crianças e as infâncias sob o ponto de vista da arqueologia e pretende contribuir para o entendimento do processo de consolidação das temáticas, os caminhos seguidos pelos pesquisadores nas abordagens e conceitos aplicados, buscando englobar diferentes espaços temporais e geográficos.

CAPÍTULO 2 - AS CRIANÇAS E AS INFÂNCIAS SOB A PERSPECTIVA ARQUEOLÓGICA NO CENÁRIO INTERNACIONAL

2.1 ARQUEOLOGIA DA INFÂNCIA: A CONSOLIDAÇÃO COMO CAMPO DE PESQUISA

De maneira geral, nota-se um esforço para explicar as razões da disposição tardia dos arqueólogos em trabalhar com os temas crianças e infâncias. Isso quer dizer que os especialistas têm refletido sobre o modo de se fazer arqueologia.

Soafer Derevenski (1997) justificou que os conceitos ocidentais de crianças e de infâncias foram elaborados a partir das noções de adulto e de maturidade, isto é, formulações que compartimentalizaram o ciclo de vida humano. Ardren (2006) acrescentou que a ideia de uma infância despreocupada foi naturalizada pela sociedade ocidental. A infância passou a ser defendida como um período sem responsabilidades ou obrigações e voltada para o brincar, assim, tornou-se mais difícil conceituar como crianças e jovens contribuíram nas sociedades pretéritas. Carreras e Rojas-Sepúlveda (2020) asseveraram que, na maioria dos casos, as crianças, conjuntamente com outros sujeitos sociais foram excluídas da versão oficial do passado. Assim, a baixa representatividade nas fontes históricas e arqueológicas fez com que pesquisadores as desconsiderassem, tornando as crianças sujeitos alijados da produção social e histórica.

Pawleta (2013), fundamentada em diferentes autores, resumiu em duas as razões principais para o interesse tardio da arqueologia acerca dos assuntos: a primeira delas seria quanto à evidência material limitada, em virtude das más condições de preservação dos esqueletos infantis; das poucas investigações realizadas nos sepultamentos; pelos inventários pouco detalhados e da não aplicação em análises tipológicas, ou ainda pelo uso das mesmas técnicas para escavação em enterramentos de adultos e de crianças. A segunda razão seria referente à negação quanto ao potencial epistemológico, em virtude de ver a criança como ser biologicamente imaturo e, portanto, socialmente dependente; da falta de definição e de critérios coerentes que examinem as infâncias sob a perspectiva arqueológica; da visão sobre as infâncias como não prioritária para a pesquisa arqueológica e da projeção para o passado de conceitos modernos de infâncias.

Um dos primeiros estudos abordando as crianças e as infâncias como temas centrais foi o artigo: *A child is born. The child's world in an archaeological perspective*, publicado em 1989, por Grete Lillehammer, na revista *Norwegian Archaeology Review* (KAMP, 2001; BAXTER, 2006; 2008; CRAWFORD, LEWIS, 2008; SACCHI, 2010; ROGERSDOTTER, 2006; HILDEBRAND, 2012; MURPHY, 2017; CARRERAS,

ROJAS-SEPÚLVEDA, 2020). Nesse trabalho, a autora alertou sobre a falta de apreço em relação às evidências referentes às crianças, apesar destas serem encontradas no registro arqueológico (BAXTER, 2006; 2008); além de trazer os assuntos ao cenário internacional (LILLEHAMMER, 2018a).

Lillehammer (2018b), inicialmente, argumentou sobre a necessidade de evidenciar a materialidade das crianças no registro arqueológico, pontuando que o método direto para as identificar estaria baseado no material esquelético. O método indireto, por sua vez, seria feito por analogia, relacionando a materialidade à história geral, à história médica e ao conhecimento etno-cultural já produzido sobre brincadeiras e transmissão cultural, saúde e condições de vida, assim como a posição das crianças no mundo dos adultos. Explicou que a noção de mundo das crianças poderia substituir a noção de infância. Essa ideia foi motivada pela crença de que as crianças são seres ativos que reconstruem constantemente suas estruturas de pensamento para que o mundo faça sentido. Assim, o mundo da criança diferiria do tradicional conceito de infância, que seria cronológica, biológica ou socialmente definido como uma fase do desenvolvimento humano. Já o mundo da criança se caracterizaria por três fatores: a relação da criança com o ambiente, a relação com os adultos e a relação com outras crianças; e, portanto, deveria ser analisado em uma perspectiva de longa duração.

Conforme enfatizou Lillehammer (2018b), o que foi apresentado em relação aos métodos não era desconhecido, ao contrário, tratavam-se de métodos praticados há tempos em pesquisas mais tradicionais da arqueologia. A autora, no entanto, inovou ao trazer a perspectiva teórica de mundo da criança. Ademais, reivindicou o olhar atento àquele grupo de pessoas presente em todas as sociedades, até então alvo de pesquisas ocasionais, evidenciando a potencialidade epistemológica dos tópicos para a arqueologia.

Baxter (2015) ressaltou que desafiar as interpretações adultocêntricas sobre o passado conduziu a dois desdobramentos. Primeiramente, contestaram-se as próprias concepções sobre infâncias e sobre as capacidades das crianças, buscando respaldo nas fontes etnográficas e históricas. Tais fontes demonstraram que as noções sobre infâncias variaram no tempo e no espaço. O segundo desdobramento estaria relacionado ao desenvolvimento de abordagens teóricas e de métodos que possibilitaram a identificação das atividades das crianças a partir do registro arqueológico.

Norteando-se rumo ao robustecimento, um movimento que pode ser tomado como marco para consolidação desse campo foi a criação da *Society for the Study of Childhood in the Past*, no ano de 2007. A concepção proposta pelo grupo afina-se aos posicionamentos mais recentes e procura englobar estudos multidisciplinares sobre as

crianças e as infâncias no passado, apresentando-os na forma de congressos e de publicações reunidas na revista *Childhood in the Past. An International Journal*. Crawford e Lewis (2008) e Coskunsu (2015) atestaram que a sociedade foi criada com esta finalidade, de intermediar conhecimentos procedentes de diversas áreas. Baxter et al (2017) apontaram que parte de estar enraizado nas próprias disciplinas seria reconhecer as limitações e a maneira como o treinamento em cada uma delas influencia o envolvimento com outras ideias. Por isso, espaços como esse seriam indispensáveis para discussões e geração de novos conhecimentos.

Thomas (2008) pontuou ainda dois aspectos para intensificação das investigações sobre os tópicos: a atenção dada para a natureza formativa da experiência da infância sobre a personalidade adulta influenciada especialmente por Freud e Piaget; assim como o desejo de afastamento das investigações dominantes e elitistas para explorar experiências de grupos minoritários, incluindo minorias étnicas, mulheres, pobres, idosos e crianças.

Segundo o balanço realizado sobre as contribuições para a revista acima mencionada, Murphy (2017) avaliou que, desde a criação da sociedade até o ano de 2017, os artigos eram procedentes da Austrália, América do Norte e América do Sul, sendo a maioria proveniente do Reino Unido. Outro importante aspecto levantado foi que 72.2% das publicações foram lideradas por mulheres. Nesse sentido, Lillehammer (2018a) já havia registrado que, nos idos da década de 1970, a discussão sobre gênero ascendia mundialmente ainda como um tema controverso. Sincronicamente, levantavam-se indagações sobre as crianças inspiradas, dentre outras coisas, a partir do Ano Internacional da Criança, declarado pela Organização das Nações Unidas, em 1979. Assim, apontou que as investigações sobre as crianças e as infâncias na arqueologia iniciaram-se no bojo dos estudos de gênero. Lillehammer (2010) salientou, porém, que, apesar dos temas terem atingido independência, não causaram o mesmo impacto na arqueologia que os estudos de gênero.

Para Baxter (2015), as investigações recentes poderiam ser sistematizadas em duas grandes vertentes: a arqueologia das infâncias e a arqueologia das crianças. A primeira abordaria questões sobre como os grupos no passado definiam a categoria criança, isto é, como as sociedades no passado distinguiam categorias de identidade e etapas do ciclo de vida humano; os tipos de marcos biológicos e sociais usados para criar essas categorias, tais como regras, comportamentos e atividades consideradas apropriadas para cada idade e como essas etapas poderiam estar associadas a objetos, estilos de vestimentas e ornamentação pessoal. A segunda abordaria questões acerca das crianças

como atores culturais no passado, visando compreender como vivenciaram suas vidas, o tipo de conhecimento cultural produzido exclusivamente pelas crianças, a contribuição na vida familiar e nas comunidades e como as crianças participaram ativamente nas negociações de suas identidades, papéis e valores.

Finalmente, Baxter (2006) e Murphy (2017) argumentaram não entender a arqueologia das infâncias e/ou arqueologia das crianças como esfera de análise isolada, mas como uma maneira de enriquecer a compreensão sobre as sociedades como um todo.

A seguir são apresentadas algumas pesquisas que possibilitam avançar no entendimento sobre a consolidação dos temas na arqueologia.

2.2 O PASSADO REMOTO

Os estudos dos remanescentes ósseos ou estudos bioarqueológicos têm oferecido o maior número de contribuições, que abrangem desde aspectos demográficos até aspectos sociais das populações humanas. De acordo com Cardoso (2003/2004), as amostras populacionais de restos humanos provenientes de escavações arqueológicas trouxeram informações cruciais para o conhecimento demográfico, particularmente das sociedades pretéritas. Chamberlain (2000) assinalou que para fins de estudos demográficos, a criança seria definida como indivíduo menor de quinze anos de idade. Explicou que, nas populações estáveis, a proporção da população constituída por crianças giraria em torno de 36% nas sociedades com baixa expectativa de vida e em torno de 19% nas populações com alta expectativa de vida. Nas populações com baixa expectativa de vida, o risco de morte na infância seria alto, combinando 50% ou mais do total de mortes ocorridas em crianças.

Para Sánchez-Romero (2018), características como alimentação, estado de saúde, expectativa de vida e esforço físico poderiam ser analisados a partir dos corpos infantis encontrados nos enterramentos. Alfonso-Durruty, Thompson e Crandall (2014) destacaram aspectos como grau de adaptação das populações ao meio ambiente, tratamento social dado aos mortos ou posições sociais dos indivíduos.

As investigações de Sánchez Romero (2007, 2008) têm caminhado nesse sentido. Ao analisar o contexto funerário de crianças da Idade do Bronze no sítio arqueológico Cerro de la Encina (Monachil, Granada/Espanha), identificou pequenos vasos cerâmicos. No sítio Las Montillas, em La Mancha (Espanha), uma criança foi identificada com miniaturas de vasos cerâmicos, uma miniatura de um carretel, duas fichas de argila, uma pedra em formato esférico fragmentada, além de outro vaso pequeno em cerâmica.

Considerou que tais peças seriam de uso cotidiano no processo de socialização e aprendizagem das crianças. Relacionou-as a posições específicas que as crianças poderiam ocupar dentro de suas respectivas sociedades. Sánchez Romero (2007, 2017) pontuou ainda que o modo como uma mulher e um bebê foram enterrados, uma mulher com as pernas flexionadas com um bebê em seus braços também com as pernas flexionadas e com a cabeça de encontro a cabeça da mulher, em um dos sepultamentos, poderia ser analisado não apenas sob aspectos sociais, mas também sob aspectos emocionais.

Lillehammer (2011) analisou os remanescentes ósseos de sete crianças e outros sub-adultos em uma área pantanosa na Dinamarca, atinentes à Idade do Ferro. Ao todo, foram contabilizados 17 indivíduos até 14 ou 15 anos de idade. Algumas crianças foram encontradas junto aos adultos e a alguns artefatos. Os recém-nascidos e bebês não se encontravam junto aos adultos, foram sepultados isoladamente em lugares afastados do assentamento. Durante longo período, a disposição de corpos humanos em pântanos foi uma tradição comum entre os povos do Mar do Norte. Alicerçada em textos históricos e literários escandinavos, a autora sugeriu que as crianças encontradas nesses ambientes poderiam ter sido oferecidas como sacrifício ou sido vítimas de infanticídio. Apontou que esses locais poderiam representar lugares de fronteira transformadora, entre a paisagem e o ser humano, assim, as paisagens pantanosas seriam capazes de conectar os recém-nascidos a outras dimensões. Os pequenos seres poderiam ser vistos como mediadores entre natureza e cultura.

Questionando a concepção ocidental recente de que a morte das crianças seria intensamente sentida, Eriksen (2017) investigou 52 sepultamentos de crianças oriundos de assentamentos escandinavos e alemães referentes à Idade do Bronze e à Idade Viking. A autora refletiu se a perda das crianças realmente gerou resposta emocional, se as crianças seriam o principal sujeito nos enterramentos e se seriam vistas como seres humanos. Os enterramentos das crianças estavam localizados em duas zonas principais, em áreas pantanosas e nas áreas do entorno ou dentro da própria casa, perpassando longo espaço temporal. Eriksen concluiu que a maioria das crianças eram vistas como objetos animados, transcendentais às categorias de ser humano e coisa. Nessas sociedades, os lugares seriam concebidos como significativos. Alegou que as crianças, assim como as pessoas escravizadas e os animais poderiam ser percebidos como poderosos objetos a serem oferecidos para as casas e para os deuses.

A partir de uma extensa análise de dados bibliográficos provenientes de escavações sobre os enterramentos ocorridos desde as últimas décadas do século XIX, em Teotihuacán, Trejo (2019) aventou sobre a importância das crianças naquela sociedade. Examinou os tipos de sepultamentos e as representações das crianças nas figuras cerâmicas e em pinturas murais. Diferentemente de outras regiões próximas, sugeriu não haver sacrifícios de crianças na sociedade Teotihuacana. Indivíduos adultos faziam parte de rituais de sacrifício enquanto as crianças, em virtude das condições de saúde pouco favoráveis e de alta mortalidade (das crianças e talvez de suas mães), exerceriam papel valoroso e, portanto, não seriam expostas ao sacrifício.

Em direção oposta atestaram as pesquisas arqueológicas e a documentação histórica referente às cerimônias incas de sacrifícios de crianças, conhecidas como *capacocha*. Para Ceruti (2018), os povos andinos, como os Incas, acreditavam na eficácia mediadora e intercessora dos mortos e enviavam suas crianças e jovens para serem sacrificados nas altas montanhas. Três crianças congeladas foram identificadas no alto do vulcão Llullaillaco, no município de Salta, Argentina. Os corpos encontravam-se bem preservados, correspondendo a uma menina de seis anos, a um menino de sete anos e a uma jovem de quinze anos de idade. Junto aos corpos, foram identificados cerca de cem objetos, incluindo estatuetas antropomórficas, miniaturas de tecidos, bolsas com folhas de coca e alimentos. Os diversos estudos realizados nas múmias, assim como os relatos dos espanhóis comprovaram o caráter cerimonial das mortes das crianças. Não obstante, Ceruti alertou que estudos sobre sacrifícios de crianças têm sido rechaçados no ambiente acadêmico devido a modismos que pretendem romantizar o passado para sustentar recriações idealizadas e buscar renovação étnica.

As análises de Mays et al (2017) alegaram que, nos últimos dez anos, pesquisas sobre paleopatologias e também sobre dietas nos remanescentes de esqueletos de crianças aumentaram consideravelmente. Para Carreras e Rojas-Sepúlveda (2020), afora os estudos tradicionais sobre os estresses fisiológicos, as inovações com provas de DNA e estudos químicos de ossos e dentes têm auxiliado os pesquisadores a utilizar a evidência esquelética para entender as relações entre crianças e meio ambiente e entre crianças e adultos.

Shea (2006) apontou as dificuldades dos arqueólogos para identificar as crianças no registro arqueológico de períodos mais remotos, como o Paleolítico, a partir dos objetos. Salientou que alguns estudos iniciais realizados com artefatos líticos averiguaram que estes eram geralmente pequenos, produzidos de maneira expediente ou feitos para minimizarem possíveis quebras. Hildebrand (2012) e Högberg (2018) afirmaram que não

apenas o tamanho dos artefatos líticos serviria como base para identificação das crianças. Análises voltadas para a produção artesanal, redução de núcleos, estudos da cadeia operatória, assim como estudos experimentais e de produção de réplicas têm sido utilizados com êxito. Lancy (2017) reforçou que a confecção de instrumentos líticos requer prática e que a atividade devia começar bem cedo. Salientou que crianças menores de 8 ou 9 anos ainda não adquiriram massa muscular e habilidades sensório-motoras para a produção de certos instrumentos; contudo, estariam atentas na observação dos mais experientes para aprendizagem e interação social durante alguns anos.

O trabalho de Orzylowska e Karolak (2013) orientou-se a partir de investigações que vincularam processo de ensino-aprendizagem e estudo experimental, no qual participaram cinco crianças e dois adultos. As crianças aprenderam a fabricar peças do Paleolítico Médio, incluindo lascas e raspadores simples usando percutor duro e macio. O experimento confirmou que as crianças aprenderam a lascar por meio da observação e da imitação e demonstrou que a maioria das lascas apresentou características que puderam ser reconhecidas como atributos de iniciantes. Os traços recorrentes observados foram: o lascamento bidimensional nos núcleos, lascas com terminações que não alcançaram toda a face do núcleo, tendência em erros conceituais, falta de manutenção do núcleo, ausência de peças padronizadas e reorientação de instrumentos na maioria das lascas utilizadas. Na segunda parte do experimento, as crianças foram convidadas para brincar com os artefatos fabricados. Outras crianças se juntaram, somando trinta participantes. Elas frequentemente escolheram os instrumentos maiores e não demonstraram qualquer dificuldade em usá-los para atingir seus propósitos.

A análise de pinturas rupestres, assim como de impressões digitais nas cavernas tem procurado demonstrar que as crianças eram tão artistas quanto os adultos, inclusive em revisões de trabalhos anteriores nos quais apenas os adultos figuraram como produtores de arte. Sharpe e Gelder (2006) observaram linhas contínuas feitas com os dedos das mãos em superfícies macias na caverna de Rouffignac, na França. A maior parte destas marcas foi notada no teto da caverna, que é bastante alto, podendo ser alcançado por uma pessoa de 1,80 m de altura. Experimentos modernos que replicaram os traços mostraram que os padrões desenhados no teto da caverna foram feitos por crianças com idade entre 2 e 5 anos. Foi o primeiro caso demonstrado de crianças bem jovens criando arte parietal no Paleolítico.

Durante as pesquisas nas cavernas franco-cantábricas do período Pleistoceno, Bednarik (2008) observou três características: marcas de dedos em superfícies moles, impressões e moldes (estêncil ou negativo) de partes do corpo e impressões da ponta dos

dedos. Como as impressões e as marcas nas superfícies macias estavam nas partes mais profundas das cavernas, encontravam-se em bom estado de conservação. Depois de realizadas medidas, foram feitas experimentações, comparações com estudos realizados em outras partes do mundo e comparações etnográficas que levaram a conclusão de que a maior parte da arte rupestre franco-cantábrica foi feita por crianças e adolescentes.

Assim como as impressões e moldes de mãos, pés e dedos são frequentemente identificados em cavernas em diferentes partes do mundo, também podem ser encontradas nas cerâmicas. Em um trabalho abrangente, objetivando mostrar que crianças e adolescentes participaram da produção desses artefatos, Králik, Urbanová e Hložek (2008) realizaram experimentações, análises químicas, físicas e mineralógicas. Foram analisadas 2.635 peças cerâmicas coletadas no sítio Pavlov I (República Tcheca), datados entre 23000 a 26700 B.P. As comparações apontaram que as impressões localizadas em algumas das peças foram feitas por dois grupos de pessoas, crianças entre 6 e 10 anos de idade, e crianças entre 10 e 15 anos de idade. Para os autores, os artefatos cerâmicos poderiam ser associados a ações rituais e mágicas femininas, enquanto outros deviam resultar da criatividade e das brincadeiras infantis.

2.3 O PERÍODO HISTÓRICO E O PASSADO RECENTE

Para o período histórico e o passado recente, além dos remanescentes ósseos e da cultura material, as análises têm se voltado para os espaços construídos para as crianças e/ou por elas utilizados.

Nos Estados Unidos, Baxter (2018a) classificou a arqueologia realizada nos sítios históricos em três categorias: estudos em sítios domésticos, estudos em instituições para crianças e estudos sobre os remanescentes esqueléticos e as lápides funerárias.

No caso da América Latina e Austrália, os centros urbanos das grandes metrópoles atuais, vistos como locais de valor histórico, têm sido palco de trabalhos proeminentes. Vlahos (2014), por exemplo, analisou a cultura material relacionada às crianças, proveniente de dezoito coleções. Esse material resultou de escavações arqueológicas ou eram parte de acervos museológicos, de diferentes partes da Austrália, no período entre 1788-1901. Aplicou uma abordagem focada na agência infantil a partir de referenciais teóricos da sociologia e da psicologia. Cabe ressaltar os bons contextos selecionados, nos quais foram possíveis identificar objetos como miniaturas em porcelana, conchas marinhas em diferentes tamanhos, ovos de passarinhos, dentre outros materiais coletados da natureza tratados como colecionáveis pelas crianças. Outrossim, verificaram-se livros

e desenhos que trouxeram à tona características bastante singulares das crianças e de suas famílias. Para concluir, preconizou que os documentos históricos, fotográficos, assim como outros estudos etnográficos, foram efetivos em permitir uma síntese das experiências das crianças a partir da visão das próprias crianças.

Com o intento de reconstruir a vida cotidiana das crianças no espaço da cidade antiga e, ao mesmo tempo, entender o papel das cidades na vida das crianças e jovens e o papel dessa parcela da população na vida das cidades, Pudsey e Vuolanto (2021) empregaram como estudo de caso a cidade egípcia de Oxyrhynchos durante a dominação romana. Amparados em outros autores, sugeriram que a cidade teria uma população entre 15.000 e 30.000 pessoas, sendo que ao menos metade corresponderiam a pessoas menores de 15 anos de idade. Os autores examinaram 700 documentos do final do primeiro século A.C. ao sexto século D.C. de diferentes origens. Evidenciaram algumas meninas aprendizes, em pouca idade, que passavam várias horas do dia aprendendo algum ofício na casa do mestre, como tecer, por exemplo. Nesses casos, as meninas retornavam às suas casas todos os dias. Já os meninos da elite deveriam acompanhar seus pais nos encontros públicos e discursar para a cidade. Nas zonas rurais e nos jardins ao redor da cidade, verificaram que meninos e meninas de famílias escravizadas trabalhavam com seus familiares sazonalmente cuidando de animais, o que implicava no deslocamento das áreas rurais para a área urbana. As crianças escravizadas poderiam ainda ser vendidas quando bem pequenas e, não raras vezes, se moviam por diferentes famílias que as compravam. Ressaltaram que muitos adolescentes frequentavam o *ginasyum* na cidade, porém, residiam em vilas vizinhas, assim também tinham que se mover para a cidade. No *ginasyum*, os garotos participavam de diferentes competições tanto em Oxyrhynchos, como nas redondezas. Os autores descreveram outros inúmeros casos, de festividades religiosas, de viagens de adolescentes sozinhos e inferiram que a cidade de Oxyrhynchos não era apenas o lar de crianças e adolescentes. O que a tornava uma cidade era a combinação da presença em larga escala das ações e dos pontos de vista de tantas pessoas jovens, sem as quais a cidade seria bem diferente.

A evolução de instituições especialmente dedicada às crianças, como escolas, liceus e orfanatos também se converteu em assunto instigante para a arqueologia. As pesquisas centralizaram-se sobretudo no século XIX, quando o número dessas instituições espalhou exponencialmente pela sociedade ocidental, como afirmaram Baxter e Ellis (2018b).

O estudo realizado por Feister (1991), no *Schuyler Mansion*, localizado na periferia de Albany, Nova Iorque, associou cultura material e pesquisa histórica. O

casarão foi construído em meados do século XVIII, mas somente no ano de 1886 foi comprado pelo Orfanato São Vicente e passou a ser dirigido pelas Filhas da Caridade. Em 1914, as crianças foram transferidas para um prédio maior. Durante este breve período de atuação, muitas crianças estiveram na instituição. Até a idade de seis anos, meninos e meninas permaneciam juntos, depois, as meninas eram transferidas para determinada instituição e os meninos para outra. As pesquisas nos arquivos históricos demonstraram que, em ocasiões especiais, diversas guloseimas e brinquedos eram oferecidos às crianças. Um relato verificado em meio aos arquivos tratava-se de uma carta escrita por uma das órfãs, na qual constava um pedido ao Papai Noel. O pedido era uma boneca que movia os olhos. As pesquisas arqueológicas iniciadas na década de 1960 indicaram grande variedade de artefatos referentes as últimas décadas do século XIX e início do século XX associados às crianças. Dentre eles, peças pequenas de louça, como torsos, pernas, braços, mãos, pés e cabeças de bonecas ou bonecos, além de fragmentos de pequenos conjuntos de chá também confeccionados em louça, uma pequena faca e bolinhas de gude. Surpreendentemente, mais de 80 pequenos botões de vidro foram identificados nas investigações e podem ter sido usados para jogar damas ou para outras brincadeiras que necessitassem de fichas.

Baxter (2006) realizou um estudo comparativo a partir da análise da distribuição espacial de artefatos referentes às crianças identificados em cinco sítios domésticos do século XIX. Demonstrou que, a partir da identificação de padrões na distribuição espacial dos objetos poderia, se investigar como as crianças foram socializadas em culturas passadas. Para tanto, estabeleceu estratégias englobando quatro componentes principais. O primeiro foi o desenvolvimento de um contexto social para auxiliar na identificação de artefatos e na interpretação de comportamentos. A segunda foi a seleção de sítios propícios para identificar o comportamento das crianças. Terceiro, uma estratégia de amostragem foi desenvolvida para recuperar os artefatos que identificariam comportamentos das crianças. Por fim, métodos analíticos foram desenvolvidos, a fim de buscar padronização para os artefatos infantis. Em alguns dos sítios, observou que a concentração de objetos relacionados às crianças ocorreu independentemente dos objetos associados aos adultos e vice-versa. A estratégia foi eficiente para identificar padrões de comportamento das crianças em quatro sítios. Em três deles, foram observadas evidências claras na padronização dos artefatos referentes às crianças. Quase todos os objetos infantis foram identificados dentro dos âmbitos “habitual” e “geral” das brincadeiras infantis e, portanto, em conformidade com a ideia de que a maioria das atividades das crianças aconteceria mais perto de casa.

A pesquisa de Wilkie (2000) conjugou cultura material e documentos escritos, objetivando compreender sobre o uso e distribuição dos objetos no espaço doméstico. A autora analisou artefatos associados ao lixo de uma família de quatro pessoas, que vivia em Santa Monica, Califórnia, no início do século XX. O trabalho ofereceu nova interpretação para a grande quantidade de fragmentos de louça referentes a uma boneca. Verificou-se que o número desses fragmentos era maior que o número de outros brinquedos. Inclusive os fragmentos da cabeça da boneca indicavam que ela deveria ter sido quebrada com uma forte pancada. Revendo os registros históricos, descobriu-se que a irmã mais nova da dona da boneca havia nascido alguns anos depois. Tal fato poderia ter causado estresse na menina (dona da boneca), já que isso significaria novas responsabilidades e restrições. A boneca poderia ter sido dada a criança em preparação para o evento ou para instruí-la a como se relacionar com a irmã. E poderia ter sido quebrada como sinal de não aceitação da nova criança. Sugeriu-se que quebrar a cabeça da boneca seria uma maneira de resistência da criança a uma condição inesperada.

A pesquisa de Dozier (2016) associou diferentes objetos às crianças, que não são tradicionalmente a elas relacionados, a partir de um trabalho conduzido em Shabbona Grove, uma área rural de Illinois, EUA. Os brinquedos, em sua maioria de plástico, foram identificados nas escavações. Por outro lado, uma concentração de objetos em superfície, tais como fragmentos de garrafa de vidro, tubo de televisão de metal, fragmentos de porcelana decorada, dentre outros, indicaria a ação das crianças sobre aquele espaço. Estes teriam sido intencionalmente depositados, pois estavam inteiros ou eram grandes fragmentos. Ademais, apresentaram diferenças temporais (das primeiras décadas dos novecentos até 1980) e não pertenciam a uma única categoria funcional. Assim, a autora elencou argumentos que descaracterizariam o local como uma lixeira. Salientou também que as imagens de satélites mostraram que a área estaria coberta por densa vegetação há bastante tempo. Desse modo, a autora salientou a agência das crianças, por serem de menor estatura, elas caminhariam por entre a mata mais facilmente e, aos poucos, foram colecionando seus objetos em uma área abandonada para suas brincadeiras privadas.

Buchli e Lucas (2000) investigaram a distribuição de objetos referentes às crianças em uma casa abandonada na Inglaterra, em fins da década de 1990. Descobriram que a casa foi ocupada por uma mãe solteira de vinte e cinco anos, com seus dois filhos: um menino de quatro e uma menina de seis anos. A casa havia sido cedida pelo estado britânico, no entanto, foi abandonada pouco tempo depois. Os estudiosos calcularam que 22,8% dos objetos estariam relacionados às crianças, enquanto a mãe possuía 21,3% de objetos associados a ela. As crianças tinham roupas de melhor qualidade se comparadas

às roupas da mãe. Tal fato contradiria a crença do argumento utilitário, de que a criança cresce rápido, por isso, os itens seriam subutilizados e poderiam ser de qualidade inferior. A importância das crianças na casa não se colocou apenas pela quantidade e qualidade de materiais compartilhados, mas também pela distribuição desses objetos. Embora as crianças transitassem por todo o espaço, a segregação foi confirmada por meio dos artefatos identificados no quarto das crianças. Afora a grande quantidade de brinquedos, havia papel de parede com desenhos nos quartos. Um desenho que pode ter sido feito pela criança de quatro anos foi verificado na parede da cozinha (quatro pessoas representando a família).

2.4 A ABORDAGEM ETNOGRÁFICA E ETNOARQUEOLÓGICA

Informações advindas da antropologia, a partir do método etnográfico, têm colaborado sobremaneira para o entendimento das experiências e do universo das crianças. Em estudo realizado sobre os Thule e sobre os Dorset, populações Inuit da região ártica do Canadá, Park (2006; 2010) afirmou que a principal atividade das crianças era brincar. Jogos com bola, corrida, esconde-esconde, jogos com cartas, competições para verificar quem permanecia por mais tempo calado, cantar canções curtas ou engraçadas e contar fábulas foram atividades recorrentes, registradas por pesquisadores desde o século XIX. Meninos e meninas se organizavam durante o inverno para fazer suas próprias casas de gelo. Nas casas reais, brincar de casinha também era comum, principalmente para as garotas pequenas. Outra brincadeira usual, mas somente entre as meninas, era brincar com bonecas ou bonecos. Estes costumavam ser feitos com madeira e vestidos com sobras de pele de veado. As roupas eram semelhantes às das mulheres e homens. Meninos e meninas também acompanhavam os mais velhos nas excursões para caça do caribou e de animais marinhos, como focas, morsas e baleias. Comparou-se as miniaturas descritas nos relatos etnográficos aos artefatos em miniatura e aos artefatos reais identificados nas escavações. Concluiu-se que, para a cultura Thule, algumas miniaturas podem ter sido usadas somente nas brincadeiras imaginárias, como as bonecas e bonecos. A maioria das miniaturas, entretanto, seria realmente funcional, usadas pelas crianças nas mesmas atividades realizadas pelos adultos, como os arpões usados para a pesca. No caso da cultura Dorset, a maior parte das miniaturas seriam fruto de práticas dos xamãs.

Em análises etnográficas com o grupo Nukak, uma população de caçadores-coletores da Amazônia colombiana, Politis identificou cenários possíveis de participação das crianças na produção de materiais visíveis no registro arqueológico e demonstrou a influência da infância no mundo material (SACCHI, 2010; CARRERAS, ROJAS-SEPÚLVEDA, 2020).

Politis (1998; 1999) buscou identificar as atividades das crianças no registro arqueológico com auxílio do método etnográfico. Distinguiu três classes de brinquedos. A classe um corresponderia aos artefatos exclusivamente confeccionados para brincar que apresentariam forma específica; a classe dois corresponderia aos artefatos que copiariam a forma de artefatos dos adultos, mas que teriam tamanho menor e seriam usados em funções similares a dos adultos ou com fins lúdicos; a classe três englobaria os artefatos de adultos inteiros ou fragmentados que seriam usados para fins lúdicos. Na classe um, estariam os aros feitos de galhos, balanços de casca ou fibras das árvores e os seixos. Estes não teriam artefatos similares entre os adultos e seriam fabricados por meninos e meninas, muitas vezes, com a ajuda dos pais ou exigiriam pouca ou nenhuma modificação, como os seixos. Na classe dois, estariam as cestas, zarabatanas, dardos, arcos, flechas, balaios, cabaças de várias espécies, lanças, vasilhas. Existiam os artefatos feitos por adultos em tamanho pequeno para que fossem usados pelas crianças com função similar. A qualidade e a função seriam as mesmas. Existiam outros artefatos que seriam réplicas dos instrumentos dos adultos feitos pelas crianças e seus pais. Estes não seriam usados com a mesma finalidade que lhes dariam os adultos e a qualidade seria inferior. Na classe 3, estariam os objetos inteiros e fragmentos de objetos usados pelas crianças de maneira ocasional. Não seriam modificados e a atividade das crianças afetaria somente a distribuição espacial. Estes seriam mais utilizados por crianças pequenas, pois elas costumavam pegar qualquer objeto próximo para brincar. Os artefatos das crianças maiores se diferenciavam daqueles das crianças menores também pelo modo de descarte. Os brinquedos dos pequeninos seriam deixados dentro dos acampamentos ou em seu entorno imediato porque ali se dariam a maioria das atividades lúdicas. Ficariam abandonados no piso dos acampamentos pequenos dardos e flechas, geralmente inteiros, dispersos entre as unidades domésticas ou nos depósitos secundários de lixo. Alertou que as atividades tecnológicas não seriam o resultado de tarefas planejadas, conscientes e dirigidas para obtenção de artefatos funcionalmente eficientes. Seriam também produto do ensino e da aprendizagem.

Bugarin (2006) averiguou a relação entre as crianças e o meio ambiente, buscando compreender suas estratégias e comportamentos para subsistência em seus respectivos

grupos. Para tanto, coletou estudos etnográficos de populações caçadoras e agricultoras de algumas regiões da África. Os Hadza são caçadores-coletores que vivem no norte da Tanzânia. As atividades das crianças seriam separadas de acordo com a idade e o gênero. Quando os adultos saíam para suas tarefas, geralmente, as crianças pequenas permaneciam nas redondezas dos acampamentos e, assim, coletavam e processavam comida sem a supervisão dos adultos. No caso das crianças que saíam com os adultos, sempre retornavam com certa provisão de alimentos. Os meninos costumavam passar mais tempo nas atividades de caça e coleta, enquanto as meninas associavam saídas e retornos para cuidar de tarefas da casa. Brincavam de jogos imaginativos, de imitação, de cantar e dançar e com bonecas e bonecos feitos de cerâmica e restos de tecido. Os Xhosa são um dos vários grupos étnicos da África do Sul. Até a Revolução Industrial viviam como pastores sedentários, sendo o gado o elemento central da economia. Aos quatro ou cinco anos de idade iniciavam a coleta de partes do boi e também coletavam argila para fazer miniaturas de outros animais. Por volta dos dez ou doze anos, os meninos começavam a cuidar do rebanho da família. As meninas coletavam espinafre, processavam o milho, cozinhavam e fabricavam cerveja, além disso, cuidavam dos irmãos menores. A partir dos doze anos, esperava-se que a menina realizasse todas as tarefas domésticas como uma mulher adulta. Meninas e meninos costumavam ainda confeccionar seus próprios brinquedos. A partir desses e de outros exemplos, a autora mostrou o cotidiano das crianças em suas comunidades e as respectivas contribuições nas atividades de subsistência do grupo e a cultura material produzida e consumida nessas atividades pelas crianças.

Kamp (2010) examinou a relação entre trabalho, jogo e aprendizagem a partir de evidências arqueológicas do período pré-colonial, oriundas do Norte de uma área ocupada pelos Sinagua. A cultura material do grupo foi comparada com a de outros grupos do sudoeste dos Estados Unidos a fim de ilustrar as dinâmicas de trabalho, jogo e aprendizagem e, ao mesmo tempo, da capacidade de ação e os limites impostos pela situação social. Fundamentada em fontes etnográficas, destacou as várias atividades desenvolvidas pelas crianças, como a coleta de frutos selvagens, o corte da madeira, a moagem de milho, o cuidar dos irmãos mais novos e a guarda das plantações para evitar pragas. Por meio das análises cerâmicas, verificaram-se impressões digitais de crianças em estatuetas e miniaturas. Essas marcas demonstraram que meninos e meninas combinaram o brincar e a aprendizagem, fazendo estatuetas de argila e vasilhas em miniatura para brincadeiras, avançando para formas pequenas e funcionais. Assim, indicou que a aprendizagem entre as crianças Sinagua ocorreria sequencialmente,

começando por formas cerâmicas fáceis até alcançar as mais complexas, em contexto pouco organizado. Poderiam ainda começar a aprendizagem da produção cerâmica a partir da coleta e da preparação de matérias-primas, limpeza e coleta de lenha para o fogo.

Thomas (2006) também se utilizou do método etnográfico, observando o comportamento de crianças de quatro anos nas brincadeiras e nas relações estabelecidas com outras crianças e adultos na contemporaneidade. A autora acompanhou um programa realizado por uma escola na cidade de Chicago, EUA. O programa consistia em levar as crianças para brincar em parques e áreas verdes na vizinhança da escola. O brincar seria livre, não haveria qualquer atividade ou jogo estruturado pelos professores. As crianças criaram brinquedos e brincadeiras usando o espaço, os equipamentos de brincar disponíveis e materiais da natureza. Nesse processo do brincar, as crianças negociavam seu espaço e posição com outras crianças, com os adultos e com o ambiente o tempo todo. Em diversos momentos, verificou-se que tensões sobre a natureza da infância afetaram diretamente as experiências infantis. No momento do brincar livremente no parque, por exemplo, os adultos esperavam que as crianças se comportassem como crianças e brincassem de diversas maneiras. Nos momentos de caminhada, nos quais era preciso atravessar a rua ou esperar o sinal, os adultos esperavam que as crianças se comportassem como pequenos adultos e não brincassem nesses períodos.

2.5 CONCLUSÃO

As pesquisas retratadas nesta sinopse da literatura arqueológica frente aos temas crianças e infâncias aportou diferentes linhas de evidência material, métodos, referenciais teóricos e contemplou diferentes períodos de tempo e espaços geográficos. Fica evidente a adoção e o contínuo desenvolvimento dos métodos de pesquisa sugeridos por Lillehammer em fins da década de 1980. No que diz respeito ao passado remoto, as análises fundamentadas em evidências diretas, os remanescentes ósseos infantis e/ou os objetos correlacionados seguem colaborando com maior quantidade de conhecimento produzido. As tecnologias emergentes têm concedido possibilidades para novas interpretações. As pesquisas alicerçadas em evidências materiais, identificadas fora dos contextos funerários, têm buscado contributos em outros campos científicos. O uso de técnicas da arqueologia experimental, conjuntamente com análises comparativas, tem sido também eficaz na interpretação das crianças como produtoras de arte.

Semelhantemente, as teorias advindas de outras áreas da ciência prosseguem sugestionando as investigações arqueológicas. Observa-se que o conceito de ensino-

aprendizagem figurou em alguns estudos, particularmente naqueles dedicados aos artefatos líticos e cerâmicos. No caso dos líticos, aqueles feitos pelas crianças eram os que se distinguiam do padrão das demais por apresentarem imperfeições técnicas. As crianças foram vistas como aprendizes dos adultos, considerados os mais experientes. No caso dos cerâmicos, a utilização das técnicas da arqueologia experimental e de analogias às investigações etnográficas, consideraram as crianças como colaboradoras dos adultos. Quanto aos objetos evidenciados junto aos contextos funerários, foram analisados sob o conceito da socialização. As crianças foram caracterizadas como receptoras da cultura transmitida, na qual os objetos foram usados pelos adultos para introduzir comportamentos apropriados e aceitos pelas suas respectivas sociedades.

Referente ao período histórico e ao passado recente, os brinquedos prevaleceram como os principais elementos associados às crianças. A interpretação para os brinquedos ou para outros objetos utilizados como tal atrelou-se também ao conceito de socialização, mesmo que muitas vezes de modo não explícito.

Há tempos, os pesquisadores apontaram para a obsolescência do conceito de socialização nos trabalhos acerca das crianças e das infâncias (LILLEHAMMER, 2000; COHN, 2000; SCHWARTZMAN, 2006; GRIGOROWITSCHS, 2008; PIRES, 2010; CORSARO, 2011; VLAHOS, 2014). Como outrora mencionado, o conceito apoiou-se na obra de Durkheim. Para Durkheim (2004), quando as crianças nasciam, estariam determinadas a comer, dormir e beber nas horas certas, a ser obediente, a respeitar os outros e dar valor ao trabalho. A partir disso, formariam hábitos dos quais elas não se dariam conta quando crescessem. Acrescentou que a educação teria por objetivo fazer o ser social e, por isso, a pressão sobre as crianças seria constante, porém, pais e professores seriam apenas os intermediários, visto que o meio social cumpriria a tarefa de moldá-las. Pires (2010) avaliou que especialistas afirmaram que as noções de sociedade e cultura que permearam a ideia de socialização também eram problemáticas. A cultura foi entendida como estática nas diferentes sociedades, enquanto as crianças foram compreendidas como seres sociais à espera de que a cultura lhes fosse transmitida pelos adultos. A infância foi vista como etapa do desenvolvimento humano no qual se daria a formação do indivíduo para se tornar um adulto funcional na sociedade.

A partir das fontes históricas e etnográficas, verificou-se que brinquedos e brincadeiras constituíram parte do universo infantil, assim como outros objetos foram utilizados pelas crianças como brinquedos ou de maneira distinta daquela sugerida pelos adultos. Observou-se também que as experiências do brincar foram diversas e indagou-se a respeito da socialização como via de mão única. Como asseverou Lima (2011), a

cultura material como reflexo passivo dos sistemas socioculturais tornou-se uma página virada para a arqueologia. Soafer Derevenski (1997) apontou que a cultura material funcionaria não apenas como um veículo comunicativo para a manutenção das estruturas simbólicas ou valores sociais, mas também poderia ser usada como instrumento na construção ativa do mundo individual. A natureza da interatividade individual não seguiria necessariamente os padrões das brincadeiras com brinquedos das crianças ocidentais, assim como o resultado dessas interações não seria dado, caso contrário, leis universais poderiam ser aplicadas a todas as culturas.

Diante disso, muitos estudiosos empenharam-se em investigações sob a perspectiva da agência, ambicionando trazer as crianças como sujeitos ativos, participantes e colaboradoras em suas comunidades, assim como os adultos. Essa abordagem possibilitou percebê-las como criadoras de experiências significativas em suas próprias vidas a partir da interação com as coisas, com seus pares, com os adultos e com o ambiente, como demonstrado em algumas pesquisas. Siedlikowski et al (2021) argumentaram não existir consenso sobre o conceito de agência quando os estudos abordam crianças e adolescentes. Muitos especialistas têm apontado que agência seria a capacidade das pessoas de agir e falar por si mesmas, refletirem sobre o mundo, configurar suas vidas e colaborar na configuração de outras vidas. Os estudos cada vez mais buscariam aportar o caráter contextual da agência.

De acordo com Pires (2010), todavia, ao tratar as crianças sob a abordagem da agência, apenas alterou-se o pêndulo da sociedade para o indivíduo. Seria necessário refletir que tanto as crianças quanto os adultos conformam e são conformados pelo mundo que os cercam. Lancy (2012) criticou os estudos efetuados ante o conceito de agência, como um movimento etnocêntrico, classista e hegemônico e que representaria o domínio da visão burguesa sobre a educação parental. Resumiu que a agência quando aplicada às crianças seria qualificada por dois aspectos: liberdade e eficácia. Liberdade significaria que as crianças desde pouca idade teriam autonomia física ou não. A eficácia implicaria que pessoas mais velhas responderiam às necessidades das crianças, que elas teriam impacto na vida de outros e teriam reconhecimento social desde a mais tenra idade. Apontou a necessidade de abordar essa perspectiva com mais dados empíricos.

Para terminar, as investigações sobre as crianças e as infâncias têm exigido constante reflexão. A própria natureza das fontes, tanto as arqueológicas, como as escritas ou iconográficas, não abarcam todos os aspectos das vidas das crianças, apenas alguns deles. As categorias de organização das sociedades ocidentais como gênero, etnia e classe social que têm se caracterizado como variáveis importantes de análise enfrentam

obstáculos devido à parca representatividade das crianças no passado. Isso significa lidar o tempo todo com quebra-cabeças, nos quais faltam peças, exigindo-se a busca por diferentes fontes para interpretações possíveis. E, nesse sentido, as pesquisas arqueológicas têm fomentado cada vez mais a interdisciplinaridade. Além disso, as análises centradas em espaços e períodos de tempos específicos têm ressaltado a fluidez dos conceitos de criança e de infância, colaborando para evitar a naturalização, a generalização e a idealização das experiências infantis. Assim, o caráter interdisciplinar no qual se solidificaram as temáticas na arqueologia demonstram ser este um movimento contínuo. Entretanto, como ressaltou Vlahos (2014) seria preciso não avançar apenas nas discussões teóricas, seria preciso refletir acerca das materialidades infantis nas práticas rotineiras do trabalho arqueológico.

No capítulo seguinte, são apresentadas investigações na arqueologia brasileira, que apresentam semelhanças às pesquisas internacionais, exibindo, contudo, as realidades brasileiras.

CAPÍTULO 3 - AS CRIANÇAS E AS INFÂNCIAS SOB A PERSPECTIVA ARQUEOLÓGICA NO CENÁRIO BRASILEIRO

Um dos primeiros pronunciamentos sobre os tópicos ocorreu em um simpósio realizado em 2009, “Onde estão as crianças? Questões de visibilidade, possibilidades e limites do registro arqueológico”, sugerido por Tania Andrade Lima, durante o XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Posteriormente, as apresentações proferidas foram publicadas no livro: “A (in) visibilidade de crianças no registro arqueológico” organizado pela mesma autora (LIMA, 2019a).

De maneira semelhante ao movimento ocorrido no cenário internacional, os estudos bioarqueológicos apresentam maior abundância de informações, englobando análises somente dos remanescentes ósseos infantis, bem como análises concatenadas entre corpos e objetos.

A partir de conjunturas consideradas excepcionais no que tange à preservação, a pesquisa de Fischer (2012) estabeleceu os perfis de ocorrência de estresse e de mortalidade em indivíduos infantis provenientes de dois grupos pré-coloniais: na população do sambaqui de Piaçaguera, no litoral paulista e na população do sambaqui fluvial do Moraes, no sul do estado de São Paulo. A partir das análises de hipoplasia do esmalte dos dentes, sugeriu diferenças nos estilos de vida dos dois grupos, estabeleceu possíveis perfis de ocorrência de estresse e apontou os picos de morte infantil. As crianças de Piaçaguera apresentaram risco de morte durante a primeira infância (entre 1 e 4,9 anos) devido à exposição ao estresse nutricional. Observou, contudo, a capacidade dos indivíduos na retomada do crescimento, que se deveu a uma combinação de fatores. Quanto ao sambaqui fluvial do Moraes, o risco de morte ocorreu ainda na fase neonatal (entre um mês e doze meses de idade) em virtude de condições geradoras de estresse ainda no período gestacional, talvez de ordem nutricional.

O trabalho de Solari, Martin e Monteiro (2016) no sítio pré-colonial Pedra do Alexandre, localizado em Carnaúba dos Dantas, Rio Grande do Norte, registrou diferenças nos modos de enterramento e perturbações tafonômicas de ordem natural e cultural. Foram encontradas 31 deposições funerárias, sendo 25 destas classificadas como indivíduos subadultos. Verificou-se que adultos, crianças e adolescentes foram enterrados no mesmo espaço. Os autores apontaram a extensão cronológica em que foram datados (entre 9400 a 2620 A.P) como explicação para as variações observadas nos modos de enterramento. A morte desses indivíduos estaria associada a diferentes fatores, como eventos de fome, saúde materna e infantil, acidentes, verminoses e abortos.

A investigação realizada por Sene (2018) relacionou aspectos como gênero, idade e processo de socialização. O corpo e a cultura material foram vistos como marcadores de momentos específicos da vida das crianças. A autora analisou o enterramento de vinte e quatro crianças, observadas em onze estruturas, localizadas na Gruta do Gentio II, município de Unaí, Minas Gerais. A Gruta do Gentio II foi caracterizada como um local utilizado para a realização de rituais funerários complexos, datada entre os anos de 3500 e 500 anos A.P. O material esquelético apresentou-se em vários estágios de desenvolvimento. Sene expôs os tipos de estruturas funerárias encontradas e examinou duas delas. No contexto referente a uma criança de nove anos, foram identificados diferentes tipos de adorno, como sementes, dentes de animais, cordéis, fragmentos de uma esteira e de uma rede, vegetais e pigmento amarelo em torno do corpo. Um arco foi ainda encontrado sobre o tórax da criança. Em outra estrutura funerária, observou-se uma mulher com uma criança entre seis meses e um ano e outra criança entre seis e oito anos de idade. Nessa estrutura, foi identificado um único artefato, um pequeno tembetá em sílex. Para terminar, inferiu-se que o arco e o tembetá seriam objetos por meio dos quais as crianças seriam inseridas na sociedade, assumindo suas respectivas identidades de gênero, sendo o arco relacionado ao feminino e o tembetá ao masculino.

Lima, Panachuk e Cruz (2019) efetuaram uma ampla pesquisa em dezenove abrigos sob rocha no Vale do Peruaçu, Minas Gerais, com o objetivo de identificar arte feita por crianças. Nos sítios Lapas do Caboclo, Boquete, Tikão, Malhador, Janelão, Índio, Desenhos, Rezar, Limoeiro, Lourenço, Laranjeiras, Veado, Piolho do Urubu, Cavalos, Velas, Pedro Silva, Pimpolho 2, Cobras e Maria Flor observaram-se desenhos tipo garatujas, tanto em pequenas como em grandes quantidades. Esses desenhos foram compreendidos como traços sem precisão e sem significado, provavelmente realizados por crianças pequenas, entre dezoito meses e quatro anos de idade. Os autores ainda realizaram um estudo etnográfico com crianças entre 24 e 48 meses em uma escola no Rio de Janeiro. As crianças receberam folhas de sulfite, lápis preto e foram orientadas a desenhar o que quisessem. Baseados em teorias cognitivas, afirmaram que as crianças entre 24 e 36 meses realmente faziam rabiscos sem controle, apenas pelo prazer de fazê-los, às vezes de maneira frenética, às vezes pacientemente. Verificaram linhas retas e curvas misturadas e sem direção, rabiscos circulares, movimentos retilíneos para frente e para trás, que se transformavam em formas densamente preenchidas. Concluíram que as pinturas identificadas no Vale do Peruaçu tratavam-se de produções feitas por crianças e tal tipo de manifestação seria universal, observável em qualquer tempo e espaço.

O primeiro trabalho significativo no que diz respeito ao conjunto de publicações circunscritas foi organizado no ano de 2018, pela pesquisadora Fernanda Neubauer. O dossiê temático intitulado “Arqueologia da Infância”, foi publicado na Revista de Arqueologia, periódico da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Neste volume, foram reunidos artigos que contemplaram as crianças e as infâncias em diferentes conjunturas, procedentes de estudos em sítios pré-coloniais e de estudos sobre a materialidade relacionada às crianças no passado recente e contemporaneamente. Foram apresentados textos de pesquisadoras reconhecidas que desenvolvem pesquisas em outras partes do globo. Os textos que perpassam as conjunturas brasileiras são apresentados a seguir.

Solari et al (2018) efetuaram pesquisas em indivíduos subadultos do sítio Pedra do Alexandre e Toca do Gongo III para compreender a ausência de sinais de doenças e, ao mesmo tempo, as causas de morte desses indivíduos. No caso do sítio Pedra do Alexandre, localizado em Carnaúba dos Dantas, Rio Grande do Norte, apesar da má conservação dos ossos humanos, contabilizou-se um número considerável de subadultos, que variaram de perinatal (período entre a 28ª semana de gestação e o 7º dia de vida do recém-nascido) até a adolescência. No sítio Toca do Congo III, situado no Parque Nacional da Serra da Capivara, no município de João Costa, Piauí, também se observou a má conservação dos remanescentes ósseos. Foram contabilizados oito indivíduos na fase perinatal, dois com idade entre cinco e nove anos e um indivíduo na fase da adolescência. Em ambos, não houve tratamento especial dado às crianças e aos adolescentes, pois foram enterrados com os adultos, sem discriminação de idade. Não foram observados sinais patológicos, porém, as idades de mortes estimadas revelaram as dificuldades de adaptação encontradas por essas populações.

A partir da pesquisa realizada no sítio arqueológico Adelar Pilger (RS-C-61), um abrigo sob rocha situado na cidade de Harmonia, no Rio Grande do Sul, Neubauer (2018), sugeriu que as crianças estavam produzindo pontas de projéteis como forma de brincadeira de imitação. O material lítico desse sítio foi classificado como pertencente à tradição Umbu. Estudos sobre morfologia e tecno-tipologias têm sido realizados nas pontas de projétil, com o intuito de averiguar sua variabilidade no decorrer do tempo. Visando contribuir para a compreensão dessa variabilidade, fundamentou-se no pressuposto de que existiam pessoas mais especializadas e menos especializadas na confecção de artefatos líticos. Identificou três possíveis tipos de pontas de projétil a partir da seleção da matéria-prima e do nível de habilidade do artesão. Esses tipos foram relacionados aos experientes, aos aprendizes avançados e aos aprendizes iniciantes, que seriam as crianças. Ao final, deduziu que as crianças foram capazes de imitar

grosseiramente as formas e o contorno geral das pontas de projétil, porém, não foram capazes de reproduzir tais instrumentos de maneira tridimensional ou tecnológica como muitos adultos conseguiriam fazer.

Marques (2018) realizou um trabalho sobre as mãos carimbadas infantis verificadas em um painel de arte rupestre no sítio Serrote do Rola, no município de Santana do Acaraú, Ceará, a partir da perspectiva semiótica. As mãos das crianças apareciam com as mãos adultas e posicionadas na parte superior do painel. As mãos dos adultos encontraram-se em alinhamento paralelo, abaixo do alinhamento das mãos das crianças. Enfatizou-se a ação conjunta entre adultos e crianças, e fez-se alusão à representação e à expressão da corporeidade humana, pois as mãos simbolizariam a eficácia, o trabalho, a adaptação, a vontade de alcançar fins destrutivos e criativos. Desse modo, adultos e crianças estariam juntos tentando compreender o ambiente que os cercavam.

Pereira (2018) empenhou-se em entender a construção da infância a partir da cultura material correlacionada ao contexto religioso de um terreiro de Candomblé. O autor tratou do Terreiro da Goumeia, situado no município de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. O terreiro iniciou suas atividades no ano de 1950 e provavelmente se estenderam até 1990. As escavações revelaram grande quantidade de artefatos, porém, somente quatro deles foram relacionados às crianças. Quais sejam: um apontador de lápis, uma ficha de jogo de botão, um fragmento de um carrinho e um enfeite de lápis. A partir desses objetos, além da coleta de relatos de pessoas que ali passaram a infância, Pereira sugeriu que estes faziam parte dos sistemas de formação de gênero e do tornar-se candomblecista no Terreiro da Goumeia. Pontuou que as crianças brincavam e aprendiam, sem existir uma divisão entre essas atividades. Considerou, ao mesmo tempo, que os membros do terreiro valorizavam a formação das crianças para suas futuras funções religiosas.

A pesquisa conduzida por Silva (2018) examinou as permanências existentes na sociedade atual em relação aos brinquedos industrializados destinados às meninas. Perpassou os conceitos de infância e gênero, caracterizando-os como sustentações da sociedade contemporânea. Verificou os dizeres e as imagens exibidas em embalagens de brinquedos conhecidos. Afirmou que, embora houvessem avanços, os brinquedos continuavam reforçando a estrutura patriarcal e a domesticidade feminina, por meio de aspectos como a cor rosa, a associação à passividade e às tarefas do lar. Assegurou ainda que a infância seguia idealizada para os adultos, sendo os brinquedos usados como

tecnologias de gênero. Nesse sentido, os adultos continuariam projetando suas expectativas nas crianças para o futuro vir a ser.

A pesquisa de Macieira (2018) revisitou a mostra realizada no Museu de Arte de São Paulo – MASP, no ano de 1969, organizada por Lina Bo Bardi e remontada em 2016. A exposição caracterizava-se pela apresentação de diversos tipos de objetos feitos à mão, particularmente bonecas de pano. Para além do caráter funcional, apontou o caráter da especificidade das bonecas de pano, pois tratavam-se de objetos confeccionados por mulheres que, embora habilidosas, deixavam pequenas marcas, tornando cada boneca uma peça quase única. Atestou que as bonecas de pano resistiam como artefato na sociedade brasileira por permearem âmbitos culturais e econômicos. Distinguiu ainda a dimensão do afeto. Para concluir, afirmou que a boneca de pano seria um bem representativo da infância capaz de despertar afetividade; ao mesmo tempo as artesãs encontraram por meio da feitura da boneca uma maneira de resistir às pressões mercadológicas, a partir da criatividade e das ações diárias de seus saberes artísticos.

No livro organizado por Tania Andrade Lima (2019), são apresentados quatro textos, sendo três deles referentes às pesquisas em contextos brasileiros. Estes são exibidos a seguir.

O trabalho de Duarte-Turim e Rodet (2019) objetivou entender as etapas de fabricação dos instrumentos líticos para diferenciar os lascadores experientes considerados adultos das crianças vistas como aprendizes. A partir de alguns aspectos alusivos aos aprendizes na fabricação de artefatos líticos, as autoras buscaram três exemplos arqueológicos nas indústrias líticas do Brasil Central. No sítio Boquete Externo, associado ao abrigo Lapa do Boquete, situado entre os municípios de Januária e Itacarambi, Minas Gerais, foram identificados instrumentos lascados simples, confeccionados com matéria-prima inferior às demais, apresentando negativos profundos e refletidos sequenciais e muitos pontos de impacto. Essas peças foram consideradas desviantes e, portanto, deviam ter sido produzidas por aprendizes pouco experientes, as crianças. No sítio GO-JA-03, localizado em Serranópolis, Goiás, foram encontrados artefatos que apresentaram vários erros de lascamento em relação à maioria dos líticos desse sítio. Verificou-se a qualidade inferior da matéria-prima e os acidentes refletidos marcantes, que foram interpretados como atributos de lascadores aprendizes. Por fim, no sítio Caixa d' Água, situado em Buritizeiro, Minas Gerais, um instrumento unifacial de secção plano-convexa foi manufaturado com matéria-prima de qualidade inferior. Foram observadas retiradas profundas e refletidas, que ocasionaram volume em excesso na peça.

Devido a esses aspectos, comparados aos demais instrumentos de mesmo tipo do sítio, a peça seria produto de uma criança aprendiz.

A pesquisa de Prous, Panachuk e Jácome (2019) abrangeu análises de miniaturas cerâmicas, assim como de vasilhas maiores nas quais apareciam os dedos/unhas ou outro tipo de decoração feita pelas crianças. Com o auxílio de estudos etnográficos procuraram entender como se dava o processo de ensino-aprendizagem e de transmissão cultural entre populações pré-coloniais. Foram examinadas 128 miniaturas oriundas de sítios Tupiguarani, trinta peças derivadas de outros sítios associadas a diferentes populações pré-coloniais, além de peças etnográficas. A maioria das miniaturas provenientes dos Tupiguarani foi localizada em instituições brasileiras, sendo algumas peças procedentes de uma instituição no Paraguai. A partir da análise das miniaturas, os autores estabeleceram cinco categorias: brinquedos feitos pelas crianças; brinquedos feitos por pessoas maiores e oferecidos às crianças como brinquedos; brinquedos feitos por pessoas maiores e oferecidos às crianças antes de estarem prontos, para que participassem da confecção e/ou decoração; vasilhas funcionais utilizadas para armazenar substâncias preciosas ou em pouca quantidade; vasilhas funcionais abertas usadas para servir comida às crianças pequenas. Quanto às vasilhas de tamanho real, observou-se que algumas delas serviram para que jovens aprendizes, que poderiam ter sido crianças, pudessem treinar suas habilidades de pintura.

Lima (2019b), por meio da análise de brinquedos identificados em diferentes contextos, realizou um estudo sobre o processo de socialização das crianças na sociedade oitocentista do Rio de Janeiro. Esses brinquedos originaram-se de cinco sítios arqueológicos, entre urbanos e rurais, referentes ao século XIX. Para a autora, os brinquedos seriam representativos das mudanças que transcorriam nesse século, pois revelavam a inserção do modo de vida burguês em uma sociedade escravista. Evidenciou os brinquedos destinados às meninas, como os fragmentos e partes do corpo de bonecas de biscuit e das bonecas *Frozen Charlottes*, além de fragmentos de louças pintadas com motivos infantis e fragmentos de louças em miniatura para as bonecas. Para os meninos, foram identificados soldadinhos de chumbo e castelos em miniatura, além de inúmeras bolinhas de gude em vidro. Conjugando a análise do material arqueológico com imagens coletadas em um periódico com publicações majoritariamente dedicadas às mulheres, afirmou que havia uma estrutura dual, dividida entre masculino e feminino. Ao mesmo tempo, notava-se a adoção de práticas cotidianas e de bens materiais da vida burguesa que se entremeavam aos arcaísmos do escravismo. Assim sendo, o processo de

socialização das crianças seria orientado para a doutrinação e categorização dos distintos papéis que meninos e meninas deveriam exercer quando adultos.

No recente trabalho apresentado por Silva (2020), notou-se o propósito de delinear as características da produção arqueológica brasileira sobre as crianças e as infâncias. Para a autora, as investigações apresentadas no dossiê temático publicado em 2018 e as investigações apresentadas no livro publicado em 2019 poderiam ser sintetizadas em duas linhas: a infância como uma fase do desenvolvimento biológico, a qual seria marcada por aspectos da evolução óssea ou dentária ou por símbolos de cuidados para com as crianças; a infância como uma fase de aprendizagem para constituição, manutenção e reprodução de modos de vida, considerando as especificidades culturais, históricas e sociais. Indicou ainda os desafios sobre os quais seria necessário refletir e salientou que as temáticas se apresentavam promissoras na arqueologia brasileira.

3.1 CONCLUSÃO

Perante a primeira proposta apresentada por Tânia Andrade Lima até o presente, observa-se interesse crescente pelas temáticas na arqueologia brasileira. Notadamente, a publicação do volume organizado por Fernanda Neubauer trouxe várias contribuições. Constata-se a pluralidade e a particularidade dos contextos.

No caso dos remanescentes ósseos, estes foram tratados em suas patologias e causas de morte. Os objetos identificados, junto aos corpos, foram analisados a partir da construção do gênero e do tratamento dado aos mortos, sob o conceito da socialização.

No que concerne à cultura material observada de maneira indireta, considerando os trabalhos relacionados às sociedades pré-coloniais, atenta-se para o conceito de ensino-aprendizagem. Nas análises sobre os artefatos líticos, as crianças foram entendidas como aprendizes e seus artefatos como produtos com imperfeições técnicas. Nas análises sobre os objetos cerâmicos, as crianças foram observadas como aprendizes e também coautoras de vários artefatos.

Nas pesquisas voltadas para arte rupestre, as crianças foram analisadas como produtoras de arte. Um deles interpretou as pinturas nos abrigos sob rocha comparando-as aos desenhos feitos por crianças pequenas nos tempos atuais. Os referenciais teóricos foram buscados em alguns dos autores aludidos nesta tese, como Vigotski e em teóricos da arte. As mãos carimbadas das crianças ao lado de mãos carimbadas dos adultos foram interpretadas como sinais que indicariam ação conjunta para entender o contexto no qual essas pessoas estavam inseridas.

No trabalho apresentado sobre as crianças na sociedade brasileira do século XIX, atenta-se para o conceito de socialização. Nessa investigação, as crianças foram compreendidas como sujeitos vulneráveis, enquanto a infância foi conjecturada como uma etapa destinada à transmissão e à reprodução de padrões considerados ideais.

Os trabalhos que avaliaram a cultura material atinente ao passado recente e ao período contemporâneo trouxeram o foco para as infâncias. Em um dos textos, desenvolveu-se sobre a cultura material e inferiu-se acerca da infância em uma conjuntura ligada ao aspecto religioso. Para além dos pilares outrora referenciados: etnia, classe social e gênero, neste caso, incluiu-se o aspecto religioso como parte importante daquele contexto. Outros dois estudos geraram um contraponto interessante, pois um deles direcionou-se à compreensão da circulação de mercadorias voltadas para as crianças, que carregavam simbolismos das divisões de gênero; o outro considerou a permanência das bonecas de pano como produto da resistência das artesãs. Assim, tem-se a convivência dos brinquedos padronizados pelas indústrias ao lado dos brinquedos tradicionais manufaturados, que, ao mesmo tempo, foram incorporados pelo mercado, todavia, buscando sustento em memórias afetivas e características etno-culturais.

Por fim, as pesquisas brasileiras sinalizam também na direção da interdisciplinaridade, buscando auxílio nas fontes escritas e iconográficas, na análise experimental e em estudos etnográficos. A literatura brasileira converge à literatura estrangeira quanto aos métodos para identificação das crianças no registro arqueológico, ao mesmo tempo, percebem-se as especificidades dos contextos que certamente alcançam resultados diferentes.

Outra característica observada até o momento reside no fato de que os temas têm sido tratados majoritariamente por mulheres. Considerando que estão consolidados em outras áreas científicas no Brasil, a arqueologia certamente usufruirá dessas pesquisas e poderá também contribuir para um entendimento mais abrangente sobre as crianças e as infâncias no passado e no presente.

CAPÍTULO 4 – MÉTODOS DA PESQUISA

4.1 PROCEDIMENTOS INICIAIS

Primeiramente, as instituições de guarda foram consultadas sobre a existência de artefatos relacionados às crianças em seus acervos. Observou-se uma listagem elaborada pelo Centro Nacional de Arqueologia (CNA), Núcleo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sob o nome de Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos (CNIGP). A lista contemplava instituições de todo o país, apresentando: estado da federação, instituição, responsável, cidade, endereço, contato, situação (apta, apta em processo de fiscalização ou inapta para receber bens arqueológicos) e data de atualização. Esse procedimento foi efetuado antes da escrita do projeto de pesquisa em algumas instituições para assegurar sua viabilidade.

O Centro de Arqueologia de São Paulo (CASP) foi a primeira instituição a ser procurada. A questão sobre a existência de artefatos relacionados às crianças foi encaminhada por e-mail. Tendo em vista a resposta positiva, salientou-se o interesse em verificar as coleções. Seguindo-se os protocolos da instituição, preencheu-se uma ficha (Cadastro de Pesquisadores) para acessar o acervo. Depois, foi disponibilizada uma planilha contendo todas as coleções existentes e um resumo dos estudos que resultaram naquelas coleções.

A partir da análise dos resumos, agendou-se uma visita ao acervo documental do CASP. Consultaram-se os relatórios físicos e demais documentos referentes às pesquisas arqueológicas e verificou-se que diversos sítios históricos apresentavam objetos associados às crianças. Na maioria deles, a quantidade era ínfima, em alguns, dois ou três objetos, em outros, cinco. Diante disso, considerou-se a necessidade de adotar um critério de seleção das coleções. Julgou-se pertinente separá-las pela quantidade de artefatos referentes às crianças, selecionando-se ao final três coleções. Naquele momento, a equipe do CASP disponibilizou também uma visita à reserva técnica para observação do material arqueológico.

Ao mesmo tempo, aguardava-se a resposta dos e-mails encaminhados a outras instituições. Diante da resposta negativa de algumas ou de nenhuma resposta de outras, optou-se por finalizar o projeto com três coleções provenientes de sítios arqueológicos localizados na cidade de São Paulo, salvaguardados no CASP. No projeto, apontou-se que essas três coleções fariam parte da pesquisa e que outras instituições seriam sondadas para que novas fossem incorporadas.

Para a segunda etapa, depois de finalizado o processo seletivo para o doutorado, tornou-se novamente necessário contatar as instituições de guarda. Encaminharam-se novos e-mails contendo a mesma questão. Nesse momento, observou-se que muitos dos contatos apresentados na planilha CNIGP estavam desatualizados. Realizou-se, então, uma varredura na internet para encontrar e-mails ou telefones dessas instituições. Essa etapa mostrou-se mais demorada do que o esperado. Após a nova consulta, os retornos positivos seguiram poucos sobre a existência de artefatos referentes às crianças, enquanto outros foram negativos. Em muitos casos, não houve devolutiva sobre o questionamento.

Finalmente, obteve-se retorno positivo do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. Duas coleções foram selecionadas para compor a investigação. Realizou-se o preenchimento de uma ficha de cadastro de pesquisador e estabeleceu-se contato com uma das profissionais responsáveis pelo acervo no museu. Os relatórios das pesquisas efetuados nos sítios escolhidos foram enviados por e-mail.

Discriminou-se ainda uma coleção salvaguardada no Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), situado na cidade de Belford Roxo, Rio de Janeiro. Houve a necessidade de firmar um convênio entre IAB e MAE/USP, sendo os coordenadores responsáveis o professor Dr. Camilo de Mello Vasconcellos e o professor Dr. Ondemar Ferreira Dias Junior, conjuntamente com Josefa Jandira Neto Ferreira Dias. Esse processo também demandou tempo. Realizaram-se reuniões entre profissionais do MAE, orientador e pesquisadora para atender as exigências colocadas pela USP e pelo IAB. Os documentos foram preenchidos e encaminhados para análise na Comissão de Pós-Graduação (CPG) do MAE e, em seguida, para avaliação na Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (AUCANI). O extrato do convênio publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 23 de março de 2022, encontra-se em anexo.

4.2 COLETA DE DADOS

O material arqueológico do Sítio Praça das Artes foi previamente separado pela arqueóloga responsável no CASP. A análise teve início em março de 2020. Entretanto, diante da configuração de pandemia de covid-19, essa fase da pesquisa foi adiada. Devido ao prolongamento da situação pandêmica, as instituições julgaram conveniente que as visitas fossem realizadas depois que o ciclo vacinal estivesse avançado. Desse modo, a visita ao Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo foi programada para ocorrer por duas semanas no início de março de 2022. A visita ao IAB somente pode ser organizada depois

do estabelecimento e publicação do convênio no DOU. Decidiu-se que o trabalho seria efetuado por uma semana no final do mês de abril de 2022.

Durante o período mais restrito de circulação das pessoas, em 2020, finalizou-se o cumprimento dos créditos de disciplinas. Simultaneamente, seguia-se o levantamento de fontes escritas e iconográficas referentes ao sítio Praça das Artes, de maneira virtual. Com a situação pandêmica um pouco mais controlada, em maio de 2021, retomaram-se as visitas ao CASP.

Para o Sítio do Capão, por ter sido uma instituição para crianças, considerou-se a necessidade de verificar todas as caixas de material arqueológico. Constatou-se a presença de muitos brinquedos e de alguns calçados. Vários deles, porém, não se encontravam em bom estado de conservação e haviam sido identificados em superfície. Em virtude desses fatos, atentou-se para os objetos previamente selecionados pelos pesquisadores (que realizaram a investigação arqueológica no local) que se encontravam agrupados em uma coleção de referência. Essa coleção tornou-se apropriada, pois representava uma porção dos objetos coletados em superfície, ademais, contemplava todos os artefatos identificados em subsuperfície. Alguns encontravam-se no setor expositivo, assim, foi necessário agendar a retirada desses artefatos¹.

Para o Sítio Solar da Travessa Paraíso, também se efetuou uma triagem nas várias caixas de material arqueológico dispostas na reserva técnica do Museu Joaquim Felizardo. Para tanto, contou-se com as informações fornecidas pela pesquisadora Fernanda Tocchetto e dos demais profissionais do museu. Durante a triagem, fizeram-se necessárias algumas decisões. Observaram-se inúmeros fragmentos de placas de ardósia menores que 2 cm ou em processo de deterioração, que foram desconsiderados para análise. Selecionaram-se aqueles com marcas em superfície e/ou aqueles em melhor estado de conservação.

Concernente à investigação das fontes escritas e iconográficas para elaboração do contexto histórico e das atividades situadas das crianças, considerou-se que essa documentação deveria ser específica o suficiente para alcançar informações sobre as crianças, suas atividades e relacionamentos. Por isso, a partir da localização dos sítios arqueológicos, determinou-se a porção geográfica e temporal que direcionou a busca por outras fontes. De modo geral, as explorações concentraram-se nos acervos virtuais das

¹ O CASP encontra-se sediado no Sítio Morrinhos e integra o Departamento dos Museus Municipais da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. Assim, existem profissionais que são responsáveis por realizar seus trabalhos em vários museus da cidade. Agendaram-se data e horário com a profissional que trouxe os equipamentos necessários para abertura dos vidros onde estavam armazenados os artefatos em exposição. Da mesma forma, realizou-se agendamento com a mesma profissional para que os artefatos fossem recolocados em seus locais após a finalização da análise.

grandes bibliotecas brasileiras e no Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) da Universidade de São Paulo. Entretanto, para cada coleção, houve a necessidade de busca em locais físicos e/ou bancos de dados virtuais específicos, como encontra-se detalhado a seguir.

Para o Sítio Antigo Convento do Carmo (cujo período de referência orientou-se entre 1808 e 1889), verificaram-se textos de autores brasileiros e crônicas de viajantes do período, identificados por meio digital ou impresso. Observaram-se textos de historiadores que biografaram as vidas das pessoas da família real no Brasil. Muitos dos livros impressos foram consultados no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP) e na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM/USP). Coletaram-se ainda fotografias e mapas a partir do acervo digital da Biblioteca Nacional e do acervo digital do Museu Paulista.

Para o Sítio Praça das Artes (cujo período de referência situou-se entre o século XIX e primeiras décadas do século XX), as fontes principais vieram dos acervos digitalizados da Biblioteca Nacional e dos acervos digitalizados do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Consultaram-se almanaques, documentos relacionados à educação, além de escritores, memorialistas e historiadores que deixaram relatos sobre aspectos da cidade nesse período.

Quanto ao Sítio Solar da Travessa Paraíso (cujo período de referência situou-se entre 1809 até as primeiras décadas do século XX), um estudo histórico já havia sido feito pela arqueóloga Fernanda Tocchetto e por outros pesquisadores do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. Tal investigação foi consultada na publicação: *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas na Porto Alegre moderna oitocentista*. Por isso, levantaram-se informações complementares que pudessem fornecer detalhes e correlacionar as crianças que ali viveram à cultura material. No sítio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), buscou-se referências sobre uma instituição situada em área próxima ao solar. Coletaram-se ainda alguns trabalhos recentes que trouxeram informações sobre as pessoas que ali viveram.

Para o Sítio Praça Brigadeiro Sampaio (cujo período de referência situou-se nas primeiras décadas do século XX), conseguiu-se diversos livros impressos de autores que escreveram sobre aspectos físicos e sociais da cidade de Porto Alegre, no IEB/USP e na BBM/USP. Textos de jornais e de almanaques foram selecionados a partir do acervo digital da Biblioteca Nacional. Levantaram-se textos e imagens no acervo digital do Centro de Memória do Esporte (CEME) mantido pela Universidade Federal do Rio

Grande do Sul (UFRGS). Fotografias da praça no início do século XX também foram coletadas no sítio www.prati.com.br².

Para o Sítio do Capão (cujo período de referência orientou-se entre 1911 a 1997), procurou-se contatos para averiguar a existência de documentação sobre o período de funcionamento da instituição. Essa documentação não foi localizada. Contatou-se o escritório de arquitetura, responsável pelas obras de restauro, e examinou-se o memorial contendo o histórico do casarão. Levantaram-se fotografias dos primeiros anos do século XX, além de fotografias feitas durante e após as obras de restauro. Esse material foi fundamental para compor o contexto histórico referente às primeiras décadas do século XX. Depois do fechamento da entidade, alguns dos membros que ali trabalhavam poderiam ter se deslocado para outra unidade existente em Itapetininga. Segundo informação pessoal³, documentos escritos e fotográficos foram coletados nessa unidade existente em Itapetininga. Buscou-se contato com essa entidade, porém, de acordo com informações prestadas por telefone pela equipe da Secretaria de Promoção Social da Prefeitura de Itapetininga, a instituição também havia fechado.

Levantaram-se outras fontes escritas a partir do acervo digital da Fundação Sistema Estadual Análise de Dados (SEADE) do Estado de São Paulo e também do acervo digital da Fundação Carlos Chagas (FCC). O documento referente ao processo de tombamento encontrou-se em acervo virtual disponibilizado pelo projeto iPatrimônio⁴. Para o período mais recente, não haviam informações ou fotografias disponíveis no memorial de restauro. Esse material foi encontrado em excertos do jornal O Estado de São Paulo, em acervo digital do próprio jornal.

Avaliando o tempo disponível para a conclusão da pesquisa e a quantidade de coleções arqueológicas analisadas, decidiu-se por manter cinco coleções, que são apresentadas no item a seguir.

² O sítio contempla acervo de fotografias e desenhos sobre a cidade de Porto Alegre e outras regiões brasileiras, além de informações históricas, textos e poesias. Disponível em: <<https://prati.com.br/fotosantigas>>. Acesso em: 15 de mai. 2023.

³ CACHIONI, Marcelo. Arquiteto responsável pelo levantamento de documentação histórica escrita e fotográfica da instituição contido no memorial de restauro. Mensagem recebida em: 03 de ago. 2021.

⁴ O iPatrimônio é uma plataforma colaborativa, independente e sem fins lucrativos que visa mapear o patrimônio cultural brasileiro e divulgá-lo. Disponível em: <<https://www.ipatrimonio.org/>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa fundamentou-se em três pilares: cultura material associada às crianças provenientes de cinco sítios arqueológicos; documentos escritos e iconográficos referentes aos períodos de tempo e espaços geográficos dos respectivos sítios. Encontrase abaixo uma tabela contendo um resumo das coleções designadas.

TABELA 2: Síntese das coleções arqueológicas analisadas.

Sítio arqueológico	Localização das coleções arqueológicas	Quantidade de objetos associados às crianças	Espacialidade/temporalidade
Antigo Convento do Carmo	Instituto de Arqueologia Brasileira/ Belford Roxo/RJ	76	Centro Histórico do RJ. Entre 1808 e 1889
Praça das Artes	Centro de Arqueologia de São Paulo/SP	43	Centro Histórico de SP. Séc. XIX e primeiras décadas do XX
Solar da Travessa Paraíso	Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo/RS	35	Bairro Menino Deus, POA. 1809 a primeiras décadas do século XX
Praça Brigadeiro Sampaio	Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo/RS	67	Centro Histórico de POA. Primeiras décadas séc. XX
Sítio do Capão	Centro de Arqueologia de São Paulo/SP	61	Jardim Anália Franco, SP. Entre 1911 e 1997

Fonte: Autoria própria.

Todas as coleções referem-se a sítios arqueológicos identificados em área urbana. O sítio Antigo Convento do Carmo trata-se de edificação tombada em âmbito federal e protegida em âmbito municipal. Está localizado no atual Centro Histórico do Rio de Janeiro, em zona de fundação da cidade. O Sítio do Capão trata-se de edificação tombada em âmbito estadual e municipal. Está localizado em área de urbanização consolidada, porém, no início do século XX, a posição do bairro era de afastamento da região central. Essa situação alterou-se ao longo do século XX, tornando o bairro majoritariamente habitado pela classe alta e média.

O Sítio do Capão, Solar da Travessa Paraíso e Antigo Convento do Carmo referem-se ao ambiente urbano delimitado enquanto sítio arqueológico e quanto à cultura material. Os sítios Solar da Travessa Paraíso e Antigo Convento do Carmo remetem ao ambiente doméstico, enquanto o Sítio do Capão remete ao ambiente institucional.

Os sítios Praça das Artes e Praça Brigadeiro Sampaio foram localizados em locais de interesse histórico, pois relacionam-se a lugares de fundação das cidades de São Paulo e Porto Alegre. O sítio Praça das Artes refere-se ao ambiente urbano, delimitado enquanto sítio arqueológico, contemplando cultura material advinda da região do entorno. O sítio Praça Brigadeiro Sampaio refere-se ao ambiente urbano, delimitado enquanto sítio arqueológico, contemplando cultura material advinda de diversos pontos da cidade.

Sobre a cultura material, observou-se que os brinquedos corresponderam à categoria mais representativa de artefatos associados às crianças, identificados em todos os sítios. Dos 282 objetos, 204 compreenderam brinquedos. A segunda categoria englobou os fragmentos de placas de ardósia, com 36 peças, provenientes dos sítios Praça das Artes e Solar da Travessa Paraíso. A terceira referiu-se aos lápis de ardósia, abarcando vinte peças, provenientes dos mesmos sítios. As louças decoradas com motivos infantis compreenderam doze artefatos, oriundas do sítio Praça Brigadeiro Sampaio.

Concernente às escovas de dente e às chupetas, abarcaram três e dois exemplares, respectivamente, oriundos do sítio Praça Brigadeiro Sampaio. Os dedais englobaram duas peças, provenientes do sítio Antigo Convento do Carmo.

Quanto à peça de roupa, lápis de madeira e amuleto, abarcaram um exemplar de cada, identificados no sítio Antigo Convento do Carmo. Quanto ao calçado e ao enfeite de plástico, foram coletados no Sítio do Capão e no sítio Praça Brigadeiro Sampaio, respectivamente.

4.4 ANÁLISE DOS DADOS

Quanto à análise do material arqueológico, foi efetuada individualmente. Tomaram-se as medidas das peças (comprimento, largura, espessura). Depois, elas foram descritas, tendo sido observados aspectos como: cores, formas, texturas, matérias-primas e estado de conservação (fragmentado ou inteiro). Por último, fotografaram-se as peças. As fichas de análise contendo essas informações encontram-se em apêndice.

Sobre as louças decoradas com motivos infantis do Sítio Praça Brigadeiro Sampaio, foi medida a espessura das peças. Os fragmentos encontravam-se remontados. Descreveu-se ainda as representações observadas nas peças, que depois foram ilustradas por uma criança de seis anos. Essas ilustrações encontram-se em apêndice.

Objetivando contextualizar esses objetos, descreveu-se um resumo das pesquisas arqueológicas efetuadas nos respectivos sítios. Priorizaram-se aspectos como localidade e temporalidade, períodos de realização dos monitoramentos, prospecções e resgates,

quantidades de material arqueológico coletados e referências estratigráficas dos artefatos associados às crianças, quando disponíveis.

Para a composição do contexto histórico, a análise baseou-se nos micros contextos. Os documentos escritos e iconográficos foram examinados de modo exaustivo, observando-se aspectos dos espaços físicos, aspectos relativos à cultura material e às vivências e relações das crianças naqueles espaços. Inclusive, para os sítios Praça das Artes e Sítio do Capão, contou-se com memórias escritas por pessoas adultas, porém, que vivenciaram suas infâncias naqueles locais. Nesses dois casos, verificaram-se conjunturas bastante específicas de personagens anônimas, que passariam despercebidas se a pesquisa focasse apenas no macro contexto.

Quanto ao sítio Antigo Convento do Carmo, por se tratarem de personagens conhecidas (família real) distinguiram-se mais referências sobre a vida das crianças quando comparado aos demais. Algumas cartas trocadas entre as pessoas que ali estiveram (que constam no Arquivo Histórico do Museu Imperial, Petrópolis, Rio de Janeiro) puderam ser consultadas via publicações de artigos e livros. Pontuaram-se informações relacionadas à cultura material e às vivências das crianças.

Para os sítios Praça das Artes e Praça Brigadeiro Sampaio, as análises recaíram na localização de famílias que residiam nas ruas próximas, sobre instituições públicas e privadas e/ou atividades comerciais situadas nas áreas do entorno. No caso do Sítio Praça das Artes, conforme referido, identificou-se uma referência bibliográfica específica.

Para o Sítio Antigo Convento do Carmo, Solar da Travessa Paraíso e Sítio do Capão que se compunham de espaços físicos delimitados, não foi possível afirmar a quais grupos familiares pertenceram os brinquedos e demais objetos. Por isso, essas informações foram deduzidas, observando-se todos os grupos familiares que passaram por esses locais, realizando associações dos objetos identificados nos sítios a seus possíveis donos.

A cultura material, somada aos documentos escritos e iconográficos, fundamentou as inferências sobre as atividades das crianças. A leitura dessas atividades estruturou-se sob o conceito de atividade situada, de acordo com Evaldsson e Corsaro (1998). Da mesma forma, os brinquedos somados à documentação escrita e iconográfica apoiaram as inferências sobre as brincadeiras. Utilizou-se o estudo de Vigotski (2010) para interpretar possibilidades de participação das crianças nessas atividades.

Além dos estudos de Vigotski, utilizaram-se outras referências que trouxeram informações sobre a origem e a produção dos brinquedos. Cabe registrar que essa

classificação não foi arbitrária, porém, indicaram a compreensão alcançada. Pesquisas consultadas na literatura foram usadas para consubstanciá-la.

Na tabela abaixo, encontra-se um resumo das análises que são apresentadas no capítulo seguinte.

TABELA 3: Cultura material, atividade situada e estrutura social.

Sítio arqueológico	Cultura material	Atividade Situada	Estrutura social
Antigo Convento do Carmo	Brinquedos Roupa/amuleto Dedais Lápis de madeira	Brincadeiras/Jogos Vestimenta/Proteção Costura Caligrafia/Desenho/Escrita/Leitura	Alta/Escravidão
Praça das Artes	Placas/lápis de ardósia Brinquedos	Escrita/Leitura Brincadeiras/Jogos	Alta/Média/Baixa Escravidão
Solar da Travessa Paraíso	Placas/lápis de ardósia Brinquedos	Escrita/Leitura Brincadeiras/Jogos	Alta/Média/ Escravidão
Praça Brigadeiro Sampaio	Brinquedos Louças decoradas Escovas de dente Chupetas Enfeite	Brincadeiras/Jogos Alimentação Higiene Sucção Vestimenta	Alta/Média/Baixa
Sítio do Capão	Brinquedos Calçado	Brincadeiras/Jogos Vestimenta	Baixa

Fonte: Autoria própria.

A partir das especificidades observadas nas análises, foi possível lançar luz sobre os modos de aprendizagem das crianças no passado. Levantaram-se ainda na literatura estudos sobre a relação entre jogos, brincadeiras e aprendizagens, objetivando o fortalecimento ou refutação das interpretações.

Para compreender como o círculo mais próximo das relações das crianças as influenciaram em suas aprendizagens, determinou-se três tipos de ambientes que perpassaram três momentos históricos. O ambiente doméstico, no século XIX, no qual o grupo poderia ser composto por pai, mãe, irmãs, irmãos, amigos e amigas próximos, parentes, pessoas escravizadas, tutores e tutoras, pessoas com as quais as crianças estabeleceram vínculos (Sítios Antigo Convento do Carmo, Praça das Artes e Solar da Travessa Paraíso). O ambiente das praças públicas relativo ao século XX, no qual incluíram-se grupos compostos por: crianças, professores e recreacionistas (Sítio Praça Brigadeiro Sampaio). Quanto ao ambiente institucional, alusivo ao século XX, determinou-se o grupo composto por crianças, professores, cuidadores, dentre outros adultos, não descartando totalmente os vínculos familiares (Sítio do Capão).

Por fim, utilizaram-se as análises apresentadas, bem como pesquisas na literatura que almejam compreender as relações sociais para o fortalecimento ou refutação das interpretações.

4.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

As inferências e interpretações sugeridas nesta pesquisa basearam-se em métodos consolidados pela Arqueologia e pela História. Assim, muitas das limitações encontradas são comuns e partilhadas por todos os pesquisadores das áreas, não obstante, cabe elencar algumas limitações específicas deste trabalho.

Uma condição particular refere-se às coleções nas instituições de guarda. Como relatado, os contatos buscados, em muitos casos não manifestaram resposta. Poderia significar que não houvessem objetos referentes às crianças, mas também poderia significar que os profissionais não soubessem acerca de artefatos arqueológicos associados às crianças nas coleções. As respostas positivas ou negativas forneceriam grande suporte a esta e a outras pesquisas vindouras.

A segunda condição refere-se aos contextos arqueológicos, que forneceriam os subsídios para responder às questões aqui propostas, estes, porém não foram suficientes. No Sítio Antigo Convento do Carmo, a cultura material associada às crianças foi identificada em um único local, alterando-se o registro estratigráfico. No Sítio Praça das Artes, os objetos foram coletados após a camada de aterro, sem registro estratigráfico das peças. No Sítio Solar da Travessa Paraíso, recuperou-se a maioria das peças da lixeira. No Sítio Praça Brigadeiro Sampaio, todos os objetos vieram de uma lixeira coletiva. No

caso do Sítio do Capão, coletou-se a maioria das peças relacionadas às crianças em superfície. Assim sendo, na ausência de bons contextos arqueológicos, fontes escritas dos respectivos períodos abordados, assim como pesquisas recentes foram empregadas para responder às questões direcionadoras. Ademais, a proposta de compreender as atividades das crianças, enquanto atividades situadas em tempos e espaços específicos e procurar o como, não o quê e o porquê em relação às aprendizagens, exigiu o estudo em diversas fontes. Como se procura salientar ao longo desta pesquisa, o trabalho interdisciplinar torna-se bastante profícuo quando se trata de investigar as crianças e suas infâncias no passado, diferentemente se esta pesquisa estivesse voltada para os adultos. A ação das crianças concentrou-se nas brincadeiras e jogos e não na fabricação dos brinquedos. Nas sociedades ocidentais dos séculos XIX e XX, a maioria dos brinquedos estava disponível para ser consumida, portanto, compreender a aprendizagem das crianças por meio do brincar requereu uma análise voltada para o uso desses objetos, que puderam ser alcançadas a partir da combinação com fontes escritas e analogias com estudos etnográficos.

A terceira condição refere-se aos poucos estudos relacionados às crianças e às infâncias na literatura arqueológica brasileira, particularmente quando se trata do período histórico e do passado recente. Dessa maneira, os resultados desta pesquisa não puderam ser confrontados no amplo contexto das temáticas na arqueologia brasileira.

Finalmente, cabe lembrar que as crianças das quais se fala nesta tese não foram observadas em suas atividades reais, assim como os fenômenos estudados não foram observados em situações reais ao longo de um tempo determinado.

CAPÍTULO 5 – COLEÇÕES ANALISADAS**FIGURA 1:** Representação de jogo de chá para bonecas em madeira do Sítio Antigo Convento do Carmo.

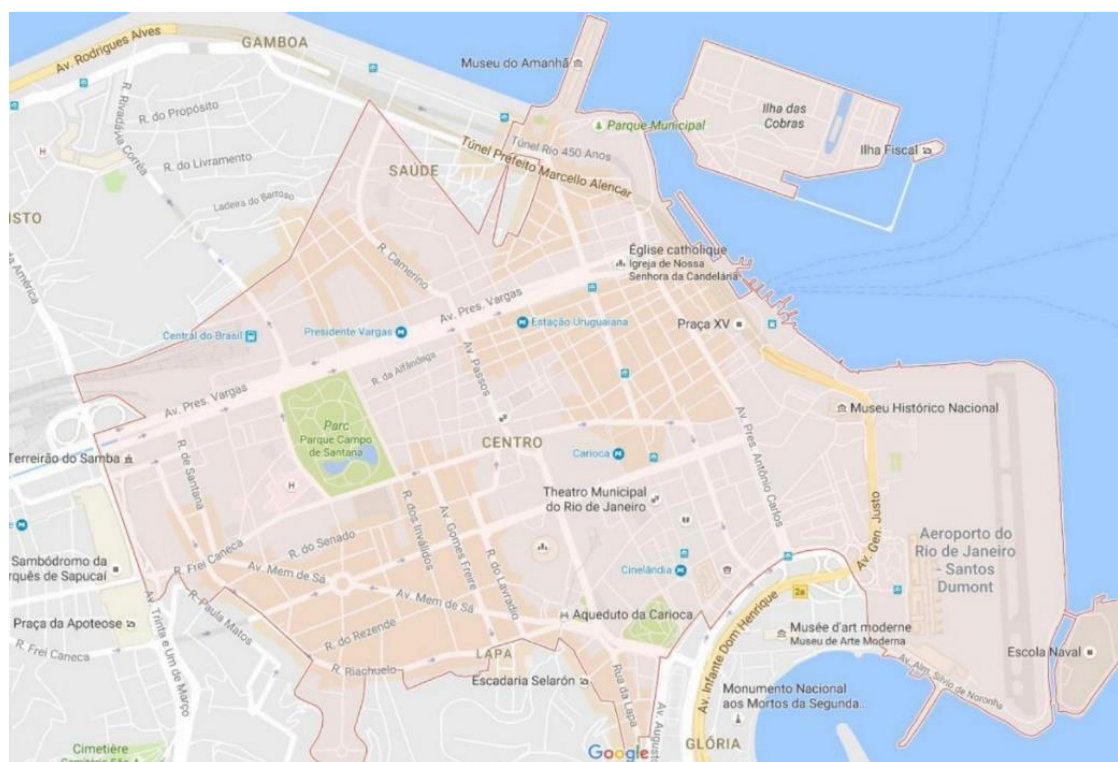
Fonte: Clarice Boaventura, 2022.

5.1 SÍTIO ANTIGO CONVENTO DO CARMO

5.1.1 PESQUISA ARQUEOLÓGICA

O Sítio Antigo Convento do Carmo⁵ está situado na atual Praça XV de Novembro, Centro Histórico do Rio de Janeiro, na conformação das ruas Primeiro de Março e Sete de Setembro (DIAS, 2019a).

MAPA 1: Centro Histórico do Rio de Janeiro.



Fonte: Map of Rio de Janeiro, 2023.

⁵ Pesquisas históricas e arquitetônicas sobre o Antigo Convento do Carmo iniciaram-se na década de 1950 e culminaram com um parecer pelo não tombamento. Novas investigações conduziram ao parecer de tombamento exarado em 31 de julho de 1964, sob o número de processo 689-T-1962. O nome atribuído consta Casa à Praça Quinze de Novembro, nº 101 (Antigo Convento do Carmo). Novas pesquisas tiveram início na década de 1980, englobando as investigações anteriormente efetuadas de maneira isolada, considerando a área do entorno. Assim, buscou-se delimitar um perímetro de proteção, sendo a Área Central da Praça XV de Novembro e imediações registrada no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no Livro Histórico e no Livro das Belas Artes. A região também é protegida na esfera municipal pela Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design (SubPC), ligada à Secretaria Municipal de Cultura (MENDES, 2012). Em 2019, o local foi registrado como sítio arqueológico no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA). No início da década de 1980 também foram realizadas intervenções arqueológicas conjugadas às obras de restauro no palácio do Paço. Pinheiro da Silva, Morley e Ferreira da Silva (1984) declararam que a maior parte dos artefatos e estruturas identificados estavam relacionados à ocupação como Casa da Moeda. Entretanto, outra área foi identificada como Armazéns Gerais, na qual observaram-se fragmentos de louça, cerâmica, talheres em prata, moedas de cobre e cachimbos. Constatou-se uma passagem subterrânea para pessoas, construída ainda no século XVIII que interligava a Casa de Câmara e Cadeia, a Relação e o palácio do Paço.

MAPA 2: Localização e disposição dos blocos do Antigo Convento do Carmo.



Fonte: Hoffmann (2018, p. 13).

A pesquisa arqueológica desenvolveu-se conjuntamente com as obras de restauro e atestaram os diferentes momentos de ocupação do lugar. Além de inúmeros artefatos, foram identificados sepultamentos primários, corroborando a pretérita ocupação da região pelos Tupinambá (DIAS, 2019a).

As atividades de monitoramento e de prospecção foram efetuadas nos três blocos que compõe a edificação. As atividades de prospecção iniciaram-se no bloco I, o mais antigo deles, composto por três pavimentos: dois foram construídos entre 1619 e 1750 e o outro em 1750. Em todos os blocos, coletaram-se fragmentos ósseos, vítreos, metais, fragmentos de louças e cerâmicas, além de materiais construtivos (DIAS, 2019b). Conforme informação pessoal⁶, no bloco I, piso 3, onde coletaram-se os artefatos relacionados às crianças, contabilizaram-se 18.479 objetos.

Os blocos II e III foram erguidos no século XIX. Durante as intervenções no bloco III, identificaram-se cinco sepultamentos e no bloco II três sepultamentos. Um deles foi

⁶ DIAS, Josefa Jandira Neto Ferreira. Sobre a quantidade de material arqueológico total e sobre a quantidade de material coletada no bloco I, piso 3, do Sítio Antigo Convento do Carmo. Mensagem recebida em 05 de mai. 2023.

localizado sobre o nível do lençol freático, a 1,70 metros de profundidade. Tratava-se de sepultamento primário associado aos grupos originários do período pré-colonial ou de contato. Conforme informação pessoal, o total de artefatos recuperados em todos os blocos compreendeu 52.942.

5.1.2 CULTURA MATERIAL ASSOCIADA ÀS CRIANÇAS

A cultura material associada às crianças do Sítio Antigo Convento do Carmo abarcou 76 artefatos, compreendendo brinquedos, dois dedais, um amuleto, um lápis fragmentado e uma peça de roupa. Todos foram identificados na área do corredor, bloco I, piso 3. Os setores variaram, bem como a camada estratigráfica, abarcando do nível superficial aos 0,70 metros.

Brinquedos: os brinquedos compreenderam a categoria mais representativa, contemplando 71 peças. Foram agrupados por seus tipos e constam descritos a seguir.

Peças para montar: compreenderam 25 peças em madeira de variados tamanhos e formatos. Poderiam servir para montar diferentes tipos de brinquedos como carroças, trens e castelos. Esse conjunto foi organizado em subgrupos, de acordo com o formato das peças.

Quanto ao formato circular, somaram-se dezesseis artefatos. Seis peças circulares fragmentadas; quatro peças circulares, inteiras; duas peças circulares inteiras, com faces planas e um furo vazado na porção central; uma peça circular, fragmentada, com faces planas e perfuração na porção central; uma peça circular, fragmentada, de espessura fina e semelhante a uma argola; uma peça circular, inteira, com as faces planas (sem perfuração); uma peça circular, inteira, com faces planas e lados arredondados, apresentando perfuração central e seis pequenos furos vazados na lateral.

FIGURA 2: Seis peças circulares, fragmentadas. Peça circular, fragmentada, com as faces planas e perfuração vazada na porção central.



Fonte: Autoria própria.

FIGURA 3: Quatro peças circulares, inteiras.



Fonte: Autoria própria.

FIGURA 4: Duas peças circulares inteiras, com faces planas e um furo vazado na porção central.



Fonte: Autoria própria.

FIGURA 5: Peça circular fragmentada e bastante fina. Peça circular inteira, com as faces planas (sem perfuração).



Fonte: Autoria própria.

FIGURA 6: Peça circular, inteira, com faces planas e lados arredondados. Apresenta uma perfuração central larga. Há seis pequenos furos vazados na lateral da peça.



Fonte: Autoria própria.

Quanto ao formato cilíndrico, foram identificadas quatro peças: uma peça cilíndrica comprida, com uma das pontas afunilada, semelhante a ponta de um lápis; três peças cilíndricas pequenas.

FIGURA 7: Peça cilíndrica com uma das pontas afunilada. Três peças cilíndricas pequenas.



Fonte: Autoria própria.

Quanto ao formato retangular, somaram-se três peças: uma peça retangular, fragmentada, com faces planas e perfuração vazada em um dos lados e uma pequena haste arredondada no lado oposto; uma peça retangular, fragmentada, com faces planas, lados planos e uma concavidade na porção central de uma das faces; um artefato retangular de faces planas com suave movimento circular, uma das faces apresentando, em sua porção central, uma concavidade, possivelmente para encaixe de outra peça.

FIGURA 8: Peça retangular, fragmentada com faces planas e lados planos e uma concavidade na porção central de uma das faces. Peça retangular, fragmentada, com faces planas e perfuração vazada em um dos lados da peça e lado oposto com pequena haste arredondada. Peça retangular de faces planas, com concavidade na porção central.



Fonte: Autoria própria.

Quanto ao formato losangular, englobaram-se duas peças. A primeira e menor apresenta uma base plana em formato quadrangular, vermelha com uma pequena perfuração. Sobre a base, há um losango também de cor vermelha. A segunda, de tamanho maior, mostra uma base com uma pequena perfuração central, de cor vermelha. Sobre a base, existe um losango vermelho.

FIGURA 9: Peças em madeira para montar, ambas com furo para encaixe.



Fonte: Autoria própria.

Peças para jogos: treze peças constaram neste grupo: quatro peças para jogo de damas em madeira, inteiras; dois dados em marfim; duas peças circulares em louça, com faces planas e decoração em azul em uma das faces; duas peças circulares em cerâmica, com faces planas e decoração em vermelho em uma das faces; uma peça cônica em madeira, com base plana; um pino em madeira; uma peça circular em madeira, fragmentada.

FIGURA 10: Peça para jogo de damas em madeira com furo vazado na porção central.
Peça circular em madeira.



Fonte: Autoria própria.

FIGURA 11: Peça circular em louça. Peça circular em cerâmica.



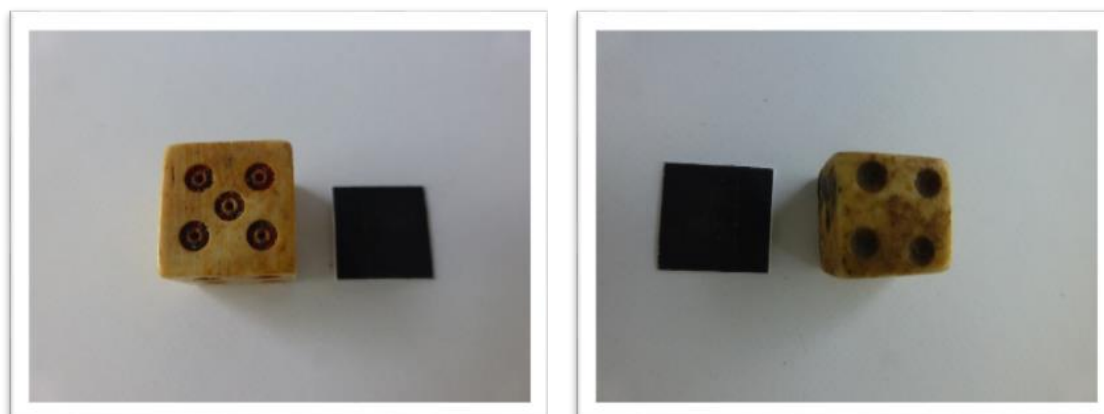
Fonte: Autoria própria.

FIGURA 12: Peça cônica em madeira. Pino em madeira.



Fonte: Autoria própria. Fonte: IAB, 2023.

FIGURA 13: Dados em marfim.



Fonte: Autoria própria.

Jogo de chá para bonecas: catorze artefatos em madeira contemplaram esta categoria. Foram agrupados de acordo com a funcionalidade.

Os pratos abarcaram quatro peças inteiras e duas fragmentadas. O primeiro deles, contém o desenho de três traços finos pretos e oito círculos preenchidos, nas cores vermelho e preto. Os outros três inteiros também apresentaram desenhos como traços e círculos preenchidos, nas cores vermelho e preto, porém, menos nítidos; um prato fragmentado, com traços finos de cor preta desenhados no centro da peça; uma base de prato.

FIGURA 14: Quatro pratinhos inteiros. Um pratinho fragmentado.



Fonte: Autoria própria.

As tigelas compreenderam três peças inteiras em formato circular. Duas delas mostram base plana e mais estreita que a boca. Uma mostra resquícios de desenhos em cor preta na porção interna da tigela. A terceira exhibe base plana, boca larga fechada, com um pequeno puxador em cima. Nessa parte há decoração com traços finos de cor preta e círculos preenchidos, vermelhos. O corpo da peça também mostra decorações com incisões em seu entorno.

FIGURA 15: Tigelinha com decoração pintada em seu interior. Tigelinha com decoração pintada e incisa.



Fonte: Autoria própria.

Os potes englobaram três artefatos em madeira, inteiros. O primeiro exhibe base plana, circular e estreita, corpo mais volumoso que a base, uma faixa pintada de preto e decoração incisa circundando a peça, além de furos de deterioração da madeira. O segundo exhibe base plana, circular e estreita, corpo levemente mais volumoso e boca mais estreita, com dois traços incisos contornando a peça. A boca é fechada e mostra alguns traços pintados em preto, além de vários furos de deterioração da madeira. O terceiro apresenta base plana, circular e estreita, o corpo levemente mais volumoso e boca estreita, além de dois traços incisos contornando a peça. A boca é coberta, exibindo pequeno puxador. Existem traços finos de cor preta, círculos preenchidos em vermelho por toda peça e alguns furos de deterioração da madeira.

FIGURA 16: Potinho com decoração pintada e incisa (aberto). Potinhos com decorações incisas e pintadas (fechados).



Fonte: Autoria própria.

Uma tampa em madeira para boneca, inteira. Exibe um círculo menor e sobre este um maior e acima um puxador. A porção mais larga mostra decoração pintada com finos traços pretos e quatro círculos preenchidos pretos.

Um suporte inteiro. Mostra base plana, circular e o desenho de um círculo preenchido em vermelho e outro em preto. Depois, exibe uma haste estreita e acima uma forma arredondada, levemente desgastada e, por último, a boca da peça, também de formato arredondado.

FIGURA 17: Tampinha com decoração pintada. Suporte com decoração pintada.



Fonte: Autoria própria.

Brinquedos que representam animais: quatro artefatos foram incluídos neste grupo: dois animais aquáticos em metal, um deles apresentando uma pequena argola na boca; uma galinha em metal, fragmentada; um animal marinho em porcelana branca.

FIGURA 18: Galinha em metal. Um animal aquático em porcelana branca.



Fonte: Autoria própria.

FIGURA 19: Dois animais aquáticos em metal de coloração azul-esverdeada.



Fonte: Autoria própria.

Soldadinhos de chumbo: três peças foram incluídas nesta categoria. O primeiro soldado não tem cabeça, exibe botas, uma espada presa na cintura e algum objeto nas mãos e resquícios de cor vermelha. Apresenta ainda uma base para que o brinquedo permaneça em pé. A segunda peça está bastante deteriorada. O soldado não tem cabeça e o cavalo não tem cabeça e as patas dianteiras. Mostra resquícios de cor vermelha. Uma haste fina e outra peça estão separados do soldadinho. O terceiro também está bastante deteriorado. O soldado mostra capacete ou chapéu, o cavalo não tem uma das patas dianteiras. Também exibe resquícios de cor vermelha.

FIGURA 20: Soldadinhos de chumbo.



Fonte: Autoria própria.

Bolinhas: três artefatos foram inseridos nesta categoria: uma bolinha em cerâmica com um furo não vazado na porção central; uma bolinha em madeira, lisa, apresentando no centro uma faixa pintada em preto; uma bolinha em cerâmica inteira.

FIGURA 21: Bolinha em cerâmica com furo. Bolinha de madeira. Bolinha em cerâmica.



Fonte: Autoria própria.

Piões: três artefatos fizeram parte desta categoria. O primeiro está inteiro, com a porção afunilada fragmentada e um traço inciso circundando a peça. O segundo está partido ao meio, com uma rachadura em sua porção afunilada. O terceiro está inteiro, apresenta decoração incisa no centro, dois traços circundando o pião e alguns leves pontos de deterioração da madeira.

FIGURA 22: Pião com porção afunilada fragmentada. Pião partido ao meio. Pião inteiro, com dois traços decorativos incisos.



Fonte: Autoria própria.

Roupas para bonecas: duas peças foram inclusas nesta categoria: uma vestimenta em algodão, fragmentada. Apresenta bainha, mangas e gola com costura preservada. Conjuntamente, há uma faixa do mesmo tecido, que talvez servisse como laço. Há pequenos desenhos de cor roxa nas duas peças. A outra vestimenta é de seda e também está fragmentada. Exibe cor bege, costura trançada na porção da gola até as mangas, dentre outros detalhes de costura (talvez utilizados para franzir o tecido).

FIGURA 23: Vestimenta em algodão para boneca. Vestimenta em seda para boneca.



Fonte: Autoria própria. Fonte: IAB, 2023.

Apito: um objeto fragmentado fez parte desta categoria. Apresenta formato cilíndrico e três aberturas para produção de som.

FIGURA 24: Apito em marfim.



Fonte: Autoria própria.

Além dos brinquedos, os outros objetos compreenderam seis peças, também agrupados por tipologia, como pode ser observado a seguir:

Dedais: duas peças compuseram esta categoria, correspondendo a objetos feitos em metal. Ambas apresentaram pequenos entalhes e aberturas para inserção dos dedos.

FIGURA 25: Dedais.

Fonte: Autoria própria.

Lápis: um exemplar foi incluso nesta categoria, de secção circular e fragmentação exatamente ao meio.

FIGURA 26: Lápis.

Fonte: Autoria própria.

Amuleto: uma peça foi inserida nesta categoria. Compreende um saquinho de tecido em algodão com detalhes de folhas e flores vermelhas. Apresenta costura dos três lados e um lado aberto. Vegetais secos constaram ali preservados. Possivelmente, serviria como amuleto para proteção do bebê e, dentro, poderiam ser guardados os dentes e/ou sementes e vegetais (informação pessoal)⁷.

⁷ DIAS, Josefa Jandira Neto Ferreira. Comunicação pessoal recebida em abril de 2022, no momento da análise do material arqueológico na sede do IAB. Dias referiu-se ao artefato como breve. Segundo Câmara Cascudo (1998), o breve seria um saquinho de pano ou couro, contendo uma oração qualquer, pendente no pescoço por uma fita. Seria usado contra perigos e dificuldades de todos os tipos.

FIGURA 27: Saquinho em algodão contendo vegetais secos no interior.



Fonte: Autoria própria.

Roupa: uma peça foi inserida neste grupo. Compreende uma vestimenta em linho, provavelmente para ser usada sobre a fralda do bebê ou da criança. Exibe o elástico na parte final, nas duas pernas, enquanto, na parte da cintura, não tem a presença deste.

FIGURA 28: Vestimenta em linho para bebê ou criança.



Fonte: Autoria própria.

5.1.3 CONTEXTO HISTÓRICO

Segundo Lisboa (1835), logo que a ordem dos Carmelitas se fixou em Santos, Frei Pedro dirigiu-se ao Rio de Janeiro para lá fundar um convento⁸, provavelmente no ano de

⁸ Segundo uma lenda contada por Macedo (1862), um jovem decidiu tornar-se carmelita em Portugal. Em uma solenidade no convento, o jovem conheceu uma moça e se apaixonou por ela. Resoluto, fugiu do convento. Um carmelita, vendo-o partir, alertou que ele estaria trocando a mãe de Deus pela filha do homem e profetizou que, assim, não seria feliz. Em viagem de navio a Salvador, os dois jovens trocaram juras de

1590. Araújo (1820) assegurou que Frei Pedro Vianna, Frei Simão Coelho, dentre outros companheiros receberam a incumbência de propagar a ordem Carmelita na vila de Santos em 1587. Em 1590, encaminharam-se para o Rio de Janeiro e, em um terreno cedido pela câmara da cidade onde se encontrava a capela de Nossa Senhora do Ó, iniciaram a construção do convento.

Macedo (1862) confirmou que o Convento do Carmo havia sido construído no mesmo local no qual erguera-se a ermida de Nossa Senhora do Ó. O lugar sofreu diversas modificações ao longo dos séculos. As trocas de nomes acompanharam as diversas mudanças. Chamou-se Praia da Senhora do Ó, depois Praça do Carmo após a instalação dos Carmelitas. Já em 1743, o nome era Terreiro do Paço, pois fora aí construído a Casa dos Governadores, dentre outros prédios, onde atuavam os ministros da justiça e da fazenda, além da Casa da Moeda.

Debret (1940a) descreveu a atual Praça XV de Novembro como local preferido entre os pequenos capitalistas (homens que possuíam uma pequena propriedade, uma ou duas pessoas escravizadas) e entre os comerciantes. Geralmente, o movimento iniciava-se por volta das quatro horas da tarde. Alguns se sentavam nos parapeitos do cais para conversar, outros se juntavam aos capitães de navios que procuravam os cafés e as casas de espetáculos para se divertirem. Nesse momento, negros e negras trabalhavam, vendiam doces e água. Quando os sinos tocavam todos paravam para rezar a ave-maria, depois, voltavam a suas casas para retornar no dia seguinte.

A vinda da família real em 1808 transformou o país, particularmente o cotidiano das pessoas no Rio de Janeiro. O convento e outras edificações próximas foram adaptadas para acomodar os recém-chegados. Luccock (1920) estimou sobre a população da cidade, que estaria em torno de sessenta mil, sendo quatro mil residências com cerca de quinze pessoas em cada casa. De acordo com seus cálculos, o número de crianças seria de aproximadamente 29 mil.

amor. Mais tarde, em Salvador, a jovem foi obrigada a se casar com um colono português. No fim de 1566, o marido da jovem teve que lutar contra os franceses por ordens de Mem de Sá. No navio em direção ao Rio de Janeiro, o marido da moça e seu antigo amor se encontraram e travaram um duelo. A moça cuidou do marido, mas este faleceu. O jovem que havia fugido do convento recebeu os cuidados de um padre que tinha ao seu lado a imagem de Nossa Senhora do Ó e sobreviveu. Depois disso, agradecido e arrependido, procurou um local para erguer uma ermida que seria dedicada à Nossa Senhora do Ó. Ao encontrar um terreno adequado, descobriu que a dona fora seu amor do passado. Os dois se reconheceram, ambos, porém, estavam arrependidos pelos acontecimentos. A mulher doou-lhe o terreno e, em pouco tempo, a ermida foi erguida em frente ao mar. Os dois morreram no mesmo dia e foram enterrados na capela. As pessoas acreditavam que às noites as almas dos dois soltavam tristes gemidos por ver a capela em ruínas, enquanto os Carmelitas dedicavam-se em construir um grande convento ao lado. Posteriormente, na ocasião da celebração de uma missa, o celebrante pronunciou a última palavra e imediatamente desabaram-se as paredes da capela.

A planta da cidade do Rio de Janeiro exibida a seguir foi elaborada a pedido de Dom João VI, em 1808.

MAPA 3: Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro levantada por ordem de sua Alteza o Príncipe Regente Nosso Senhor, no anno de 1808.



Fonte: Pimentel, A. M. A, 1884. Reduzido de um exemplar do III: Snr. D. A. Martins Costa, Lente de Clínica Médica.

De acordo com Vieira Fazenda (1940), a realeza trouxe consigo muitos fidalgos, empregados públicos, a criadagem da rainha e dos príncipes, além de pessoas que embarcavam em busca de melhor sorte. Segundo Luccock (1920), a família real e seus serviçais somariam trezentas pessoas. Debret (1940b) assinalou que, dentre os integrantes da família real, estavam Dona Maria I, Dom João VI e sua esposa Dona Carlota Joaquina; as princesas Dona Maria Teresa, Dona Maria Isabel, Dona Maria Francisca, Dona Isabel Maria, Dona Maria da Assunção e Dona Ana de Jesus Maria; os príncipes Dom Pedro, Dom Miguel e Dom Pedro Carlos, da Espanha (sobrinho de Dom João VI)⁹.

Del Priore (2019) salientou que a comitiva desembarcou no cais de pedra recém-construído em 8 de março de 1808. Foram recebidos pelo clero, por diplomatas, guardas

⁹ Francisco Antonio, outro filho de Dona Carlota e Dom João VI havia morrido quando a família veio para o Brasil, segundo Pereira (1946).

e inúmeros vassallos. À esquerda de quem vinha do mar, era possível avistar um casarão branco, a residência mais opulenta até então, morada oficial do vice-rei. Ao fundo, avistava-se o Convento do Carmo, à direita a casa dos Teles e uma bodega animada e no centro um pequeno chafariz.

Sousa (2015) atestou que o conde de Arcos, então, vice-rei, sabendo da vinda da corte portuguesa, rapidamente organizou as acomodações. Cedeu o prédio onde morava, transferiu a Casa da Moeda, aproveitou as salas ocupadas antes pela Relação. Preparou também a antiga Casa de Câmara e Cadeia, despejou os frades do convento e uniu palácio, cadeia e convento por meio de passadiços. Alargou-se, assim, o espaço habitável.

Lyra (1939) esclareceu que o palácio dos governadores fora construído no século XVIII por Gomes Freire, conde de Bobadela, quando era governador do Rio de Janeiro. Era um casarão de estilo barroco com três andares. Um passadiço sustentado por três arcos o ligava ao Antigo Convento do Carmo. Outro passadiço de ferro ligava o convento à capela e, por ele, passava a corte nos dias de cortejo. Havia um terceiro passadiço de madeira que servia para ligar a ala direita do paço à antiga casa de câmara e cadeia, construído após a instalação da família real, mas fora destruído por ocasião da instauração da Assembleia Constituinte, depois da independência do Brasil.

Para Macedo (1862), foi preciso destruir certa parte do convento para abrir comunicação entre o Largo do Paço (atual Praça XV) e a rua do Cano (atual rua Sete de Setembro) e abrigar os novos moradores. O convento começava no extremo da rua Misericórdia, um pouco adiante da rua da Assembleia (antes chamada rua da Cadeia), estendia-se por toda largura do Largo do Paço até a entrada da rua Direita, onde terminava com a igreja. Pela frente da praça, observava-se o pavimento inferior, dois andares que tinham janelas com balcões de ferro e rótulas de madeira, utilizados como dormitórios. Em seguida, estava a igreja de Nossa Senhora do Carmo, transformada em capela real. A igreja apresentava uma torre, cuja entrada era a portaria do convento. Segundo Sanctos (1825), a igreja possuía nove altares e um magnífico órgão. Macedo (1862) acrescentou haver, ao lado da torre, uma capela para Nosso Senhor dos Passos. Até o hospital, que ficava contíguo à capela foi tomado pela realeza, depois transformado em biblioteca.

Debret (1940b) apontou que o segundo andar do convento ficou reservado ao serviço do palácio e, portanto, fora dividido em pequenos aposentos para as pessoas da corte. No andar térreo, estavam as despensas, cozinhas e aposentos da criadagem. Afirmou, contudo, que Dom João VI não pretendia se alojar no centro da cidade e, logo, lhe foi cedida uma chácara em São Cristóvão, a três quartos de légua da capital. De acordo com Pereira (1956), um abastado negociante da cidade havia construído uma casa de

campo em São Cristóvão e ofereceu-a ao soberano. Para Debret (1940b), o palácio do Largo do Paço havia se tornado um edifício de luxo utilizado pela corte aos domingos e dias de beija mão. Entretanto, Dona Carlota Joaquina ocupou os aposentos que lhe foram reservados no centro da fachada lateral do palácio, ao lado da grande praça. Dom Pedro ocupou, com seu preceptor, o edifício que terminava nessa mesma fachada ao lado da capela. Depois de reformada, a chácara passou a abrigar Dom João e Dona Maria Teresa (filha mais velha), casada posteriormente com o infante da Espanha, Dom Pedro Carlos.

Sousa (2015), por sua vez, afirmou que vários prédios foram adquiridos ou cedidos para a família real. Além da chácara da Boa Vista, existiam as casas da Ilha do Governador e de São Domingos, a fazenda de Santa Cruz, as casas do Andaraí, Mata-Porcos e Botafogo. Dom João VI e Dom Pedro preferiam ficar na chácara da Boa Vista, enquanto Dona Carlota e as filhas estavam no palácio da cidade ou em algumas das casas de Botafogo ou Mata-Porcos. Oliveira Lima (1908) reiterou que, mesmo depois de preparado o palácio da Boa Vista para residência de Dom João, Dona Carlota e as infantas menores continuaram vivendo no palácio da cidade, indo diariamente à missa das nove horas em São Cristóvão e voltando às infantas à galope para jantar às quatro horas com o pai. Dona Carlota se dirigia para uma de suas casas de recreio, parando ocasionalmente para conversar com a amiga, viscondessa de Villa Nova.

Dona Maria I parece ter sido a moradora mais constante do Antigo Convento do Carmo, aí permanecendo desde a chegada ao Rio de Janeiro até sua morte, em 20 de março de 1816. Segundo Sanctos (1825), a mãe de Dom João VI e suas damas foram alocadas no mais suntuoso quarto do convento. Del Priore (2019) certificou que Dona Maria abrigou-se no primeiro pavimento e dali podia observar o Largo do Paço, no qual desenrolavam-se as procissões e os desfiles militares. De acordo com Dias (2019b), os aposentos de Dona Maria I encontravam-se muito bem preservados. Apresentaram três portas-sacadas voltadas para a atual Praça XV de Novembro e uma para a rua Sete de Setembro. Preservaram-se ainda a pintura das paredes e do teto além de pinturas em estêncil. Conservaram-se o teto de madeira envernizado e as portas de pinho de riga. Foram identificadas marcas de inserções de ferro nos portais de três portas, indicando uso como suportes de grade e ferragens para trancamento pela parte externa, como pode ser observado nas figuras abaixo.

FIGURA 29: Quarto onde viveu Dona Maria I, o cômodo melhor preservado do Antigo Convento do Carmo.



Fonte: Dias (2019b, p. 31).

FIGURA 30: Marcas de inserções de ferro nos portais do quarto de Dona Maria I, no piso 2 do Bloco I. Sugerem serem pinos de ferro usados como suportes de uma grade.



Fonte: Dias (2019b, p.35).

Conforme abordado, o Largo do Paço distinguia-se como centro das ações políticas e sociais intensificado com a chegada da corte portuguesa. As edificações, entretanto, passaram a servir ocasionalmente como residência do imperador e de sua

família, pois, como alegou Souza (2015), Dom Pedro I e Dona Leopoldina optaram por viver no palácio em São Cristóvão após o casamento.

A figura abaixo exhibe o cortejo no Largo do Paço pelo batizado de Dona Maria da Glória, a primeira filha do casal:

FIGURA 31: Cortejo do batismo da princesa real Dona Maria da Glória no Rio de Janeiro.



Fonte: Debret, 1839.

Santos (1927) declarou que, entre o final de 1826 e o início de 1827, quando Dom Pedro I esteve ausente do Rio de Janeiro¹⁰, a princesa presidia algumas reuniões com os ministros, assumindo o cargo de regente do país. Possivelmente, Dona Leopoldina e os filhos tenham residido no palácio do centro da cidade nesse período.

Macedo (1862) informou ainda que, depois da partida de Dom Pedro I para Portugal, em 1831, várias revoltas eclodiram e o partido Restaurador conspirava contra o governo Regencial. Assim, entre os anos de 1833 e 1834, o palácio tornou-se morada ininterrupta de Dom Pedro, Dona Januária e Dona Francisca, filhos de Dom Pedro I e Dona Leopoldina¹¹. Findada a turbulência, todos regressaram ao palácio de São Cristóvão.

¹⁰ Conforme descreveu Santos (1927), Dom Pedro I partiu rumo ao sul para participar da guerra da Cisplatina em 23 de novembro de 1826. Dona Leopoldina já se encontrava enferma, contudo, presidia reuniões com os ministros. Quando morreu, em 15 de janeiro de 1827, encontrava-se no palácio no Largo do Paço.

¹¹ Dom Pedro I e Dona Leopoldina tiveram outros dois filhos, Dom João, que seria o herdeiro, morreu aos onze meses, segundo Santos (1927). Dona Paula Marianna morreu em 16 de janeiro de 1833 (SILVA, Francisco de Lima e; CARVALLHO, José da Costa; MUNIZ, João Braulio, 1833).

FIGURA 32: Largo do Paço.

Fonte: Steinmann, 1834.

Macedo (1862) certificou que as salas do convento foram usadas para abrigar o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), fundado em 1838. O instituto recebeu, no segundo andar, compartimentos necessários para celebração de seções ordinárias, para biblioteca e arquivo. Como alegou Cruls (1949), o IHGB deixou de ocupar o convento em meados do século XX, transferindo sua sede para o edifício situado à rua Augusto Severo.

Com a ascensão de Dom Pedro II como imperador do Brasil, em 1840, o Largo do Paço seguiu como cenário relevante no desencadear de acontecimentos políticos e sociais. As dependências do palácio, do convento, da casa de câmara e cadeia eram utilizadas para atividades políticas e administrativas e não como residência por Dom Pedro II e sua família. Como defendeu Guimarães (1936), o monarca preferia estar em São Cristóvão ou no palácio de verão em Petrópolis, particularmente, a partir de 1850, após o surto de febre amarela.

Macedo (1862) afirmou que o Antigo Convento do Carmo seguia servindo como acomodação para nobres. Dona Januária, e o Conde de Áquila, príncipe das duas Sicílias, aí residiram todo o tempo que estiveram no Rio de Janeiro para preparativos e celebração do casamento, ocorrido em 1844. De acordo com Lyra (1939), no andar térreo do palácio,

moravam antigos empregados e alguns artistas, como o escultor Pettrich e o pintor francês Biard, que o próprio imperador sustentava. No segundo pavimento, existiam os aposentos do camarista, do guarda-roupa, do veador, do mordomo, a sala de jantar e as salas ocupadas pela condessa de Barral. No terceiro pavimento, estavam a sala da Imperatriz, o oratório e os aposentos das princesas, das damas de honra, das açafatas e das criadas. Os aposentos do imperador que os ocupava raramente ficavam no sobrado superior da fachada principal (LYRA, 1939).

FIGURA 33: Largo do Paço e rua Direita em 1860.



Fonte: Klumb, 1860.

O palácio do Largo do Paço também foi o último local onde Dom Pedro II e sua família estiveram antes de regressarem a Portugal. Com a Proclamação da República, em 1889, foram ali detidos. O governo provisório instalado naquele ano havia concedido 24 horas para a realeza deixar o Brasil. Dona Isabel encontrava-se aflita, pois seus filhos ainda estavam em Petrópolis, sendo de lá trazidos pouco antes do embarque (LYRA, 1940).

Com o início do governo republicano, a atual Praça XV de Novembro deixou de ser o centro das grandes decisões políticas e das manifestações sociais. O palácio foi transformado em uma repartição dos Correios e Telégrafos e sofreu diversas modificações no decorrer dos anos seguintes. O Antigo Convento do Carmo passou a sediar a Academia do Comércio no início do século XX. Em seguida, na década de 1910, o convento e a igreja de Nossa Senhora do Carmo sofreram alterações, retirando-se os elementos coloniais das respectivas fachadas, substituindo-os por elementos de estilo

neoclássico. Em 1950, o convento foi adquirido pelo Banco do Brasil. Na década de 1960, iniciaram-se estudos de cunho histórico e arquitetônico para fins de tombamento. Em 1973, o prédio foi vendido para a Faculdade Cândido Mendes, que elaborou um projeto de restauro aliado à construção de um edifício de grande porte ao lado do convento. Construiu-se o Centro Comercial Cândido Mendes, exatamente ao lado do convento causando a descaracterização da área da praça (MENDES, 2012). A partir de 2010, o Antigo Convento do Carmo¹² foi desocupado, sendo as pesquisas arqueológicas e as obras de restauro iniciadas em 2019 (DIAS, 2019b).

¹² Com as pesquisas e obras de restauro finalizadas, o prédio foi reaberto ao público como Centro Cultural da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, em maio de 2022. Abriga diversas atividades, como exposições artísticas temporárias, exposição permanente sobre a história do convento, com exibição de artefatos arqueológicos ali identificados (PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2023).

FIGURA 34: Vista atual do Antigo Convento do Carmo (bloco I).



Fonte: Fulviusbsas, 2023.

5.1.4 ATIVIDADES SITUADAS NO SÍTIO ANTIGO CONVENTO DO CARMO

O Largo do Paço sofreu uma série de alterações com a vinda da corte portuguesa no ano de 1808. A cronologia verificada na documentação escrita em relação ao uso do espaço do convento e das demais edificações mostrou-se complexa. Após a chegada da família real, as atividades de gerenciamento do Estado misturaram-se aos cotidianos de funcionários de alto e baixo escalão, de pessoas escravizadas e das crianças. Não foi possível distinguir a quais grupos familiares pertenceram os brinquedos e demais objetos no decorrer do século XIX. Eventualmente, não apenas as crianças da família real ali estiveram. Os filhos dos funcionários ou crianças de famílias abastadas escolhidas para brincarem com as crianças reais também poderiam ter participado das brincadeiras. Além disso, poderiam ter sido reusados por crianças escravizadas.

Como referenciado, os objetos associados às crianças foram coletados em um único local, correspondente ao corredor do terceiro andar do bloco I, o mais antigo dentre os blocos. Neste andar, após a retirada do piso de assoalho, identificou-se ao longo das doze janelas, grande quantidade de material arqueológico. “Um sítio arqueológico aéreo” soterrado nos interstícios dos barrotes, segundo Dias (2019b, p. 51). Aí foram coletados

artefatos ósseos, grande quantidade de fragmentos de louça, além de leques, fragmentos de fios de perucas, pentes em osso, uma pequena ametista, tecidos em seda e veludo, fitas, linhas, pulseiras de palha, anéis de piaçava, dedais, fusos de madeira, carretéis, moedas oitocentistas, fragmentos do jornal Diário do Rio de Janeiro, com data de 11 de agosto de 1828 e uma tira de metal dobrada em V, com os dizeres gravados: “Independência ou Morte”. Nesse contexto inseriram-se os brinquedos e demais objetos referentes às crianças. Poderia ser um lugar onde elas brincavam com frequência, talvez distante dos olhares adultos; ou um local próximo a uma sala de jogos e de costura na qual crianças e adultos interagiram. Os brinquedos ainda poderiam ter ali caído por acidente ou terem sido descartados, quando não mais desejados.

Tendo em vista a documentação escrita, observa-se que Dom João e Dona Carlota preferiam não compartilhar diariamente o mesmo espaço. O casal se encontrava em ocasiões formais exigidas pelas posições que ocupavam. Quando presenteado com a chácara em São Cristóvão, Dom João passou a usá-la como moradia, enquanto Dona Carlota preferia o palácio do centro da cidade. Com o tempo, outras propriedades foram doadas ou compradas e passaram a ser utilizadas como casas para passeio ou descanso. As crianças acompanhavam os pais, ao menos enquanto pequenas. As meninas estavam com mais frequência em companhia de Dona Carlota Joaquina, enquanto Dom Pedro e Dom Miguel já estavam em idade de estudos, conseqüentemente, tinham rotinas diferentes das irmãs mais novas. Como informou Guimarães (1936), Dom Pedro tinha dez anos quando aqui chegou e Dom Miguel tinha seis.

Os brinquedos identificados no Antigo Convento do Carmo possivelmente fizeram parte das brincadeiras de Dona Maria Isabel, Dona Maria Francisca, Dona Isabel Maria, Dona Maria da Assunção, Dona Ana de Jesus Maria, Dom Pedro e Dom Miguel. Dona Maria Teresa, a filha mais velha, certamente não participou das brincadeiras com seus irmãos menores, assim como seu primo, Dom Pedro Carlos. Os dois já eram crescidos quando chegaram ao Brasil. Dona Maria Teresa logo passou a trabalhar como secretária no Largo do Paço, auxiliando o pai em diversas tarefas, como explicou Pereira (1946)¹³.

Pereira (1946), ao descrever sobre a educação dos filhos de Dom João e Dona Carlota, argumentou que, quando adultos, estes não apresentaram grande cultura por meio da vida pública. Isso, porém, não significou que os pais tivessem menosprezado a

¹³ Segundo Pereira (1946), em 13 de maio de 1810, celebrou-se o casamento de Dona Maria Teresa e seu primo espanhol Dom Pedro Carlos. Dessa união nasceu o menino Dom Sebastião. Em 1812, Dom Pedro Carlos faleceu e pouco tempo depois, Dona Maria Teresa seguiu com seu filho para Espanha, a fim de reivindicar o trono em favor deste.

educação dos pequenos. As crianças tiveram diferentes mestres. Cada um dispunha de uma aia ou um aio, responsáveis por selecionar as amas de leite, os professores renomados para as diferentes atividades, as crianças com quem poderiam brincar, além de serem companhias para os infantes. Isso ocorreu tanto em Portugal, quanto no Brasil.

Diferentemente da posição de Pereira, para Sousa (2015), a família real não se preocupou com a formação intelectual de seus filhos. Dom Pedro não desfrutou de educação sistematizada para se tornar um rei e seus mestres não eram profissionais de excelência.

Sousa (2015) aludiu que Dom Pedro cresceu brincando, montando cavalos e encontrando prazer em cuidar deles, dar-lhes banho e aprender a ferrá-los. Inclusive, iniciou-se no esporte de conduzir carros à disparada. Também recebia muitos regalos. Dom Marcos de Noronha e Brito, oitavo Conde de Arcos de Valdevez, sempre enviava presentes ao príncipe. Sabia que Dom Pedro devotava-se a marcenaria e mandava-lhe pedaços de preciosas madeiras.

Guedes (2002) afirmou existirem dois brinquedos pertencentes a Dom Pedro I no acervo do Museu Histórico Nacional¹⁴. Tais brinquedos eram um tabuleiro de xadrez, datado do final do século XVIII e início do XIX e um brinquedo de corda, um junco representando um palácio flutuante do século XVIII, ambos feitos em marfim e de origem chinesa. O tabuleiro possuía as iniciais PI e, seguramente, Dom Pedro I o ganhou e seguiu usando-o quando adulto. Teria sido de Dona Maria I, depois de Dom João VI, que finalmente o deu para Dom Pedro I. Quanto ao outro brinquedo, seria um presente, talvez do Conde de Arcos.

Segundo Presas (2013), que era secretário de Dona Carlota e presenciou um pouco do cotidiano da família real, Dom Miguel era um menino atrevido. Encostava-se nas irmãs para beliscá-las ou pisá-las disfarçadamente, quando iam todos os dias, às nove da manhã, ao quarto de seus pais para beijar-lhes as mãos e saber como tinham passado a noite. Algumas vezes, Dona Carlota Joaquina estava no interior de seu quarto, então, tinham que esperar; enquanto isso, Dom Miguel aprontava suas travessuras. Beijar a mão de Dona Maria I também fazia parte do ritual dos infantes. Certa feita, um dos chefes da esquadra inglesa presenteou o menino com dois canhões pequeninos. Em poucos dias, estava ele a dispará-los da porta de seu quarto sempre que alguém passava pelo corredor. Nunca se descobriu quem lhe arranjava pólvora.

¹⁴ Esses brinquedos foram transferidos do então Museu Nacional da Quinta da Boa Vista para o Museu Histórico Nacional em 1922, ano de fundação deste último, conforme assinalou Guedes (2002).

Os filhos de Dom Pedro I e Dona Leopoldina, Dona Maria da Glória, Dom Pedro, Dona Januária, Dona Francisca e Dona Paula Marianna poderiam também ter partilhado várias brincadeiras com os brinquedos identificados no Antigo Convento do Carmo.

FIGURA 35: Retrato de Dona Leopoldina de Habsburgo e seus filhos.



Fonte: Failutti, 1921.

As meninas Isabel e Isabel Maria¹⁵, filhas de Dom Pedro I com Domitila de Castro Canto e Melo, porventura tenham participado das brincadeiras com seus meios-irmãos. Segundo documento do Arquivo Histórico do Museu Imperial¹⁶ (apud WITTE, 2021, p.39), Dom Pedro I obrigou Dona Leopoldina a aceitar Isabel para ser educada conjuntamente com seus outros filhos. Rezzutti (2013) informou ainda que, a partir de

¹⁵ Isabel, a primeira filha de Dom Pedro I e Domitila, nasceu em maio de 1824. Em abril de 1825, Domitila foi nomeada dama camarista da imperatriz e passou a frequentar o palácio do Paço. Em dezembro de 1825, nasceu Pedro, o segundo filho de Domitila com o imperador, que morreu com poucos meses de vida. Em agosto de 1827, nasceu Maria Isabel, a terceira filha do casal e dias depois Dom Pedro I tirou as meninas de Domitila, levando-as para viver no Paço. Em agosto de 1829, Domitila partiu para São Paulo. Em 1830, nasceu Maria Isabel, a quarta filha do casal (REZZUTTI, 2013).

¹⁶ Arquivo Histórico: I-POB-1826-IM.do – Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

1825, Domitila assumiu a função de dama da imperatriz, passando a frequentar o palácio. Explicou que, em 1827, após a morte de Dona Leopoldina, Dom Pedro I tirou as duas filhas de Domitila e levou-as para viver no palácio do Paço.

Maria Graham assumiu a função de tutora de Dona Maria da Glória por cerca de um mês. Embora, nesse tempo curto, tenha permanecido no palácio em São Cristóvão, suas memórias revelaram um pouco do pensamento das pessoas que estavam próximas às crianças à época. Graham (1940) destacou suas dificuldades em eliminar condutas que considerava inadequadas a uma princesa e acerca das dificuldades em convencer os funcionários a modificar hábitos nos cuidados com a menina. Declarou que a menina, quando estava contrariada, batia nas crianças escravizadas e na menina branca com quem brincava. A mãe da menina não se incomodava, inclusive considerava uma honra sua filha ser esbofeteada pela princesa. Contou sobre os passeios que realizava com as crianças no jardim do palácio. Levava-as para correr, observar os insetos e sujar as roupas de terra. Os instrumentos de jardinagem que Dona Leopoldina havia trazido da Europa para as crianças brincarem foram colocados de lado, pois os funcionários acreditavam que mexer na terra não era atividade para princesas.

Em 1831, com a partida de Dom Pedro I e de sua segunda esposa Dona Amélia, a vida das crianças sofreu forte impacto. Dona Maria da Glória partira com o pai a fim de assumir o trono português. Dom Pedro, Dona Francisca, Dona Januária e Dona Paula Marianna aqui permaneceram aos cuidados de um tutor.

Assim como Macedo, Lyra (1938) reiterou que os primeiros tempos da Regência foram conturbados. A todo momento, era preciso pensar na segurança das crianças. Várias vezes, foi preciso tirá-las do palácio de São Cristóvão, onde estavam habitualmente, para colocá-las em segurança em um lugar distante da capital. Geralmente, iam para a fazenda de Santa Cruz. Posteriormente, tornou-se costumeiro passarem os meses mais quentes do ano nessa fazenda. Enfatizou os diversos desentendimentos entre o tutor José Bonifácio de Andrada e Silva e demais deputados e senadores. Certo dia, o tutor tirou as crianças do palácio da cidade e levou-as para São Cristóvão, causando descontentamento entre todos. Depois do episódio, foi afastado da tutoria, assumindo-a Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, marquês de Itanhaém.

A situação política do país afetava as crianças, mas a partida do pai, da madrasta e da irmã afetava-os mais. Lyra (1938) relatou acerca de uma carta datada de 23 de outubro de 1831. Na carta, Dona Mariana de Verna, dama de Dom Pedro II, escreveu a Dom Pedro I dizendo que havia organizado uma comemoração com as crianças pelo

aniversário dele, em 12 de outubro. Foi preparado um chá com muitos doces, mas os corações das crianças estavam entristecidos.

No início de 1833, ocorreu outro forte impacto para as crianças, pois Dona Paula Marianna faleceu com apenas nove anos de idade. Macedo (1862) também atestou que, entre 1833 e 1834, os infantes foram abrigados no palácio do Largo do Paço devido às revoltas que ocorriam no período. Em 1836, as crianças sofreram outra perda. Campos (1871) descreveu que a notícia da morte do pai foi difícil. O príncipe e as princesas saíram dos aposentos em que se achavam, rapidamente se encontraram e se abraçaram com muitas lágrimas, comovendo a todos no entorno.

De acordo com Lyra (1938), o cotidiano de Dom Pedro era visto de perto pelo preceptor, frei Pedro¹⁷. Normalmente, levantava-se às sete horas da manhã. Às oito horas servia-se o almoço na presença do médico, que tinha o encargo de examinar a comida e não permitir que o menino comesse demais. Às nove horas, tinha suas lições, que se prolongavam até cerca de onze e meia. Às duas, também na presença do médico, era servido o jantar. Um camarista e, às vezes, Dona Mariana de Verna acompanhavam as refeições. Nesse momento, a disciplina era rigorosa, as crianças deviam conversar à mesa sobre assuntos científicos ou de beneficência. Após a refeição, Dom Pedro não devia correr, saltar nem dormir. À tarde, por volta das cinco horas, era permitido um passeio pelo parque do palácio. Depois, poderia ler livros e dedicar-se às coisas compatíveis com a idade e o seu desenvolvimento intelectual. À noite, frei Pedro costumava recitar-lhe textos de história e de literatura.

Lyra (1938) descreveu que as lições recebidas por Dom Pedro eram sobre ciências físicas e naturais, literatura, religião, música, desenho, dança, geografia, história, matemática e equitação. Ministraram-lhe aulas também de português, francês, inglês, alemão, latim e grego. Dona Januária e Dona Francisca também tinham suas lições nesse momento. Já as aulas de dança eram bastante descontraídas e os funcionários do palácio da cidade podiam assisti-las. Para o autor, a educação aplicada a Dom Pedro nada tinha de especial. Não era melhor nem pior do que aquela que recebiam os filhos das famílias abastadas da época. Muito do que aprendeu deveu-se exclusivamente a sua iniciativa e a sua vontade de prosseguir no caminho do conhecimento. Rangel (1945) apontou que os mestres selecionados para ensinar Dom Pedro e as princesas não eram os mais brilhantes

¹⁷ Frei Pedro assumiu o cargo de preceptor quando Dom Pedro tinha nove anos de idade, deixando-o sete anos mais tarde, quando o monarca foi declarado maior. Mesmo assim, não abandonou os aposentos que ocupava no palácio do Largo do Paço (LYRA, 1938).

do período. Como Lyra, Guimarães (1936) certificou sobre a devoção de Dom Pedro aos estudos. Em certos dias, porém, o menino demonstrava ímpetos de rebeldia e fugia para o quarto do preto Rafael, no andar térreo do palácio do Paço, escondendo-se de todos.

Segundo Lyra (1938), dentro de casa, nos dias de chuva ou de grande calor, as crianças divertiam-se jogando cartas, ou então com brincadeiras de imaginação. Dona Francisca fantasiava-se de padre, e a irmã e o irmão de sacristãos. Havia ainda um teatrinho, onde declamavam em língua francesa e um jogo de cavalinhos. Guimarães (1936) alegou que Dom Pedro gostava de brincar de soldado, enquanto Dona Januária e Dona Francisca preferiam brincar de cozinhar.

No Boletim nº 144 da Assembléa Geral Legislativa de 1837, o deputado Rafael de Carvalho discorreu suas considerações sobre a educação dos infantes. Indignou-se com o modelo de ensino conduzido pelo tutor e pela falta de brinquedos e divertimentos disponibilizados, como pode ser observado no trecho abaixo:

Agora quero passar ao ponto mais interessante para o Brasil: a educação de S. M., e A. A. II. Quanto á educação domestica, e moral dos Pupillos da Nação, nada posso nem devo dizer: caiba toda a gloria, e gratidão do Brasil ao Tutor, se ella for boa; acarrete elle todas as maldições do Brasil se ella for má. Os divertimentos, que fazem parte de huma boa educação, são tão escassos para as Pessoas Imperiaes, que se não pode passar em silencio huma tão grande falta. O tanque, de que fallei, onde navegava hum bote, e o jogo dos cavallinhos, eis a que se reduzem os divertimentos de exercício: o jogo das cartas, e o Theatrinho, são os do entendimento. Sobre este ultimo, tenho de fazer algumas observações. Este tem a capacidade necessária, e está arranjado com gosto, e simplicidade: o panno da boca merece particular attenção. Este pano representa o Brasil nos seus tres estados de Cathegoria. Em hum Porto acha-se ancorado hum navio de tres mastros muito grande, e se bem me lembro sem bandeira; na praia estão em hum canto, alguns homens trajados affonsinamente, levantando huma grande e pesada cruz, com a qual mal podem as suas forças: ao longo da mesma praia achão-se alguns indígenas trajados marcialmente, assentados sobre montes de bananas, cajus, e ananazes, de costas viradas para tão grandes novidades. A sua postura indolente, o seu ar de estúpida indifferença, e o seu arreganho marcial, fazem huma tal desharmonia, que se diz, ou que elles não partilhão a natureza humana, ou que o pintor fez hum painel de phantasia. Hum anjo suspenso no ar tem na mão esquerda abaixada a bandeira do Reino Unido, com a qual está fazendo foscas áquella Santa Cruz; e na direita a Bandeira Imperial, conservando o braço tão levantado que a insígnia serve de ventilador á Divindade. Neste Theatrinho representão as pessoas imperiaes, e ahi se exercitão na declamação cômica. Mas quanto eh para lastimar, que essa declamação seja na lingua Franceza! Isto parece incrível, mas eh hum factó. Quem despreza a lingua Nacional, eh porque não conhece o valor que ella tem, eh porque não tem idéias sãs de cousa alguma. O Imperador tem o seu jardimzinho, onde se distrahe algumas vezes plantando flores: se pelo que vi tenho de julgar da assiduidade, ella he muito escassa. A Princeza Imperial não tem hum jardim seu, e nem a Princeza D. Francisca; existindo naquelle Paço, hum so jardim muito pequeno, mal

colocado, e muito pobre. A Administração não devera de ter sido tão negligente á este respeito; não ha hum Palacio, dos Imperiaes, que tenha jardim! Devera sim lembrar-se, que para huma Sra. não ha divertimento mais proprio que hum jardim, animado pela sua presença, e vivificado pela sua mão. Quando Deos formou o jardim da natureza, cuja flor primosa eh a mulher, quiz com isto impor-nos a obrigação de fazer jardins, onde todas as outras flores fossem reunidas para fazer companhia, e prestar culto áquella sua flor mimosa (CARVALHO, 1925, p. 73, 74).

Por este excerto, percebem-se as disputas políticas nas quais as crianças estiveram envolvidas nesse tempo. O cuidado e a educação do príncipe e das princesas eram assuntos de Estado e, por isso tudo a elas relacionado, poderia ser motivo para manipulações.

Lima, Moniz e Gama (1925) assinaram dois documentos em 14 de dezembro de 1833. No primeiro, a Regência Permanente julgava que José Bonifácio deveria ser afastado da tutoria de Dom Pedro e das irmãs, devido a “graves males”. No segundo, dispôs-se sobre a nomeação do marquês de Itanhaém para o cargo. Observando-se a data do texto de Carvalho, o marquês de Itanhaém também parecia não cumprir devidamente seu trabalho.

Teriam sido as declarações do deputado apenas para prejudicar politicamente o marquês de Itanhaém? Talvez, sim. O próprio Dom Pedro I, mesmo distante, enviou vários brinquedos ao filho. Segundo documento do Arquivo Histórico do Museu Imperial¹⁸ (apud MAUAD, 2018, p. 145), em dado momento, Dom Pedro I enviou uma carta e um conjunto de brinquedos com três balões, uma caixa de soldados, uma espingarda, um talabarte, uma espada, uma lanterna mágica, uma pistola, uma carroça, uma corda e um trem de cozinha. Algumas das peças de madeira identificadas no Antigo Convento do Carmo poderiam se tratar de peças de carroças.

¹⁸ Cartas. Correspondência entre Dom Pedro I e Dom Pedro II, Arquivo Histórico do Museu Imperial I POB 22.2.831 PLB.C1-8.

FIGURA 36: Modelo de carroça (brinquedo).

Fonte: Sharecg, 2023.

Além da rotina sistematizada de estudos, os infantes deviam desempenhar atividades pertinentes à realeza, como a participação em eventos. Lyra (1938) contou que, na data em que Dom Pedro completou seis anos de idade, houve um desses. As crianças tinham ainda que assistir a peças teatrais enfadonhas, participar de festas religiosas e de recepções oficiais no palácio do Paço. Essas recepções eram mais divertidas, tinham movimento, animação, bandas de música, muita gente e uniformes bonitos. Desse modo, as crianças não apenas observavam, mas também participavam.

Outras disciplinas foram acrescentadas aquelas mencionadas à medida que os infantes cresciam. Segundo Rangel (1945), em 1839, os mestres declaravam os progressos que Dom Pedro fazia em suas aulas de filosofia, de história, de literatura e da arte de governo. O autor, contudo, considerou a educação do príncipe falha, porque os professores não se preocuparam em lhe ensinar história e geografia do próprio país.

As filhas de Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina¹⁹, Dona Isabel e Dona Leopoldina por certo brincaram no palácio do Paço. Lyra (1938) informou que a família residia em São Cristóvão e, nos dias de chuva, estavam no centro da cidade. No verão, todos iam para Petrópolis.

¹⁹ O casal teve outros dois filhos: Dom Afonso e Dom Pedro, que morreram quando crianças (CAMPOS, 1871).

Para as filhas, Dom Pedro II exigia que fossem dadas as mesmas lições que seriam dadas aos meninos, além disso, desejava que as meninas estivessem aptas caso assumissem o trono brasileiro. Em contrapartida, acreditava que elas também deviam se dedicar aos afazeres “exclusivamente femininos”. Dona Isabel informava em correspondências com o pai²⁰ (1859 apud LACOMBE, 1989, p. 40) sobre as lições de bordado e de flores que havia tido.

Del Priore (2008) salientou que Luísa Margarida de Barros Portugal, a condessa de Barral, tutora das princesas, selecionou os mestres mais preparados daquele tempo. Inúmeras vezes, ela e o imperador organizaram lições em conjunto. Diante da falta de um compêndio, por exemplo, escreveram uma História de Portugal Contemporâneo.

Em seu diário, constante no Arquivo Histórico do Museu Imperial²¹ (1862, apud LACOMBE, 1989, p. 35), Dom Pedro II escreveu que as rotinas das meninas seriam iguais em São Cristóvão e no Largo do Paço. As princesas recebiam aulas de francês, inglês, alemão, latim, história, química, geometria, botânica, desenho, física e geografia. Conforme Del Priore (2008), visitas a orfanatos, ao Instituto Imperial de Meninos Cegos ou ao Colégio das Irmãs de Caridade, onde assistiam às cerimônias religiosas, eram também parte da programação das meninas. Em maio, estavam sempre em Petrópolis para ajudar a enfeitar o altar da catedral para as celebrações do mês de Maria.

Segundo Calmon (1941), Dona Isabel e Dona Leopoldina divertiam-se ao ar livre, especialmente ao cuidar do jardim. Também desenvolveram o gosto pelo teatro. Na mesma área externa do palácio do Paço, as meninas brincavam de representar no antigo teatro também usado por Dom Pedro II e as tias, perante os mesmos funcionários. Como destacou Del Priore (2008), além das meninas escolhidas para brincar com as princesas, o filho de Luísa, Dominique, era grande companheiro de Isabel e Leopoldina, pois ele estava sempre com a mãe.

Quando estavam em Petrópolis, Dona Isabel escrevia à Dona Teresa Cristina solicitando que lhes mandassem mimos. Pedia bonecas pequeninas de porcelana, bonecas nuas para que pudessem vesti-las e papelão para fazerem casas para as bonecas²² (apud LACOMBE, 1989, p. 44, 45).

Com o casamento de Dona Isabel²³, em 1864, o palácio das Laranjeiras tornou-se sua morada. Embora tenha assumido como princesa regente em três momentos diferentes,

²⁰ Cartas de 29-X, 31-X, 5-XI e 7-XI-1859. Cartas de Petrópolis, 14-I-1859 e 23-III-1861.

²¹ Arquivo do Museu Histórico Imperial: I – DMB-6.4.865 – P II. B. c. 1-27.

²² LACOMBE, Lourenço Luiz. Isabel, a princesa redentora.

²³ Dona Isabel e o Conde D’Eu tiveram três filhos: Pedro, Luís e Antônio, sendo o terceiro (Antônio) nascido na Europa (LACOMBE, 1989).

quando Dom Pedro II esteve ausente, o conde D'Eu, seu marido, conjuntamente com os filhos, não costumava se alojar no Largo do Paço. Dona Leopoldina casou-se no mesmo ano e passou a residir em um palácio ao lado de São Cristóvão, contudo, passava longas temporadas na Europa (CALMON, 1941). Segundo Lacombe (1989), Dona Isabel costumava dividir seu tempo entre o Rio de Janeiro e Petrópolis e, nos tempos de sua regência, ela e a família acolheram-se no palácio em São Cristóvão. Dirigia-se ao palácio do Paço para reuniões e para sanções de leis importantes.

Outrossim, não se encontra, na documentação escrita, menção de que os filhos de Dona Isabel e Dona Leopoldina tenham frequentado o palácio do Paço, portanto, é improvável que tenham usufruído dos brinquedos dali provenientes.

A peça de roupa e o amuleto poderiam ter vestido as inúmeras crianças que ali estiveram. Por se tratarem de peças para bebês e crianças mais novas, somente Dona Ana de Jesus Maria, a filha mais nova de Dom João e Dona Carlota poderiam ter utilizado tais objetos. Dom Sebastião, filho de Dona Maria Teresa e Dom Pedro Carlos, assim como Dom Pedro (II), Dona Francisca, Dona Januária, Dona Maria da Glória e as crianças falecidas, Dom João e Dona Paula Marianna também poderiam ter os utilizado.

De acordo com documento do Arquivo Histórico do Museu Imperial²⁴ (apud MAUAD 2018, p. 143, 144), aos sete anos de idade, em 1829, Dona Januária possuía 306 peças de roupas. A menina tinha vestidos bordados com ouro, pares de calças que acompanhavam os vestidos, saias com jalecos, coletes, corpetes, xales, chapéus variados e cerca de vinte pares de sapato. As roupas deviam se adequar aos variados eventos dos quais teria que participar. Para completar, também possuía artefatos de toalete, como escovas de dentes, pente de alisar, pente fino e escova de cabelo.

Quanto a essas peças terem pertencido a Dona Isabel e a Dona Leopoldina, ou às crianças falecidas, Dom Afonso e Dom Pedro, filhos de Dom Pedro II, a probabilidade é menor. Observando-se a documentação escrita, as crianças, enquanto pequenas, deviam estar aos cuidados de Dona Teresa Cristina, no palácio em São Cristóvão, estando eventualmente no palácio do Paço.

Os dedais, por sua vez, poderiam ter sido utilizados pelas aias e damas que viveram no palácio do Paço para confeccionarem a peça de roupa em linho. Poderiam ter auxiliado as princesas na confecção das roupas de suas bonecas.

Quanto ao lápis, teria servido aos príncipes e princesas nas atividades de desenho ou para o treino de caligrafia. Felix Emilio Taunay (1925), mestre de desenho, em 18 de

²⁴ Relação de roupa de uso de S.A.I a princesa D. Januária, Arquivo Histórico do Museu Imperial, Petrópolis, 3 pp. Mss.

abril de 1836, escreveu que Dom Pedro II tinha desempenho proveitoso e resolvia dificuldades para além de sua idade. Dona Januária tinha aplicação intensa ao desenho e, por isso, alcançava vantagens em relação aos irmãos. Dona Francisca unia vivacidade e rapidez na execução dos desenhos. Segundo Rangel (1945), em uma carta Dom Pedro II, escrevia à madrasta agradecendo os presentes recebidos. O menino referia-se a um cartão-bristol e um lápis, objetos com os quais ele poderia dedicar-se à geografia e ao desenho, seus assuntos preferidos.

5.1.4.1 BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS

O jogo de chá para bonecas remete às brincadeiras de imaginação de Vigotski (2010). Ao brincar com as miniaturas de madeira que imitam utensílios domésticos, as crianças poderiam representar os comportamentos, de mãe, filhas, rainha, de pai, filhos ou rei. Poderiam arranjar os utensílios de madeira sobre uma mesa para participarem de um banquete em uma festividade religiosa, em um evento de coroação ou celebração do nascimento de uma filha ou filho.

No caso das peças de montar, as situações imaginárias poderiam transitar entre os castelos portugueses, entre as carroças observadas pelas crianças nos caminhos pelos quais passavam ou na fazenda de Santa Cruz. As miniaturas de canhões (ganhados por Dom Miguel), os soldadinhos de chumbo, o apito, bem como os brinquedos que representam animais mostram semelhanças às brincadeiras de imaginação. A partir desses brinquedos, as crianças poderiam imitar os animais ou imaginarem-se comandando uma tropa de soldados, organizando todos com um forte sopro de apito.

Para o teatro existente no palácio do Largo do Paço, no qual Dom Pedro II, Dona Januária e Dona Francisca brincaram, no qual Dona Isabel e Dona Leopoldina (filhas de Dom Pedro II) também brincaram, observam-se encenações da realidade em situações de brincadeira. O deputado Rafael Carvalho descreveu detalhadamente aspectos físicos do teatro e nesse ponto o considerou adequado para as crianças reais (porque continham elementos da cultura brasileira), contudo, julgou absurdo as apresentações ocorrerem em francês. No entanto, o estudo da língua francesa, assim como assistir apresentações de peças teatrais, eram atividades rotineiras, portanto, essas brincadeiras encenariam experiências reais das crianças, correspondendo às brincadeiras de imaginação.

As crianças também gostavam de representar personagens religiosos. Dona Francisca costumava se vestir de padre, Dona Januária de sacristã e Dom Pedro II de sacristão. Tal atividade corresponderia a uma situação imaginária, de experiências reais

das crianças que deviam ir à missa todos os domingos e participarem de celebrações na antiga igreja dos Carmelitas.

Se, para as crianças, não importaria o grau de similaridade entre os objetos com os quais se brinca e os objetos denotados, como salientou Vigotski (2010), as crianças poderiam ter utilizado os pinos de madeira para os jogos de tabuleiro e também para representar cavaleiros em uma batalha ou em outra brincadeira. As peças para o jogo de damas poderiam ter substituído uma roda de carroça ou de um trem. Inclusive, uma delas apresentou uma perfuração vazada (como exibe a Figura 10), diferentemente das demais, que apresentaram pequeninos furos centrais não vazados (ver Apêndice A).

As peças para jogo de damas, os dados, os pinos de madeira, as peças circulares de cerâmica e de louça são objetos alusivos aos jogos de regras. O jogo de xadrez também fez parte da diversão de Dom Pedro I, inclusive foi um brinquedo que atravessou gerações, como salientou Guedes (2002) e, certamente, possibilitou relações intergeracionais.

Quanto ao pião, haveria similaridades aos jogos, pois seria necessário conhecer o mecanismo de funcionamento do brinquedo, assim como para as bolinhas (madeira e cerâmica), que poderiam ter sido usadas em diversos jogos. Segundo Câmara Cascudo (1998), o pião deveria ser puxado com força e destreza pelo cordão existente em uma das extremidades para rodar velozmente. Contudo, existiriam várias convenções entre as crianças para o desenrolar do jogo. Um menino de oito anos entrevistado por Crowell²⁵ (1899) revelou que seu brinquedo preferido era o pião porque era divertido ouvir o seu zumbido.

²⁵ Os primeiros passos no sentido de tomar as crianças como objetos e sujeitos de pesquisa, percebendo-as como informantes e como reflexivas sobre suas ações se deu em fins do século XIX. No trabalho de Crowell (1899), as crianças manifestaram suas preferências relacionadas ao brincar e mostraram-se independentes dos adultos sobre a atividade. Os mais crescidos gostavam ainda de manufaturar suas próprias coisas, particularmente miniaturas. O autor conduziu entrevistas com aproximadamente duas mil crianças nas escolas públicas do condado de Worcester, Massachusetts, Estados Unidos, em 1896. Foram realizadas, em sete escolas diferentes, com crianças e adolescentes de ambos os sexos, de seis até dezoito anos. As crianças eram oriundas de diferentes nacionalidades, como israelense, canadense francesa, sueca e americana. As duas mil entrevistas geraram 700 diferentes tipos de diversão. Como resultado, o autor apontou que 100 respostas foram classificadas como jogos sedentários (principalmente cartas); 150 se referiam a brinquedos e objetos comuns usados como brinquedos (relacionados a hábitos sedentários); 225 se referiam a jogos ativos ou esportes; 85 se referiam a passatempos ou outras atividades não pertencentes as classes acima citadas. 130 diversões não foram classificadas. Em 272 respostas foram observadas diversões comuns para ambos os sexos; em 182, observaram-se diversões para meninos e, em 192, para meninas. Brincadeiras como esconde-esconde e relívio (um jogo de rua com vários participantes) foram mencionados por crianças mais novas, sendo que, entre 17 e 18 anos, tais brincadeiras não foram citadas. Dos 6 aos 9 anos, grande parte das brincadeiras estariam centradas em alguns objetos usados simbolicamente ou pelo qual as crianças pudessem exercitar a impulsividade por alguma atividade. Dos 9 aos 13 anos, as diversões preferidas seriam aquelas destinadas ao exercício do corpo todo, no qual verificou-se maior diversidade de interesses. Dos 14 anos em diante, prevaleceu a criatividade para diversas tarefas.

5.2 SÍTIO PRAÇA DAS ARTES

5.2.1 PESQUISA ARQUEOLÓGICA²⁶

O sítio Praça das Artes foi localizado no atual Centro Histórico da cidade de São Paulo. A investigação concentrou-se na Quadra 27, delimitada pelas atuais rua Formosa, avenida São João, rua Conselheiro Crispiniano e praça Ramos de Azevedo (SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA LTDA, 2012), como mostra a figura abaixo:

MAPA 4: Localização do Sítio Praça das Artes.



Fonte: Scientia Consultoria Científica Ltda (2012, p. 9).

A pesquisa ocorreu no âmbito do licenciamento ambiental, sendo efetuada entre os anos de 2009 e 2010, depois, apresentada no “Relatório Final de Monitoramento e Resgate Arqueológico da Área Destinada à Implantação da Praça das Artes – Operação Urbana Centro, Município de São Paulo – SP” (SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA LTDA, 2012).

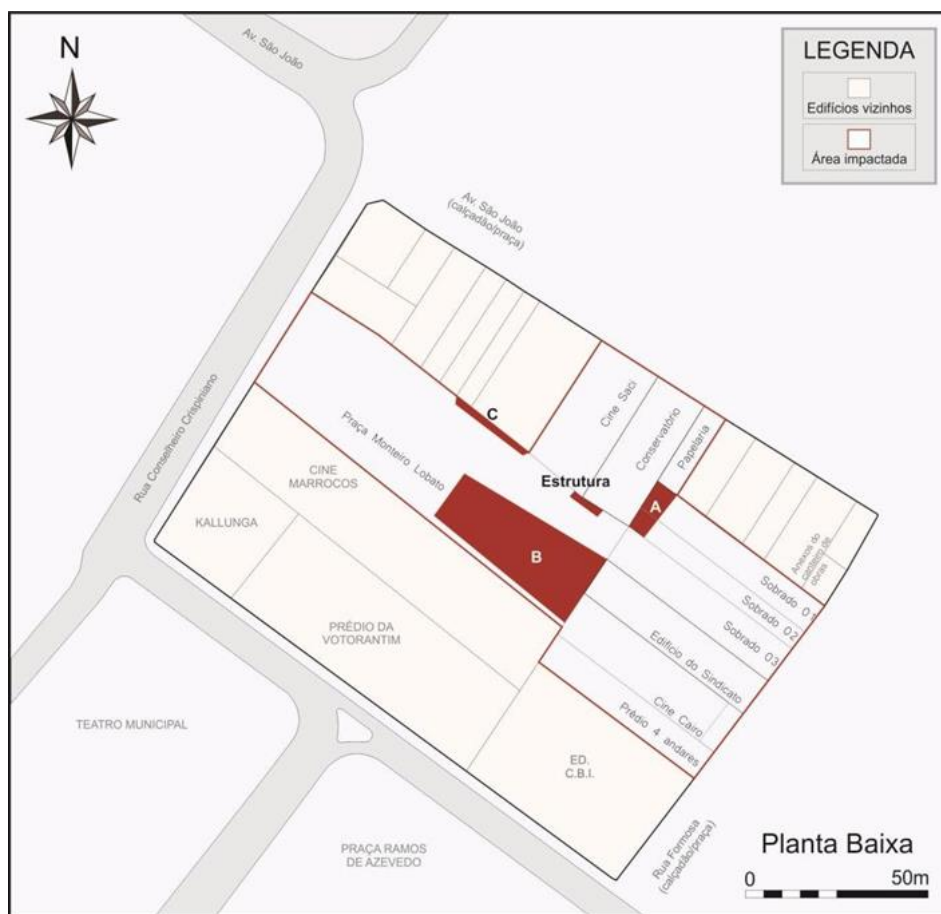
A área impactada abrangeu 5.480 m². Durante a fase de monitoramento, foram identificadas três áreas com material arqueológico, nas quais se concentraram as

²⁶ Estudos sobre o material arqueológico identificado no sítio Praça das Artes resultaram em trabalhos importantes, como as análises feitas sobre os cachimbos - Bagniewski e Manguiera (2011) e as análises sobre as contas de vidro, que relacionadas a outros artefatos, conduziram a interpretação da presença da população negra na região - Lopes de Lima (2019). Eventualmente, os brinquedos e demais artefatos associados às crianças desse sítio poderiam ter sido reutilizados pelas crianças escravizadas.

atividades posteriores de resgate. A análise em laboratório permitiu estabelecer comparações entre os artefatos e assim certificou tratar-se de um único contexto deposicional. O local poderia ter servido como área de refugio, cujo material seria proveniente de diversas moradias, de estabelecimentos comerciais ou de instituições. Dentre os materiais, encontraram-se fragmentos de cerâmica tipo terracota, correspondentes a diversos tipos de recipientes, além de cachimbos. Foram coletados ainda fragmentos de faiança, faiança fina, porcelana, grés, ironstone, vidro, metal, ossos de animais, além de pederneiras. O conjunto artefactual compunha-se por 22.896 peças, dentre os quais, algumas foram relacionados às crianças. O espaço temporal foi situado entre os séculos XIX e as primeiras décadas do século XX (SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA LTDA, 2012). Após o término da pesquisa, foi instalado o Complexo Praça das Artes²⁷. Na figura abaixo, observa-se a localização das três áreas com grande densidade de material arqueológico:

²⁷ Praça das Artes trata-se de um complexo inaugurado em 2012, composto por Sala do Conservatório, Centro de Documentação e Memória, Modulo II (sede de ensaio dos corpos artísticos), Escola de Dança e Música, além de área externa que integra o centro da cidade. Disponível em: < https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/fundacao_theatro_municipal/praca_das_artes/index.php>. Acesso em 05 out. 2023.

MAPA 5: Localização das áreas com maior densidade de material arqueológico do Sítio Praça das Artes.



Fonte: Scientia Consultoria Científica (2012, p. 115).

Para a realização do estudo arqueológico e posterior implantação do empreendimento, foram necessárias ações de demolição total ou parcial de edificações ali existentes, enquanto outras foram qualificadas para restauro. No quadro a seguir, encontra-se breve descrição dessas edificações:

TABELA 4: Descrição das edificações impactadas na área de implantação do empreendimento Praça das Artes.

Logradouro	Descrição	Impacto
Rua Formosa, nº 387, 393	Edifício em estrutura de concreto armado com vedação em alvenaria e caixilhos de ferro. Composto por térreo e quatro pavimentos.	Demolição total.
Rua Formosa, nº 401	Antigo Cine Cairo. Construção em alvenaria, composta por térreo e mezanino.	Demolição total, com exceção da fachada frontal.
Rua Formosa, nº 409, 413	Sindicato dos comerciários. Construção em estrutura de concreto armado com vedação em alvenaria e caixilhos de alumínio, composto de térreo com pé direito duplo e nove pavimentos.	Demolição total.
Rua Formosa, nº 419, 425	Construção em estrutura de concreto armado com vedação em alvenaria e caixilhos metálicos, composto de térreo e pavimento superior.	Demolição total.
Rua Formosa, nº 431, 433	Construção em estrutura de concreto armado com vedação em alvenaria e caixilhos metálicos, composto de térreo e pavimento superior.	Demolição total.

Rua Formosa, nº 435, 437	Construção em estrutura de concreto armado com vedação em alvenaria e caixilhos metálicos, composto de térreo e pavimento superior.	Demolição total.
Rua Formosa, nº 441, 443	Construção em estrutura de concreto armado com vedação em alvenaria e caixilhos metálicos, composto de térreo e pavimento superior.	Demolição total.
Avenida São João, nº 259	Construção em alvenaria, composta de térreo, mezanino e dois pavimentos.	Demolição total.
Avenida São João, nº 269	Construção em alvenaria autoportante de tijolos de barro maciços; estrutura complementar metálica; revestimento em argamassa; caixilhos em madeira e vidro; pisos em sistema de barroteamento estrutural e assoalhos; forros em estuque ou gesso; ornatos, quando externos, em argamassa armada; quando internos em argamassa armada, não armada e gesso; cobertura em telha cerâmica do tipo francesa.	Restauração e requalificação
Avenida São João, nº 279, 281, 285, 287, 293, 297	Cine Saci. Construção em alvenaria, composta de térreo e mezanino.	Demolição total.
Avenida São João, nº 269 (Fundos)	Anexo do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Construção em concreto armado com vedação em alvenaria, composta de dois subsolos, térreo e seis pavimentos.	Demolições e remoções para adequação de reforma com ampliação de pavimentos.
Rua Conselheiro Crispiniano, nº 378	Praça Monteiro Lobato. Piso em lajotas, concreto e asfalto. Muro de alvenaria convencional e um quiosque em alvenaria de tijolos maciços e cobertura em telha cerâmica.	Demolição total. Remoção de espécies arbóreas destacadas com transplante.

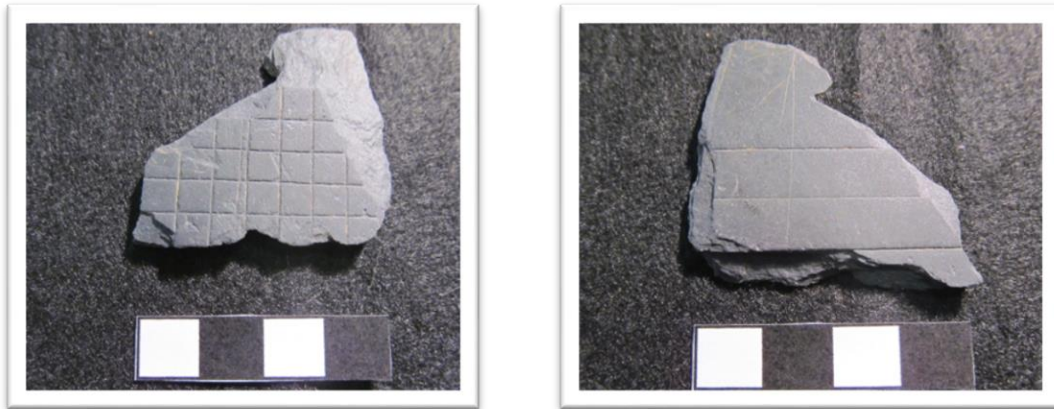
Fonte: Scientia Consultoria Científica (2012, p. 12).

5.2.2 CULTURA MATERIAL ASSOCIADA ÀS CRIANÇAS

A cultura material associada às crianças do sítio Praça das Artes abarcou 43 objetos, compreendendo placas de ardósia, lápis de ardósia, partes de boneca ou boneco, um soldadinho de chumbo e uma peça para jogo de dominó. Esse material foi coletado abaixo dos 0,30 metros de profundidade (abaixo da camada de aterro).

Placas de ardósia: as peças em maior quantidade foram representadas por placas de ardósia, com 26 fragmentos no total. Apresentaram espessura fina e superfícies bem polidas. Em algumas peças, observaram-se traços horizontais e verticais, formando uma superfície quadriculada. Em outros fragmentos, foram observadas linhas em um único sentido. Em um deles, observou-se um furo. As figuras a seguir mostram alguns exemplares:

FIGURA 37: Fragmento de placa de ardósia: superfície quadriculada em uma das faces, outra face com traços em um único sentido.



Fonte: Autoria própria.

FIGURA 38: Fragmento de placa de ardósia: furo e um traço no sentido da largura, outra face com superfície desgastada.



Fonte: Autoria própria.

FIGURA 39: Fragmento de placa de ardósia: traços no sentido do comprimento, outra face com traços horizontais e verticais formando uma superfície quadriculada.



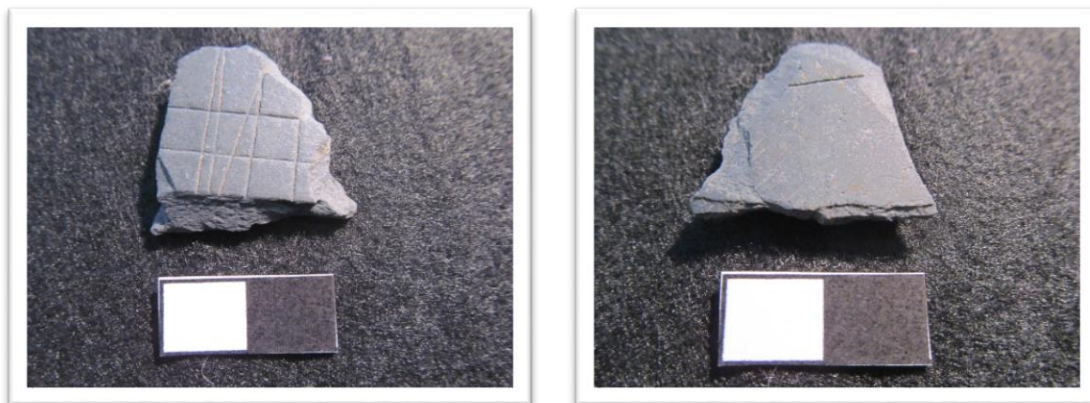
Fonte: Autoria própria.

FIGURA 40: Fragmento de placa de ardósia: uma das faces com traços no sentido vertical e horizontal, formando uma superfície quadriculada.



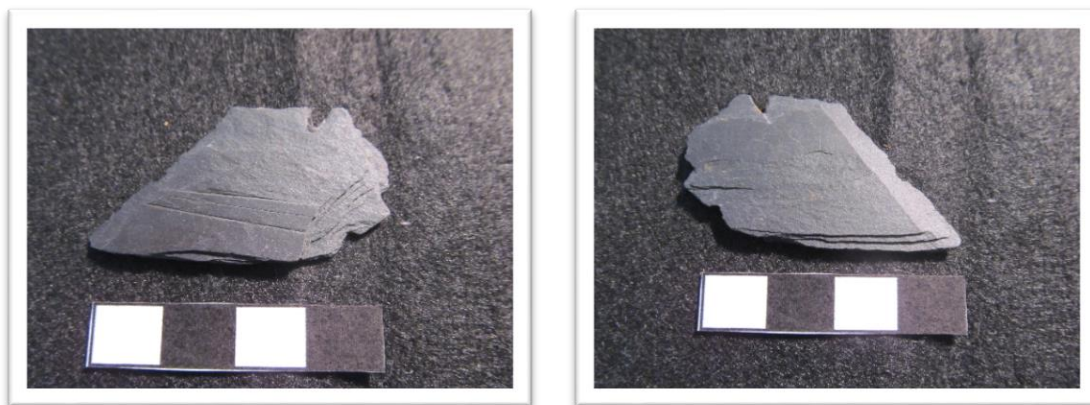
Fonte: Autoria própria.

FIGURA 41: Fragmento de placa de ardósia: uma das faces com traços verticais e horizontais formando uma superfície quadriculada, outra face com um único traço no sentido da largura.



Fonte: Autoria própria.

FIGURA 42: Fragmento de placa de ardósia: uma das faces com traços no sentido do comprimento.



Fonte: Autoria própria.

Lápis de ardósia: três peças constaram nessa categoria, todos fragmentados. Apresentam superfícies bem polidas e dois deles mostram ainda as partes pontiagudas, utilizadas para atividades de escrita.

FIGURA 43: Lápis de ardósia fragmentados.

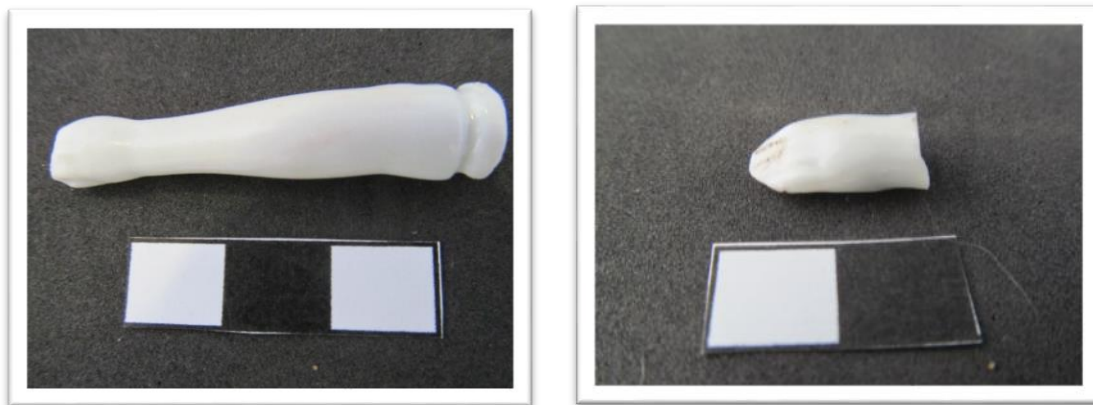


Fonte: Autoria própria.

Brinquedos: os brinquedos somaram catorze peças. A maioria abarcou partes de bonecas/bonecos, totalizando doze peças. Algumas foram feitas em porcelana e outras em cerâmica terracota. Um soldadinho de chumbo e uma peça de dominó completaram o conjunto dos brinquedos.

Partes de bonecas/bonecos: nesta categoria, foram inclusas doze peças. Aquelas confeccionadas em porcelana branca vidrada foram representadas por cinco peças: um braço/mão inteiro, uma mão fragmentada, uma mão/parte do braço, um pé fragmentado, além de um pequeno fragmento. Os objetos em porcelana branca opaca abrangeram quatro peças: um braço inteiro, uma perna/pé inteiro, uma mão fragmentada e um torso. No que tange aos artefatos em cerâmica terracota, abrangeram três peças, sendo duas cabeças e um torso.

FIGURA 44: Braço/mão em porcelana branca vidrada com parte protuberante circular para encaixe do braço ao torso. Mão em porcelana branca vidrada.



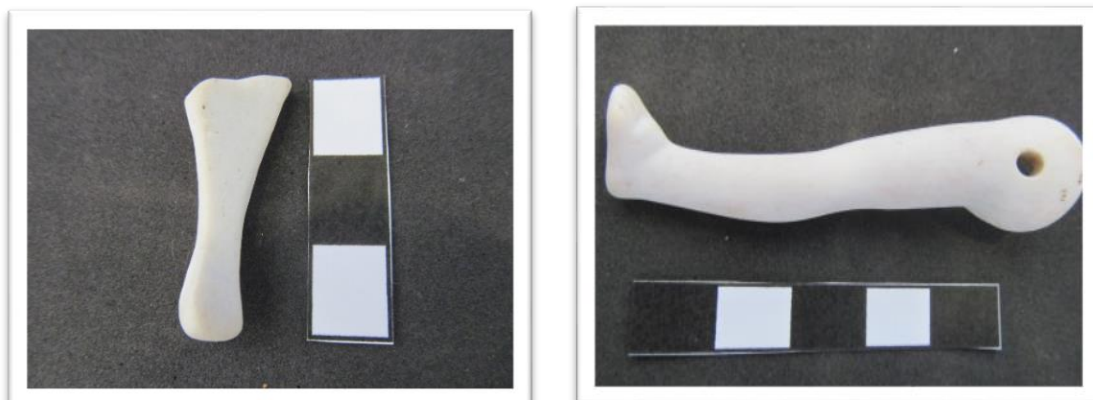
Fonte: Autoria própria.

FIGURA 45: Mão/braço em porcelana branca vidrada. Fragmento em porcelana branca vidrada. Pé em porcelana branca vidrada.



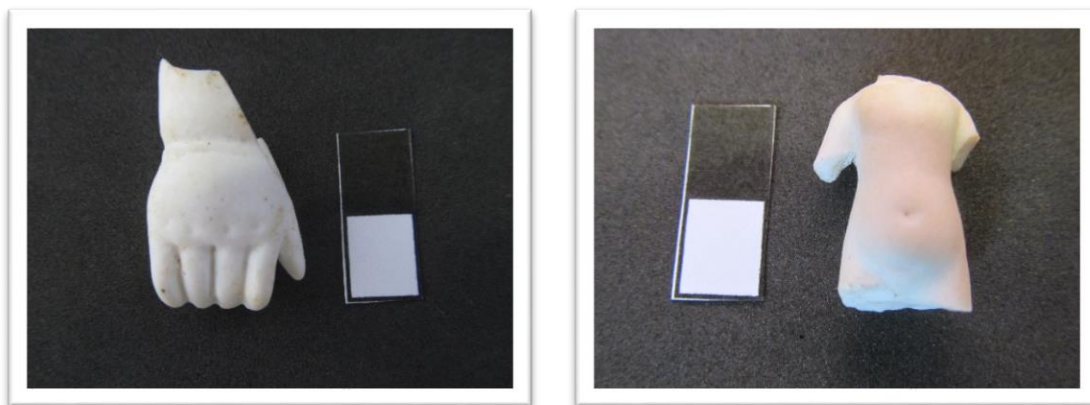
Fonte: Autoria própria.

FIGURA 46: Braço em porcelana branca opaca. Perna/pé em porcelana branca opaca. Furo vazado na porção central do topo da perna para encaixe e articulação com o torso.



Fonte: Autoria própria.

FIGURA 47: Mão em porcelana branca opaca, oca. Torso em porcelana branca opaca, interior preenchido.



Fonte: Autoria própria.

FIGURA 48: Torso em cerâmica terracota. Cabeça fragmentada, com decoração incisa representando o cabelo.



Fonte: Autoria própria.

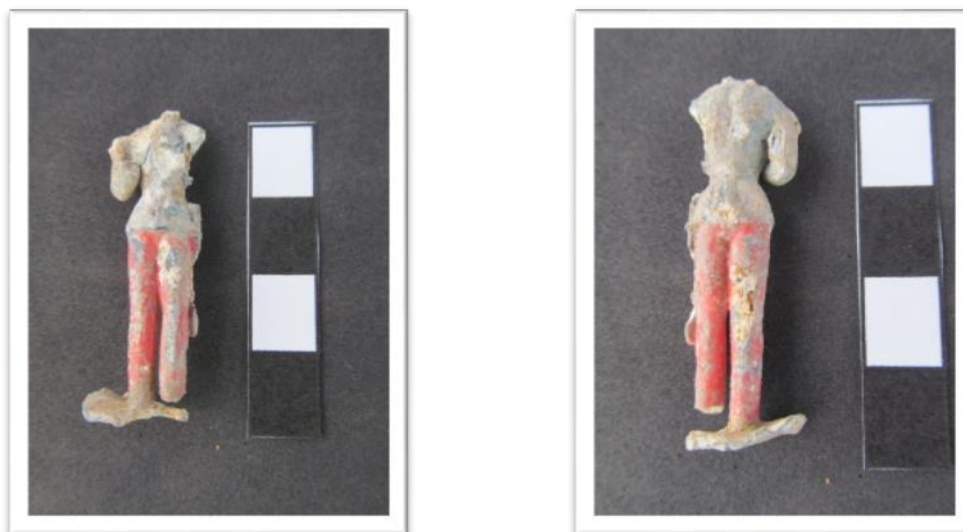
FIGURA 49: Cabeça em cerâmica terracota. Apresenta o contorno do nariz e dos olhos, um arco decorado na cabeça e dois furos não vazados representando as orelhas. Exibe decoração incisa representando o cabelo e um pequeno furo na porção central da cabeça.



Fonte: Autoria própria.

Soldadinho de chumbo: uma peça fez parte desta categoria. O soldadinho mostra calça vermelha e casaco azul, um dos braços em posição flexionada.

FIGURA 50: Soldadinho de chumbo.



Fonte: Autoria própria.

Peça para jogo de dominó: uma peça em osso foi inclusa neste grupo. Na parte central da peça, há uma haste pequena em metal e um traço vertical. De um lado existe uma única concavidade, representado o número 1, enquanto o outro lado não exibe concavidades, indicando o número zero.

FIGURA 51: Peça para jogo de dominó.



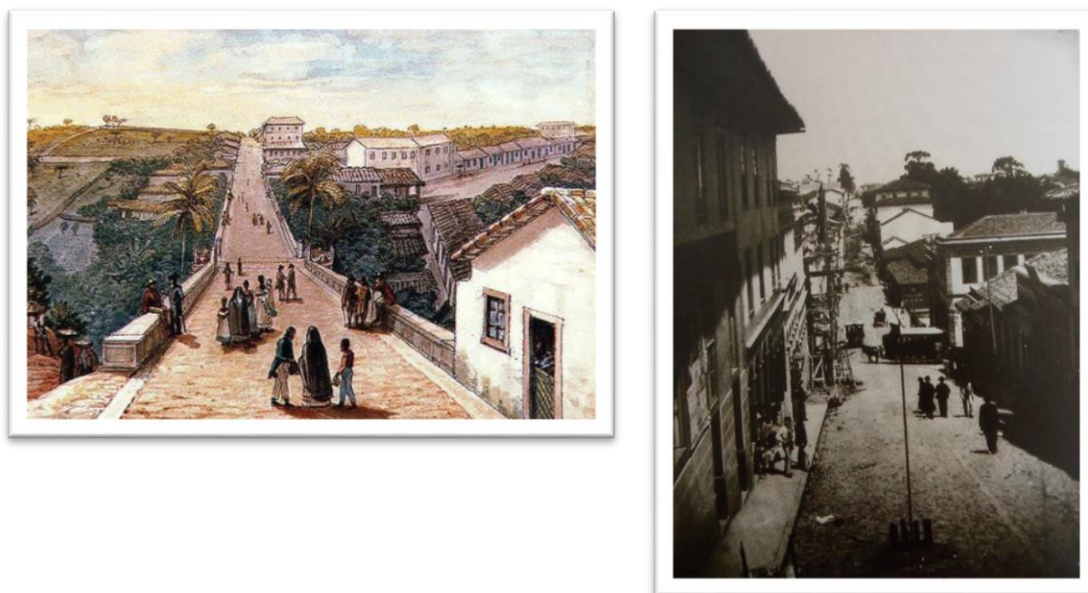
Fonte: Autoria própria.

5.2.3 CONTEXTO HISTÓRICO

De acordo com Azevedo (1958), a sociedade paulistana vivia de modo modesto no decorrer da primeira metade do século XIX. Nesse tempo, a área urbana de São Paulo expandiu-se pouco além de seu núcleo de fundação, o colégio dos Jesuítas. Ainda na década de 1870, Martins (1912) e Freitas (1921) afirmaram que São Paulo conservava aspectos dos tempos coloniais. Como alegaram Luné e Fonseca (1873), a cidade compunha-se de quatro freguesias: Sé, Santa Iphigenia, Consolação e Senhor Bom Jesus do Braz. No entorno, haviam outras freguesias: a de Conceição dos Guarulhos, distante 16,6 km da capital; a de Nossa Senhora do Ó, distante 11,1 km; a de Nossa Senhora da Penha, distante 9,7 km, a de São Bernardo, distante 19,3 km e a de Nossa Senhora do Juquery, distante 27,7 km da capital.

Nas atuais avenida São João, rua Formosa, rua Conselheiro Crispiniano, área de investigação na qual foi registrado o sítio arqueológico Praça das Artes, havia ainda poucas residências. A aquarela de Debret, do ano de 1822, expunha as feições contrastantes da antiga ladeira do Acú. Por outro lado, na fotografia de Marc Ferrez, do ano de 1890, verificaram-se grandes alterações no espaço urbano, nesse período, já chamada de rua São João.

FIGURA 52: Aquarela de Jean Baptiste Debret, retratando a ladeira do Acú no ano de 1822, futura avenida São João (direita). Rua São João, no ano de 1890 (esquerda).



Fonte: Barros, 1998 ²⁸.

²⁸ Exposição comemorativa da cidade de São Paulo, organizada pela Secretaria do Estado da Cultura, 1984 (apud BARROS, 1998, p. 13). Fotografia de Marc Ferrez, reprodução de “A fotografia no Brasil”, 1840-1900. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória, 1985 (apud BARROS, 1998, p. 128).

Em 1854, Sant'anna (1952) afirmou que a administração municipal solicitava o alinhamento da rua que saía do Acú ao Piques. Nascia, então, a rua Formosa. Martins (1911) reiterou a informação, alegando que, em 1855, o então presidente da província, senhor José Antonio Saraiva ordenara a abertura da rua Formosa. O cadete Santos, o Barão de Itapetininga, cedeu parte de sua chácara para que a rua fosse construída.

Dentre as suas memórias, nas quais evocou tempos da infância vivida exatamente nessa região, Barros (1998, p. 29) lembrou que, por não haver encanamento de água, pessoas escravizadas formavam filas na fonte existente na rua Formosa:

No tempo de nossa narrativa, ainda que já populosa, São Paulo não possuía encanamento de água. Recordar-se-á, porventura, algum velho habitante da cidade, das fontes em que ia buscar água de beber? Havia-as em diferentes bairros. Uma das mais procuradas era a do Miguel Carlos, à rua Florêncio de Abreu e a célebre fonte do Moringuinho. Havia outra, ao pé de três coqueiros solitários, que brotava na triste rua Formosa, tão indigna de seu nome (BARROS, 1998, p. 29).

Sant'anna (1944) informou sobre a existência do Beco dos Sapos, que tinha início na rua do Seminário e seguia até a rua São João; paralelo à São João, da ponte do Acú, até a esquina da rua Formosa. Sant'anna (1950), sugeriu que o nome se originou devido ao grande número de sapos existentes. Ali se juntavam as águas do Anhangabaú, além de águas provindas de diversas pequenas torrentes que nasciam nos arredores. O acúmulo constante de água formava um enorme brejo, o que, conseqüentemente, atraía inúmeros sapos. No Beco dos Sapos²⁹, existiam diversos casebres baixos e frágeis, feitos de taipa e, quando ocorria alguma enchente, as casinhas não resistiam. Em 1850, instalou-se ali um núcleo de alemães. Segundo Seckler (1886), havia, na rua São João, o Clube Germania, fundado em 1868. Para ser associado, era necessário ter conhecimento da língua alemã. Martins (1911) destacou que o Germania se situava no prédio da rua São João, esquina com a rua Formosa, 75. A instituição ensinava canto e conhecimentos gerais. Porém, no ano de 1872, a mesma instituição já funcionava em outro edifício, situado na rua do Príncipe³⁰.

De acordo com Sant'anna (1944), entre a rua São João e o início do Beco dos Sapos, existia uma travessa de cinquenta e poucos metros de comprimento, que, nos idos de 1864, recebia o nome de rua Alegria ou rua Alegre³¹. O autor sugeriu que esta rua, outrora chamara-se rua do Hospital, pois ali situava-se o Hospital Militar. O Hospital

²⁹ Ao longo do século XIX, a rua do Acú sofreu diversas transformações e processos de aterramento, enquanto o Beco do Sapos sofreu grande reforma no ano de 1864. Tais reformas previam realizar o calçamento do beco (SANT'ANNA, 1944).

³⁰ Segundo Martins (1911), a rua do Príncipe trata-se da atual Quintino Bocaiúva.

³¹ Para Martins (1911), a rua Alegre trata-se da atual Brigadeiro Tobias.

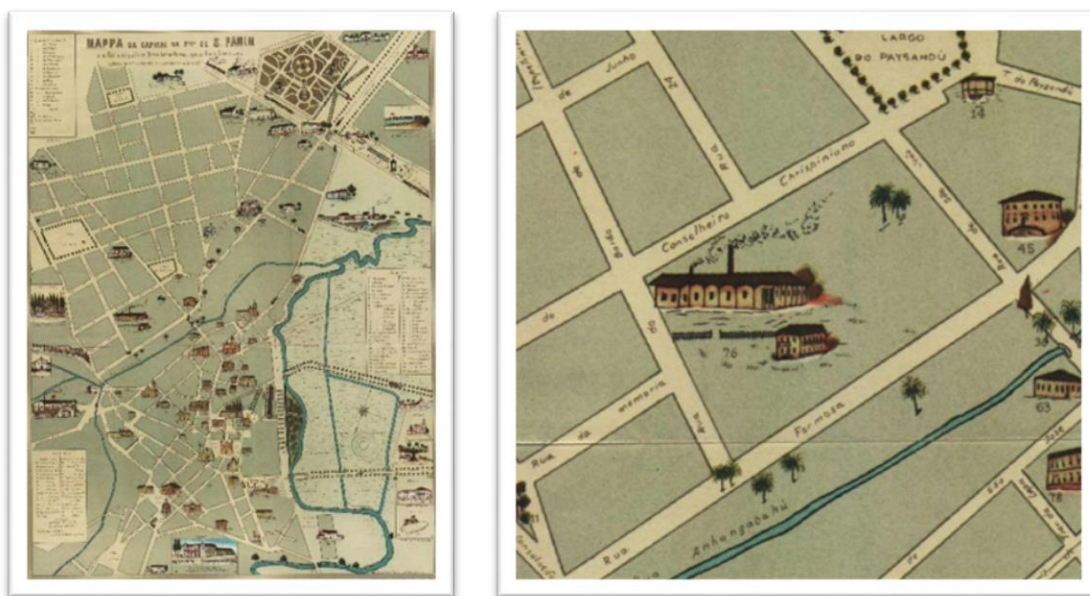
Militar, por sua vez, abrigou, tempos depois, o Seminário das Educandas. Martins (1911) esclareceu que o seminário possuiu diversas sedes desde a sua criação no ano de 1825. No ano de 1833, mudou-se para um edifício situado na ladeira do Acú. As meninas permaneceram no prédio por pouco tempo, logo voltaram à chácara da Glória, a primeira sede da instituição. Novamente, em 1844, o Seminário voltou para a ladeira do Acú, onde permaneceu até 1861.

Por volta do ano de 1870, alguns dos casebres da São João foram derrubados, construindo-se um largo no local. Mais tarde, foi ainda erguido, no centro do largo, um barracão de ferro batido para abrigar o Mercado São João (SANT'ANNA, 1944). De acordo com Luné e Fonseca (1873), na rua São João, havia o Hospital dos Alienados, instalado em 1852. No ano de 1862, houve a transferência da instituição para a rua Tabatinguera. Martins (1911) corroborou a informação, declarando que, em virtude das parcas condições do prédio da São João, o presidente da província ordenara a mudança para a rua Tabatinguera³². Outrossim, pessoas que exerciam diferentes profissões, como escrivães, pedreiros, professores, procuradores e engenheiros tinham suas residências na rua São João. Segundo Luné e Fonseca (1873), a professora pública Maria Gabriella Dantas do Amaral residia à rua São João, 56.

O mapa da região central de São Paulo do ano de 1877 (conforme a figura abaixo) exhibe a área na qual foi identificado o sítio Praça das Artes. Nessa época, não havia a praça Ramos de Azevedo e o viaduto do Chá. A quadra era formada pelas ruas Formosa, São João, Conselheiro Crispiniano e rua do Barão de Itapetininga.

³² Mezzalira e Flandoli (Relatório do Presidente da Província de São Paulo, 1852 apud Mezzalira, Flandoli, 2011) declararam que o Hospital dos Alienados foi instalado na rua São João, próximo à avenida Ipiranga, em 1852. O prédio era propriedade de Felizardo Antonio Cavalheiro e Silva e foi alugado pela prefeitura até 1862 ou 1864. Depois, instalou-se na rua Tabatinguera.

MAPA 6: Mappa da Capital da Província de São Paulo. Seos Edifícios públicos, Hoteis, Linhas férreas, Igrejas Bonds Passeios, etc.



Fonte: Albuquerque, Martin, 1877.

Como citado, o Barão de Itapetininga cedeu parte de sua propriedade para a abertura da rua Formosa. Martins (1911) reportou que, após a morte do Barão, em 1876, outras ruas foram abertas, dentre elas, a rua Conselheiro Crispiniano. De acordo com Seckler (1886), engenheiros, juízes, cônegos e médicos tinham suas casas de morada na rua Conselheiro Crispiniano. Ademais, achavam-se estabelecimentos, como a escola S. Adalberto, localizada na rua Conselheiro Crispiniano, 11.

Pinto (1900) ressaltou que, na passagem do século XIX para o XX, a rua Conselheiro Crispiniano distinguia-se entre as principais ruas da cidade. Tinha seu início na rua Sete de Abril e terminava no Largo do Paissandú. Apresentava-se larga e ladeirada. Nela havia belos edifícios, cujos donos eram conhecidos na sociedade paulistana, como José Paulino Nogueira e coronel Antonio Proost Rodovalho.

Do mesmo modo, na rua Formosa, encontravam-se moradores como o padre Júlio Marcondes e Silva que exercia o ofício de mestre de aritmética do ensino elementar. Na rua Barão de Itapetininga, residia o professor de gramática e língua nacional Augusto Freire da Silva. Havia ainda o Collegio Paulistano, somente para meninas, situado na rua do Barão de Itapetininga, 3 (SECKLER, 1886).

Seckler (1886) afirmou que, na rua São João, encontravam-se taquígrafos, médicos, escriturários, alfaiates, barbeiros, ferreiros, serralheiros, mecânicos e professores de música. Dentre os estabelecimentos, achavam-se: a Escola Americana, para ambos os sexos, localizada na rua São João, 71; e o Conservatório Dramático e Musical, localizado na rua São João, 95.

Nesse período, surgiram os espaços de entretenimento na São João, como o cinema Bijou, o teatro Polytheama e o teatro Eldorado, segundo destacaram Pinto (1900) e Sant'anna (1952). Pinto (1900) ressaltou que a rua São João era uma das ruas mais extensas da cidade, com aproximadamente dois quilômetros de extensão. Tinha início no Largo do Rosário e terminava na Alameda Glette. Para o autor, a São João era uma das ruas de maior relevância na cidade de São Paulo, na passagem do século XIX para o século XX.

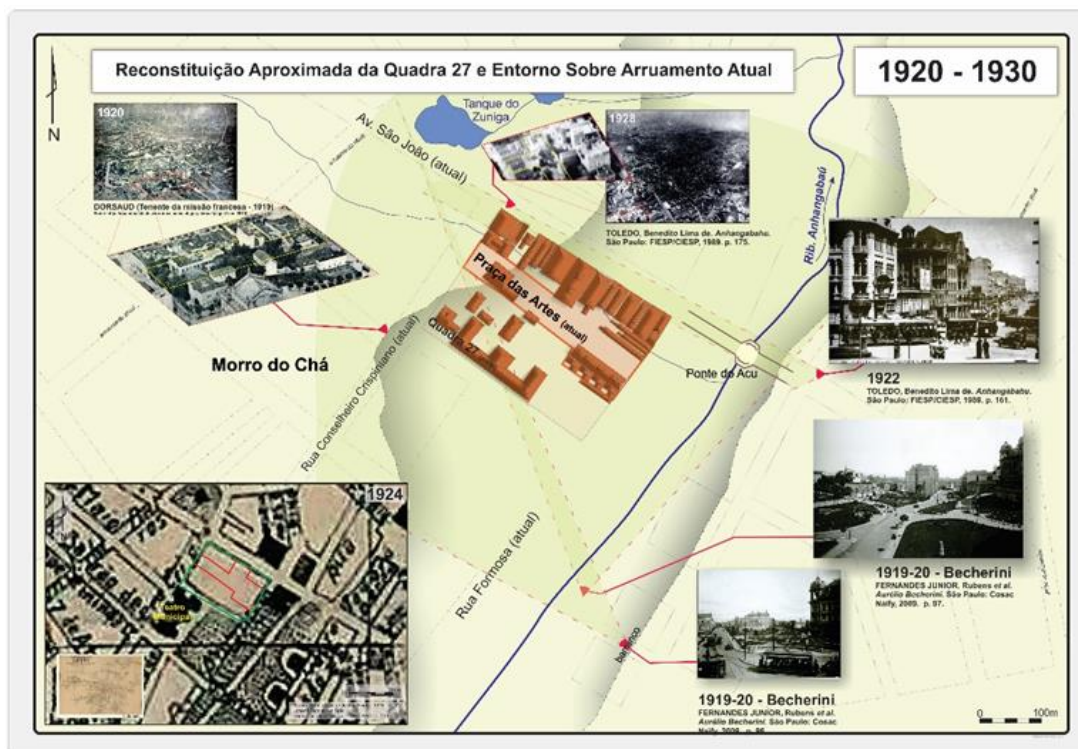
Como mencionado, na rua São João, situava-se a Escola Americana. Pinto (1900) esclareceu que a escola pertencia aos mesmos donos do Mackenzie College, situado na rua Maria Antonia, 63, o qual era destinado ao ensino universitário. A escola oferecia um curso preparatório de sete anos. Afirmou que o mesmo grupo dirigia o internato de meninas, situado na São João, 139 e o internato de meninos, que estava situado na rua Itambé, 1. Existia também outro edifício na rua São João 141, no qual se reuniam os estudantes dos dois internatos. Nesse prédio haviam quatro dormitórios no terceiro piso, no segundo havia a biblioteca, a secretaria, o laboratório e duas salas de aula. Nos fundos desse prédio, havia outro edifício, que funcionava também como internato de meninos. Havia ainda um refeitório e uma oficina de trabalhos manuais. Por fim, o autor alegou que a organização da instituição era bastante complexa, pois os meninos do internato da rua Itambé tomavam aulas no edifício da rua São João, 141, isto é, deviam se deslocar diariamente para as diferentes atividades.

A partir das últimas décadas dos oitocentos, as mudanças intensificaram-se, ao mesmo tempo, observou-se o crescimento da população, como atestaram os estudos demográficos de Sousa (1917). A população da cidade girava em torno de 155 mil habitantes em 1894. Posteriormente, o recenseamento federal realizado no ano de 1900 revelou considerável aumento, em torno de 240 mil habitantes. Em obra de 1879, os estudiosos norte-americanos Fletcher e Kidder (1879) expressaram surpresa com o crescimento urbano e desordenado de São Paulo, que mantinha calçadas e ruas estreitas. Por outro lado, menos de duas décadas depois, o pesquisador alemão Koenigswald (1895) chamaria a atenção para o caráter cosmopolita que começava a caracterizar a cidade. Durante sua estadia em São Paulo, notou que nas ruas de maior circulação de pessoas, como a rua 15 de Novembro, a rua Direita, a rua São Bento, a rua do Commercio e a rua do Rosário, estavam os grandes estabelecimentos comerciais, assim como os edifícios bancários. Ressaltou a importância do Viaduto do Chá, que, no período de sua visita, já se encontrava em operação, oferecendo uma nova conexão entre a região do Pátio do

Colégio e da Sé e o outro lado do Anhangabaú, região da República e os diversos bairros da cidade que cresciam naquela direção.

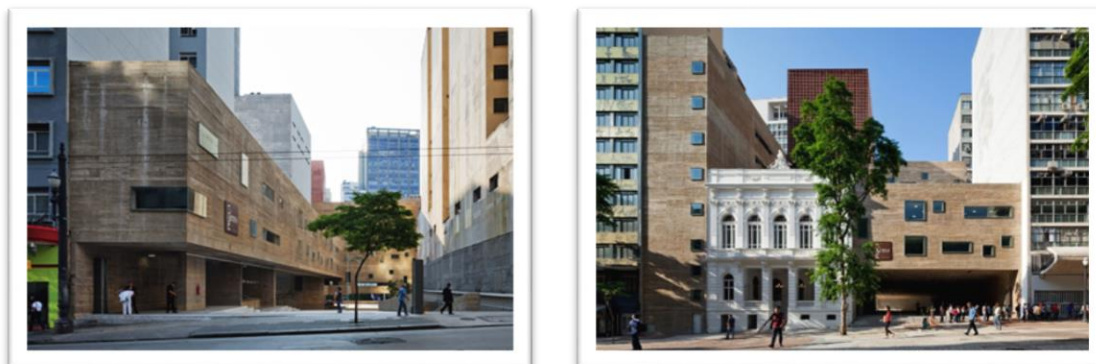
A figura a seguir exhibe reconstituição de como seria a região do sítio Praça das Artes entre as décadas de 1920 e 1930. Depois, encontram-se imagens recentes do Complexo Praça das Artes.

FIGURA 53: Reconstituição aproximada da Quadra 27 e do entorno sobre arruamento atual.



Fonte: Scientia Consultoria Científica (2012, p. 85).

FIGURA 54: Imagem recente do Complexo Praça das Artes.



Fonte: Kon, 2021.

Maria Paes de Barros³³ foi uma das milhares de crianças que circulou pelo espaço urbano acima descrito na segunda metade do século XIX. A menina era uma das herdeiras de uma pessoa ilustre da sociedade paulistana à época, o comendador Luís Antônio de Souza Barros. Segundo Torres (2010), o comendador passou a viver no casarão da rua São João (como exibido na figura abaixo) após seu casamento com a senhora Ilidinha de Resende Souza Barros. Desse casamento, foram concebidos oito filhos. Tempos depois da morte da esposa, o comendador casou-se novamente, no ano de 1850, com Felicíssima Campos Barros. No segundo casamento, foram concebidos dez filhos, dentre eles, Maria Paes de Barros.

³³ Maria Paes de Barros escreveu o livro “No Tempo de Dantes” quando contava 94 anos de idade, em 1946. No livro, a autora narrou suas memórias de infância em meio a uma família numerosa, inclusive, constavam recordações sobre suas vivências por diversos locais da cidade de São Paulo, na segunda metade do século XIX. Nasceu no ano de 1851 e viveu até se casar no casarão da rua São João (atual avenida São João), em São Paulo. Uma nova edição do livro foi publicada em 1998.

FIGURA 55: Desenho a bico de pena representando a casa do comendador Luís Antônio de Souza Barros, na rua São João, construída em fins do século XVIII. Pertenceu inicialmente a Francisco Ignácio de Souza Queiroz, tio do comendador.



Fonte: Barros (1946 apud Barros 1998)³⁴.

5.2.4 ATIVIDADES SITUADAS NO SÍTIO PRAÇA DAS ARTES

A região na qual foi localizado o Sítio Praça das Artes acumulou diversas alterações que culminaram com grande adensamento urbano, especialmente a partir da segunda metade do século XIX. O material arqueológico coletado resultou das atividades cotidianas das pessoas em suas residências, nas instituições públicas e comerciais que se localizavam na área do entorno próximo.

Cumprir registrar o crescimento na oferta de instituições educacionais. No almanaque de 1857, não houve menção sobre estabelecimentos de ensino na região, embora o Código de Instrução Pública da Província de São Paulo (1857) já estabelecesse a obrigatoriedade do ensino primário³⁵.

³⁴ BARROS, Maria Paes de. No tempo de dantes. São Paulo: Brasiliense, 1946.

³⁵ De acordo com o documento, o ensino primário era obrigatório para crianças entre 7 e 15 anos de idade que residissem dentro do raio de um quarto de légua da povoação, onde houvesse escola pública ou escola privada subsidiada. O ensino particular oferecido por diferentes instituições, assim como o ensino doméstico também era legalizado. Pessoas escravizadas e/ou que possuísssem moléstia contagiosa estavam proibidos de frequentar a escola.

Três décadas depois, o almanaque de 1886 reportou a existência da escola S. Adalberto na rua Conselheiro Crispiniano e dos internatos na rua São João, pertencentes ao grupo Mackenzie. Até mesmo o Germania, localizado na esquina da rua São João com a rua Formosa devia oferecer aulas também para crianças. Embora o Germania tenha permanecido por curto período na região, o material arqueológico poderia estar relacionado às atividades das crianças vivenciadas naquele espaço. Ademais, existiam o Collegio Paulistano, na Barão de Itapetininga e o Seminário das Educandas, que teve sua sede entre idas e vindas na rua São João. As ofertas de ensino nas instituições privadas nas últimas décadas dos oitocentos mostraram que a demanda por esse tipo de serviço se intensificou. Portanto, as placas e lápis de ardósia coletados no sítio Praça das Artes poderiam relacionar-se às atividades de escrita e leitura das crianças nas instituições³⁶.

Os almanaques fazem referência também aos professores e professoras que residiam na região; que poderiam oferecer aulas particulares de música, aritmética e língua portuguesa. As crianças poderiam se deslocar até a casa dos mestres ou os mestres iriam as suas casas. As placas e lápis de ardósia poderiam também se referirem as atividades de leitura e escrita das crianças em ambiente doméstico.

Quanto as partes de bonecas e bonecos em porcelana corresponderiam às *Frozen Charlottes* ou aos *Frozen Charlies*. Quanto à cabeça e ao torso que fazem parte de uma peça única, cujo rosto encontra-se deteriorado, poderia se tratar de uma marionete, de uma boneca ou boneco ou de um personagem bíblico para presépio.

A partir de suas memórias, Barros mencionou um momento em que uma de suas irmãs ganhou uma boneca com uma caminha no dia do aniversário, embora, segundo a autora, não fosse costumeiro comemorar o aniversário das pessoas naqueles tempos.

Abriu-se a porta. Nesse quarto via-se outra mesa, coberta de lindos presentes. Que deslumbramento! Contemplaram, extasiadas, o bolo com as velinhas acesas e, ao lado, uma caminha de madeira, em que repousava linda boneca. Podia ser vestida e despida a gosto, pois suas roupas não eram pregadas com tachas, como as que comumente se viam. Havia também um ninho cheio de ovinhos diferentes (até os do pequeno colibri!), pois as meninas faziam coleção de ovos de passarinhos. A um lado havia uma latinha com suspiros e outras guloseimas. Mas a Dindinha continuou, em voz séria: - Tudo isso fizemos para você, mas só receberá os presentes se for pedir perdão a papai, pela sua má conduta (BARROS, p. 97).

³⁶ Segundo o livro *Pedagogia Paulista – A Eschola Publica, Ensaio de Pedagogia Practica* (THOMPSON et al, 1895), um manual prático para professores do ensino elementar, o uso do quadro negro de pedra pelo professor e do giz, bem como das placas pequenas de pedra pelas crianças e cartilhas para leitura eram parte do cotidiano escolar paulistano.

Não se pode afirmar que qualquer das partes das bonecas e/ou bonecos identificados no sítio Praça das Artes tenha pertencido a irmã de Maria a partir da citação acima. Perante o contexto histórico, verificou-se que a região abrigava famílias de distintas classes sociais. Havia o Seminário das Educandas, instituição que atendia meninas provenientes das camadas mais pobres. Por outro lado, havia o Collegio Paulistano, que atendia apenas meninas, possivelmente oriundas das camadas médias da região. As meninas e os meninos que estudavam na Escola Americana, as crianças alemãs ou filhas de alemães que frequentavam o Germania ou as crianças que estudavam nas casas dos mestres também representariam camadas médias da população, como salientou Alves (2023a).

Nesse caso, a mana mais velha sabia que, no momento dos estudos com a Dindinha, brincadeiras não eram permitidas, entretanto, mesmo assim, o fez por várias vezes, não sendo suficientes as repreensões da tutora. A punição seria não ter os presentes, a menos que ela se desculpasse com o patriarca e zelador da educação das crianças naquele lar. Assim procedeu a menina, as desculpas foram aceitas e ela recebeu em troca o que lhe fora prometido. Ainda de acordo com as memórias de Barros, a mana ficou contente e, em seguida, chamou uma das mulheres escravizadas para ninar a boneca com ela: “Depois, na sala de jantar, deitando-se na rede com a linda boneca nos braços e a latinha de suspiros ao lado, mandou que uma pretinha a balançasse e sentiu-se a menina mais feliz do mundo!” (BARROS, 1998, p. 98).

Maria não esteve diretamente envolvida nesse evento, contudo, esteve presente como observadora das relações de pessoas importantes em sua vida, construindo significados para si. Tal experiência deixou impressões que exerceram uma contribuição na construção da história pessoal de Maria. Certamente, a boneca e a caminha de madeira permaneceram por certo tempo entre as meninas, gerando diferentes experiências por meio das brincadeiras. E, nesse sentido, a longevidade do brinquedo pode ter auxiliado na manutenção da memória individual da experiência guardada por Maria.

Destaca-se o fato de que esta foi a única referência a um brinquedo sinalizada no livro. Isso pode indicar que, entre as décadas de 1850 e 1870, os brinquedos industrializados constituíssem presença rara para as crianças paulistanas, mesmo para aquelas da classe abastada. Em consequência, esse tipo de brinquedo deveria ser dado em ocasiões especiais. Assim, por ter sido ganho na ocasião do aniversário da mana mais velha e por ter sido uma situação conflituosa, a experiência converteu-se em uma memória marcante para Maria.

5.2.4.1 BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS

As *Frozen Charlottes* são brinquedos que apresentam similaridades às brincadeiras imaginárias descritas por Vigotski (2010). Segundo Coleman et al (1968), as *Frozen Charlottes* eram feitas de porcelana vidrada e porcelana não vidrada. A porcelana poderia ser branca, preta ou rosa. As bonecas possuíam o cabelo moldado, poderiam usar gorros ou perucas. Foram fabricadas entre os anos de 1850 e 1914. Também eram conhecidas como bonecas de banho, pois as crianças poderiam brincar com elas enquanto se banhavam. Geralmente, representavam bebês e vinham carregadas nos braços de bonecas maiores ou ainda vinham em pequenos berços e eram usadas como miniaturas nas brincadeiras de casinha. Poderiam medir entre 2 e 15 cm. Aquelas bem pequeninas, medindo uma polegada, eram usadas como enfeites nos topos dos bolos. De acordo com King (1978), as bonecas de porcelana passaram a ser fabricadas em grande escala na segunda metade do século XIX, sobretudo nas fábricas de louça da Alemanha. Talvez houvesse fabricação dessas bonecas na Inglaterra e na França, no entanto, em menor escala. As peças articuladas pertenciam a um tipo de boneca chamado *jointed doll* e existiam ainda os bonecos que detalhavam a genitália masculina. Esses bonecos eram conhecidos como *Frozen Charlies*.

Por serem feitas de porcelana, seriam frágeis e talvez não durassem muito tempo nas mãos infantis. Por outro lado, por serem pequenas e de fácil transporte, estariam com as crianças em diversos lugares, no banho, nas comemorações (nos topos dos bolos) e, por isso, incitariam várias situações de brincadeiras imaginárias. Nesse sentido, as crianças encenariam realidades a partir de comportamentos maternos de cuidado, segundo Vigotski (2010). As crianças poderiam ainda representar em suas brincadeiras situações de histórias ouvidas de personagens das histórias infantis.

Vale assinalar, então, a própria história da boneca *Frozen Charlotte*. O nome da boneca, segundo Lord (1966) veio de uma canção folclórica americana chamada *Young Charlotte*, que se tornou muito conhecida e ganhou versões diferentes pelos Estados Unidos e algumas regiões canadenses. A canção se referia a garota *Charlotte*, cujo pai declarava imenso amor. Ela caminhava por uma noite gelada e não quis se cobrir com o casaco do pai e acabou morrendo de frio. A canção teria um fundo moral, as meninas deviam obediência aos pais, entretanto, essa mensagem não estava explícita na letra. Segundo Meissner (1997), também havia uma versão dedicada ao boneco *Frozen Charlie* para os meninos.

Nas memórias da menina Maria, a boneca e a caminha se encaixariam nas situações imaginárias. Pela descrição, percebe-se que a mana mais velha logo se apropriou do brinquedo e chamou a “escrava” para se aproximar. Nesse momento, ela estaria representando o comportamento do cuidar da mãe que embalava o filho/filha no berço e que, ao mesmo tempo, dispunha de uma mulher escravizada para lhe atender qualquer necessidade. Em sua pesquisa, Croswell mostrou declarações que corroboram as investigações de Vigotski (2010). Uma das garotas revelou: *“I like to play with a doll because I pretend it is my baby”*. Outra garota declarou: *“I like dolls because you can make believe you are their mother, and send them away and to school and have lots of fun”*. Para outra menina: *“... a doll house and other furnishings. A house because it is so like a big lady and a big house”*. Enquanto outra afirmou: *I like to play my dolls because I believe their are alive* (CROSWELL, 1899, p. 42).

Nas cidades do interior do país, as meninas apreciavam o brinquedo e representavam os comportamentos de cuidado. Morley (2016), em seu diário, escrito nos últimos anos do século XIX, em Diamantina, Minas Gerais, quando tinha entre 13 e 15 anos, lembrou-se de que, quando era mais nova, ela e as irmãs não tinham bonecas industrializadas. Elas costumavam carregar os meninos menores dos vizinhos ou brincar com grandes bonecas de pano, encenando serem seus filhos. Certa vez, a mãe pediu a uma bonequeira da cidade que fizesse bonecas grandes para as filhas. As meninas se prepararam arranjando retalhos e cosendo as roupas para as bonecas, contudo, quando a bonequeira as trouxe, as meninas ficaram desapontadas. Não gostaram porque as bonecas foram feitas com coque no cabelo e as meninas imaginaram longos cabelos para poder pentear.

Do mesmo modo, as peças em cerâmica também se encaixam nas brincadeiras de imaginação. Como marionetes, representariam personagens variados em um teatrinho. Poderiam representar personagens de presépio, compondo cenas e passagens bíblicas nas famílias católicas, até mesmo na família Souza Barros. Permitiriam ainda as relações intergeracionais entre as crianças, seus pais e avós.

O furo na cabeça observado na Figura 51 indicaria seu uso como marionete. Segundo King (1978), no século XII, as grandes feiras nas quais se vendiam e se viam shows de marionetes eram muito populares e costumavam atrair muitas crianças e adultos. No século XVIII, essas feiras estavam em declínio e os donos das bonecas costumavam vendê-las depois de muitas performances, quando já estavam desgastadas. Eram vendidas como *jointed dolls*.

O soldadinho de chumbo assemelha-se às situações de brinquedo imaginário. Segundo Machin e Leeuwen (2009), os soldados foram fabricados primeiramente na França e na Alemanha no começo do século XIX. O soldadinho de chumbo identificado no Sítio Praça das Artes, com casaco azul e calça vermelha, poderia representar um soldado francês. Raffaini (2018) argumentou que “O Inabalável Soldadinho de Chumbo”, publicado em 1838, foi uma das histórias de Andersen que logo se tornou um clássico. As crianças poderiam se imaginar como bravos soldados ou se aventurando em um barco³⁷.

O jogo do dominó, por outro lado, apresenta similaridades aos jogos de regras apontados por Vigotski (2010). Nasir (2005) declarou que esse jogo tem sido jogado por gerações nas comunidades afro-americanas. Nessas comunidades, o dominó seria parte integral da cultura, jogado nos parques, nas escolas, nos centros de recreação, em lares para idosos, apreciado por crianças pequenas até pessoas idosas. Uma menina de treze anos entrevistada por Crosswell (1899) dizia gostar de jogar damas e dominós pois ela poderia se sentar, se divertir e, ao mesmo tempo, descansar.

³⁷ Na história de Hans Christian Andersen, um menino ganhou uma caixa com vários soldadinhos de chumbo, um deles com uma das pernas quebradas. O menino colocou os soldadinhos em seu quarto junto a outros brinquedos. O soldadinho encantou-se com uma bailarina, que, em sua posição de dança, parecia ter uma perna só. O soldadinho achou incrível conhecer uma jovem semelhante a ele. Viveu algumas aventuras em um barco de papel, foi parar na boca de um peixe e depois retornou a seu dono. Outro dia, depois de brincar com o soldadinho, o menino atirou-o na lareira. A mesma coisa aconteceu com a bailarina que foi parar ali devido a um vento forte. Os dois brinquedos queimaram juntos.

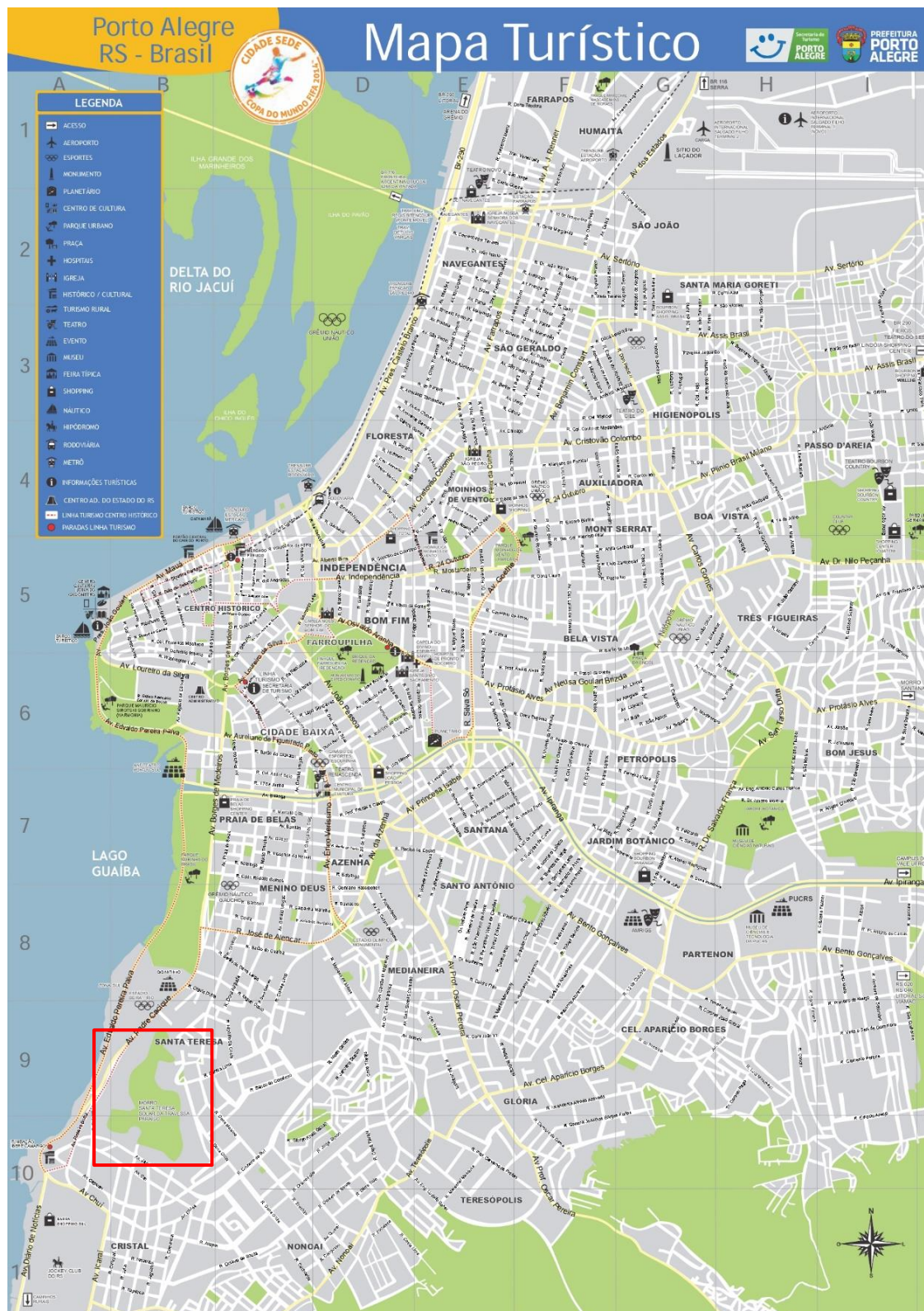
5.3 SÍTIO SOLAR DA TRAVESSA PARAÍSO

5.3.1 PESQUISA ARQUEOLÓGICA

O Sítio Solar da Travessa Paraíso³⁸ situa-se na Travessa Paraíso, n. 71, bairro Menino Deus, no declive do Morro Santa Tereza, em Porto Alegre. No limite sul, existe um arroio canalizado e ao sudoeste, localiza-se a rua Dona Sofia. A área total do terreno, abarcando a edificação, compreende 4.284,32 m² (TOCCHETTO, 2002, 2010).

³⁸ Entre os anos de 1970 e 1990, o prédio esteve abandonado. Depois, sob posse da prefeitura de Porto Alegre, iniciaram-se as obras de restauro associadas às pesquisas arqueológicas. Foi reaberto ao público em 2000 para sediar diversas atividades culturais. Disponível em: <https://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_secao=305>. Acesso em 23 jun. 2023.

MAPA 7: Localização do Solar da Travessa Paraíso em vermelho.



Fonte: Prefeitura de Porto Alegre, 2023a.

O solar foi alvo de diversos estudos arqueológicos, sendo os primeiros efetuados no ano de 1994. Por conta do calçamento que seria realizado na Travessa Paraíso, deu-se início às investigações arqueológicas na área frontal da edificação, abrangendo 304 m².

Observou-se perturbação do solo provocada pela construção de um muro de arrimo, pela retificação da rua e pela anexação de um cano para escoamento de águas pluviais. Nesse momento, foram coletados fragmentos de cerâmica doméstica em terracota, faiança, porcelana e grés, além de cerâmica construtiva (CARLE, OLIVEIRA, 1996).

Ademais das escavações na área frontal, foram efetuadas intervenções no interior do casarão, que ocorreram conjuntamente às obras de restauro entre os anos de 1994 e 1998. Nos anos de 2001 e 2002, realizaram-se novas investigações, dessa vez apenas na porção dos fundos do terreno, equivalente ao quintal, área mais próxima à edificação. Atestou-se a presença de uma lixeira, na qual foram coletados fragmentos cerâmicos, ósseos, vítreos e metálicos pertencentes ao século XIX. A segunda camada apresentou maior quantidade de material arqueológico em relação às demais. O material recuperado totalizou 8.392 peças. Verificou-se que o descarte do lixo era feito na porção do terreno com maior declive, próximo ao casarão. Foram identificados também vestígios de dois muros de arrimo, restos de pequenos canteiros circulares feitos de tijolos, no limite com a área de mato. Os estudos demonstraram diferentes momentos de ocupação. Entre 1840 até 1899, a ocupação teria sido mais intensa, contudo, a partir da documentação escrita, observou-se que o lugar provavelmente não foi habitado entre 1844 e 1854 (TOCCHETTO, 2010).

FIGURA 56: Buracos de lixo identificados durante as escavações nos fundos do solar.

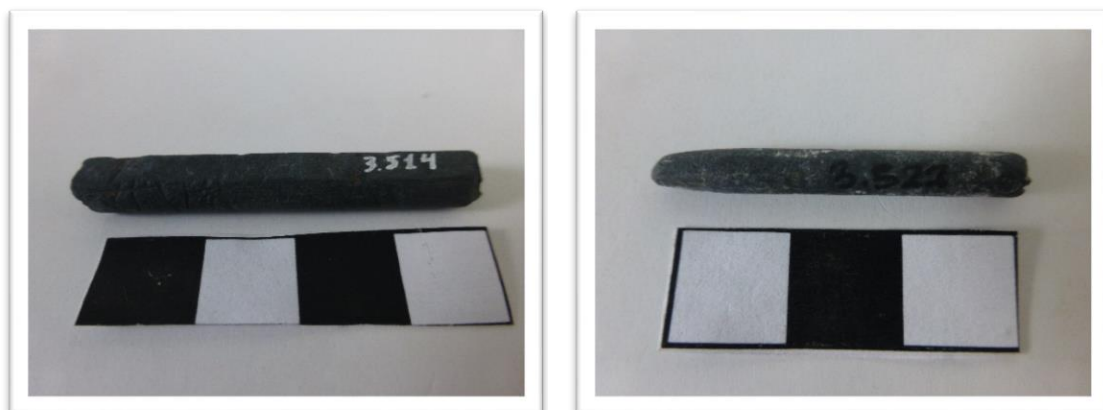


Fonte: Tocchetto (2010, p. 88).

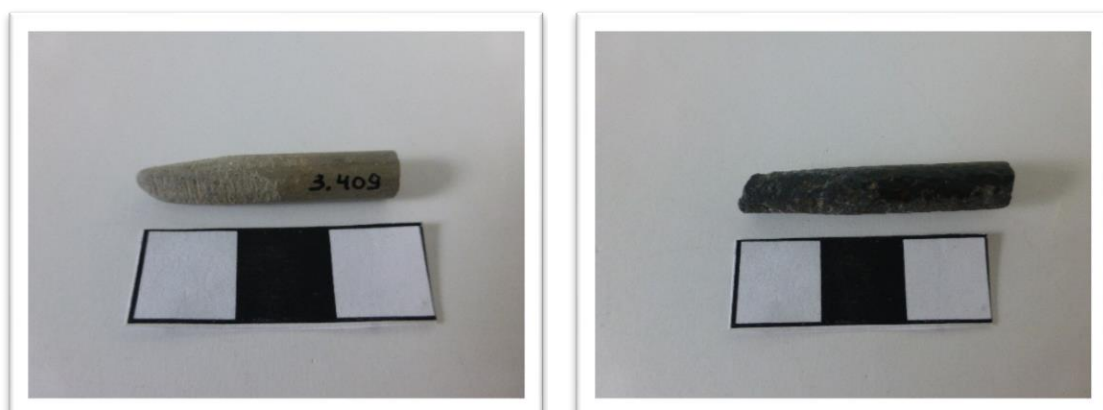
5.3.2 CULTURA MATERIAL ASSOCIADA ÀS CRIANÇAS

A cultura material associada às crianças do Solar da Travessa Paraíso contemplou 35 artefatos, compreendendo lápis de pedra, placas de ardósia e brinquedos como bolinhas de gude, soldadinhos de chumbo e uma cabeça de boneca. Os artefatos foram identificados em diferentes momentos da pesquisa e em camadas distintas no registro arqueológico.

Lápis de pedra: as peças em maior quantidade foram representadas por lápis de pedra, com dezessete peças no total. Apresentam superfícies bem polidas e outras superfícies desgastadas pela ação do tempo. Dois lápis exibem a porção pontiaguda destinada a escrita. Três fragmentos, provavelmente foram fabricados em outros tipos de pedra, pois apresentam coloração diferente daquela apresentada pela ardósia tradicional. Esses objetos foram identificados desde a primeira até a nona camada estratigráfica (entre 0,10 e 1,00 metro de profundidade), tanto na área frontal como na lixeira, no quintal do solar.

FIGURA 57: Lápiz de ardósia fragmentados.

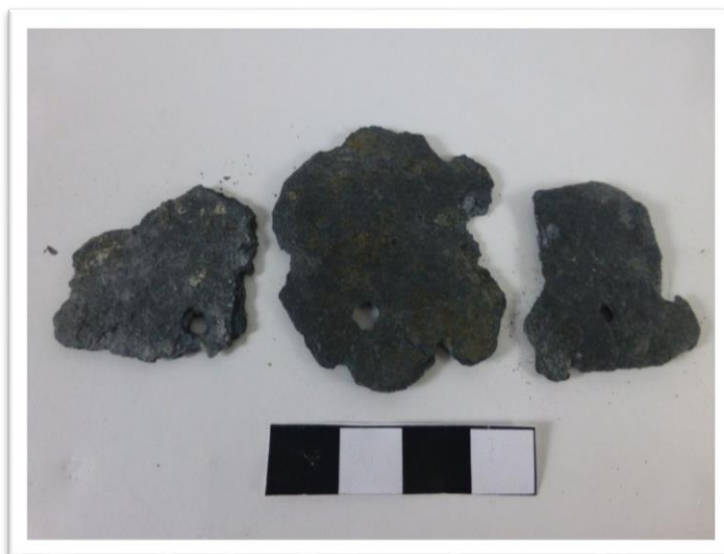
Fonte: Autoria própria.

FIGURA 58: Lápiz fragmentados.

Fonte: Autoria própria.

Placas de ardósia: as placas de ardósia somaram dez peças. Apresentam espessura fina e superfícies bem polidas. Três peças exibem furos. Dois fragmentos apresentam traços no sentido da largura. A maioria das placas foi identificada na segunda camada estratigráfica, na lixeira no quintal do casarão.

FIGURA 59: Pequenos fragmentos de placas de ardósia, apresentando furos e superfícies desgastadas.



Fonte: Autorial própria.

FIGURA 60: Fragmentos de placas de ardósia, apresentando traços no sentido da largura.



Fonte: Autorial própria.

Brinquedos: os brinquedos somaram oito peças. Os tipos de brinquedos encontram-se descritos a seguir.

Bolinhas de gude: as bolinhas de gude somaram cinco peças, sendo quatro delas em vidro, de cores variadas e uma lítica. As bolinhas de gude azul e branca foram identificadas na primeira camada arqueológica, na área frontal do solar. A bolinha de cor azul translúcida foi identificada na camada superficial, em uma sala intermediária (fundos/lado leste). A bolinha de cor verde translúcido foi identificada na quarta camada, na área frontal. A bolinha lítica foi identificada na lixeira no quintal do casarão.

FIGURA 61: Bolinhas em vidro. Bolinha lítica.



Fonte: Autoria própria.

Soldadinhos de chumbo: nesta categoria, foram inseridos dois artefatos. O primeiro mostra casaco, calça, chapéu e uma espada pendurada na cintura. O segundo corresponde a um cavalo de chumbo. Apresenta uma base de apoio, constando três patas apoiadas e uma delas levantada. O primeiro deles foi identificado na lixeira, o segundo foi coletado na décima camada, área três, também correspondente a lixeira.

FIGURA 62: Soldadinho e cavalo de chumbo.



Fonte: Autoria própria.

Cabeça de boneca: um único exemplar foi incluído nesta categoria, correspondendo a cabeça de uma *Frozen Charlotte* em porcelana, fragmentada. A peça é branca, com resquícios de pigmentos pretos espalhados na área correspondente ao cabelo. Exibe o desenho dos olhos, nariz e boca. Os ombros foram confeccionados unidos à cabeça e

seriam encaixados no torso. O objeto foi identificado na décima camada, área três, também correspondente a lixeira.

FIGURA 63: Cabeça de boneca em porcelana branca, com marcas de tinta preta na porção do cabelo.



Fonte: Autoria própria.

5.3.3 CONTEXTO HISTÓRICO

Os primeiros registros sobre o Solar da Travessa Paraíso remontaram ao ano de 1809, quando o casal Francisco Prestes de Paula Barreto e Bibiana Joaquina de Almeida compraram uma chácara no Morro do Christal (atual Morro de Santa Tereza). Anos depois, em 1820, constava em posse de outro casal, que construiu uma casa de sobrado coberta com telhas e outras benfeitorias (TOCCHETTO, 2010).

O general da Revolução Farroupilha, Onofre Pires da Silveira Canto adquiriu a propriedade em 1829, permanecendo ali até sua morte, em 1844. Nesse tempo, o solar funcionava para lazer e/ou produção, pois o general residia em outra propriedade (TOCCHETTO, 2010).

Francisco Pinto de Souza e sua esposa tornaram-se proprietários entre os anos de 1844 e 1854. Nesse período, houve desmembramento do terreno, sendo vendidos alguns lotes, reduzindo a área do solar. Dyonísio Oliveira Silveiro adquiriu o casarão em 1854 e denunciou seu mal estado de conservação, sugerindo que o dono anterior não o ocupava. Havia plantações de arvoredos e parreiras, casa de morada e um galpão, sendo a frente voltada para a praia de Bellas e para a estrada que da rua de Caxias seguia para o Christal. Assim, o local seria caracterizado como chácara (TOCCHETTO, 2010).

A região onde se localizava o solar era conhecido como Arraial do Menino Deus e era muito frequentado durante o carnaval e festividades de fim de ano. Além disso, a

população usufruía das praias do Guaíba. O caminho de acesso ao solar foi adaptado, recebendo obras de melhoramento e servia eventualmente de acesso ao Colégio Santa Tereza e ao sul da cidade (CARLE, OLIVEIRA, 1996). Tocchetto (2010) também apontou que o caminho que conduzia ao Morro Santa Teresa era péssimo, enquanto a rua do rio, na praia de Bellas, encontrava-se quase sempre em mal estado devido às chuvas e ventanias. As cercas no entorno da chácara não se mantinham, porque as pessoas utilizavam a propriedade como caminho em direção a uma escola localizada nesse morro.

A escola citada pelos pesquisadores tratava-se de uma instituição para meninas órfãs. Mazon (1928) destacou a existência do Asylo Santa Thereza na orla do Morro do Christal, alegando que a entidade teria resultado de um movimento popular quando da visita de Dom Pedro II à Porto Alegre. O imperador, então, nomeou o Padre Cacique como dirigente, que assumiu a função em 3 de dezembro de 1864. Em 12 de junho de 1865, encontravam-se lá abrigadas 24 órfãs vindas do Collegio Santa Catharina, que se dissolvera. Em 21 de junho de 1880, devido ao fechamento do Asylo Santa Leopoldina, oito meninas foram também abrigadas no Santa Thereza.

De acordo com os estudos realizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul – IPHAE³⁹ (2011), Dom Pedro II esteve em Porto Alegre em 1845 e adquiriu um terreno que seria destinado à construção de uma instituição para meninas órfãs. Em 1856, um prédio encontrava-se parcialmente construído nesse local, sendo que, em 1864, a entidade começou a funcionar, dirigida por Joaquim Cacique de Barros.

Depois da morte de Dyonísio, em 1871, o solar tornou-se posse de sua segunda esposa, Maria Sophia Freire Silveiro. Segundo o inventário de Maria Sophia, um de seus filhos, Affonso de Oliveira Silveiro, poderia ter aí residido desde 1888 até sua morte, em 1903. Nesse tempo, a chácara devia ser usada para lazer e/ou moradia e não mais para

³⁹ Os estudos de cunho histórico e arquitetônico realizados pelo IPHAE culminaram com o tombamento na esfera estadual da Antiga Escola Santa Teresa, situada na atual Avenida Padre Cacique, 1372, sob o Processo 1067-1100/11-1. Em 1898, padre Cacique fundou também o Asilo dos Inválidos (atual Asilo Padre Cacique), além de criar a Sociedade Humanitária Padre Cacique. Em 1932, após a morte do padre, a sociedade fundou o Asilo São Joaquim, para abrigar meninos órfãos, próximo à área do Santa Teresa. Entre as décadas de 1930 e 1940, a sociedade passava por dificuldades financeiras e, em 1945, as meninas deixaram o Santa Teresa e foram abrigadas no São Joaquim. Em 1948, passou a sediar outra instituição (Serviço Social do Menor – SESME) dedicada às crianças em situação de abandono ou infratoras. Nesse período, o prédio sofreu várias alterações e ampliações, tornando-se a Escola Profissionalizante Padre Cacique. Na década de 1960, o São Joaquim passou a abrigar crianças infratoras e presos políticos no período da ditadura militar. Em 1969, foi criada a Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor – FEBEM, sendo o prédio do Santa Teresa usado para atender crianças infratoras, enquanto o do São Joaquim era utilizado como sede administrativa. A partir de 2002, a Antiga Escola Santa Teresa e o Antigo Asilo São Joaquim passaram a sediar a Fundação de Atendimento Socioeducativo – FASE. Além do Santa Teresa, o São Joaquim também está incluso no mesmo processo de tombamento, sendo que o Asilo Padre Cacique, situado em área próxima, já havia sido tombado em âmbito municipal.

produção. Possivelmente, Maria Sophia utilizou a propriedade como residência conjuntamente com Affonso até a morte daquela, em 1886 (TOCCHETTO, 2010).

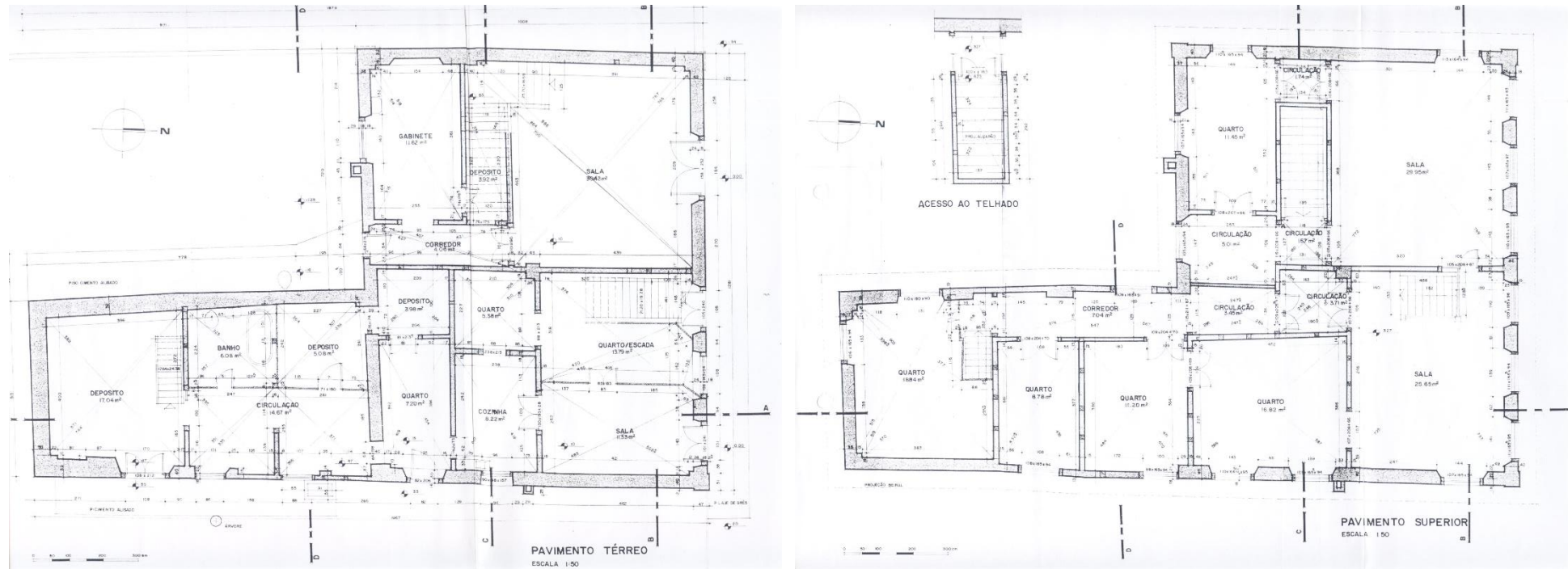
No inventário de Affonso, a chácara constava dentre os bens que ficaram para seus irmãos. Entretanto, os bens estavam hipotecados e foram postos à venda em hasta pública. O solar foi arrematado pelo cunhado de Affonso, Virgílio Rodrigues do Valle e sua esposa. Depois, em 1911, foi novamente vendido para Nogueira Barbosa, este, porém, já residia no solar desde 1908 (TOCCHETTO, 2010). Ao longo dos anos, a família Nogueira Barbosa loteou o terreno e, em 1930, o próprio sobrado, criando outras residências (CARLE, OLIVEIRA, 1996). De acordo com documento cedido pelo Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo⁴⁰, entre 1974 e 1993, três pessoas constavam como proprietárias do solar. Em 1993, a prefeitura municipal adquiriu-o.

Conforme destacou Tocchetto (2010), essa cronologia de proprietários do solar seria mais complexa. Por meio da documentação escrita, não foi possível saber exatamente os grupos familiares que ali estiveram nos diferentes espaços temporais. No período entre 1840 e 1899, momento de ocupação mais intensa, segundo as investigações arqueológicas, ao menos três grupos utilizaram o espaço: a família de Onofre Pires da Silveira Canto, até 1844; a família de Dyonísio de Oliveira Silveiro, de 1854 até 1871, sendo que, entre esta última data até 1886, o solar talvez tenha sido residência da esposa de Dyonísio, Maria Sophia Freire Silveiro; Affonso de Oliveira Silveiro (solteiro), herdeiro de Maria Sophia, entre 1886 e 1903.

Quanto à arquitetura, a forma original era a de um sobrado em formato retangular. Em seguida, houve a ampliação do sobrado em “L” e a construção de uma área de serviço, realizadas entre 1820 e 1844. Provavelmente, Onofre Pires da Silveira Canto, que se manteve como proprietário do solar nesse período tenha efetuado as alterações. Internamente, no pavimento inferior localizavam-se as áreas de serviços, local para as pessoas escravizadas, locais para guarda de veículos de tração animal. No piso superior, cujo acesso se daria por escada, estaria o local de moradia; localizava-se quase no topo do morro, com as quatro faces livres de vizinhança, o que garantia alta visibilidade aos moradores (TOCCHETTO, 2010).

⁴⁰ BRANCHELLI, Fabiano Aiub; FREITAS, Camila da Silva. Cronologia dos proprietários do Solar da Travessa Paraíso. Pesquisa realizada entre 2002 e 2003.

MAPA 8: Plantas dos pavimentos térreo e superior.



Fonte: Bello⁴¹ (1990, apud Tocchetto 2010, p. 72).

⁴¹ BELLO, Helton Estivalet. Trabalho de conclusão do curso de Especialização em Restauração de Edificações e Conjuntos Históricos. Salvador: UFBA, 1990.

FIGURA 64: Imagem atual do Solar da Travessa Paraíso.

Fonte: Prefeitura de Porto Alegre, 2023b.

5.3.4 ATIVIDADES SITUADAS NO SÍTIO SOLAR DA TRAVESSA PARAÍSO

Conforme afirmou Tocchetto (2010), a cronologia encontrada na documentação escrita demonstrou-se complexa. No que concerne às crianças, não foi possível comprovar quais objetos foram por elas utilizados nos distintos grupos familiares que viveram no solar ao longo do século XIX e início do XX. Nesse sítio, a presença de brinquedos não foi tão abundante quando comparada aos demais artefatos, contudo, aventa-se a hipótese de que os grupos de crianças que ali viveram tiveram acesso a variados brinquedos, em virtude da posição social dos patriarcas das famílias e da própria posse do solar. Eventualmente, os brinquedos e placas e lápis de ardósia também podem ter sido reutilizados pelas crianças filhas de pessoas escravizadas que viviam no solar.

Em resumo, os lápis de ardósia foram localizados na lixeira identificada nos fundos (quintal) e algumas peças também foram coletadas na parte frontal, em diferentes camadas arqueológicas. No caso das placas de ardósia, a maioria originou-se da lixeira nos fundos (quintal), exatamente da segunda camada arqueológica. Quanto às bolinhas de gude, duas delas foram coletadas na parte frontal, na primeira camada. Uma foi identificada em um dos cômodos no interior do solar e a outra na quarta camada, também na parte frontal. Um soldadinho de chumbo foi identificado na lixeira. A cabeça de boneca

foi coletada na décima camada na área da lixeira, conjuntamente com o cavalinho de chumbo.

Provavelmente, os lápis e placas de ardósia tenham sido usados pelos filhos de Dyonísio Oliveira Silveiro com sua segunda esposa Maria Sophia Freire Silveiro. Poderiam ainda ter sido usados posteriormente pelos filhos de Nogueira Barbosa no início do século XX. O próprio Affonso poderia ter vivido toda a sua infância no casarão ou apenas em período de férias e depois ter voltado a viver ali conjuntamente com sua mãe em 1888. As pesquisas de Cardozo e Moreira (2016) revelaram que o casal Dyonísio e Maria Sophia teve um filho chamado Dionísio de Oliveira Silvério Júnior, que assumiu relevante cargo em Porto Alegre. Atuou como Juiz de Órfãos entre os anos de 1865 e 1875.

Segundo Davies (2005), as placas e lápis utilizados para leitura e escrita poderiam ser feitos de diferentes matérias-primas, como pedra-sabão, chumbo e rochas calcárias. Os lápis de colação cinza claro identificados no solar (Figura 61) poderiam ter sido fabricados a partir de rochas calcárias.

Davies (2005) assinalou que buracos eram feitos nas placas para serem agrupadas e formarem um “livro” enquanto linhas paralelas eram adicionadas na superfície para guiar a escrita. Quanto aos lápis, costumavam ser pequenos e finos para que se adequassem às mãos das crianças e para evitar que fossem perdidos eram colocados invólucros de madeira.

Concernente à instituição apontada pelos pesquisadores, abrigava meninas órfãs, não se tratava de uma escola na qual as crianças entravam e saíam todos os dias. O caminho citado, que alcançava o terreno do solar, não devia ser utilizado com frequência pelas meninas da Antiga Escola Santa Teresa; contudo, poderia ser usado por outras pessoas.

Sugere-se que as atividades de leitura e escrita das crianças que viveram no solar tenham sido realizadas no próprio solar. As famílias poderiam ter contratado tutores e tutoras para a educação de seus filhos e filhas. Considerando que tal prática era comum no século XIX dentre as famílias das classes abastadas, possivelmente, meninas e meninos tiveram ali suas primeiras lições nas placas e lápis de ardósia. Tendo em vista que o solar se encontrava afastado do centro urbano da cidade, seria conveniente contratar os serviços de alguém que pudesse se deslocar e dar aulas para as crianças.

Quanto aos soldadinhos de chumbo e à cabeça de boneca, poderiam se tratar dos brinquedos dos filhos e das filhas do general Onofre Pires da Silveira Canto (1829-1844) ou mesmo de Affonso.

Quanto às bolinhas de gude, podem ter pertencido aos mesmos personagens acima citados ou aos filhos de Dyonísio e Maria Sophia, aos filhos de Virgílio Rodrigues do Valle e sua esposa ou aos filhos de Nogueira Barbosa, que viveram no solar nas primeiras décadas do século XX.

5.3.4.1 BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS

Os brinquedos coletados no solar apresentam similaridades aos jogos e às brincadeiras de imaginação propostos por Vigotski (2010). Machin e Leeuwen (2009) afirmaram que os primeiros soldadinhos de brinquedos foram comercialmente manufaturados na França e na Alemanha nas primeiras décadas do século XIX. Entretanto, Benjamin (2017) certificou que, em Berlim, os soldadinhos de chumbo já eram comercializados durante o século XVIII. Além disso, conjuntamente aos outros personagens, figuravam em teatros de marionetes. Wellington e Gallo (1981) salientaram que dois tipos de soldados eram os mais comuns, um deles era feito de lata e o outro de chumbo, entretanto, esses materiais eram considerados caros. Em 1893, uma nova técnica foi desenvolvida pelos ingleses. Os metais passaram a ser utilizados somente como cobertura superficial enquanto o interior do brinquedo permanecia oco.

O soldadinho e o cavalo de chumbo certamente fizeram parte de inúmeras atividades imaginárias. Nas brincadeiras, as crianças poderiam representar comportamentos de histórias ouvidas de personagens conhecidos. Poderiam imaginar-se em variadas situações de bravura. Segundo Crosswell (1899), um menino de oito anos declarou gostar de brincar com espadas porque ele ouvia sobre homens valentes e gostava de brincar com lanças pois havia escutado sobre cristãos e muçulmanos.

A cabeça de boneca, correspondente a uma *Frozen Charlotte*, apresenta similitude às brincadeiras de imaginação. As crianças representariam atitudes e comportamentos de cuidado relacionados às atitudes e aos comportamentos maternos. Elas poderiam levar as bonecas para o banho ou mesmo colocá-las em uma vasilha com água, simulando o comportamento da mãe ao dar banho nos filhos.

As bolinhas de gude mostram semelhanças aos jogos de regras de Vigotski. As bolinhas do solar foram fabricadas em vidro e uma em pedra. Segundo Baumann⁴² (1970 apud CARSKADDEN, GARTLEY, 1990, p. 24), no século XIX, a Alemanha era a grande produtora de bolinhas de gude. Nesse período, eram feitas de cerâmica, pedra e vidro. Havia algumas feitas com ágata, dentre outras pedras semipreciosas, fabricadas

⁴² BAUMANN, Paul. Collecting antique marbles. Wallace-Homestead Co., Des Moines, Iowa, 1970.

na segunda metade do século XIX. Randall (1971) alegou que as bolinhas líticas eram feitas de pedras calcárias ou de mármore. As cores variavam pouco, entre cinza e roxo. Apresentavam acabamento liso e, às vezes, pequenas facetas planas em uma ou mais faces, como resquícios do processo de manufatura.

Em sua pesquisa, Croswell (1899) apontou o jogo do gude como preferência para alguns meninos, porém, nenhuma das meninas entrevistadas sugeriu o jogo como favorito. Buscando determinar quando e como os meninos iniciavam o jogo do gude, o autor questionou os garotos. Um deles disse que um dos meninos havia trazido bolinhas para escola, depois, os outros também trouxeram e, assim, o jogo espalhava-se rapidamente. Outro garoto avaliou: *“I like to play marbles because you can get lots of them”* (CROSWELL, 1899, p. 42).

Piaget (1994) efetuou uma pesquisa etnográfica em Genebra e, em Neuchâtel, na Suíça, com grupos de crianças de diferentes idades. Ofereceu um conjunto de bolinhas para duas crianças de dois e três anos, que não conheciam o jogo do gude. A menina e o menino levaram as bolinhas para o quintal, fizeram buracos na terra e as depositaram, depois, cobriram novamente com terra. Disseram ter feito um ninho para as bolinhas. Em seguida, desenterraram, juntaram-nas novamente e colocaram ao lado uma bola de borracha, referindo-se a esta como mamãe-bola das bolinhas menores. Para duas crianças de seis anos, Piaget procedeu da mesma forma, observou as crianças jogando, fez-lhes perguntas e jogou com elas. Observou que estas tinham conhecimento do jogo, porém, não de todos os tipos e regras. As normas poderiam ser modificadas no decorrer da brincadeira e eram tranquilamente aceitas e consideradas justas. Para as crianças entre doze e treze anos que jogavam frequentemente, Piaget notou que estas tinham conhecimento das regras e davam respostas semelhantes quando questionadas sobre o jogo. Portanto, apresentavam claro senso de julgamento sobre o que seria trapacear ou jogar limpo.

5.4 SÍTIO PRAÇA BRIGADEIRO SAMPAIO

5.4.1 PESQUISA ARQUEOLÓGICA

O sítio arqueológico Praça Brigadeiro Sampaio está situado no atual Centro Histórico de Porto Alegre, delimitado pela rua dos Andradas, rua General Portinho e avenida Presidente João Goulart (TOCCHETTO E OLIVEIRA, 2012).

MAPA 9: Localização da Praça Brigadeiro Sampaio em vermelho.



Fonte: Prefeitura de Porto Alegre, 2023a.

As pesquisas arqueológicas na área iniciaram-se no ano de 1996. Durante a realização das escavações, a estrutura do antigo cais, construído com blocos de arenito e argamassa, foi identificado no limite norte da praça com o rio, a 0,60 metros da superfície. O material arqueológico apresentou-se diverso, com presença de objetos construtivos, como tijolos, telhas e azulejos do século XX (OLIVEIRA, CAPPELLETTI, OZÓRIO, 1998). Na figura a seguir, observa-se uma planta com as áreas escavadas:

MAPA 10: Planta parcial da Praça Brigadeiro Sampaio com áreas escavadas em cinza e estruturas em vermelho. Em T2, foi identificada uma das quinas do antigo cais.



Fonte: Oliveira (2005, p. 109).

Novas pesquisas foram efetuadas entre os anos de 2010 e 2011 nessa área central do município. O trabalho de monitoramento arqueológico para posterior instalação de linha de transmissão subterrânea perpassou várias ruas antigas, sítios arqueológicos conhecidos, inclusive o sítio Praça Brigadeiro Sampaio. De acordo com Tocchetto e Oliveira (2012), nos trechos investigados, foram coletados fragmentos de louças, cerâmicas, vidros, ossos e metais, além de pedras indicando calçamento de ruas antigas. Identificou-se também o antigo alinhamento da rua Vasco Alves, ocupado no século XIX por um conjunto de lotes com edificações. No trecho correspondente a antiga Praça da Harmonia, identificou-se a estrutura de uma mureta que delimitava a parte sul da praça junto à rua, além de uma lixeira com inúmeros fragmentos de louças, vidros, ossos, frascos e ampolas de remédios inteiros, atinentes ao século XX. No último trecho, a partir

da estrutura do cais (definidor do alinhamento norte da antiga praça da Harmonia), no limite com o Guaíba, foi evidenciada a continuação dessa lixeira. Foram coletados fragmentos de louças e vidros, alguns metais e ossos. Neste último trecho, ressaltou-se o contexto bem definido quando comparado aos anteriores. Depois de uma ampla análise das logomarcas observadas nos fragmentos de louça dali provenientes, inferiu-se que a lixeira teria sido formada entre os anos de 1942 ou 1943.

Entre os anos de 2013 e 2014, novas investigações foram conduzidas nessa região em virtude da instalação de rede de água e duplicação da avenida João Goulart. As pesquisas abrangeram os sítios Praça Brigadeiro Sampaio e Praça Júlio de Mesquita. Na área da lixeira identificada na pesquisa anterior, houve monitoramento durante a instalação de rede de água, que resultou na coleta de 1366 peças. Também foram abertas quatro sondagens para a realização de escavações. Coletaram-se 9367 peças, compreendendo louças, ossos, cerâmicas, plásticos, metais, vidros, borrachas, orgânicos e líticos. De modo geral, o material arqueológico passou a ser coletado abaixo dos 0,50 metros, desconsiderando-se as camadas iniciais referentes a aterros e melhorias recentes realizadas na praça. A finalização das escavações ocorreu após dois metros de profundidade (OLIVEIRA, 2014). Os objetos referentes às crianças foram identificados durante a execução dessa pesquisa.

Nunes (2014) reiterou as afirmações apontadas em relação à formação da lixeira. A partir de levantamento de fontes escritas e iconográficas, ponderou que, entre os anos de 1930 até meados da década de 1940, a área esteve desocupada e sujeita a descartes de lixo. Acrescentou que o lixo seria oriundo de diversos lugares da cidade, como bares, restaurantes, farmácias, hotéis, pequenas fábricas e moradias.

5.4.2 CULTURA MATERIAL ASSOCIADA ÀS CRIANÇAS

A cultura material associada às crianças do sítio Praça Brigadeiro Sampaio abarcou 67 objetos. Compreenderam brinquedos, louças decoradas com motivos infantis, escovas de dente, chupetas e um enfeite. O material foi coletado a partir dos 0,50 metros após a camada de aterro.

Brinquedos: os brinquedos corresponderam à categoria mais representativa e somaram 55 objetos. Foram agrupados por seus tipos e podem ser observados a seguir.

Bolinhas de gude: as bolinhas de gude representaram a maior categoria dentre os brinquedos, com trinta peças. Foram identificadas dezesseis bolinhas inteiras em vidro de

cores variadas, doze bolinhas em vidro de cores variadas e fragmentadas, uma bolinha lítica e uma bolinha em porcelana branca com traços coloridos.

FIGURA 65: Bolinhas em vidro fragmentadas. Bolinhas de gude inteiras em vidro e bolinha em porcelana branca com traços coloridos.



Fonte: Autoria própria.

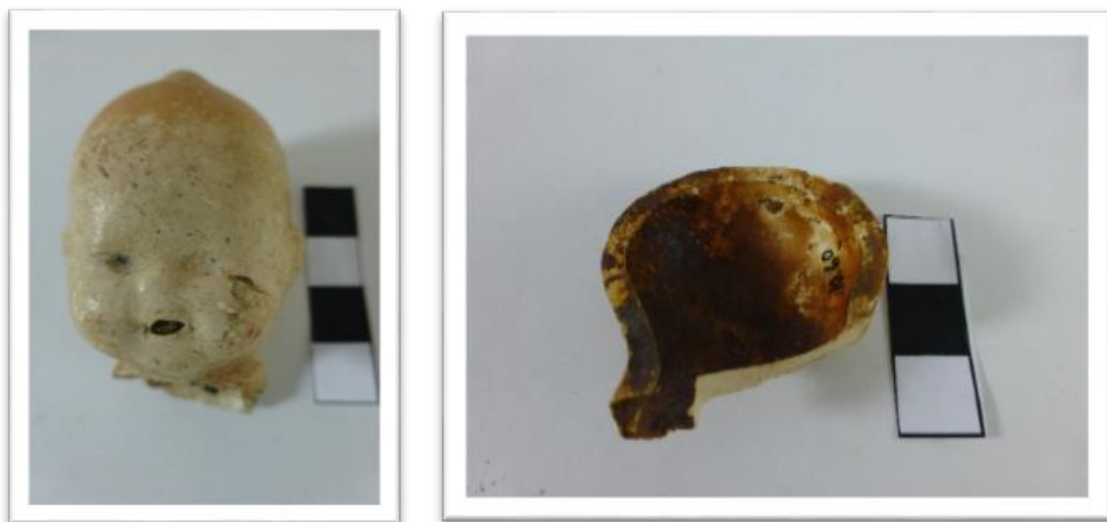
Partes de bonecas/bonecos: neste grupo, foram inclusas oito peças. Três torsos, um deles em porcelana inteiro e dois em porcelana fragmentados; duas cabeças em porcelana, uma delas inteira e outra fragmentada; um braço inteiro em porcelana, uma perna inteira em porcelana, ambos com furo vazado para articulação com o torso; uma cabeça e um torso unidos, em porcelana.

FIGURA 66: Dois torsos de bonecas/bonecos em porcelana e um torso em porcelana.



Fonte: Autoria própria.

FIGURA 67: Cabeças de bonecas/bonecos em porcelana.



Fonte: Autoria própria.

FIGURA 68: Braço, perna e cabeça/torso unidos. Todos com furos vazados para encaixe e articulação com outras partes.



Fonte: Autoria própria.

Soldadinhos de chumbo: este grupo abarcou quatro peças. O primeiro apresenta um casaco comprido, calça, cinto, uma espada presa ao cinto e um chapéu. As duas mãos empunham um instrumento musical, próximo à boca (uma corneta). O segundo exhibe

casaco, calça e capacete. Um dos braços está erguido, enquanto o outro rente ao corpo. O terceiro exibe casaco e calça, está em pé com as duas mãos empunhadas para segurar um objeto que não foi possível distinguir. O quarto está bastante deteriorado, poderia ser um soldadinho em cima de um cavalo.

FIGURA 69: Soldadinhos de chumbo.



Fonte: Autoria própria.

Peças para jogos: neste grupo, foram inclusos três objetos, sendo uma peça circular em louça, uma rocha em formato de dado e uma peça em plástico com a letra V.

FIGURA 70: Peça circular em louça, rocha em formato de dado e peça plástica com a letra V.



Fonte: Autoria própria.

Brinquedos que representam animais: neste grupo, foi inclusa uma peça, correspondente a um cachorro em porcelana branca, fragmentado. Apresenta o desenho dos olhos, focinho, orelhas.

FIGURA 71: Cachorro em porcelana branca.



Fonte: Autoria própria.

Peças para jogo de chá: neste grupo, foram inseridas três peças, sendo dois fragmentos pertencentes ao mesmo objeto: uma xícara com desenho de folhagens e um fragmento da mesma xícara; um pires remontado.

FIGURA 72: Xícara, fragmento da xícara e pires.



Fonte: Autoria própria.

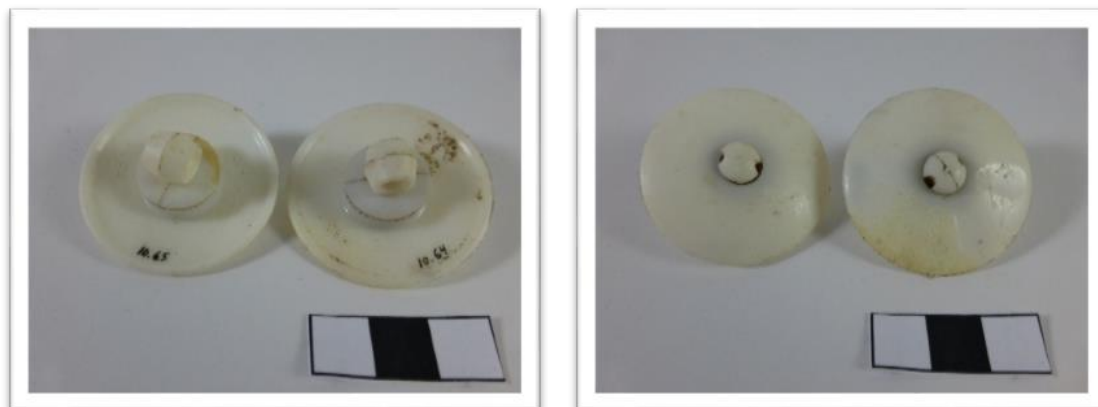
Louças decoradas: a segunda categoria compreendeu doze louças decoradas com diversos motivos. Os fragmentos haviam sido remontados pela equipe do museu e formaram pratos, pires e canecas. A descrição dos motivos decorativos, assim como representações em desenho feitos por uma criança de seis anos encontram-se na ficha de análise, no apêndice D (p. 311).

Escovas de dente: nesta categoria, constaram três peças, todas em plástico (cabos para apoio das mãos), uma delas inteira e duas fragmentadas.

FIGURA 73: Escovas de dentes infantis.

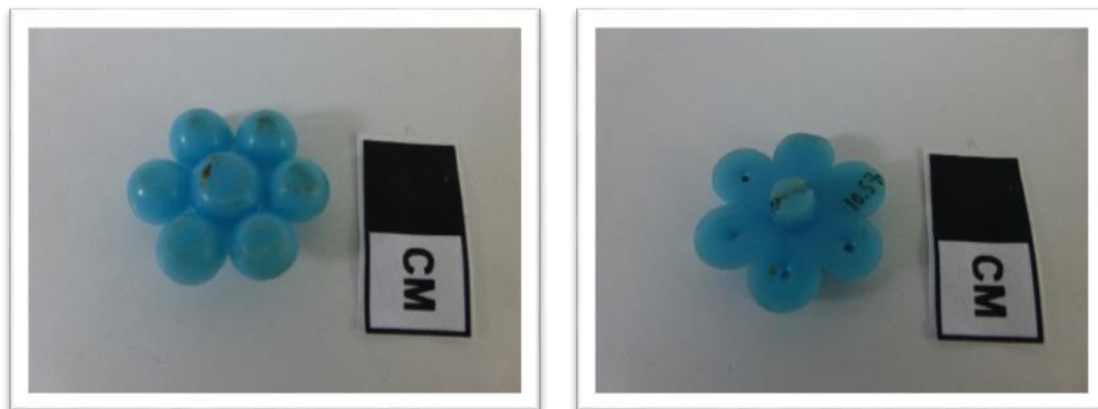
Fonte: Autoria própria.

Chupetas: esta categoria contemplou duas peças. Apresentam cor branca, formato circular, outra base circular pequena em cima e uma pequena peça em formato cilíndrico vazado para colocação de cordão (para ser pendurado ou preso à roupa da criança).

FIGURA 74: Chupetas.

Fonte: Autoria própria.

Enfeite: nesta categoria, foi incluso um objeto, correspondente a uma pequena flor em plástico azul, formada por um miolo circular e mais seis círculos. A outra face mostra um pequeno círculo com um furo vazado, no qual poderia ser colocada uma peça ou cordão. Poderia se tratar de um broche ou fivela de enfeite para calçado ou roupa.

FIGURA 75: Enfeite em plástico.

Fonte: Autoria própria.

5.4.3 CONTEXTO HISTÓRICO

Nos primórdios do povoamento, a região do atual sítio Praça Brigadeiro Sampaio abrigou o primeiro cemitério da cidade. Dentre as últimas décadas do século XVIII até as primeiras do XIX, foi palco da execução de pessoas pela forca, recebendo, assim, a alcunha de Largo da Forca (MAZERON, 1928). O largo teria sido o local de suplício de criminosos e de acordo com Coruja (1881), o negro Joaquim foi o primeiro executado no local, como pena por ter assassinado sua senhora.

Coruja Filho, em crônica publicada no Almanak Litterario e Estatistico do Rio Grande do Sul, narrou:

Em 1830 a praça da Harmonia, hoje Martins de Lima, não apresentava o aspecto garrido que ostenta actualmente. O largo da Forca, como então se denominava era um extenso capinzal, e apenas na quadra que continuava a rua da Graça, encontravam-se alguns casebres onde moravam o Luiz Sineiro, o dedicado amigo do Chico Sacristão, o Rodrigo do Trem, o Antonio Beija-Flor e o Chico Tamaneca. Era mal afamado o largo da Forca; contava-se que tarde da noite apareciam ali almas penadas ouviam-se gritos tremendos e surgiam, a cada momento, pavorosas visões. Durante o dia, ainda se notava algum movimento; ali faziam exercício os baetas, que deixavam o seu quartel na praça da Quitanda, subiam pelo beco do Fanha, tomavam a rua do Cotovello e dahi desciam pela rua dos Peccados Mortaes até a Praia do Arsenal; ali era também o ponto da reunião da meninada que gazeava a escola, e a praça de guerra onde por mais de bateram valorosamente bagadús e tinteiros. Mal se aproximava a noite cessava por completo o movimento. O largo da Forca, diziam as velhas de mantilha e os entendidos em questões de maus olhados, ficara mal assombrado desde que fora ali enforcado um preto que tivera por si a bandeira da misericórdia e entretanto não conseguira o perdão...De quando em vez surgia ali um libambo que procedia à limpeza do capinzal, o que equivalia para o povo em um aviso de que ia ser enforcado algum criminoso. A praça era preparada com dois ou três dias de antecedência, e em a noite vespera da execução, armava-se a forca...O reboço era geral na cidade, as donas de casa

preparavam os filhos e os negros; os patrões os caixeiros, os commandantes dos corpos os seus soldados; os mestres das escolas os discípulos, para assistirem a execução do condemnado como exemplo vivo da sorte reservada aos criminosos...A rua ficava apinhada de gente e era difficil o movimento. A meninada da escola que assistira, em forma, sob a inspecção do mestre, a triste scena, voltava para as aulas, onde o professor fazia uma arenga, incitando os meninos a pilharem sempre o caminho do bem, para não lhes succeder o mesmo que o infeliz enforcado. A pratica moral terminava com uma roda de bolos em todos os alunos, que chuchavam algumas palmoteadas como recordação do grande acontecimento (CORUJA FILHO, 1903, p. 115, 116, 117, 118, 119 e 120).

O texto explicitou o Largo da Força como um local de tormento. Embora fosse palco da diversão das crianças que fugiam da escola, era também o lugar dos espetáculos de morte, exibidos para a população, inclusive para as crianças que eram levadas pelos pais ou professores. No ano de 1858, a área foi revitalizada, recebendo o nome de Praça da Harmonia. Para Mazon (1928), a praça da Harmonia era a maior da cidade. Estava situada entre as ruas General Portinho e Vasco Alves. Era circundada por grossas correntes de ferro presas a pilares também de ferros e, entre estes, encontravam-se alguns canhões. Na porção dos fundos da praça, que dava para o Guaíba, haviam bancos de pedra. Porto Alegre (1922) enunciou que lá estava um dos mais belos chafarizes da cidade, pois encontrava-se envolto por vegetação e à beira do Guaíba; enquanto a torneira que abastecia os moradores ficava na esquina da rua dos Andradas, próximo à fábrica de óleos de Leão Alves. Nesse período, a praça tornou-se uma área importante de sociabilidade e divertimento. Sediou uma pista de patinação criada por iniciativa da comunidade alemã, conforme afirmaram Mazon e Porto Alegre. De acordo com o estudo de Melo e Karls (2016), a pista de patinação foi inaugurada em 1878, funcionando provavelmente até 1884. Nesse tempo, havia uma programação diversificada com presença de grande público, o que contribuiu para converter a região em uma das mais atrativas da cidade.

FIGURA 76: Praça da Harmonia vista a partir da rua General Portinho, junto à rua dos Andradas em direção ao Guaíba, final do século XIX.



Fonte: Prati, 2022a.

A rua dos Andradas⁴³ foi uma das primeiras vias a eclodirem, consolidando-se no início do século XX como fundamental meio de circulação na cidade de Porto Alegre. Situava-se no espaço entre a rua Salustiano até a rua General Câmara e daí até a praça D. Feliciano, seguindo até a rua da Graça. Os terrenos que, posteriormente, formaram as ruas Major Pantaleão Telles, General Salustiano, Vasco Alves, Duque de Caxias, Bragança, Costa do Rio também correspondiam aos mais antigos locais de povoamento da cidade (PORTO ALEGRE, 1920).

Para Saint-Hilaire (2002), a rua dos Andradas era a mais movimentada. Em frente às casas, havia uma calçada feita de lajes sobre as quais estavam marcos estreitos e altos fixados espaçadamente. Pessoas a pé ou a cavalo, marinheiros e negros entremeavam-se ao caminhar pelas lojas bem instaladas e por oficinas de várias profissões. Perto dali havia uma larga ponte de madeira apoiada por pilares de pedra. Ali eram desembarcadas toda sorte de mercadorias. Em frente ao cais, existia um grande edifício, à época utilizado

⁴³ Coruja (1881) havia atestado que a rua dos Andradas foi primeiramente denominada rua da Graça, em seguida, rua da Praia e, mesmo tendo sido designada com o nome heroico de Andradas, o povo seguia considerando-a rua da Praia. Para outros autores, a rua da Praia e a rua da Graça eram ruas distintas.

como alfândega. Na extremidade da rua, duas construções eram usadas como armazéns para a marinha. Denunciou ainda a enorme quantidade de lixo existente nas ruas, nos terrenos baldios e nas margens do Guaíba.

Para o final do século XIX, no jornal *A Federação* (1900), um professor anunciava aulas de português, francês, inglês, aritmética teórica e prática, álgebra, geometria, trigonometria e geografia na livraria *A Nacional*, situada à rua dos Andradas, n. 305 e 367. Disponibilizava aulas também em colégios e residências. Da mesma maneira, a professora Luiza de Azambuja ofertava aula de instrução elementar na rua dos Andradas, 515.

No despontar do século XX, precisamente em 1905, o jornalista e escritor carioca Vivaldo Coaracy (1962) surpreendeu-se ao desembarcar em Porto Alegre. Vislumbrou uma cidade, em suas palavras, retardada e rude em suas condições materiais, mas na qual se observava vida pujante, com ruas sempre movimentadas. Ressaltou a falta de uma rede de esgoto e a existência de rede de água em uma zona restrita da cidade. Aliás, apontou haver energia elétrica apenas na região central. Acentuou, porém, que, na rua Sete, localizavam-se os bancos, as casas atacadistas e a movimentação dos negócios. Na rua da Praia, situava-se o comércio retalhista além dos cafés e confeitarias. Na Ladeira, que ligava a rua da Praia ao Largo da Matriz, localizavam-se os cartórios e escritórios de advogados. Nas vizinhanças do mercado, junto ao cais, o embarque e desembarque de cargas era intenso. Ao longo do Caminho Novo (rua Voluntários da Pátria), beirando o leito da estrada de ferro, havia vigoroso tráfego de carroças servindo aos armazéns e as fábricas.

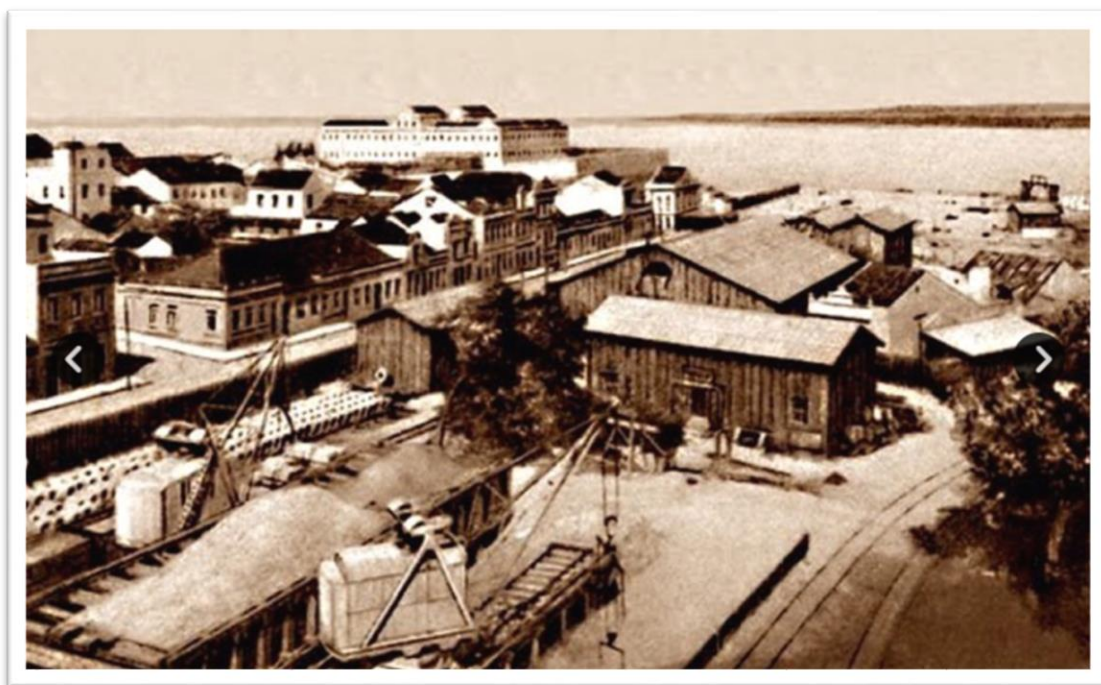
Ainda na rua dos Andradas, nº 25, foi instalado o Asylo São Benedicto para crianças órfãs, pretas ou em situação de abandono. A concretização da instituição teria sido fruto do trabalho da irmã Raphaela de São José que costumava pedir esmolas, conforme reportado no jornal *O Exemplo*, em 1 de julho de 1917. Em 27 de dezembro de 1920, uma seção do periódico *A Federação* salientava que, no dia de natal daquele ano, houve grande número de visitas ao Asylo São Benedicto⁴⁴ para apreciar os trabalhos das

⁴⁴ O Asylo São Benedicto iniciou o atendimento às crianças em 1912 em um prédio doado, situado na rua Avaí, nº 77. Era então administrado pela Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria. O objetivo era acolher meninas pretas, órfãs ou em situação de abandono. Em 1915, houve a transferência para o Bairro Tristeza. Depois, foi recebida nova doação de um prédio que se encontrava em ruínas, localizado à rua dos Andradas, 237. Após o restauro concluído em 1917, a instituição passou a funcionar nesse local, aí permanecendo até 1943. Nesse ano, a instituição foi transferida para a rua Ramiro Barcelos, 1645, anos depois ganhou novos anexos. Em 1970, o asilo mudou o nome para Instituto São Benedito. A instituição segue em funcionamento, atendendo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade (ICM - INSTITUTO SÃO BENEDITO, 2022).

meninas ali acolhidas. Em 1935, a mesma instituição seguia em funcionamento na rua dos Andradas, n. 237, conforme anunciava-se no Almanak Laemmert (1935).

Na década de 1920, o governo da Intendência ordenou novas mudanças na região para construção de um porto e da estrada de ferro, conforme frisou Porto Alegre (1922). No jornal A Federação, a notícia de dois de outubro de 1920 declarava que os prédios n. 27, 29, 37, 47 e 49 situados na praça Martins de Lima já haviam sido desapropriados. Tostes (1989) descreveu que as árvores centenárias da praça tinham sido derrubadas. Entretanto, afirmou que o espaço foi usado também para novas edificações militares. Ao mesmo tempo, davam-se fim aos becos para alargamento das ruas.

FIGURA 77: Obras do cais nos terrenos da antiga Praça da Harmonia, 1924.



Fonte: Acervo Ronaldo Fotografia, Prati, 2022b.

Enquanto a praça Martins de Lima passava por novas reformas, outras praças da cidade sediavam os Jardins de Recreio, idealizados pelo professor de educação física Frederico Guilherme Gaelzer. Os Jardins de Recreio foram implantados em algumas praças de Porto Alegre para atenderem as crianças depois do horário escolar, oferecendo diferentes tipos de atividades.

Segundo Franco (1992), na década de 1930, as obras do novo porto haviam terminado. Nunes (2014) argumentou que a atual área da praça Brigadeiro Sampaio estaria ocupada por poucas construções na zona próxima a esquina da rua dos Andradas e General Salustiano nesse período. No entanto, a situação alterou-se novamente em

meados da década de 1940. O Exército Nacional, além de outras instituições estaduais, ocuparam a área com galpões e pavilhões.

5.4.4 ATIVIDADES SITUADAS NO SÍTIO PRAÇA BRIGADEIRO SAMPAIO

A área correspondente ao atual Sítio Praça Brigadeiro Sampaio sofreu inúmeras modificações no transcorrer dos séculos. As pesquisas arqueológicas demonstraram que a zona na qual foram coletados os artefatos relativos às crianças referiam-se a uma lixeira coletiva. Conforme aludido, a lixeira foi formada ao longo das primeiras décadas do século XX, sendo os objetos oriundos de diversos pontos da cidade.

Os registros escritos provenientes dos jornais e de escritores do século XIX retrataram vivências ou lembranças de tristeza e medo relacionadas às mortes no Largo da Força, que deveriam ser suplantadas com a revitalização do local. A nova praça da Harmonia tornou-se, então, um ponto de socialidade e diversão, disputado por toda a população. Intelectuais e escritores descreveram suas impressões a respeito dos aspectos físicos e sociais, inclusive sobre as crianças e suas vivências na cidade. Alguns deles, ora queixavam-se das crianças que deixavam os estudos para brincarem nas ruas, ora indignavam-se com as crianças pobres que exerciam seu trabalho nas ruas.

Porto Alegre (1922), por exemplo, relatou que as crianças não mais se concentravam nos estudos como outrora e, por vezes, fugiam da escola para brincarem nas ruas. As famílias não davam conta de seus filhos quando cresciam e os rapazes das famílias ilustres da cidade não saíam da rua dos Andradas a procurarem por diversão enquanto os rapazes das famílias pobres trabalhavam. Porto Alegre (1920) atestou que um aluno da escola pública do professor Francisco de Freitas Cabral, filho de um notável da cidade, o fiscal Senna, faltava às aulas frequentemente para jogar sapata (amarelinha), emboque⁴⁵ e bola. Porto Alegre (1940) explicou que a sapata e o emboque eram brincadeiras diurnas. Havia ainda a brincadeira do meu boi fugiu, quatro cantos e cata é cega, que geralmente ocorriam a noite. Para Porto Alegre (1921), o tempo da vida íntima do lar dissipou-se com o século XIX e, naquele momento, dava-se o tempo da rua, dos bares e dos cafés.

⁴⁵ Talvez o jogo retratado por Porto Alegre fosse o toque-emboque descrito por Câmara Cascudo (1998) como jogo de bola com arco ou aro. O jogo era conhecido em Portugal desde o século XVIII. Segundo o Priberam Dicionário, o toque-emboque é o jogo no qual se procura passar bolas de madeira ou plástico, impulsionadas por um maço ou macete, por baixo de pequenos arcos fixados em um gramado, seguindo percurso específico (cróquete). Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/toque-emboque>>. Acesso em: 23 set. 2023.

Tostes (1994) também ressaltou, em uma de suas crônicas, o trabalho dos meninos que vendiam jornais na região, sempre a gritarem o bordão: “Corri...Diá”. Callage (1920) demonstrou preocupação com a situação das crianças abandonadas. Salientou que o poder público deveria direcionar toda a atenção a elas. Deu ainda seu alerta a toda a sociedade, ressaltando que as crianças nasciam velhas, pois o meio e os hábitos sociais, os desequilíbrios e os vícios refletiam sobre elas.

O escritor Érico Veríssimo⁴⁶(1939), por sua vez, advertia sobre a necessidade dos exercícios físicos e das brincadeiras ao ar livre para as crianças. Os músculos deveriam ser trabalhados na ginástica e nos jogos desportivos, especialmente no período da manhã. Os melhores exercícios seriam de respiração e a ginástica sem aparelhos, feitos ao ar livre, no pomar, no jardim e na horta.

O médico Mario Totta também era defensor do tempo livre e das brincadeiras. Totta (1939) recomendava que as crianças deveriam usar roupas leves e apenas um chapéu para cobrir a cabeça, deviam andar descalças e aproveitar o sol, brincando ao ar livre, como demonstrado no excerto a seguir:

O exercício ao ar livre, em qualquer idade e sobretudo na infância, só pode dar saúde; ativa tôdas as funções da nutrição; só por êle se alcança o desenvolvimento físico, só êle é capaz de produzir a beleza moral. Há na sua aspiração de brincar, de saltar e de correr, ao vento e ao sol, todo um mundo de poesia, de graça, de saúde e de jovialidade que vós não tendes o direito de destruir (TOTTA, 1939, p. 25).

Nessa esteira, o programa de Recreação Pública, com a criação dos Jardins de Recreio nas praças de Porto Alegre, desenvolvido pelo professor Frederico Gaelzer, demonstrou que o brincar passava a ser visto como atividade essencial para as crianças nos espaços públicos.

O professor Gaelzer valorizava o brincar, argumentando que as brincadeiras seriam mais bem aproveitadas se realizadas ao ar livre e se estivessem associadas à aprendizagem. Para Gaelzer (1950), era preciso criar nos aglomerados urbanos, atividades semelhantes aos dos antepassados que habitavam longínquos rincões. As

⁴⁶ O escritor publicou, em 1939, o livro “Aventuras no mundo da higiene”, composto por dezesseis lições e anexos com tabelas sobre o valor dos alimentos e sobre a relação peso x altura para meninos e meninas. O texto expressou o código moral das primeiras décadas do século XX. Três personagens fazem parte da narrativa: o menino Mário, o menino José Pedro, chamado de Patinho Feio por não conhecer e não praticar bons hábitos de higiene e alimentação, e o médico e professor Dr. Salus. Mário convidou José Pedro para passar uns dias em sua casa, a Vila da Alegria e da Saúde, cenário no qual a história se desenrolou. A partir desse momento, as diversas lições foram explicadas aos dois meninos. Rodrigues (2010) salientou que Veríssimo foi influenciado pela profissão do pai, que era farmacêutico, pelas conversas e pelas atividades que observava na farmácia da família, que inclusive dispunha de uma sala na qual eram realizadas pequenas cirurgias.

crianças deveriam passar cinquenta por cento de seu tempo disponível em contato com a natureza, porque o ser humano, no passado, convivia no meio natural lutando pela sobrevivência. Assim, descreveu:

O essencial para a criança deverá ser a sua felicidade e não é com o sacrifício desta que ela preparará o seu bom êxito futuro. O brinquedo deve ser a sua preocupação predominante, na qual por uma sábia associação, deve ser integrada a atividade da aprendizagem. O que não é possível continuar é vermos no ato de brincar, assim como na dança e na música, passatempos quasi inúteis, maneiras de ocupar horas vazias, classificando-as, muitas vezes, de desnecessárias ou até condenáveis (GAELZER, 1950, p. 2).

Para o professor, a recreação pública deveria incluir jogos, excursões, acampamentos, danças, piqueniques, drama, música, trabalhos manuais, artes plásticas e grupos de discussões parlamentares. Em toda comunidade, deveria haver um grupo de cidadãos reunidos em conselho consultivo, representando todas as classes e interesses, adido a um serviço governamental, a fim de efetuar um programa dirigido de recreação pública com verba particular e de uso exclusivo. Afirmava que a recreação, quando dirigida, não deveria tolher a liberdade de ação das crianças. Deveria ser incutido que, mesmo a liberdade individual, estaria restrita aos interesses do grupo. Três qualidades seriam fundamentais nesses locais: cooperação, obediência e controle de si mesmo. O medo do castigo não garantiria essas qualidades, mas o resultado da influência que uma sociedade organizada asseguraria na obediência e no respeito dos direitos aos seus semelhantes. Relatou acerca dos bons resultados alcançados em casos de delinquência juvenil, que foram sanados com os trabalhos no Jardim de Recreio, criado no Alto da Bronze, em 1925. Este Jardim de Recreio foi o primeiro a ser instalado na cidade. Destacou o progresso que já havia sido feito. Inicialmente, a recreação estabelecida nas praças atendia exclusivamente as crianças pequenas depois do horário escolar. Anos mais tarde, os parques ganharam campos de futebol, quadras de basquete, voleibol, tênis, bem como centros cívicos sociais que não se restringiam às atividades físicas, realizando eventos musicais, teatrais e culturais, cursos de economia doméstica e trabalhos manuais, dentre outros atrativos. Considerava essencial estender a recreação pública aos jovens com idade entre 17 a 23 anos, porque estariam no patamar da maturidade e seriam importantes para o futuro (GAELZER, 1950). As imagens a seguir mostram as crianças nos Jardins de Recreio:

Figura 78: Crianças brincando em tanque de areia. Crianças fazendo atividade com bola.



Fonte: Gaelzer, 1930a.

FIGURA 79: Crianças brincando, provavelmente sob a supervisão da professora ou recreacionista.



Fonte: Gaelzer, 1930a.

As atividades recreativas perduraram por vários anos na cidade e cursos eram oferecidos às pessoas que desejavam trabalhar nas praças como recreacionistas. Em trecho de jornal presente em um álbum organizado por Gaelzer (1930b), exaltava-se a inauguração de exposição dos trabalhos infantis em dois jardins de infância que se encontravam anexos aos jardins de recreio.

A presença de variados objetos individualizados e voltados para as crianças, como as louças decoradas com motivos coloridos e talvez representando cenas de histórias infantis, demonstraram as atividades básicas de comer e beber. Em uma das canecas, na qual consta inscrito “Parabens” (ver apêndice D, p. 311), possivelmente foi dada a uma criança pela celebração do aniversário ou pelo bom desempenho na escola ou em alguma atividade esportiva, porventura dentre as variadas competições realizadas pelo professor Gaelzer.

As pequenas escovas de dente, embora em quantidade reduzida, mostraram as atividades referentes à higiene dos dentes. Em meados do século XX, eram recomendadas escovas com número mínimo de seis linhas, que deveriam ser dispostas transversalmente à escova e a outras três fileiras no eixo longo da escova. Recomendava-se, ainda, o diâmetro ideal das cerdas e que estas deviam ser fabricadas com náilon. Para as crianças, indicava-se a mesma coisa, porém, com o tamanho reduzido (BASS, 1948).

O pequeno enfeite em formato de flor revelou atividades do vestir e do enfeitar-se das crianças. A peça plástica poderia ser presa a um calçado, poderia fazer parte de um colar, anel, broche ou pulseira.

Quanto às chupetas, que ainda permanecem controversas sobre os benefícios de seu uso, como demonstrado na revisão histórica efetuada por Castilho e Rocha (2009), referia-se à atividade de sucção das crianças. Para os autores, a chupeta moderna surgiu em meados do século XIX e, no período pós-guerra, desenvolveu-se a borracha sintética para proporcionar maior elasticidade à porção sugada pelas crianças.

Segundo Bee (1997), os bebês nasceriam com reflexos adaptativos, como a deglutição e a sucção. A sucção poderia ser observada antes mesmo do bebê nascer, na vida intrauterina. Mais tarde, o reflexo se tornaria hábito e o bebê não apenas sugaria para obter alimento, mas também em busca de prazer.

5.4.4.1 BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS

As partes de bonecas, as peças para jogo de chá, os brinquedos que representam animais e os soldadinhos de chumbo apresentam similaridades às situações de imaginação sugeridas por Vigotski. As crianças poderiam representar o comportamento das mães ao cuidarem dos filhos e filhas, preparando-lhes as refeições. Além do torso da *Frozen Charlotte*, identificaram-se fragmentos de bonecas e bonecos de maiores proporções, dentre outras partes que apresentaram furos para articulação e coloração marrom-amarelada. Segundo Fawcett (1947), existiam as bonecas feitas de porcelana tipo bisque,

que poderiam apresentar cores diferentes. Em sua fabricação, poderiam ter sido acrescentadas substâncias para que as peças ganhassem a coloração da pele humana.

Silva (2017), em sua pesquisa sobre a Charqueada Santa Bárbara, situada no município de Pelotas, Rio Grande do Sul, destacou o apego por uma boneca, que atravessou gerações. A boneca seria de origem alemã e teria sido fabricada entre 1860 e 1936. Possuía 58,5 cm de altura, olhos de vidro, corpo em papel machê e cabelos humanos. Dona Angélica, a dona da boneca a recebeu quebrada como presente da avó. Como a mãe de Dona Angélica tinha grande apreço pela boneca, Silva argumentou que, com a morte da mãe, Dona Angélica preferia deixar a boneca guardada para que as lembranças não lhe perturbassem a memória. Ao longo de algumas entrevistas, além de mostrar a boneca ao pesquisador, narrando suas vivências na chácara, associadas à boneca, posteriormente, levou-a para uma especialista que tratou de seu restauro.

Os meninos, por sua vez, poderiam encenar comportamentos de seus personagens preferidos ou de passagens bíblicas ao brincar com os soldadinhos de chumbo. O brinquedo representando um cachorro poderia ser usado nas brincadeiras de casinha, as crianças poderiam encenar seus sons, movimentos e brincadeiras.

As bolinhas de vidro e porcelana remetem aos jogos de regras, assim como a peça plástica com a letra V, a peça lítica em forma de dado e o fragmento de louça em formato circular. Segundo Carskadden e Gartley (1990), as bolinhas de porcelana pintadas à mão começaram a ser produzidas em 1850. O padrão de pintura conjunto de linhas paralelas que se cruzam (o mesmo observado no Sítio Praça Brigadeiro Sampaio) seria o mais comum, composto de duas a quatro linhas cada, cruzadas em um ângulo de noventa graus, formando um padrão xadrez. As cores das linhas poderiam ser as mesmas ou variar. A prática de pintar as bolinhas perdurou até o início da primeira década do século XX.

Randall (1971) certificou que as bolinhas de vidro começaram a ser manufaturadas na Alemanha em meados do século XIX e, no início do século XX, a produção também era feita por máquinas. Logo tornaram-se as mais comuns entre as crianças.

O jogo do gude, junto às brincadeiras anteriormente descritas pelos escritores, poderia ser disputado nas ruas e praças de Porto Alegre. Bichara (2006), ao observar brincadeiras de crianças nas ruas de um bairro de Aracaju, constatou que a delimitação do espaço era uma regra importante para os participantes nas brincadeiras e que a maioria dos brincantes eram meninos. Verificou que o gênero não era fator determinante, meninos e meninas adaptavam os espaços, os tamanhos dos grupos e as habilidades dos brincantes. No jogo do gude, porém, salientou a existência de vários grupos de meninos, um grupo

misto e nenhum com apenas meninas. Quando as crianças praticavam a variação triângulo, ressaltou a demarcação do espaço riscado no chão como fator fundamental para o desenrolar do jogo.

O fragmento circular em louça, assim como a peça lítica em forma de dado poderiam servir em diferentes jogos de regras, como marcador no jogo da sapata (amarelinha), no jogo das cinco marias ou no jogo do bingo. O fragmento em louça poderia ter sido usado em um jogo similar ao *tiddlywinks*. Segundo o *Cambridge Dictionary*⁴⁷, nesse jogo os jogadores tentam acertar pequenos discos em um pote pressionando uma peça contra outra para fazê-la voar pelo ar.

A peça lítica em forma de dado poderia ter sido usada no jogo das cinco marias. Antunha (2006) alegou que mãos e olhos atentos seriam fundamentais no jogo das cinco marias e que a habilidade de arremessar as pedrinhas no ar e pegá-las antes que tocassem o chão seriam adquiridas com muita prática. A peça plástica com a letra V poderia ser parte de um conjunto de brinquedos educativos para as crianças iniciarem-se no aprendizado do alfabeto. Dessa maneira, também se assemelham aos jogos de regras estudados por Vigotski (2010).

Mefano (2005) declarou que, em 1931, iniciava-se a fabricação de brinquedos como trens, jipes, aviões e carrinhos por uma indústria brasileira, a Metalúrgica Matarazzo S/A (Metalma), em São Paulo. Em 1937, nascia a Manufatura de Brinquedos Estrella Ltda, no bairro do Brás, em São Paulo, que passou a produzir bonecas e diversos tipos de brinquedos em madeira. Rapidamente, a empresa tornou-se pioneira na produção de brinquedos na América Latina. Provavelmente, a produção de brinquedos no país contribuiu para ampliar a oferta e, conseqüentemente, o acesso a esses bens.

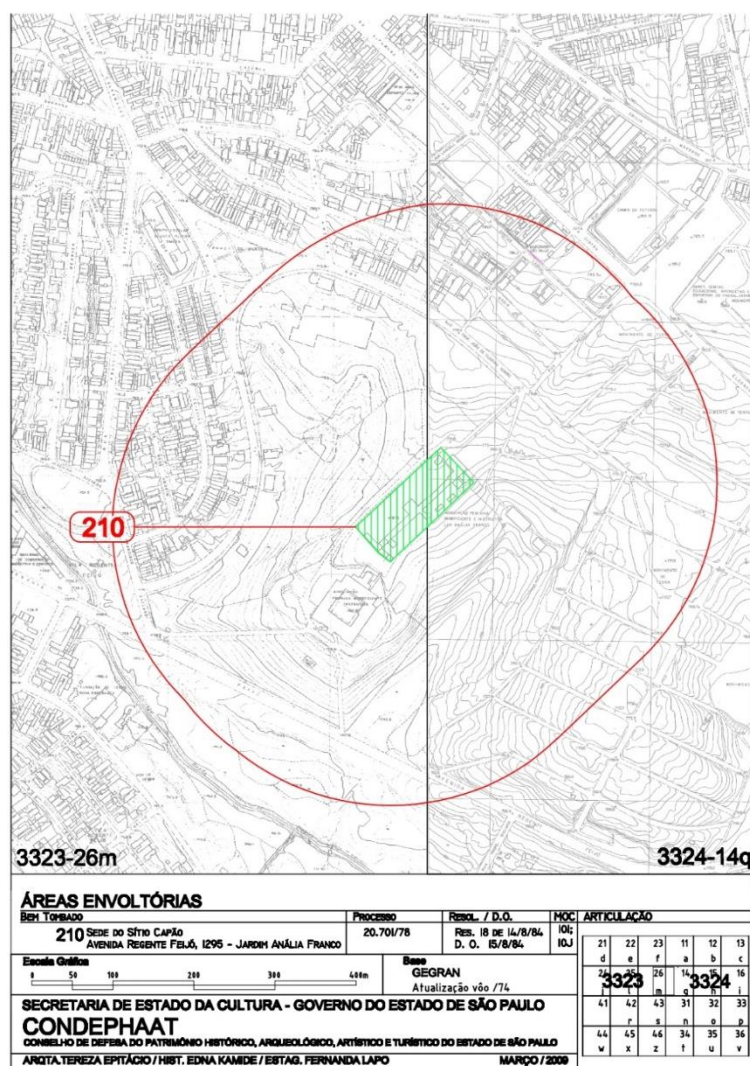
⁴⁷ *Cambridge Dictionary*. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/tiddlywinks>>. Acesso em: 23 set. 2023.

5.5 SÍTIO DO CAPÃO

5.5.1 PESQUISA ARQUEOLÓGICA

O sítio do Capão está situado à avenida Regente Feijó, 1295, Jardim Anália Franco, zona leste da cidade de São Paulo. Compreende um casarão, edificações anexas, além de amplo espaço externo com área verde (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2003; ZANETTINI, 2005).

MAPA 11: Localização do Sítio do Capão e área envoltória.



Fonte: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), 2023.

Entre os anos de 2002 e 2003, as pesquisas arqueológicas foram efetuadas no sítio do Capão, abrangendo uma área de 9.000 m². Na primeira fase de estudos, foi adotado o *ground penetrating radar* (GPR), radar de penetração do solo, para mapear estruturas contínuas, anomalias relacionadas a possíveis bolsões de lixo e sinais isolados em

camadas no subsolo. Depois, efetuou-se uma coleta seletiva sistemática de vestígios em superfície, na área externa e no interior do casarão, sendo descartados os restos construtivos oriundos de intervenções recentes (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2003; ZANETTINI, 2005).

As escavações foram orientadas a partir dos resultados alcançados com o radar de penetração do solo e atingiram profundidades entre 1,80 e 2 metros. Abrangeram em grande parte a área interna e em menor parte a área do entorno do casarão sede. O acervo coletado compreendeu 10.087 peças. A análise desse material possibilitou a identificação de três momentos distintos de ocupação do sítio. A primeira fase abarcou a primeira metade do século XVIII, representada por artefatos oriundos de uma lixeira, como fragmentos de cerâmica e de telha. A segunda abarcou o século XIX, sendo o período de ocupação mais intenso, compreendendo a segunda metade dos oitocentos. O material arqueológico constituiu-se por diversos fragmentos de louça proveniente de aterros e de camadas superficiais. A terceira fase abarcou o século XX, quando a propriedade foi adquirida pela Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (AFBI). Nessa fase, o material arqueológico apresentou-se bastante diversificado. As investigações atestaram as modificações e ampliações executadas a partir da ocupação do espaço pela entidade. Foram efetuadas várias intervenções na casa, assim como nos anexos do entorno. Entre as décadas de 1940 e 1950, realizaram-se novas intervenções, inclusive, em um dos anexos, verificou-se a data de 1947 inscrita no piso (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2003; ZANETTINI, 2005).

FIGURA 80: Pesquisadores no galpão (quarto das crianças) do casarão realizando coleta do material arqueológico após a retirada do piso de madeira.



FONTE: Zanettini Arqueologia (2003, p. 82).

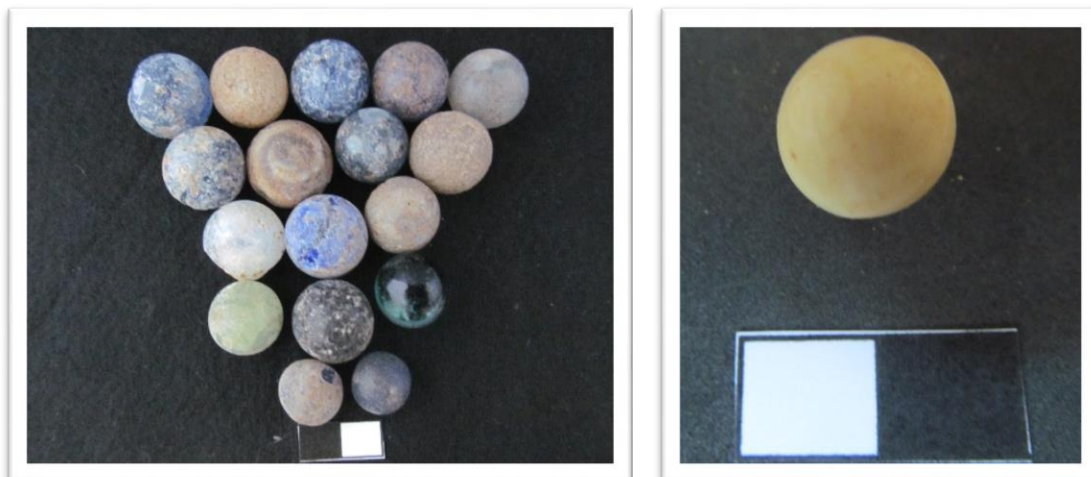
5.5.2 CULTURA MATERIAL ASSOCIADA ÀS CRIANÇAS

A cultura material, associada às crianças do Sítio do Capão, englobou 61 artefatos, compreendendo brinquedos e calçados. Muitos deles foram coletados em superfície, os quais representaram a ocupação mais recente do sítio. Outros foram coletados após a retirada do piso na área interna ou após intervenções de subsuperfície na parte externa, o que sugeriu ocupação atinente às primeiras décadas do século XX.

Brinquedos: os brinquedos representaram a categoria em maior número, somando 60 objetos. Foram agrupados por seus tipos e constam descritos a seguir.

Bolinhas de gude: as bolinhas de gude compreenderam 32 bolinhas de vidro, todas coletadas em superfície, em diferentes cômodos do casarão. Constaram mais três bolinhas de diferentes matérias-primas, uma delas em cerâmica, levemente fragmentada, encontrada após a realização de uma raspagem em um dos cômodos do casarão. Uma bolinha de plástico, de cor branca, identificada em superfície e, por último, uma bolinha lítica, coletada em superfície no alpendre do casarão.

FIGURA 81: Bolinhas de gude em vidro. Bolinha de plástico.



Fonte: Autoria própria.

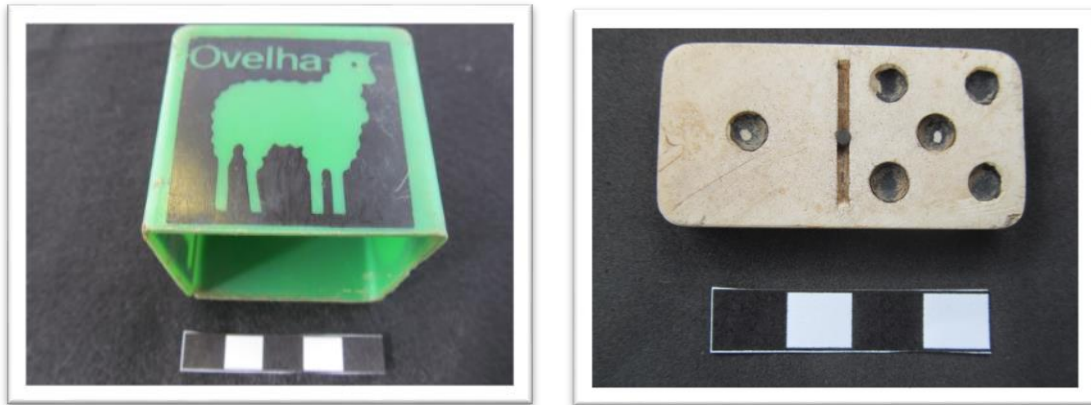
FIGURA 82: Bolinha lítica. Bolinha de cerâmica.



Fonte: Autoria própria.

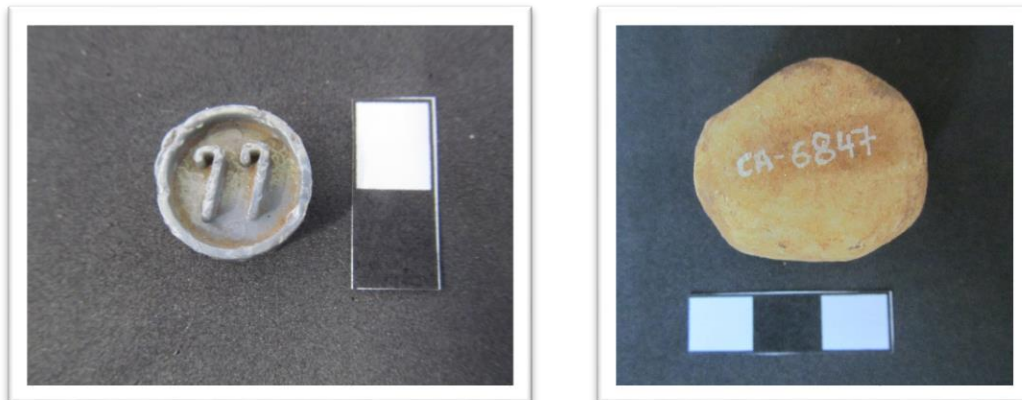
Peças para jogos: seis peças foram inclusas nesta categoria: um dado verde, com uma das faces fragmentadas, contendo figuras e letras; uma peça de jogo de dominó em plástico, com cinco concavidades de cor preta em uma das partes, e a outra com uma concavidade; uma peça plástica para jogo de loto, com formato redondo, cor cinza; uma pequena rocha em formato circular; uma peça em cerâmica. Esses artefatos foram coletados em superfície. Foi identificada também uma peça em cerâmica, com duas faces planas e as laterais bem polidas, evidenciada em uma sondagem, tipo poço-teste, a 0,60 metros de profundidade.

FIGURA 83: Dado em plástico fragmentado. Peça para dominó em plástico.



Fonte: Autoria própria.

FIGURA 84: Peça para jogo de loto em plástico. Rocha com faces planas e laterais polidas.



Fonte: Autoria própria.

FIGURA 85: Peças em cerâmica, A primeira foi identificada em profundidade, a segunda em superfície.



Fonte: Autoria própria.

Brinquedos que representam animais: esta categoria compreendeu três peças coletadas em superfície: uma ave em cerâmica, com base plana, bico, asas, rabo e uma abertura circular vazada (entre as asas); um peixe em plástico, de cor verde, com base plana e uma argola no topo, fragmentada; um coelho de plástico, de cor amarela, base plana de mesma cor para sustentar o brinquedo em pé.

FIGURA 86: Ave, peixe e coelho, identificados em superfície.



Fonte: Autoria própria.

Brinquedos que representam armas: quatro peças foram incluídas nesta categoria, identificadas em superfície. A primeira trata-se de um cabo de espada em plástico, de cor branca. A segunda corresponde a uma arma de fogo em metal. Apresenta a cor vermelha na porção que serve de apoio para as mãos e o nome da marca, Victory. A terceira corresponde a um estilingue, em madeira. Apresenta formato de Y, com rachadura na haste de apoio para as mãos. A quarta peça consiste em um pedaço de couro (parte do estilingue) com duas aberturas circulares, sendo uma em cada ponta. Utilizada como contenedor para um objeto que se desejasse arremessar, como pedras, por exemplo.

FIGURA 87: Cabo de espada em plástico. Arma de brinquedo em metal.



Fonte: Autoria própria.

FIGURA 88: Estilingue em madeira e peça em couro.



Fonte: Autoria própria.

Piões: três artefatos constaram neste grupo. Foram coletados em um dos cômodos do casarão logo depois da retirada do piso de assoalho. As peças apresentaram formato piriforme e foram confeccionadas em madeira. Todos encontram-se fragmentados.

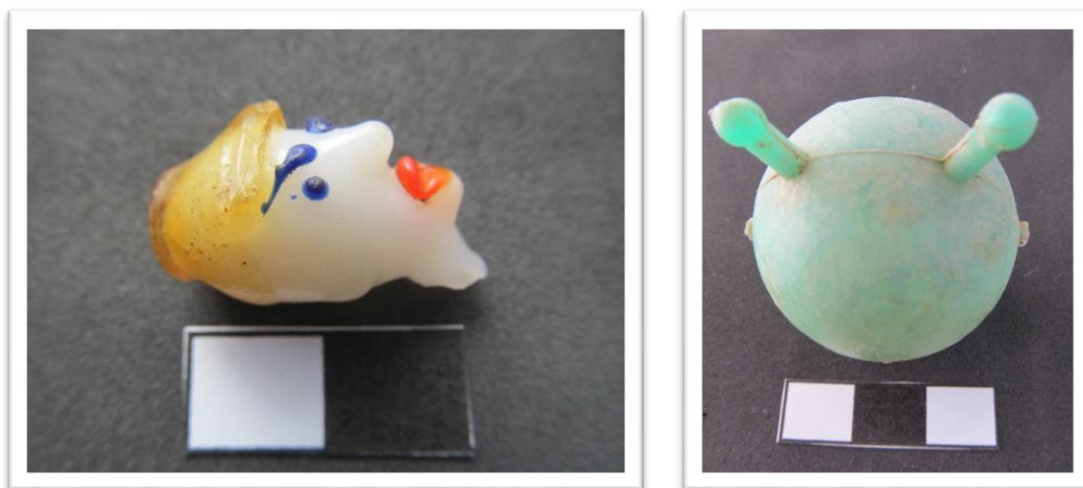
FIGURA 89: Piões em madeira.



Fonte: Autoria própria.

Cabeças de bonecos/bonecas: nesta categoria, foram inclusas duas peças: uma cabeça de boneco ou boneca, feita em fibra de vidro, de cor branca, com olhos e sobrancelhas pintadas de preto, boca pintada de vermelho e o chapéu amarelo. A outra peça mostra cor verde, duas antenas, orelhas, olhos, nariz e boca. Ambas foram identificadas em superfície.

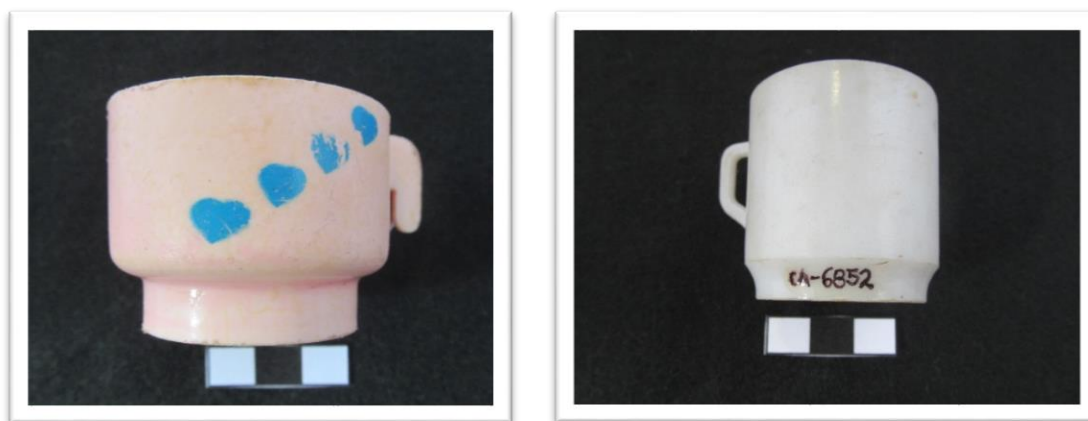
FIGURA 90: Cabeça de boneco/boneca em fibra de vidro. Cabeça de boneco/boneca em plástico.



Fonte: Autoria própria.

Peças de jogo de chá: nesta categoria, foram inclusas duas xícaras de plástico inteiras, ambas coletadas em superfície. Uma delas de cor branca, a outra de cor rosa, com desenhos de corações azuis.

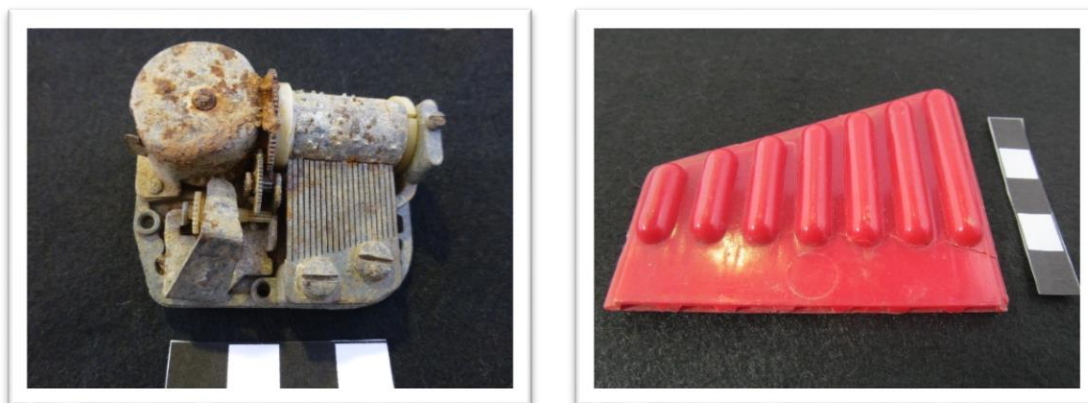
FIGURA 91: Xícaras em plástico.



Fonte: Autoria própria.

Instrumentos musicais: dois artefatos coletados em superfície representaram esta categoria: um mecanismo para caixinha de música em metal; um instrumento de sopro em plástico, de cor vermelha, também inteiro.

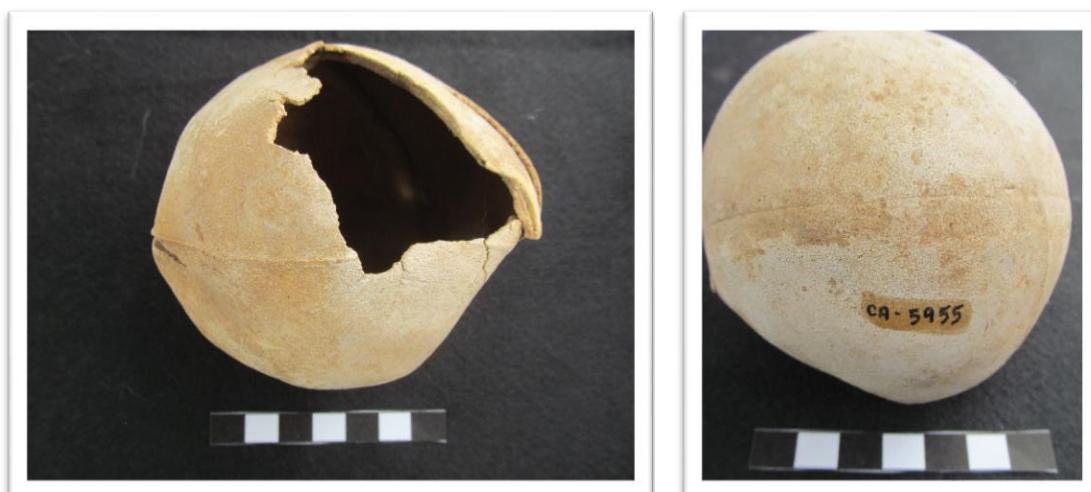
FIGURA 92: Mecanismo para caixinha de música em metal. Instrumento de sopro em plástico.



Fonte: Autoria própria.

Bola: uma pequena bola de borracha fragmentada, de cor branca, foi incluída nesta categoria, identificada após a retirada do piso de assoalho.

FIGURA 93: Bola de borracha, fragmentada.



Fonte: Autoria própria.

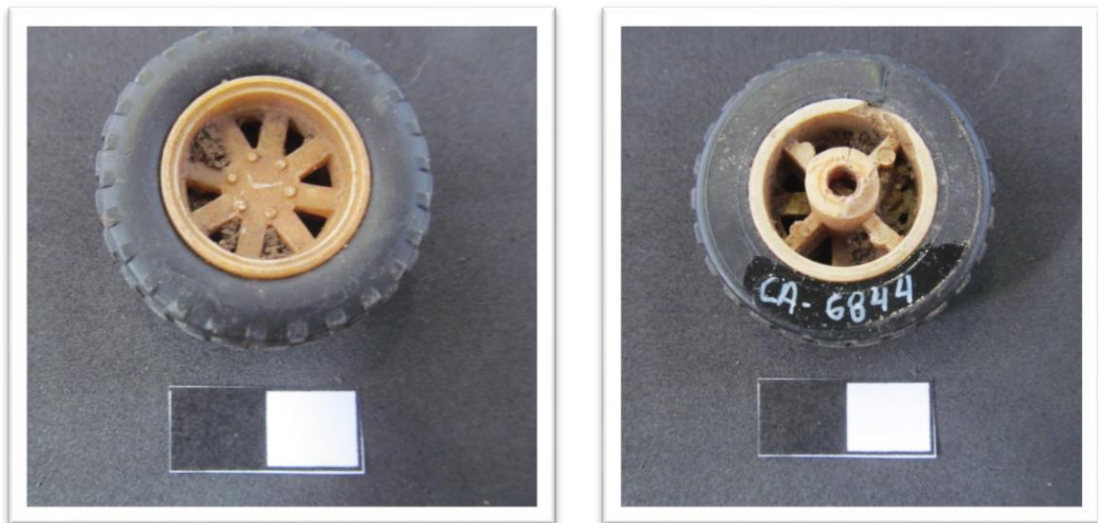
Bilboquê: um exemplar foi incluso nesta categoria, identificado em superfície. A peça apresenta formato geóide, uma pequena abertura circular em uma extremidade e, na outra uma abertura circular menor.

FIGURA 94: Bilboquê em madeira.



Fonte: Autoria própria.

Partes de carrinho: uma roda de carrinho em plástico foi coletada em superfície. O pneu exibe cor preta, armação branca e um cilindro oco para encaixe de outras partes.

FIGURA 95: Roda de carrinho.

Fonte: Autoria própria.

Calçados: um exemplar foi incluso neste grupo, correspondente a um chinelo fragmentado, marca havaiana, identificado em superfície.

FIGURA 96: Chinelo em borracha.

Fonte: Autoria própria.

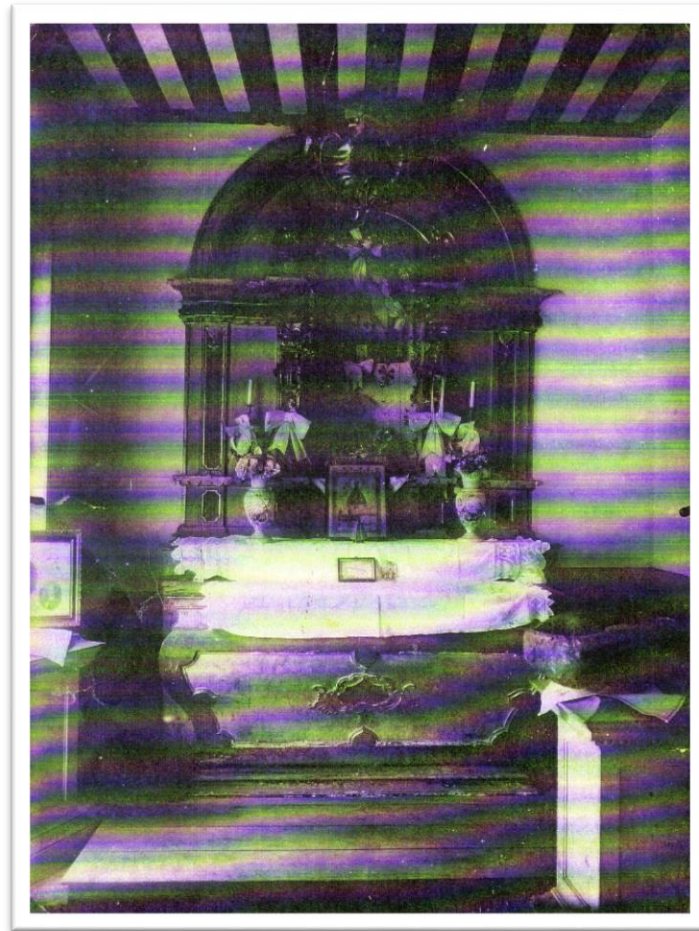
5.5.3 CONTEXTO HISTÓRICO

O primeiro registro sobre o Sítio do Capão remontou ao ano de 1698. O local era denominado Sítio do Capão Grande, constando como proprietários Pedro Aries Aguirra e sua esposa Catharina Lemos. Posteriormente, o sítio foi vendido ao vigário André Baruel. Com o falecimento do vigário, o sítio foi arrematado pelo capitão Domingos Lopes de Azevedo, em 10 de março de 1774. Em seguida, passou a pertencer a Antônio de Freitas Branco (CONDEPHAAT, 1978)⁴⁸.

Tempos depois, em 14 de junho de 1800, verificou-se a escritura de Ignez Corrêa Bueno, que, em virtude da morte do marido, partilhou o sítio entre seus dois filhos, José Marianno Bueno e Antônio Bernardo. Desse modo, ocorreu o primeiro desmembramento da propriedade. Nesse momento, encontrava-se formada por três capões pequenos e por um capão grande, sendo o Capão Grande a área correspondente ao atual Sítio do Capão. Na data de 2 de novembro de 1829, o sítio foi novamente vendido, para o padre Diogo Antônio Feijó. O padre viveu durante alguns anos no local e alterou o nome para sítio Paraíso. Em 23 de março de 1840, Francisco Leandart adquiriu a propriedade. Este, por sua vez, não conseguiu arcar com os custos da compra. Maria Justina de Camargo, então, tornou-se a nova proprietária, tendo em vista o falecimento do padre Diogo Antônio Feijó, que a havia indicado em testamento, reconhecendo-a como sua herdeira (CONDEPHAAT, 1978).

⁴⁸ Em 1978, teve início uma série de pesquisas de cunho histórico e arquitetônico pela equipe do Condephaat com a finalidade de proceder ao tombamento do local. Quando da primeira visita dos especialistas, a construção encontrava-se em funcionamento, com o nome de Internato Anália Franco. As pesquisas afirmaram tratar-se de uma construção de fins do século XVII, com características construtivas referentes ao período bandeirista. Um segundo pavimento foi construído na década de 1870, além disso, verificaram-se diversas modificações no pavimento térreo, bem como a construção de anexos ao longo dos anos. Após a conclusão das pesquisas e parecer favorável do Condephaat para o tombamento da propriedade, a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva, proprietária do imóvel desde 1911, solicitou a reconsideração do processo e o não tombamento do mesmo. No ano de 1983, foi realizada nova visita técnica e efetuada consulta a conselheiros. O parecer favorável ao tombamento foi mantido, tendo sido então publicada a Resolução 20701/78, em 14 de agosto de 1984 (CONDEPHAAT, 1978). O estudo detalhado encontra-se nos autos do processo de nº 20701/78. O Sítio do Capão também é tombado na esfera municipal sob a Resolução nº 05/91, deferida em 5 de abril de 1991. Em 1999, iniciaram-se as obras de restauro do casarão coordenadas pelo arquiteto Samuel Kruchin. Segundo Costa et al (2007), também passaram por restauro as pinturas murais decorativas a cal, que revelaram as inúmeras técnicas utilizadas desde o período colonial até o século XX. Quando das obras de restauro, a propriedade já não mais pertencia a AFBI. Assim sendo, a propriedade atualmente constitui-se um bem de interesse público, tombado nas esferas estadual e municipal, sob posse e manutenção de ente privado.

FIGURA 97: Altar possivelmente construído durante a permanência do padre Diogo Antônio Feijó no Sítio do Capão.



Fonte: Imagem cedida por Samuel Kruchin, sem data.

Para o ano de 1856, o Sítio do Capão se apresentava em posse de João Antônio Mendes Pereira, que o havia arrematado em hasta pública. Em 1878, a propriedade foi vendida a Raphael Tobias de Barros, posteriormente conhecido como Barão de Piracicaba. No ano de 1886, José Bento de Paula Souza arrematou o sítio e, em seguida, em 1898, desmembrou-o. José Bento de Paula Souza permutou 15 alqueires das terras do sítio Paraizo com Francisca de Paula Souza. Mais tarde, no ano de 1901, o sítio seria vendido para José Maria Bourroul, que rapidamente o repassou para João Evangelista do Rego Freitas. Pouco tempo depois, em 17 de junho de 1903, o coronel Serafim Leme da Silva comprou o imóvel. Finalmente, no ano de 1911, o sítio tornou-se propriedade da AFBI (CONDEPHAAT, 1978).

As condições de compra e venda, assim como a descrição da propriedade, podem ser observadas a seguir:

A pedido verbal de pessoa interessada, que revendo no cartório a seu cargo, o livro respectivo deles consta que conforme a transcrição número 58.784

(cincoenta e oito mil setecentos e oitenta e quatro), feita em data de quatro de março de mil novecentos e onze. O coronel Serafim Leme da Silva e sua mulher Julieta Baptista da Silva Leme transmitiram por venda feita à Associação Feminina Beneficente e Instrutiva, com sede neste Estado, conforme escritura lavrada em dezoito de fevereiro de mil novecentos e onze, nas notas do segundo Tabelião desta comarca da Capital, pelo valor de cem contos de réis, o imóvel denominado “Chácara Paraíso”, no bairro de São José do Belém, na Freguesia do Bráz, desta comarca da Capital, com uma área aproximada de setenta e cinco alqueires de terras, parte em matas e capoeiras, parte ocupada por plantações e construções diversas, como sejam, casas, estábulos, etc..., toda dividida por valos e cercas de arame, tendo as divisas seguintes, segundo consta do título de aquisição: começam do lado da cidade, no lugar chamado “Água Rasa”, onde tem uma porteira, seguindo o valo que divide dita chácara e a estrada acompanhando a estrada que segue o bairro da Mooca, pelo lado do ribeirão Tatuapé e daí alcançar outro valo que corre abeirando a estrada margeando sempre o córrego até na estação do Caguassú e por esta seguindo, divide hoje com Miguel Jacob, encontrando uma casinha nova dentro do terreno de dita chácara onde tem uma porteira que vai à Sexta Parada, e seguindo ainda a dita estrada, valo e cercado de arame, volteando a Quinta Parada, até chegar a estação de número sete, descrito na planta, partindo dessa estação ou marco com o rumo de S. trinta e seis graus, zero minutos, até encontrar a borda do tanque medindo aproximadamente, setecentos metros e daí seguindo a borda de dito tanque, até dar no córrego e por este até o ponto de partida, confinando da estação ou marco número sete até o tanque e deste até o córrego, com Francisca Paula Souza, do córrego até o ponto de partida, divide com uma nesga de terrenos de posse do doutor Carlos Garcia, na Água Rasa, sítio esse que os transmitentes declararam que houveram por compra feita a João Evangelista do Rego Freitas e sua mulher... (CONDEPHAAT, 1978, p. 8 e 9).

FIGURA 98: Área do Sítio do Capão.

Fonte: Imagem cedida por Samuel Kruchin, sem data.

De acordo com a descrição acima, a propriedade adquirida pela AFBI apresentava características de uma área outrora destinada a criação de animais e ao cultivo de plantas diversas e distante do adensamento urbano, isto é, uma área qualificada como rural. Em meados do século XX, Sant’anna (1937) recordava que o casarão no bairro da Água Rasa, um dia pertencente ao padre Feijó, permanecia em suas formas originais, sendo um dos mais antigos da cidade e que, no seu tempo, abrigava as instalações do asilo Anália Franco.

Segundo Kruchin et al (1999), com a implantação da instituição, estabeleceu-se uma delimitação precisa do terreno, separando definitivamente os espaços. Por todo o entorno das edificações, foram erguidos muros altos que passaram a circunscrever o pomar aos fundos e os quintais à frente. Assim, nos idos de 1930, não mais se notavam traços de ruralidade.

Anália Emília Franco, uma das fundadoras e, então, diretora da AFBI, sob posse do Sítio do Capão, inicialmente concebeu o local para abrigar “mulheres arrependidas” (MONTEIRO, 1992). Em pouco tempo, mulheres com seus filhos, além de crianças órfãs também passaram a ser acolhidas na instituição (LODI-CORRÊA, 2009). No relatório da AFBI do ano de 1912, Franco declarou que a Colônia Regeneradora Dom Romualdo de

Seixas⁴⁹ abrigava 162 órfãos e 3 senhoras. Destacava ainda haver a seção dos meninos, a seção das meninas e a seção das “arrendidas” (FRANCO, 1913).

O esforço empreendido na Colônia Regeneradora Dom Romualdo de Seixas logo alcançou o reconhecimento das autoridades paulistas. De acordo com o jornal O Estado de São Paulo, o vereador Ernesto Goulart Penteado realizou uma vistoria de inspeção no local. Depois de percorrer todas as dependências, deixou registrado, no livro de visitas, o quão encantador tudo lhe pareceu: “A impressão que tive visitando a Colônia Regeneradora foi magnífica. A vida activa, instructiva se manifesta alli, a cada passo que se percorre nesse útil estabelecimento” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1912, p. 4).

Cabe salientar que a educadora se empenhou em atividades de assistência social logo após sua formação como professora na cidade de São Paulo, segundo Monteiro (1992). Logo, Franco conquistou reconhecimento por suas ações sociais e por suas publicações, como revistas, jornais, além dos numerosos manuais didáticos (OLIVEIRA, 2007; LODI-CORRÊA, 2009; PORTELA, 2016; JOHANSEN, 2017). As inquietações de Anália Franco concernentes à educação, particularmente à educação feminina, precederam a fundação da AFBI. Em 1898, havia criado o “Álbum das Meninas, a Revista Literária e Educativa Dedicada às Jovens Brasileiras”. A revista apresentava textos educativos direcionados às mães e às meninas, além de textos literários escritos pela própria Anália e por outras mulheres. Segundo Chagas (2016), o Álbum das Meninas tornou-se um meio de comunicação relevante sobre seu pensamento, pois Franco buscava sempre alertar sobre o abandono no qual se encontrava a educação feminina. Oliveira (2007) havia registrado que, entre os anos de 1908-1909, a AFBI assegurava 38 entidades, sendo 17 escolas maternas, uma escola noturna para operários, um liceu feminino, asilos, creches, albergue diurno para crianças, afora instituições espalhadas por diversas cidades do interior do estado de São Paulo.

Para Kishimoto (1986), não obstante as instituições criadas pela educadora apresentassem similaridades com asilos e orfanatos, as características de cunho pedagógico as tornavam diferenciadas das demais entidades filantrópicas existentes à época. Como afirmaram Fonseca e Johansen (2018), Anália Franco distinguiu-se como uma das personagens fundamentais na formação do campo das atenções à infância pobre

⁴⁹ Segundo Barros (1982), o nome da instituição foi escolhido em homenagem a Dom Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo do estado da Bahia. De acordo com Santos (2014), Dom Romualdo teve uma atuação importante como político entre os anos de 1828 a 1860 e também no arcebispado da Bahia, aonde procurou lançar bases para formação de um novo clero. Tornou-se bastante conhecido nacionalmente.

paulista, tendo em vista o zelo pela prática pedagógica e não puramente assistencialista com que atuava.

Segundo o Anuário Estatístico de São Paulo (1920), para o ano de 1918, encontravam-se 109 matriculados, sendo 34 do sexo masculino e 75 do sexo feminino. A morte de Anália Franco, em 1919, alterou totalmente a dinâmica da instituição. Barros (1982) declarou que Francisco Antônio Bastos, marido de Anália e diretor da Colônia Dom Romualdo de Seixas, foi destituído do cargo depois da morte da esposa. O Anuário Estatístico de São Paulo (1923) para o ano de 1919 não exibiu qualquer informação relacionada à colônia, nem referente às crianças atendidas, nem aos subsídios fornecidos. No Anuário Estatístico de São Paulo (1923) para o ano de 1920 afirmou-se que haviam 125 alunos matriculados, sendo 65 do sexo feminino e 60 do sexo masculino. Apoiada em textos jornalísticos da época, Ferreira (2020) afirmou que a situação das crianças na colônia encontrava-se extremamente precária em virtude da morte da educadora, da crise mundial pós Primeira Guerra e, em decorrência da gripe espanhola, que inclusive acometeu Anália Franco, causando sua morte.

Em artigo publicado em 7 de março de 1957, no jornal O Estado de São Paulo, salientou-se que grande área do terreno foi loteada e vendida para arcar com as despesas da instituição. Residências modestas foram se erguendo no entorno, inicialmente como moradias de subúrbio, logo agregadas ao bairro. Reforçou-se que o casarão, naquele momento, se encontrava em bom estado de conservação devido aos consertos no telhado e pinturas periódicas realizadas pela direção da entidade, que já levava o nome de Internato Anália Franco.

O texto divulgado em 12 de abril de 1967, no mesmo jornal, relatou que a AFBI necessitou buscar assessoria de um advogado a fim de comprovar a posse das terras, sede do Internato⁵⁰. No artigo de 19 de abril de 1967, também do jornal O Estado de São Paulo, foram descritos diversos ataques sofridos pela instituição. Anos antes, em 1964, grileiros interessados naquelas terras passaram a ameaçar funcionários com invasões e disparos de tiros. Nesse tempo, o local abrigava quinhentas crianças. A situação calamitosa perdurou por dois anos e a entidade foi fechada. Em 1966, Hugo Paulo Braga assumiu a direção e a reabriu novamente, acolhendo apenas cinquenta crianças. Os grileiros tentaram novos ataques, desta vez, munidos de documentação falsa, alegando posse sobre as terras. Então,

⁵⁰ No referido texto foi descrito que documentos teriam sido falsificados acerca de lotes ofertados para a venda pela AFBI. Parte da área da instituição teria sido realmente oferecida para venda à 2ª Região Militar. No entanto, documentos de posse de lotes encontravam-se nas mãos de diferentes pessoas. Alguns deles pagavam prestações à determinada imobiliária, que por sua vez, seguia com planejamento de construções. O inquérito que envolvia várias pessoas não havia sido concluído e seguia sob investigação até aquela data.

foi solicitado policiamento para a área. Logo, policiais a cavalo passaram a fazer ronda por toda a noite na região.

Estudos realizados a partir de levantamentos aerofotogramétricos reiteraram que, entre as décadas de 1960 e 1970, ergueram-se outros edifícios no entorno do Sítio do Capão. Nas décadas de 1980 e 1990, observou-se novamente o processo de loteamento. Nesse período, houve a construção de dez edificações no antigo terreno outrora pertencente à AFBI (KRUCHIN ET AL, 1999). Em reportagem de 22 de maio de 1995, no jornal o Estado de São Paulo, o diretor, Hugo Paulo Braga reiterava sobre os problemas de invasão, os problemas de infiltração de água e de destruição do madeiramento do telhado. Dizia que a associação aguardava decisão da prefeitura sobre o restauro. Cachioni (1999) certificou que o atual Sítio do Capão seria remanescente de uma extensa área que o processo de urbanização ocupou no decorrer dos anos. Até mesmo os córregos Capão do Embira e Ribeirão Tatuapé foram canalizados e não seriam mais visíveis na paisagem. Segundo Kruchin et al (1999), a entidade encerrou suas atividades no ano de 1997.

Figura 99: Vista aérea recente do Sítio do Capão.



Fonte: Imagem cedida por Samuel Kruchin, sem data.

FIGURA 100: Entrada principal do Sítio do Capão antes das obras de restauro.



Fonte: Imagem cedida por Samuel Kruchin, sem data.

FIGURA 101: Entrada principal do Sítio do Capão após o restauro.



Fonte: Fotografia de Victor Hugo Mori, cedida por Samuel Kruchin, sem data.

FIGURA 102: Imagens das edificações do Sítio do Capão após restauro.



Fonte: Fotografias de Nelson Kon, cedidas por Samuel Kruchin, sem data.

FIGURA 103: Quarto das crianças no início do século XX (direita). Quarto das crianças após as obras de restauro (esquerda).



Fonte: Imagem cedida por Samuel Kruchin, sem data. Fotografia de Nelson Kon, cedida por Samuel Kruchin, sem data.

5.5.4 ATIVIDADES SITUADAS NO SÍTIO DO CAPÃO

Conforme indicaram alguns documentos referentes à Colônia Regeneradora Dom Romualdo de Seixas, desde a sua fundação, a rotina diária das crianças envolvia atividades estruturadas. As atividades pedagógicas, oficinas, assim como as atividades domésticas, encontravam-se organizadas de acordo com a idade e o gênero das crianças. No relatório da AFBI, Franco (1913) destacou que as disciplinas oferecidas se encontravam assim divididas para as meninas: aula de moral; aula de música; 1º ano do Liceu; 2º e 3º ano do Liceu; curso primário; curso preparatório; aula de analfabetos. Para os meninos: aula de moral; curso primário; curso maternal. As oficinas internas ofertadas para as meninas encontravam-se assim distribuídas: bordados, rendas e trabalhos de agulha; costura e flores. Para os meninos: vasos, cestinhas e flores. Quanto às oficinas

externas, aos meninos eram ofertadas de agricultura, tipografia e carpintaria. Para as meninas, haviam aulas de horticultura e floricultura. Os produtos, resultado do trabalho empreendido pelas crianças nas oficinas, eram vendidos e o dinheiro revertido para pagamento de professores, de outros profissionais e para demais custos necessários à manutenção da instituição. Monteiro (1992) acrescentou que as meninas confeccionavam as próprias roupas e uniformes, faziam chapéus, aventais, paletós, porta-joias, vestidos, bonecas, brinquedos, estojos, almofadas, toucas e copos trabalhados para serem vendidos nos bazares da rua do Piques e da rua do Rosário. Conforme enfatizou Perez (2011), a educação profissionalizante também fazia parte dos projetos de Anália Franco.

A partir de suas memórias, Maria Cândida Silveira Barros⁵¹ descreveu:

Tanto espaço! Tanta vegetação! Tanta disciplina!.. um Colégio!... uma fazenda! Lembro-me bem que foi ali que estudávamos Botânica. Anita Santos nos ensinava e nos emaranhados bosques de rosas loucas a gente penetrava sem medo dos espinhos e arrancava-lhes algumas flores...Estames e pistilos, caules, folhas e flores, pediúnculos, cálices e corolas; pétalas e cépalas; raízes e hastes, folhas pecioladas, clorofila e gás carbônico... e por aí seguíamos com nossas lições práticas. Perto do rio, quase ouvindo o barulho da cascata produzido pela queda d'água no ladrão do açude e isso nos dias em que descíamos pela estrada principal para irmos lavar a roupa no rio... Mas, nós mergulhávamos mesmo e lavávamos a roupa era nos córregos que, serpenteando por ali, faziam de nossas vidas, de nossos dias uma esperança e uma alegria descuidada (BARROS, 1982, p. 53).

⁵¹ Maria Cândida Silveira Barros, conjuntamente a duas irmãs, foi morar em uma das entidades fundadas por Anália Franco em 1906, na rua do Piques, 21. A mãe doente, antes de morrer, solicitara que os filhos fossem deixados com Anália Franco. Depois de passarem por algumas casas, em 1911, instalaram-se no Sítio do Capão. Ali, passou parte da infância e toda a adolescência. Era uma das integrantes do Grupo-Dramático Musical para o qual dedicava-se com afinco. Narrou ainda que uma de suas irmãs morreu e a outra foi morar com os avós maternos, no entanto, ela decidiu permanecer no orfanato, pois estava comprometida com as apresentações do Grupo-Dramático Musical. Maria Cândida aí permaneceu até seu casamento no ano de 1918. Em 1959, escreveu o livro em homenagem à Anália Franco: "Vida e obra de Anália Franco 1856-1919".

FIGURA 104: Meninas na Colônia Regeneradora Dom Romualdo de Seixas.



Fonte: Imagem cedida por Samuel Kruchin, sem data.

FIGURA 105: Meninos na Colônia Regeneradora Dom Romualdo de Seixas.



Fonte: Imagem cedida por Samuel Kruchin.

FIGURA 106: Meninas e meninos em filas na Colônia Regeneradora Dom Romualdo de Seixas.



Fonte: Imagem cedida por Samuel Kruchin, sem data.

FIGURA 107: Crianças no açude próximo ao Sítio do Capão, possivelmente usado para lavagem de roupas, banhos e brincadeiras, no início do século XX.



Fonte: Imagem cedida por Samuel Kruchin, sem data.

O cotidiano das crianças tornou-se mais dinâmico com a criação do Grupo Dramático-Musical⁵², pelo menos para as meninas, considerando que o grupo era formado somente por meninas. O relato significativo de Barros foi expresso nas páginas que contam as inúmeras viagens feitas pelo Grupo do qual era integrante. Seu entusiasmo pode ser verificado no trecho a seguir:

Em muito pouco espaço de tempo a nossa Banda de Música era uma realidade formidável! Acontece que havíamos estudado canto e música desde os primeiros tempos do colégio. Nosso Coral de 4 Vozes lecionado pelo Doutor Eugênio – do Conservatório Nacional – já nos havia preparado, e muito, pois, o nosso teatrinho da Rua dos Estudantes sempre contou com a nossa orquestra e com o nosso Coral. Tivemos, portanto, uma excelente Banda de Música que por 8 anos consecutivos, viajou juntamente com as moças e meninas componentes do nosso “Elenco Dramático-Musical”. Éramos um punhado de alunas do Colégio, nosso Diretor, mais a inseparável Babá. Ao todo contávamos com um total de 60 pessoas, todas trabalhadoras (BARROS, 1982, p. 56 e 57).

FIGURA 108: Francisco Antônio Bastos, diretor da Colônia Regeneradora Dom Romualdo de Seixas, e as meninas do Grupo Dramático-Musical.



Fonte: BARROS (1982, p. 57).

⁵² Ferreira (2020), a partir de vários excertos de jornais do início do século XX, elencou os inúmeros eventos nos quais o grupo se apresentou, excursionando por diferentes cidades do interior de São Paulo e de Minas Gerais.

Barros (1982) informou que a primeira viagem do grupo foi para Santos, cidade na qual permaneceram por três meses. Os jornais de Santos e São Paulo costumavam noticiar as apresentações. Graças à sua participação no Grupo-Dramático Musical, sentia-se trabalhadora, colaboradora para o próprio sustento e envolvida em uma causa social grandiosa, conjuntamente a Anália Franco. A admiração por Anália Franco pode ser observada nas palavras a seguir:

Antes desse vulto imenso de professora da Capital Paulista, nunca houve, por princípio, coragem e humanismo, conhecimento superior a tudo e a todos – ninguém! nunca houve que reivindicar o título de fundador ou fundadora da Assistência Social Brasileira de São Paulo... Eu vi, ouvi e senti. Era uma criança, mas minha percepção e a minha admiração jamais me foram adversas. Com o passar dos anos com o viver das lutas que todos têm que viver, eu compreendi mais e mais que esse nome, essa mulher – essa obra fantástica – eram o que se poderia chamar de “Marco de uma Nova Civilização” (BARROS, p. 43, 44).

De acordo com as memórias de Maria, as atividades domésticas, como a lavagem de roupas no rio, deviam ser habituais para os mais crescidos. A disciplina de Botânica era apreciada no amplo espaço, mas as aulas de canto e de música pareciam ser o êxtase para ela e para as meninas que viajavam pelas cidades do interior e se apresentavam nos palcos dos teatros. Em seu texto, não se deteve sobre brinquedos e brincadeiras, declarou, em algumas linhas, que Anália Franco costumava presentear as meninas com livros.

Monteiro (1992), por sua vez, afirmou que as crianças confeccionavam brinquedos na colônia para venda, possivelmente alguns desses brinquedos eram ali mantidos para diversão das crianças. Porventura, alguns deles teriam sido manufaturados pela menina Maria ou por ela usados em diversas brincadeiras. Os brinquedos coletados após a retirada dos pisos ou aqueles coletados em subsuperfície na área externa do casarão poderiam referir-se às crianças que ali viveram nesse período. Os inúmeros brinquedos, assim como o calçado identificado em superfície, provavelmente estariam associados às brincadeiras e atividades recentes (década de 1990).

Nas imagens que retrataram as crianças na colônia no início do século XX, observa-se que elas estão descalças, enquanto as meninas mais velhas, na imagem do Grupo-Dramático Musical, estão todas calçadas e usam roupas semelhantes, como uniformes. Presumivelmente, os calçados e as melhores roupas eram reservados para as apresentações e passeios, em contrapartida, realizavam suas atividades rotineiras descalças. Esses uniformes poderiam ter sido confeccionados pelas próprias meninas. Para a década de 1990, a situação alterou-se. Foram identificados alguns calçados em

superfície, como solados de tênis e de chinelos. Certamente, todas as crianças tinham acesso aos calçados nesse tempo.

5.5.4.1 BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS

Os brinquedos que representam animais exibem similaridades às brincadeiras de imaginação de Vigotski (2010). As crianças poderiam representar os sons e movimentos desses animais a partir da convivência com animais domésticos ou ainda de outros que conhecessem dos livros e/ou da televisão.

No caso das armas, as crianças poderiam encenar situações de bravura a partir de histórias ouvidas sobre perseguições de policiais aos bandidos. Poderiam imaginar-se como São Jorge com a espada ao matar o dragão ou como príncipes que lutavam para salvar as princesas. Segundo Machin e Leeuwen (2009), a fabricação de armas de brinquedo teve início em meados do século XIX. Na década de 1930, empresas nos Estados Unidos vendiam milhares de revólveres que eram associados aos caubóis e bastante apreciados pelos meninos. Mefano (2005) alegou que, na década de 1940, a produção de laços, chapéus, coletes e revólveres produzidos pela Estrela fazia sucesso entre os meninos brasileiros.

Concernente ao estilingue, Câmara Cascudo (1998) o definiu como arma infantil usada para matar aves. Seria feita a partir de uma forquilha de madeira em formato de Y. Nas extremidades superiores, se amarrariam dois pedaços de borracha enquanto as outras pontas ficariam seguras em um pedaço de couro, formando a funda. Aí se colocariam pedrinhas para serem atiradas com o impulso da borracha distendida. Embora fosse necessária certa destreza no manejo desse objeto, este parece se encaixar nas situações de imaginação de Vigotski. Na área do próprio Sítio do Capão ou mesmo ao lado, na imensa área da mata Paula Souza, onde deveriam aparecer diversas espécies de aves, as crianças poderiam usar o estilingue. Desde os tempos de Anália Franco, a mata era aproveitada pelas crianças. Barros (1982) alegou que as crianças realizavam passeios à tardinha, cruzavam o canavial (que era propriedade da instituição), e brincavam nos balanços dos altos galhos das árvores.

Quanto aos carrinhos, as crianças poderiam representar-se como adultos e possuidores do próprio carro ou como competidores em uma corrida. O mecanismo para caixinha de música talvez fosse um objeto pessoal, já o instrumento de sopro poderia

fazer a diversão das crianças ao emitirem sons, enquanto outras poderiam dançar, aludindo a personagens da televisão ou de histórias contadas pelos professores.

Holt (1983), que iniciou suas pesquisas com crianças no final da década de 1940, alegou que as brincadeiras das crianças naquele momento eram de casinha, na qual uma criança representaria a mãe, a outra o pai e outra o bebê, brincavam de escola e de médico. As crianças não costumavam encenar-se como super-heróis, essas fantasias foram aprendidas com os adultos que as queriam vender.

As várias bolinhas de vidro coletadas por diferentes cômodos do casarão e a bolinha lítica remetem aos jogos de regras. Uma pequena bolinha em cerâmica foi coletada no quintal do casarão e poderia ter sido usada no jogo do gude. Carvalho (1988) descreveu acerca do jogo a partir de pesquisa etnográfica efetuada na cidade de Ipanema, Minas Gerais. A descrição revelou os tipos de bolinhas preferidas pelos meninos, a quantidade ideal que um participante deveria possuir, as diferentes formas de jogo, estratégias e complexidades e os dizeres que costumavam acompanhar as partidas. As bolinhas eram altamente disputadas, as maiores eram usadas como batedoras. Salientou que, na rua, havia espaço para meninos pobres e ricos e todos brincavam juntos, porém, os meninos mais pobres que não tinham dinheiro para comprar bolinhas buscavam se aprimorar no jogo justamente para adquiri-las. Reforçou que os dizeres comuns nas partidas eram essencialmente masculinos e que as meninas, que raramente participavam do jogo, eram proibidas de repetir.

A bola e os piões, que remetem aos momentos iniciais de funcionamento da entidade, assemelham-se aos jogos de regras. Mead (1975) destacou que esses jogos eram sazonais, pois, na maioria das vezes, seriam jogados ao ar livre e exigiriam tempo estável. Além disso, ressaltou sobre a fixação das brincadeiras infantis e o modo de difusão. Geralmente, as crianças se aglomeravam, praticavam inúmeras vezes, os jogos se espalhavam rapidamente, ocupando mais e mais tempo e atenção das crianças e finalmente colapsavam.

Do mesmo modo, o dado em plástico, a peça para jogo de loto e dominó, as peças em cerâmica e o bilboquê, atinentes às últimas décadas do século XX, apresentam semelhanças aos jogos de regras. Para Antunha (2006), precisão e reflexão deveriam estar presentes nas brincadeiras com piões e bilboquê e estas seriam habilidades conquistadas com bastante prática.

CAPÍTULO 6 - BRINCADEIRAS, JOGOS E APRENDIZAGENS NAS PRÁTICAS COTIDIANAS DAS CRIANÇAS

Para desvelar os modos pelos quais as crianças aprenderam no passado e como as relações mais próximas influenciaram suas aprendizagens, cumpre lembrar alguns aspectos: os sujeitos da pesquisa corresponderam a diferentes grupos de crianças envolvidas em atividades distintas, particularmente nas práticas diárias do brincar em suas comunidades de prática. As comunidades de prática foram consideradas em três ambientes, percorrendo três momentos históricos. O ambiente doméstico no século XIX, caracterizado por grupos compostos por pai, mãe, irmãs, irmãos, amigos próximos, parentes, pessoas escravizadas, tutores e tutoras, pessoas com as quais as crianças estabeleceram vínculos (Sítios Antigo Convento do Carmo, Praça das Artes e Solar da Travessa Paraíso). O ambiente das praças públicas, relativo ao século XX, caracterizou-se por grupos compostos por crianças, professores e recreacionistas (Sítio Praça Brigadeiro Sampaio). Quanto ao ambiente institucional, alusivo ao século XX, determinou-se o grupo composto por crianças, professores, cuidadores, dentre outros adultos, não descartando totalmente os vínculos familiares (Sítio do Capão). Privilegiaram-se as relações nas quais os brinquedos e o brincar estiveram envolvidos.

Os ambientes domésticos foram as primeiras comunidades de prática nas quais as crianças construíram suas interações e rotinas. Na realidade observada no Sítio Praça Brigadeiro Sampaio, as crianças ampliaram suas comunidades, estabelecendo vínculos com os pares, com recreacionistas e professores nas praças públicas por meio do brincar. Para o Sítio do Capão, o ambiente doméstico provavelmente foi a primeira comunidade de prática. Durante os 86 anos de funcionamento da entidade, inúmeras transformações ocorreram, entretanto, a unicidade permaneceu no sentido de abrigar crianças órfãs e/ou em situação de pobreza. Nesse tempo, muitas crianças entraram e saíram, em um movimento contínuo. Algumas permaneceram por vários anos, outras por pouco tempo, convivendo as crianças veteranas e as recém-chegadas, sendo que poderiam ou não manter vínculos com seus familiares.

Nos estudos apresentados, inferiu-se que tanto as brincadeiras de imaginação como os jogos de regras estiveram presentes nas vidas das crianças nos séculos XIX e XX.

As bonecas são um clássico exemplo de brinquedo associado às brincadeiras de imaginação e têm sido preferência para algumas meninas desde fins do século XIX. Dentre 929 garotas entrevistadas, 621 delas disseram brincar com bonecas, como afirmou Crosswell (1899, p. 14).

O brinquedo também fez parte das brincadeiras das meninas na família Souza Barros, na São Paulo da segunda metade do século XIX. A menina Maria provinha de uma classe abastada, mas vivenciou uma realidade contrastante. Em sua casa, os andares eram divididos entre sua família, trabalhadores livres e seus familiares e as pessoas escravizadas. A descrição por ela apresentada sobre a mana mais velha que ganhou um brinquedo depois de pedir desculpas por um mal comportamento, não implicou em uma ação unilateral, autoritária sobre outrem, nem de uma troca entre iguais, mas em uma ação negociada entre pessoas que possuíam vínculos afetivos entre si.

Como argumento, sugere-se que as crianças envolvidas aprenderam em suas práticas diárias por negociação enquanto a boneca e a caminha agiram como meios. Chegou-se a um consenso a partir da proposta de desculpas da tutora, acatada pela mana mais velha, revelando uma ação de responsabilidade por parte dos adultos e de respeito da menina para com seus responsáveis.

No caso de Maria, sugere-se ainda que ela tinha respeito não apenas pelos pais e pela tutora, mas também pela mana mais velha, pois eram seus modelos de seres humanos, para os quais ela olhava com atenção. Embora vários sujeitos participassem do episódio, o foco de Maria provavelmente recaiu sobre a irmã mais velha. Como salientou Holt (1983), as crianças mais novas aprenderiam mais com as crianças mais velhas do que com os adultos, porque elas seriam seus “modelos de competência” (pessoas que poderiam fazer alguma coisa melhor do que elas) mais próximos.

Em outro momento, no qual a mana chamou a “escrava” para que com ela embalasse a boneca, o movimento de participação realizou-se de maneira diferente. Ali, a menina não se encontrava em posição periférica legitimada, encontrava-se em posição na qual exercia plena imaginação ao fazer da boneca sua filha, encenando o comportamento materno, comandando a brincadeira. Nessas situações ocorreram alternância de participação, de uma posição periférica para uma posição plena.

Em um estudo recente conduzido por Rivero e Rocha (2019), as situações de imaginação com crianças entre quatro e seis anos de idade foram acompanhadas no ambiente escolar e no ambiente doméstico. As autoras registraram uma variedade de situações, salientando as ações de alimentar, dar banho, preparar para dormir, proteger do perigo, todas associadas ao cuidar e ao ser cuidado, isto é, atitudes que particularmente mães, pais, cuidadoras, cuidadores e professores realizam. Brinquedos como bichos de pelúcia, bonecas e crianças menores participaram das brincadeiras representando filhos e filhas, irmãos pequenos e bebês. Meninos e meninas representavam mães, pais, irmãos e irmãs mais velhos e donos de animais. As análises reforçaram o brincar como atividade

de confronto intercultural, no qual as crianças revelaram personagens e cenários complexos e demonstraram as influências da cultura local e da cultura mais ampla.

O trabalho de Fians (2015) também se baseou no método etnográfico, na observação de crianças em suas brincadeiras imaginárias, em ambiente escolar. Fians declarou que não bastavam as mensagens iniciais “Vamos brincar?” ou “Posso brincar?” para dar início a brincadeira, era preciso estabelecer alguns acordos sobre os personagens, sobre o cenário e sobre os brinquedos. A partir desse ponto, tudo poderia ser negociado, porém, quem chegava primeiro tinha direito a fazer as escolhas, quem chegava depois poderia não ser aceito ou teria que se adaptar. Diversos objetos encontravam-se dispostos, como brinquedos, máquinas fotográficas velhas, painéis, retalhos, dentre outros. Assim, afirmou que os brinquedos eram criações das crianças e não apenas para crianças. Apontou ainda que, em alguns momentos, era preciso lembrar aos participantes que se tratava de uma fantasia, já que alguns levavam certas atitudes dos colegas a sério. Isso era visto como não saber brincar. Da mesma maneira, os professores chamavam a atenção das crianças que faziam alguma brincadeira em momento considerado inoportuno. Diante disso, ponderou que professores e pais caracterizariam a infância como o lugar da criatividade e da imaginação sem limites. Nem por isso a infância seria vista como positiva, sendo que as fronteiras entre ser criança e ser adulto seriam constantemente confrontadas na escola.

Filocreão (2013), por sua vez, realizou uma pesquisa com crianças entre zero e sete anos em situação de vulnerabilidade que se encontravam acolhidas em uma instituição. A autora analisou brincadeiras imaginárias das crianças a partir de uma situação estruturada. Produziu uma maquete dos espaços mais utilizados pelas crianças, dispôs bonecos e utensílios para que elas brincassem conjuntamente com a pesquisadora. A autora concluiu que devido à observação da maquete como miniatura da instituição, a tendência inicial das crianças foi a de encenarem brincadeiras relacionadas as vivências naquele local. Contudo, as brincadeiras variaram no decorrer dos dias, surgindo temas como heróis, escolinhas, personagens de filmes, assassinatos, maus-tratos a crianças e bebês, dentre outros. Enfatizou que as crianças que haviam chegado há pouco tempo na instituição não representavam, em suas brincadeiras, o que viviam em seus lares, por outro lado, as que ali estavam por longos períodos não representavam exclusivamente as vivências na instituição. Avaliou que as experiências familiares e institucionais se encontravam interligadas nas vidas das crianças.

Concernente aos jogos de regras, vale salientar o trabalho de Nasir, que (2005) observou práticas do jogo do dominó em algumas escolas, com grupos de crianças de

diferentes idades. Sobre os jogadores no ensino fundamental, afirmou que estes não estariam aprendendo apenas a contar, mas o que e como contar, aprenderiam a fazer correspondências e a fazê-las sob diferentes condições. Avaliou ainda que os jogadores, mesmo quando não sabiam ou quando erravam, se posicionavam como competentes. Quanto aos participantes do ensino médio, observou que os jogadores variavam níveis de conhecimento prévio e experiência com várias formas de raciocínio. Usavam os artefatos do jogo de maneiras cada vez mais complexas. Empregavam raciocínio dedutivo e seu próprio conhecimento prévio para escolher jogadas novas e pensar em jogadas futuras. A matemática de combinar, contar e saber quando aplicar essas habilidades parecia estar no subconsciente, pois os jogadores executavam as jogadas de forma automática. Eles também se posicionavam como participantes competentes, mesmo às custas dos outros e gostavam de desafiar a habilidade de seus pares. O conhecimento prévio que os jogadores dispunham para tomar decisões avançou. A capacidade crescente de recorrer a conhecimentos prévios facilitou a realização de objetivos de jogo mais complexos. À medida que os jogadores se tornavam mais experientes e ganhavam mais conhecimentos específicos, eles seriam cada vez mais capazes de usar essas informações para estruturar e atingir novos objetivos de jogo. Simultaneamente às mudanças nas abordagens estratégicas dos indivíduos, a natureza e a estrutura do próprio jogo também mudariam. Nos níveis mais altos, o jogo se tornou um fórum para usos sofisticados da linguagem, novas normas sobre o jogo, coordenação crescente entre parceiros e maneiras sofisticadas de solicitar e oferecer ajuda. Por meio dessas mudanças no ambiente do jogo, o jogo ofereceria diferentes objetivos a serem assumidos pelos participantes. O cognitivo não causaria a mudança na estrutura do jogo, nem a mudança na estrutura do jogo causaria a mudança na atividade cognitiva; eles seriam mutuamente constituídos. Outro aspecto salientado pela autora foi o papel das estratégias de ajuda-oferta, uma vez que os jogadores procuravam ativamente ajuda, mas também recebiam ajuda não solicitada. Essa combinação de ofertas ativas de ajuda centrada na estratégia tornou o dominó revelador do entrelaçamento do indivíduo e do elemento sociocultural no processo de aprendizagem.

O estudo de Santos e Alves (2000) efetuado com crianças entre quatro e cinco anos em uma escola particular documentou as mudanças ocorridas durante o jogo do dominó. As crianças não tiveram contato prévio com o jogo e o pesquisador interagiu em todas as partidas com as crianças, intervindo e oferecendo auxílio quando necessário. Foram ofertados quatro tipos diferentes de dominós a distintos grupos de crianças. Os pesquisadores concluíram que as interações colaboraram para o domínio das regras e para

o desenvolvimento de estratégias para vencer o jogo. Evidenciaram dois tipos de interações, um deles caracterizado pela transmissão-recepção, quando o adulto dava alguma orientação às crianças; a outra seria a construção compartilhada de conhecimentos, quando as próprias crianças identificavam seus erros ou os erros dos colegas, ou quando elas verificavam os erros e o pesquisador intervinha. As crianças não apenas engajaram-se no jogo por orientação dos adultos, mas também porque tinham interesse. Os desafios que surgiram a cada vez que um dominó novo foi introduzido, as crianças puderam enfrentá-los a partir de conhecimentos adquiridos nos jogos anteriores e com o apoio dos companheiros.

O futebol, outro jogo de regra conhecido e apreciado pelos brasileiros, devia ser jogado com frequência na extensa área do Sítio do Capão. As crianças poderiam ter utilizado a bola de modo espontâneo ou os professores poderiam tê-la usado como recurso pedagógico, isto é, a bola serviria como instrumento em atividades orientadas pelos professores nas aulas de educação física, por exemplo, como reforçou Alves (2023b).

Giglio et al (2008) apontaram as contradições existentes na sociedade brasileira em relação à aprendizagem do futebol. Argumentaram que, no Brasil, particularmente os meninos nasceriam jogando futebol, explicando o caráter masculino da prática. Por isso, a ideia de que algumas pessoas nasceriam com esse dom difundiu-se, tornando-se parte do senso comum. Até mesmo nas várias escolas de futebol, alguns treinadores acreditariam que o jogo não poderia ser ensinado. Alertaram acerca dessa influência cultural no processo de formação dos jogadores e que, portanto, a aprendizagem não poderia ser categorizada como complemento do dom, mas como parte principal do processo. Se as crianças nascessem com o dom de jogar futebol, mas não experimentassem a interação com outras crianças ou se não houvesse dedicação nos treinos formais, muitos atletas em potencial não teriam acessado suas qualidades.

Faria (2008), em pesquisa efetuada sobre como se aprendia a jogar futebol em variados contextos na cidade de Belo Horizonte, destacou o caráter masculino do jogo e concluiu que os meninos, em uma das comunidades, aprendiam entre os pares. Todos eram aceitos, porém, aqueles que se mostravam menos habilidosos, aos poucos eram colocados de lado, enquanto os mais habilidosos tornavam-se participantes plenos. Esses participantes que adquiriam habilidade passavam a auxiliar, por sua vez, os novos aprendizes e assim recomeçava-se o aprendizado do futebol, em um movimento circular.

No contexto do Sítio do Capão, as informações legadas por Maria Cândida revelaram particularidades de sua infância e adolescência durante os primeiros anos do século XX. Nesse tempo, explorou a natureza nas aulas de Biologia, participou na

lavagem das roupas e nas excursões com o Grupo-Dramático Musical. Maria Cândida inclusive revelou ter feito uma escolha assim que surgiu a oportunidade de morar com um familiar, preferia participar do Grupo Dramático-Musical e seguir morando na colônia. No início, em sua chegada, a posição periférica lhe fortaleceu e paulatinamente, à medida que ensaiava para as peças teatrais e participava de outras atividades, sentiu-se confiante, colaboradora em uma causa social grandiosa, em suas próprias palavras. O engajamento em diferentes atividades, a possibilidade de conviver com muitas crianças e adultos propiciou-lhe um sentimento de pertencimento. Além disso, meninas e meninos participavam nas oficinas e aprendiam a confeccionar uniformes, brinquedos, flores artificiais, a plantar flores naturais, dentre outros. Os meninos, que não participavam do Grupo Dramático-Musical, poderiam se engajar nas atividades mencionadas. Como destacou Maria Cândida, as flores eram postas à venda em frente ao cemitério da Quarta Parada, enquanto Monteiro (1992) salientou que os produtos das oficinas eram vendidos nos bazares.

O argumento posto é de que as crianças aprendiam em suas práticas diárias por cooperação, isto é, todos envolvidos e comprometidos para viver melhor dentro do espaço da colônia e, ao mesmo tempo, adquirir competências para ter possibilidade de viver melhor no futuro. Mesmo que Maria Cândida não tenha referenciado situações de brinquedo, sua narrativa apontou ações de cooperação nas atividades domésticas e nas atividades do Grupo Dramático-Musical.

Para o período mais recente, as aprendizagens das crianças provavelmente não se desenvolveram da mesma forma. Haveriam profissionais para realizarem a lavagem das roupas, por exemplo. O número de crianças aumentou consideravelmente e a entidade passou a não mais acolher mulheres. Em 1920, eram 125 crianças, entre meninos e meninas, no ano de 1964, o número saltou para 500. Depois do fechamento, a entidade reabriu acolhendo 50 crianças; acredita-se, porém, que esse número tenha crescido até seu fechamento, no ano de 1997. As crianças poderiam ter formado outras pequenas comunidades de prática, entre irmãos, por afinidades, pela prática do jogo do gude ou do jogo de dominó, entre os que apreciavam brincar de casinha, dentre tantas outras. Essas comunidades poderiam ter surgido, ter se estendido por alguns meses, durado alguns anos ou alguns dias.

A variedade de brinquedos identificados em superfície revelou que o acesso a esses objetos foi possível para as crianças. Julga-se que os brinquedos tenham sido por elas utilizados de modo espontâneo, também como recurso pedagógico pelos professores, isto é, com a finalidade de desenvolver aprendizagem de conteúdos específicos, como

leitura, escrita, numerais, raciocínio lógico. A peça para o jogo do dominó, a peça para jogo de loto, o dado verde com figuras e letras são exemplos de brinquedos que serviriam a tais propostas, nas últimas décadas do século XX, como salientou Alves (2023b).

Diante do exposto, sugere-se, como argumento, que as brincadeiras de imaginação das crianças tenham se constituído como modos de aprendizagens, métodos eficientes de entender e agir em diferentes condições e ambientes. A imaginação se desenvolveria por estar presente nas brincadeiras rotineiras das crianças e, sincronicamente, as brincadeiras ganhariam novas perspectivas devido à capacidade imaginativa. Os jogos de regras também teriam se constituído como modos de aprendizagens a partir dos quais as crianças aprenderam à medida que praticavam, adquiriam e aprimoravam suas habilidades.

Os estudos recentes que mostraram as brincadeiras de imaginação das crianças em distintos ambientes evidenciaram que estas não são imitações das realidades por elas vivenciadas. Brinquedos e pares envolvidos no processo desencadearam novos personagens, novas atitudes e novas situações imaginárias. Ao mesmo tempo, os brinquedos não foram condicionadores das brincadeiras, agiram como impulsionadores da capacidade imaginativa das crianças. Como demonstrou o estudo de Fians (2015), os primeiros a proporem a brincadeira, geralmente tornavam-se os líderes, novos participantes necessitavam da aceitação dos outros. Os personagens e os brinquedos também passavam por negociação. Qualquer objeto poderia servir como suporte para as brincadeiras, como já havia proposto Vigotski (2010). A partir dessas interações, os brinquedos foram compartilhados, tornaram-se motivos de disputas e muitas vezes de agressões. Foram razões para choros, risadas e toda sorte de emoções. Essas emoções geradas nas brincadeiras certamente foram fundamentais para o processo de aprendizagem. A pesquisa de Filocreão (2013) ressaltou que as crianças que vivenciaram situações conturbadas em suas famílias representaram situações diversas, ativaram memórias de experiências boas e ruins, além de encenarem sobre histórias que ouviam ou viam na televisão, dos professores e das vivências na instituição. Como avaliou Sarmiento (2003), os brinquedos e as próprias crianças seriam transformados em diferentes personagens, porém, tanto a criança como o brinquedo não perderiam suas identidades. Da mesma maneira, a criança incorporaria no tempo da brincadeira, o tempo passado e o tempo presente, alterando a linearidade temporal, garantindo que fatos cronologicamente distintos pudessem ser modificados.

Para os jogos de regras, provavelmente os mais complexos, como o jogo do gude, seriam mais atrativos para as crianças maiores. As crianças mais novas mostraram grande interesse pelas bolinhas, todavia, as brincadeiras estavam associadas à imaginação, como

ilustrado por Piaget (1994). O objetivo do jogo que era principalmente ganhar mais bolinhas ou conseguir bolinhas especiais era perseguido pelos meninos, como mostrou Carvalho (1998). No jogo do dominó, Nasir (2005) observou que as crianças no ensino médio, que praticavam diariamente o jogo, reconheciam-se como jogadores competentes, tinham consciência da participação plena no jogo e ofereciam ajuda aos iniciantes, que se encontravam em posição periférica. O conhecimento acumulado ao longo das práticas fortalecia a aprendizagem, as relações entre os pares e o sentimento de pertencimento a uma comunidade. No estudo de Santos e Alves (2000), o jogo do dominó foi apresentado por um adulto no ambiente escolar, que possuía propósitos específicos. À medida que as crianças se engajaram nas práticas regulares com os pares, acumularam conhecimentos que os auxiliaram a encarar os desafios dos dominós mais complexos. As pesquisas de Giglio (2008) e Faria (2008) mostraram que, mesmo o jogo de futebol sendo parte da cultura brasileira, as crianças precisariam ter acesso à materialidade necessária para o desenrolar do jogo e necessitariam praticar para aprimorar habilidades. Giglio ponderou que a predisposição para o futebol (chamado de dom) não implicaria na não aprendizagem, o contrário ocorreria, a aprendizagem diária por meio dos treinos geraria o aprimoramento das habilidades no jogo.

Quanto às relações vivenciadas pelas crianças em suas comunidades de prática que poderiam influenciá-las em suas aprendizagens, no Antigo Convento do Carmo, no Rio de Janeiro oitocentista, as relações mostraram-se complexas, incluindo um grande número de pessoas. Ali desenrolaram-se relações de interesses políticos nas quais as crianças estiveram envolvidas direta ou indiretamente. Dom Pedro I, seus irmãos e irmãs, tinham seus destinos preparados, assim como os demais membros da família real, tradição rompida em 1889, com a proclamação da República e expulsão dos símbolos da monarquia do país. As brincadeiras e jogos sugeridos por meio do registro arqueológico e da documentação escrita revelaram brinquedos da mais alta classe social brasileira à época. Dados e apito de marfim, roupas de boneca de seda, jogo de xadrez vindo da China. Tutores escolhidos entre profissionais de excelência nas mais diversas áreas do conhecimento, além das pessoas escravizadas para realizarem vários serviços. Os documentos escritos apontaram que apenas enquanto pequenas as crianças estiveram na maior parte do tempo em companhia das mães. Mesmo assim, companhia para algumas atividades. Os infantes dispunham de amas de leite para que suas mães estivessem disponíveis para gerar outros herdeiros. Sempre tinham aias e aios à disposição, podiam brincar com os companheiros e companheiras, porém, a idade de aprender temas úteis para as funções que deviam exercer no futuro logo chegava. As atividades intelectuais,

que envolviam a leitura, a escrita, a história mundial, o desenho, as línguas e as atividades esportivas, como equitação, eram compreendidas como ideais para serem cultivadas pelas crianças reais.

Como argumento, sugere-se que esses relacionamentos suportaram as aprendizagens dos infantes e infantas na medida em que ofertaram as melhores oportunidades disponíveis à época, quanto aos brinquedos (e à educação). Ao tomar, como exemplo, algumas das experiências de Dom Pedro II, Dona Francisca e Dona Januária, observa-se que Dom Pedro I, mesmo distante, enviava brinquedos aos filhos. As crianças também precisaram lidar com momentos difíceis, como a partida de parte da família para Portugal, a morte da irmã e, posteriormente, a morte do pai. As pessoas que aqui ficaram como responsáveis pelas crianças, como os tutores e damas, estabeleceram vínculos mais próximos com as crianças. Dona Mariana de Verna e Frei Pedro, por exemplo, tinham relações muito próximas com Dom Pedro II. Dona Mariana quem escrevia cartas a Dom Pedro I, relatando os progressos e dificuldades das crianças nas diversas situações cotidianas. Além disso, os próprios irmãos poderiam ter fortalecido seus laços afetivos diante dessas situações e das tantas brincadeiras e atividades que partilharam juntos.

Por outro prisma, esses relacionamentos restringiram as aprendizagens dos infantes e infantas na medida em que o tempo disponibilizado para as atividades intelectuais, esportivas e de participação em eventos devia ser priorizado. O tempo para descobertas e aprendizagens nas brincadeiras e jogos estaria entremeado às atividades prioritárias. Aliás, alguns tipos de brincadeiras não eram vistos como adequados, como brincar na terra, pois remetia ao trabalho manual, considerado inferior, enquanto as atividades intelectuais seriam vistas como mais convenientes. As descrições de Maria Graham (1940) sobre o breve período em que exerceu a função de tutora de Dona Maria da Glória revelaram que mesmo bater na amiga branca e nobre que a contrariasse era aceito por todos que a cercavam.

Aqui cabe retomar o trabalho de Àries, que identificou o diário do médico Heroard que acompanhava o desenvolvimento do futuro rei da França, Luís XIII, ainda no século XVII. Àries descreveu que, quando pequeno, o menino brincava com bonecas, bonecos e com um pequeno gabinete alemão com miniaturas de madeira, fabricadas pelos artesãos de Nuremberg. Ele ainda se dedicava ao arco, jogava cartas, xadrez, além de estar nos jogos dos adultos, como o jogo de raquetes e inúmeros jogos de salão. Aos seis anos, já se divertia no jogo dos ofícios, brincava de mímica e participava dos jogos de salão nos quais se adivinhavam as profissões e histórias que eram representadas por mímica. As

distinções entre as brincadeiras existiam somente na primeira infância, até por volta dos três ou quatro anos. Depois disso, elas estavam sempre a interagir com crianças maiores e com adultos nas cartas e outros jogos de azar a dinheiro (ÀRIES, 1986).

Algumas dessas tradições relacionadas às crianças nobres também foram observadas na corte do Rio de Janeiro. O registro arqueológico e a documentação escrita mostraram que Dom Pedro II, Dona Francisca e Dona Januária jogavam cartas, xadrez, damas e encenavam peças teatrais. Segundo Àries (1986), a educação doméstica começava cedo, entre quatro e cinco anos de idade. Essa concepção de infância adquiriu especificidades da/cultura brasileira e atravessou as vidas das crianças sendo partilhado pela elite próxima à família real.

No que tange às relações em ambiente doméstico construídas na região do Sítio Praça das Artes, são apontadas, como exemplo, aquelas descritas por Maria Paes de Barros. Esses relacionamentos também se apresentaram complexos. O pai, a mãe e demais parentes tinham muitas posses, dentre propriedades urbanas e fazendas. Alguns parentes exerciam cargos políticos na cidade de São Paulo. As brincadeiras e jogos mais referenciados por ela foram as brincadeiras no quintal, os passeios nas fazendas da família pelo interior e as brincadeiras de zombaria entre irmãos e irmãs. A boneca e a caminha figuraram como elementos ganhos em um momento especial e ao mesmo tempo conflituoso. Aos irmãos mais velhos estava reservado fazer um curso superior em outro país. Quanto à Maria e às irmãs tiveram a Dindinha, a tutora que cuidava da educação das meninas em casa. Além disso, deviam conciliar outras atividades, como a costura, para a qual dedicavam-se em conjunto com a mãe e as mulheres escravizadas.

Como argumento, sugere-se que esses relacionamentos suportaram as aprendizagens das crianças na medida em que ofertaram oportunidades, isto é, ofereceram acesso aos brinquedos para que elas usufruíssem de brincadeiras e jogos. Na narrativa de Maria, embora existissem relações de poder e as crianças estivessem em posições periféricas, a mana mais velha fez uma concessão ao pedir desculpas enquanto o pai fez outra concessão ao aceitar as desculpas e lhe dar o presente e as guloseimas. Houve empenho da tutora e do pai para compreenderem o comportamento da mana mais velha ao interromper as aulas com brincadeiras. O episódio poderia ter desencadeado o processo de transformação que permanece até os dias de hoje, apenas um pedido de desculpas pelo mal comportamento, tendo o brinquedo como recompensa. O respeito aos mais velhos devia ser mantido, as normas deviam ser seguidas naquele ambiente. À medida que as relações foram construídas, as crianças se tornaram participantes cada vez mais engajadas nos ritos familiares. Essa participação que talvez fosse tímida quando as crianças eram

pequenas, quando cresceram e passaram a participar das atividades rotineiras, aprenderam como poderiam agir e reagir em situações de conflito com os adultos. Essa situação poderia ter se desenrolado de maneira diferente, caso a mana mais velha não se desculpasse ou não houvesse uma recompensa. Paulatinamente, os envolvidos construíram soluções para as pequenas crises, evitando grandes rupturas e fortaleceram o vínculo entre pai e filhas.

No outro trecho descrito por Maria, a mana mais velha, ao chamar a mulher escravizada para que brincasse com ela, estava representando as mesmas atitudes de sua mãe. Sua mãe ditava as ordens para as atividades a serem realizadas no dia. A mana mais velha tinha plena consciência sobre sua participação e sobre a participação da mulher na brincadeira, assim como da realidade que a cercava. Simultaneamente, no mesmo ambiente, deu-se o solucionar de uma pequena crise, gerando transformações nas relações de alguns participantes e a encenação de uma brincadeira demonstrando a permanência das relações desiguais na sociedade brasileira. Poucas pessoas dando ordens enquanto várias obedeciam era um fenômeno comum praticado pela mãe, pelo pai, pela Dindinha e por todas as pessoas que as meninas tinham afeto. Pessoas escravizadas estiveram presentes nas atividades rotineiras das crianças, tanto nas tarefas de cuidado para com elas, como no brincar.

As conjunturas analisadas permitem inferir que a interdependência, caracterizada pela dependência mútua, nos relacionamentos nas comunidades de prática entre pais, filhos e filhas, pessoas escravizadas, tutores e tutoras influenciaram as aprendizagens das crianças entre as classes mais altas no século XIX. Os vínculos criados entre os adultos que dedicavam tempo e cuidado em atividades como o brincar permearam as vidas das crianças, suportando ou restringindo suas aprendizagens em suas práticas cotidianas.

Para situar essas conjunturas, vale apontar as ideias sobre crianças e infâncias que circulavam nesse tempo. Mauad (2018) afirmou que, no século XIX, ratificou-se a particularidade da infância e da adolescência como fases distintas da vida humana. Advertiu, entretanto, sobre a falta de clareza em torno do termo infância.

Como exibido no Dicionario da Lingua Portuguesa, segundo Faria (1859, p. 957), criança seria: “menino ou menina de tenra idade, cria animal ainda novo que acompanha a mãe, criação, educação”. A infância expressaria a ideia do cuidado do qual o ser humano necessita nos seus primeiros anos de existência e sempre estaria ligada ao aspecto físico, enquanto o termo meninice caracterizaria o aspecto intelectual. A infância não passaria dos sete anos, a meninice seria mais extensa e poderia compreender toda a parte da vida humana em que não estariam desenvolvidas as capacidades intelectuais.

Para o termo adolescência, Faria (1859, p. 79) definiu como “período da vida em que o organismo chega a desenvolver-se plenamente”, compreendendo dos catorze aos vinte e cinco anos. Como acentuou Mauad (2018), nesse jogo de significados, distinguem-se os princípios que permeavam a mentalidade oitocentista.

Esse jogo de significados expressou as ambiguidades do olhar adulto para com as crianças e suas infâncias nesse tempo. Talvez se esperasse que a partir dos sete anos as crianças se engajassem nos jogos de regras em conjunto com os adultos, que abandonassem as brincadeiras de imaginação e que se envolvessem em atividades para lhes garantir um futuro quando adultos. Por outro lado, traz a ideia das crianças como seres que precisavam de cuidados e, portanto, a compreensão da necessidade da existência de um adulto responsável com capacidades para execução desses cuidados. Essa ideia coaduna-se ao aspecto da infância como categoria estrutural nas sociedades contemporâneas exposto por Qvortrup (2010).

Da mesma forma pode se dizer quanto à escolarização. Qvortrup (2010) a apontou como outro aspecto definidor da infância como categoria estrutural. Embora a educação das crianças nas escolas fizesse parte da legislação brasileira, demorou a ser concretizada. Nos três estudos aqui apresentados, tanto a cultura material quanto os documentos escritos demonstraram que o ensino doméstico foi priorizado nas classes mais altas. No caso de São Paulo, as escolas na região central tornaram-se realidade a partir das duas últimas décadas dos oitocentos.

Nesse sentido, Moncorvo Filho (1926) lembrou que, em 1823, a Assembleia Constituinte votava para que qualquer cidadão pudesse abrir uma escola de ensino primário, sem necessidade de exame ou autorização. Tal fato demonstrava não haver número de professores suficientes, nem estrutura física para suprir o atendimento às crianças. De acordo com o documento do Ministério da Educação e da Saúde (1947), apenas em 1883 foi escrita uma proposta para renovação do ensino por Ruy Barbosa.

Com o advento do século XX, a presença de pessoas escravizadas desapareceu do cotidiano das crianças das famílias abastadas e das classes médias. Uma das consequências dessa ruptura pode ser verificada na Porto Alegre das primeiras décadas do século XX. Na região central da cidade, na qual se identificou o Sítio Praça Brigadeiro Sampaio, crianças pretas, em situação de abandono e de pobreza eram acolhidas no Asylo São Benedicto (que funcionou em um edifício na rua dos Andradas entre 1917 e 1943).

Como alegou Alves (2023c), nesse tempo, a noção de infância como uma etapa singular da vida humana e o entendimento acerca das especificidades das crianças nas diversas fases do desenvolvimento havia se consolidado. A noção de recreação como

política pública também circulava nas grandes cidades. Entendia-se que, além de aprenderem a se alimentar bem, tomarem conta da higiene do corpo e da mente, as crianças tinham direito ao brincar dentro de suas casas e nos ambientes públicos.

Como reportado, Gaelzer foi grande defensor da recreação pública, criando e gerindo um projeto implantado nas praças da cidade. O professor acreditava que o brincar e as demais atividades de lazer deviam ligar-se à aprendizagem. Com o tempo, os Jardins de Recreio ganharam atividades variadas, que buscavam atender públicos de diferentes faixas etárias. Organizavam-se competições e toda a cidade era convidada a assistir. As crianças pequenas podiam frequentar os locais depois ou antes do turno escolar e sempre ficavam aos cuidados das/dos recreacionistas. Nesses espaços, por um lado, crianças de distintas classes sociais formaram suas comunidades de prática do brincar, estabeleceram contato com outros adultos, por outro, as mais crescidas poderiam participar de competições. Aliás, a principal fundamentação de Gaelzer para a criação desse programa seria o fato de que as famílias das crianças e jovens pobres não tinham recursos financeiros para acessar atividades de lazer ou esportivas. Em trecho de jornal de 31 de março de 1929 (GAELZER, 1930), convocavam-se pais e mães, internatos e asylos a enviarem as crianças para os Jardins de Recreio. As meninas do Asylo da Piedade e as meninas do São Benedicto já haviam participado.

Como argumento, sugere-se que a iniciativa da recreação como política pública suportou as aprendizagens das crianças por meio do brincar. A adoção do programa pela prefeitura da cidade ofereceu acesso a uma gama de atividades, que certamente muitas famílias não poderiam ofertar a seus filhos. Nesses locais, as crianças pequenas puderam brincar, desenvolver e ampliar a convivência com os pares, enquanto as crianças mais crescidas acessaram atividades esportivas, musicais, dentre outras. Certamente, as interações estabelecidas entre crianças e seus pares e/ou entre crianças e recreacionistas variaram de intensidade. Os vínculos poderiam ter sido efêmeros ou duradouros e isso também influenciou a continuidade ou desistência das crianças nas práticas dessas atividades. O próprio Gaelzer salientou que oportunizar essas atividades aos jovens estava causando transformações em suas vidas, pois eles estavam saindo da delinquência. Como frisaram Kuhlmann Junior (2000), Feix e Goellner (2008), as práticas estabelecidas pelo professor apresentavam similaridades ao pensamento de Froebel, o idealizador do jardim de infância, no século XIX. Em seu texto: “A educação do homem”, Froebel (2021) declarava que o educador deveria observar o momento e as circunstâncias e atuar em duplo sentido: dar e tomar, obrigar e ceder. Na relação entre educador e educando, deveria ser construído um terceiro termo, justo para ambos diante das condições dadas. O objetivo

era construir uma educação integral, porque o ser humano jamais alcançaria a completude, estaria em constante transformação e desenvolvimento.

O médico Mario Totta (1939) também foi um dos defensores dessas ações, conforme demonstrado. Nesse período, a comunidade médica também se engajava em propalar conhecimentos de nutrição e higiene às crianças, dirigindo-se às escolas, orfanatos, creches, dentre outras instituições. Muitos profissionais empreenderam-se na tarefa de auxiliar mães e professoras, divulgando seus discursos em pequenos manuais, artigos de revistas e jornais, além de criarem cursos voltados para a formação de professores.

Em todo o estado do Rio Grande do Sul, havia uma defesa vigorosa da escola como lugar modelo para difusão das concepções e práticas da higiene. Os médicos, quando nas escolas, passaram inclusive a observar e apontar problemas. Questionavam as concepções pedagógicas, pois estas não consideravam o ensino de noções de higiene e a própria estrutura física da escola era vista como inapropriada. Condenavam a localização do prédio, os problemas de iluminação, ventilação, os espaços construídos, as áreas livres, a inadequação do mobiliário, dos bebedouros, dos sanitários, avaliando os problemas que causariam nas crianças. Além disso, condenavam os métodos de ensino baseados na “coerção e punição”. Defendiam o ensino por meio de atividades práticas para que a aprendizagem fosse eficiente e duradoura. A partir dos anos de 1930, houve a reorganização dos serviços públicos de saúde no estado. Empreendeu-se uma ação de grande fôlego, com programas e atividades voltadas para saneamento e higiene, sobressaindo em relação à última a puericultura, a higiene escolar e a propaganda sanitária (STEPHANOU,1999). Nesse sentido, a escola passou a ser vista como local apropriado para a comunicação das ideias de nutrição e de higiene, corroborando a percepção das crianças como seres capazes de aprender e de realizar inúmeras tarefas por si mesmas.

Tais ações, concretizadas no estado do Rio Grande do Sul, foram implantadas por todo o país. Conforme destacou Hochman (2005), a partir de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, inúmeras mudanças ocorreram no setor público. Difundiam-se ideias sobre a formação de um Estado centralizado e sobre a implantação de um projeto político-administrativo unificado. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, nesse mesmo ano, estava inclusa nesse panorama de reformas.

O Ministério da Educação e Saúde Pública criou departamentos de proteção à infância e à juventude que passaram a desenvolver projetos voltados a esses públicos. Essas ações também objetivavam divulgar a imagem da criança associada à nova nação que o governo desejava construir. Por sua vez, a formação de um novo homem e de uma

nova nação estava ligada à ideia de “eugenia”, que se tornou, então, parte das políticas públicas dirigidas às crianças. A ênfase a elas atribuída justificou-se pelo fato de as crianças concretizarem os ideais de formação de um novo homem e também de reconhecimento do trabalho como caminho para construção de uma nova nação. As ações de saúde pública direcionadas às crianças, na década de 1930, foram fortemente influenciadas pelas ideias “eugênicas”. Embora o discurso se opusesse ao racismo extremista, havia o intuito de construir uma “raça brasileira”. Todos deviam ser educados nas concepções da “eugenia” para que criassem consciência da importância da hereditariedade. Os programas do Estado na área da saúde e educação baseados nessas ideias auxiliariam na construção de uma “raça brasileira”. Acreditava-se que a união racial e cultural resolveria a questão da estrutura social do Brasil (FONSECA, 1993). A concepção de “eugenia” não se encontrava difundida apenas no Brasil, mas em diversas partes do mundo, como exposto por Key (1900)⁵³ na virada do século XIX para o XX.

Ao se considerar a própria cidade de Porto Alegre como uma grande comunidade de prática, pode-se dizer que ali conviviam ideias antagônicas. Enquanto um grupo de intelectuais organizava-se para difundir práticas de higiene nas escolas, suportados pelo ideal da “eugenia”, outros ocupavam-se em ofertar brincadeiras e práticas esportivas nas praças públicas, apoiados no ideal de educação integral como direito de todos.

As crianças, em suas comunidades de prática no ambiente institucional, experienciaram as transformações ali ocorridas. Verifica-se que a entidade vivenciou um período de relativa estabilidade sob a direção de Anália Franco entre os anos de 1911 a

⁵³ A pedagoga Ellen Key (1900) criticou as teorias em voga na virada do século, por meio das quais difundia-se a ideia de melhorar a raça humana, sendo que a educação consistia em um dos métodos para se alcançar a “raça ideal”. Para ela, o novo século deveria ser o século da criança. Para isso, os adultos precisariam entender o caráter da criança e então a simplicidade de seu caráter seria mantida pelos adultos. Assim, a velha ordem social poderia se renovar. Apontou que o lar havia se tornado o local de preparação para a escola e os brinquedos apenas imitariam o luxo dos adultos, proporcionando às crianças criatividade limitada. Sugeriu que tanto a educação escolar como a educação oferecida pela família poderiam se voltar ao pensamento de Rousseau. Rousseau (1992) enfatizou a importância da primeira infância e apontou que a educação do homem começaria desde o nascimento. A experiência viria primeiro, antes das lições. Alertava que, em seu tempo (século XVIII), não havia simplicidade no cuidado com as crianças. Inventaram-se inúmeros objetos, como guizos de prata, de ouro, cristais facetados, chocalhos de todos os tipos, tudo para agradar as crianças. Seria desnecessário tanto mimo despendido, especialmente às crianças pequenas. Pequenos galhos de árvores com seus frutos e folhas, uma bolota de dormideira com suas sementes ruidosas ou um pirulito de alcaçuz se constituiriam ótimos entretenimentos para os pequenos. Aconselhava que pais e educadores não deveriam forçar as crianças à perfeição. Não se deveria exigir delas naturalidade de autodomínio e devoção ao dever, pela impossibilidade de serem cumpridos. A educação tanto em casa como na escola deveria consistir em ignorar as faltas das crianças, em evitar a interferência imediata e em dedicar toda a vigilância ao controle do ambiente em que as crianças estariam crescendo e, assim, propiciar que fizessem suas descobertas a seu tempo.

1919. Nesse tempo, as informações legadas por Maria Cândida revelaram particularidades de sua infância e adolescência e demonstraram o vínculo afetivo com o ambiente e com as pessoas, denotando Anália Franco como figura relevante na condução das relações entre as crianças e demais pessoas que tinham a colônia como morada. A educadora fomentou formas de acesso a diferentes atividades, por meio das aulas de música, de canto, das diversas oficinas e do brincar. As meninas mais velhas, inclusive, puderam colaborar para a manutenção da instituição e da própria subsistência, pois excursionavam pelas cidades, se apresentavam nos palcos dos teatros, recebendo pagamentos. Conforme mencionado, Fonseca e Johansen (2018) apontaram a atenção de Anália Franco aos aspectos pedagógicos e não puramente assistencialistas com que atuava.

A morte da educadora alterou drasticamente a situação na colônia. A arrecadação de subsídios financeiros para a manutenção e o atendimento às crianças tornou-se mais difícil. Por volta da década de 1950, foi preciso lotear parte do imenso terreno. A instituição atravessou períodos conturbados na década de 1960, sendo necessário seu fechamento por cerca de dois anos. Em 1995, o diretor da instituição revelava os graves problemas das edificações e a falta de recursos financeiros para custear o restauro.

Como argumento, sugere-se que as ideias que circularam durante o século XX sobre crianças e infâncias influenciaram diretamente as aprendizagens das crianças na entidade, mais do que aquelas que viviam em seus grupos familiares. A partir do texto de Maria Cândida Silveira Barros, nota-se sua participação plena naquela comunidade e seu contentamento por cooperar com a própria subsistência e com Anália Franco em uma causa social. Nesse cenário, percebe-se que a condição social influenciou as aprendizagens da menina Maria Cândida, porque ao mesmo tempo em que a questão do trabalho atravessava o ideário de infância para as crianças pobres, ela própria sentia-se feliz ao cooperar para seu sustento e para a manutenção da entidade. Para a sociedade paulistana, as crianças vivenciavam uma infância satisfatória na colônia, pois ali eram alfabetizadas, tinham aula de moral e, além disso, aprendiam ofícios que lhes garantiriam um futuro para o trabalho. Logo, as meninas que, durante alguns anos, apresentaram seus talentos em diversos palcos, certamente eram reconhecidas como pessoas úteis e não como fardo para a sociedade.

A própria mudança de nome da instituição pode ser situada nessa conjuntura. Colônia Regeneradora Dom Romualdo de Seixas não mais representava o ideal moralizante presente na sociedade paulistana do início do século. Não se sabe exatamente quando tal mudança ocorreu, mas, de acordo com a reportagem do jornal O Estado de

São Paulo, de 1957, a entidade já levava o nome de Internato Anália Franco, designação que perdurou até seu fechamento, em 1997.

Nunes (2008) relatou que a comunidade latino-americana estava engajada nas discussões acerca dos direitos das crianças e criou o Congresso Pan-Americano, organizado em 1916. Nunes (2012) acrescentou que ali tratavam-se de assuntos como a redução da mortalidade infantil, a educação para hábitos higiênicos, a moralização dos costumes, a difusão da ética do trabalho produtivo, a massificação da educação, a educação feminina e especial, a aculturação dos indígenas, a formação profissional, o direito das crianças e dos adolescentes, a reforma da atenção então existente à infância e à família popular. A partir da década de 1950, os congressos encaminharam-se somente para políticas públicas e deixaram de ser locais de construção e pluralidade de ideias.

Segundo Marcílio (1998), diversos acordos internacionais foram efetuados para fomentar e consolidar os direitos das crianças no transcorrer do século XX. Lillehammer (2018b) já havia assinalado sobre o Ano Internacional da Criança, declarado pela Organização das Nações Unidas, em 1979. Contudo, para Marcílio (1998), o mais emblemático deles teria sido conciliado em 1989, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, ratificada por 196 países, inclusive pelo Brasil. Na mesma linha, deu-se, no país, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. Em seu artigo 16, inciso IV, dispôs sobre o direito à liberdade, compreendendo aspectos como brincar, praticar esportes e divertir-se; enquanto o artigo 53 dispôs sobre o direito à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços observados nos últimos anos, as formas como arqueólogas e arqueólogos abordam as crianças e as infâncias e a relação com o mundo material têm sido discutidas, embora raramente desafiadas na prática. Expandir o conhecimento sobre esses tópicos no passado requer reflexões constantes sobre os fundamentos teóricos que têm orientado as investigações. Além disso, requer uma consciência inicial nos modos de identificar as materialidades infantis. Em muitos casos, a coleta dos artefatos ocorre sem ter em mente as crianças e geralmente estes objetos acabam em categorias diversas em relatórios de consultoria (VLAHOS, 2014).

No caso das coleções aqui apresentadas, a cultura material associada às crianças, felizmente, não foi tratada como secundária, conquanto, identificá-las em suas respectivas instituições não tenha sido tarefa fácil. Algumas ofereceram maiores oportunidades para interpretação do que outras, mesmo porque diferentes conjuntos de dados não fornecem igual potencial interpretativo. O mesmo ocorreu com o levantamento da documentação escrita e iconográfica, que a princípio parecia descomplicada por se tratar de períodos mais próximos ao atual, contudo, a realidade demonstrou-se diferente. O levantamento dessas fontes realizou-se de maneiras diversas e em locais distintos. No Sítio do Capão, por exemplo, a documentação mais recente não foi encontrada, embora as reportagens coletadas no jornal O Estado de São Paulo tenham sido fundamentais para ampliar a compreensão sobre o funcionamento da entidade. No caso desse sítio em particular, a grande quantidade de brinquedos identificados em superfície (que remontou ao funcionamento da instituição na década de 1990) mostrou que brincadeiras e jogos eram considerados substanciais na vida das crianças. Somente a partir da cultura material identificada nas escavações arqueológicas tornou-se possível afirmar que as crianças tiveram acesso a diferentes tipos de brinquedos e jogos e ao mesmo tempo sugerir a hipótese de alguns deles terem sido utilizados como instrumentos pedagógicos pelos professores. Esses fatos reforçam a importância da pesquisa interdisciplinar quando se trata de investigar crianças e infâncias.

Examinar os fenômenos do brincar e da aprendizagem foram evocados pelas primeiras observações dos artefatos do Sítio do Capão. As experiências desta pesquisadora enquanto criança, depois como professora de crianças em escolas públicas e como mãe também influenciaram na escolha dos referenciais teóricos. A formação como professora foi baseada no modelo ensino-aprendizagem, no qual a professora

cumprir o papel de ensinar, enquanto às crianças cumprem aprender. Aqui cabe destacar, que a maioria dos professores estava sempre empenhada em buscar métodos e teorias para que as crianças aprendessem, inclusive brincadeiras e jogos para reforçar a aprendizagem de conteúdos. Conforme abordado, porém, o Sítio do Capão era uma instituição na qual muitas crianças viveram grande parte de suas infâncias. O conceito de ensino-aprendizagem não abarcaria todas as experiências das crianças. Da mesma forma, observar Clarice em suas práticas diárias do brincar trouxe à memória o quanto elas gostam de explorar o universo à sua volta. Isso implica que aprender é uma característica inerente ao ser humano e somente pode ser desenvolvida por meio das práticas sociais. As crianças são especialistas nisso, em aprender consigo mesmas, com todas as coisas que estão por perto, com os pares, com os animais de estimação e com os adultos.

Particularmente a partir dos oitocentos, a especialização dos espaços para crianças, como escolas e orfanatos tornou-se tão marcante nas sociedades ocidentais que a infância passou a ser associada a escolarização, ou melhor a escolarização converteu-se em um aspecto definidor da infância, como declarou Qvortrup. Certamente, a escola se constituiu como importante espaço de educação e como um direito das crianças, porém não é o único. Assim como não é preciso ter alguém ensinando para que ocorra aprendizagem, não é necessário ter um ambiente especializado para tal, como certificaram diversos estudos etnográficos, inclusive a abordagem da participação periférica legitimada.

Como demonstrado nos estudos de caso aqui apresentados, as crianças aprenderam em diferentes tipos de ambientes, no ambiente doméstico, no ambiente das praças públicas e no ambiente institucional, por meio de práticas cotidianas do brincar, ao longo dos séculos XIX e XX. A partir desses mesmos estudos foi possível assegurar que brinquedos e jogos fizeram-se mediadores nas aprendizagens infantis e que os relacionamentos mais próximos influenciaram diretamente os modos de aprender.

Quanto aos objetivos específicos, como caracterizar a cultura material associada às crianças utilizando-se o método de descrever e fotografar as peças de maneira individual, este foi alcançado. Em cada sítio arqueológico evidenciaram-se os artefatos associados às crianças, tanto os brinquedos, como outros, alguns deles pertencentes exclusivamente ao universo infantil, como as chupetas de plástico recuperadas no sítio Praça Brigadeiro Sampaio. Inferiu-se acerca dos grupos de crianças que poderiam ter utilizado a cultura material por meio da análise de documentação escrita e iconográfica, referências bibliográficas e memórias literárias. Como referido, não se pode determinar quais crianças usaram ou a quais crianças pertenceram os objetos. No que concerne à

identificação das atividades situadas, com o auxílio do conceito proposto por Evaldsson e Corsaro, averigou-se que as crianças engajaram-se em diferentes atividades em suas respectivas conjunturas. Do mesmo modo ocorreu para o brincar, analisado também sob o conceito de atividade situada, entendendo-se que as crianças usaram os brinquedos em diferentes situações, embora tenham sido fabricados para desempenhar uma função. No caso das peças circulares em cerâmica ou louça, ou ainda da peça lítica em formato de dado, inferiu-se que poderiam ser peças utilizadas como fichas ou marcadores em diferentes tipos de jogos. Tratavam-se, portanto, de objetos reutilizados por crianças e adultos. O estudo de Vigotski tornou-se fundamental para melhor compreensão do brincar e para proposição de uma classificação. Refletir acerca das aprendizagens pelo brincar e sobre os relacionamentos mais próximos que poderiam influenciar as aprendizagens das crianças tornou-se possível com a aplicação da teoria da participação periférica legitimada.

Então, como as crianças aprendiam pelo brincar? Responder a questão exigiu uma abordagem interdisciplinar. Para além da interdisciplinaridade no uso das fontes e dos métodos de coleta e análise dos dados, empregou-se referenciais teóricos advindos de outras áreas. O conceito do brincar como atividade situada de Evaldsson e Corsaro (1998), (campo da Sociologia), auxiliou na interpretação do brincar, que combinado ao estudo de Vigotski (2010) (campo da Psicologia), possibilitou ampliar o entendimento sobre o brincar, como atividade impulsionadora de aprendizagens, motivo de alegrias e frustrações. Além disso, viabilizou sugestões sobre brincadeiras e jogos das crianças. Essas sugestões não foram arbitrárias, procurou levar em conta a criatividade e o desejo das crianças de interagir com tudo que as cercavam. Referências bibliográficas provenientes de várias áreas do conhecimento mostraram-se eficazes para melhor compreensão dos períodos e processos de fabricação de alguns dos brinquedos. Cabe salientar que pouquíssimos estudos arqueológicos fizeram referência aos bonecos *Frozen Charlies*. Livros escritos por pesquisadores que identificaram esses artefatos em coleções particulares ou em antiquários comprovaram a existência dos bonecos.

A abordagem da participação periférica legitimada (desenvolvida por uma antropóloga e por um educador) mostrou-se efetiva ao apontar os diferentes modos de aprendizagens das crianças. Perante esta abordagem foi possível analisar o “como” em relação às aprendizagens, tomando como aspectos principais os brinquedos e as relações sociais. Mostrou que as aprendizagens foram plurais, pois foram construídas a partir de interações com objetos e pessoas diferentes, em distintas comunidades de prática ao longo do tempo.

Quanto à segunda questão: Como os relacionamentos influenciaram as aprendizagens das crianças? Aqui também se fez necessário estudos em diversas fontes. Sob a ótica da participação periférica legitimada demonstrou-se que os relacionamentos com as pessoas com as quais as crianças criaram laços afetivos, suportaram e também restringiram suas aprendizagens. Concebeu-se posições de não passividade às crianças, mas posições de engajamento em relações caracterizadas pela interdependência. Isso significa que as crianças influenciaram a vida dos adultos e de seus pares, assim como foram influenciados por eles.

Os estudos avançaram por apontar modos de aprendizagem pelo brincar e também os vínculos estabelecidos com os adultos e com os pares como variáveis fundamentais nas aprendizagens infantis no passado, colocando em primeiro plano todas as relações humanas nas comunidades de prática, entremeadas pela cultura material. As memórias de Maria Paes de Barros e Maria Cândida da Silveira Barros trouxeram detalhes dos rituais em família e institucional, desvelando olhares e percepções pessoais sobre as próprias experiências infantis.

No trabalho efetuado por Pollock (1981), nos diários infantis, de pais e mães dos oitocentos, declarava-se sobre aspectos financeiros, receios na maneira de educar os filhos e sentimentos nostálgicos dos pais em relação às próprias infâncias. Enquanto as famílias britânicas e norte-americanas acrescentavam em seus relatos as mudanças materiais e sociais, a sociedade brasileira ainda tolerava a escravidão, como exibido nas referências sobre as crianças nos sítios Antigo Convento do Carmo, Praça das Artes e Solar da Travessa Paraíso. As especificidades dos contextos brasileiros mostraram ainda que a concepção de infância como momento de preparação para o mundo adulto pode ser observada nas conjunturas referentes à família real e às crianças na instituição, perpassando os séculos XIX e XX, tanto para as crianças da classe mais alta como para as crianças provenientes das camadas mais baixas.

Em síntese, esta pesquisa explorou e articulou dimensões ainda não investigadas na arqueologia brasileira, a aprendizagem por meio do brincar, buscando colaborar no preenchimento de uma lacuna nesse campo. O estudo trouxe uma contribuição importante ao analisar o brincar sob o conceito de atividade situada e classificar essas situações em brincadeiras de imaginação ou jogos de regras. Levou em conta a criatividade das crianças ao ressaltar as diversas possibilidades de brincadeiras de imaginação e jogos de regras nos diferentes contextos. Particularmente, no sítio Antigo Convento do Carmo, identificaram-se peças para jogo de damas em madeira, sendo que uma delas apresentou

um furo vazado, diferente das demais. A peça poderia ter sido usada no jogo de damas e ao mesmo tempo ter servido como roda de uma carroça ou trem.

Os inúmeros brinquedos identificados nos registros arqueológicos, em distintos espaços, entre os séculos XIX e XX, permitem afirmar que esses objetos foram constituidores das infâncias. Isso significa que estiveram presentes nas vidas das crianças, possibilitando o desenvolvimento de brincadeiras e jogos e, por consequência, se caracterizaram como elementos mediadores para auxiliá-las na construção de aprendizagens.

Os relacionamentos das crianças em suas comunidades de prática foram considerados como variáveis que influenciaram diretamente suas aprendizagens. Os desafios das crianças e dos adultos nas relações cotidianas foram múltiplos e se impuseram de várias maneiras, especialmente no ambiente institucional, no qual muitas pessoas estavam envolvidas.

Simultaneamente, concepções sobre crianças e infâncias circulavam na sociedade brasileira nos oitocentos e nos novecentos. Muitas delas foram debatidas e reverteram-se em leis para consolidação dos direitos das crianças e no fomento para implantação de políticas públicas durante o século XX. As comunidades de prática nas quais as crianças estiveram inseridas não eram compostas por pessoas completamente autônomas diante dessas ideias. Aquelas que atravessaram o século XX influenciaram diretamente as aprendizagens das crianças em ambiente institucional.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Consentino. Descolonizando as pesquisas com crianças e três obstáculos. *Educação & Sociedade*, v. 35, n. 127, p. 461-474, 2014.

A FEDERAÇÃO: Organ do Partido Republicano. Ano XVII, n. 6. Porto Alegre, 8 de janeiro de 1900. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=11318>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

A FEDERAÇÃO: Organ do Partido Republicano. Ano XVII, n. 6. Porto Alegre, 8 de janeiro de 1900. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=11649>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

A FEDERAÇÃO: Organ do Partido Republicano. Ano XXVII, n. 296. Porto Alegre, 23 de dezembro de 1910. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=23530>>. Acesso em: 21 jul. 2022.

A FEDERAÇÃO: Organ do Partido Republicano. Ano XXXVII, n. 228. Porto Alegre, 2 de outubro de 1920. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=44753>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

A FEDERAÇÃO: Organ do Partido Republicano. Ano XXXVII, n. 297. Porto Alegre, 27 de dezembro de 1920. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=45321>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ALBUQUERQUE, Fr do de. MARTIN, Jules. Mappa da Capital da Província de São Paulo. Seos Edifícios públicos, Hoteis, Linhas férreas, Igrejas Bonds Passeios, etc. Publicado em julho de 1877. Informativo Arquivo Histórico Municipal, a. 4, n. 20, 2008. Disponível em: <<http://www.arquiamigos.org.br/info/info20/i-1877.htm>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2021.

ALFONSO-DURRUTY, Marta P.; THOMPSON, Jennifer L.; CRANDALL, John J. Little bodies, big voices. The lives of children in the past. In: Alfonso-Durruty, Marta. P.;

Thompson, Jennifer. L.; Crandall, John J. (Ed). Tracing childhood. Bioarchaeological investigations of early lives in antiquity. USA: University Press of Florida, 2014, p. 246-258.

ALMANAK LAEMMERT. Guia geral do Brasil. Edição para 1935, 91º ano. Rio de Janeiro: Empresa Almanak Laemmert Limitada, 1935.

ALVES, Daniela Maria. Pelos caminhos das infâncias paulistanas entre os séculos XIX e XX: a cultura material associada às crianças do sítio arqueológico Praça das Artes. *Revista de Arqueologia*, v. 36, n. 1, p. 245-261, 2023a.

ALVES, Daniela Maria. Cultura material e vida cotidiana das crianças na Colônia Regeneradora Dom Romualdo de Seixas (Internato Anália Franco), São Paulo (1911-1997). *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 16, n. 1, p. 87-104, 2023b.

ALVES, Daniela Maria. Louças, escovas de dente e brinquedos para crianças. Nutrição, higiene e recreação na Porto Alegre das primeiras décadas do século XX. *Cadernos do Ceom*, v. 36, n. 58, p. 103-119, 2023c.

ANTUNHA, Elsa L. Gonçalves. Brincadeiras infantis, funções cerebrais e alfabetização. In: BOMTEMPO, Edda; ANTUNHA, Elsa Gonçalves; OLIVEIRA, Vera Barros de (Org). *Brincando na escola, no hospital, na rua...* Rio de Janeiro: Walk Editora, 2006, p. 51-74.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE SÃO PAULO (Brasil) 1918. Movimento da população e estatística moral, v. 1. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, 1920.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE SÃO PAULO (Brasil) 1919. Movimento da população e estatística moral, v. 1. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, 1923.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE SÃO PAULO (Brasil) 1920. Movimento da população e estatística moral, v. 1. São Paulo: Typografia Piratininga, 1923.

ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do vice-rei do estado do Brasil, dedicadas a el-rei nosso senhor D. João VI. Tomo VII. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820.

ARDREN, Traci. Setting the table. Why children and childhood are important in an understanding of ancient Mesoamerica. In: ARDREN, Traci; HUTSON, Scott R. (Eds).

The social experience of childhood in Mesoamerica. Colorado: University Press of Colorado, 2006, p. 3-24.

ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

AZEVEDO, Aroldo de. São Paulo, cidade trimilionária. In: AZEVEDO, Aroldo de. A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana, v. I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, p. 5-40.

BAGNIEWSKI, Alexandre. B.; MANGUEIRA, Renato. S. Biografia dos cachimbos: estudo de caso na Praça das Artes - Vale do Anhangabaú - empreendimento do Consórcio Construcap/Triunfo, projeto de pesquisa da Scientia Consultoria Científica. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento 11, p. 119-124, 2011.

BARROS, Maria Candida Silveira. Vida e obra de Anália Franco 1856-1919. São Paulo: Codipart Ltda, 1982.

BARROS, Maria Paes de. No tempo de dantes. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

BASS, Charles C. The necessary personal hygiene for prevention of caries and periodontoclasia. New Orleans and Medical and Surgical Journal, v. 101, n. 2, p. 52-70, 1948.

BAXTER, Jane Eva. The archaeology of childhood in context. American Anthropological Association, v. 15, p. 1-9, 2006.

BAXTER, Jane Eva. The archaeology of childhood. Annual Review of Anthropology, v. 37, p. 159-175, 2008.

BAXTER, Jane Eva. Childhood, archaeology of. In: WHELEHAN Patricia; BOLIN Ana (Ed). The International Encyclopedia of Human Sexuality. John Wiley & Sons, Inc., 2015, p. 1-3.

BAXTER, Jane Eva; VEY, Shauna; MCGUIRE, Erin Halstad; CONWAY, Suzanne; BLOOM, Deborah E. Reflections on the interdisciplinarity in the study of childhood in the past. Childhood in the Past. An International Journal, v. 10, n. 1, p. 57-71, 2017.

BAXTER, Jane Eva. The historical archaeology of American childhood. Revista de Arqueologia, v. 31, n. 2, p. 86-102, 2018a.

BAXTER, Jane Eva; ELLIS, Meredith A. B. Nineteenth century childhoods in interdisciplinary and international perspectives. Oxford and Philadelphia: Oxbow Books, 2018b.

BEDNARIK, Robert G. Children as pleistocene artists. *Rock Art Research*, v. 25, p. 173-182, 2008.

BEE, Helen. O ciclo vital. Tradução Regina Garcez. Porto Alegre: Artmed, 1997.

BENJAMIN, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. Tradução Vinicius Mazzari. São Paulo: Editora 34, 2017.

BICHARA, Ilka Dias. Delimitação do espaço como regra básica em jogos e brincadeiras de rua. In: BOMTEMPO, Edda; ANTUNHA, Elsa Gonçalves; OLIVEIRA, Vera Barros de (Org). *Brincando na escola, no hospital, na rua...* Rio de Janeiro: Walk Editora, 2006, p. 161-172.

BOMTEMPO, Edda; HUSSEIN, Carmen Lucia; ZAMBERLAN, Maria Aparecida Trevisan. *Psicologia do brinquedo. Aspectos teóricos e metodológicos*. São Paulo: Edusp, Nova Stella, 1986.

BUCHLI, Victor; GAVIN, Lucas. Children, gender and the material culture of domestic abandonment in the late twentieth century. In: SOAFER DEREVENSKI, Joanna. (Ed). *Children and material culture*. London: Routledge, 2000, p. 131-138.

BUGARIN, Flordeliz, T. Constructing an archaeology of children: studying children and material culture from the African past. *American Anthropological Association*, v. 15, p. 13-26, 2006.

CACHIONI, Marcelo. O Sítio do Capão do Tatuapé Acima. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba*, VI (6), 66-80, 1999.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. *Dicionário do folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações S. A., 1998.

CALLAGE, Roque. *Chronicas e contos*. Porto Alegre: Livraria Brasil, 1920.

CALMON, Pedro. *A princesa Isabel, "a redentora"*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

CAMPOS, Joaquim Pinto de. *O senhor D. Pedro II, imperador do Brasil*. Porto: Typographia Pereira da Silva, 1871.

CARDOSO, Hugo F. V. Onde estão as crianças? Representatividade de esqueletos infantis em populações arqueológicas e implicações para a paleodemografia. *Antropologia Portuguesa*, v. 20/21, p. 237-266, 2003/2004.

CARDOZO, José Carlos da Silva; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. A importância de ser Juiz de Órfãos (Porto Alegre, século XIX). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 151, p. 161-198, 2016.

CARLE, Cláudio Baptista; OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de. O Solar da Travessa Paraíso: um exemplo de arqueologia histórica em Porto Alegre. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 22, n. 1, p. 47-70, 1996.

CARRERAS, Laura Coy; ROJAS-SEPÚLVEDA, Claudia. Un, dos, tres por los niños escondidos en el pasado! Hacia una bioarqueología de la infancia en Colombia. *Revista Colombiana de Antropología*, v. 56, n. 1, 215-243, 2020.

CARVALHO, José Jorge de. O jogo das bolinhas. Uma simbólica da masculinidade. *Anuário Antropológico*, v. 12, n. 1, p. 191-222, 1988.

CARVALHO, Rafael de. Boletim n. 144 da Assembléa Geral Legislativa em 1837. In: PUBLICAÇÕES DO ARCHIVO NACIONAL. Infancia e adolescencia de D. Pedro II. Documentos interessantes publicados para commemorar o primeiro centenário do nascimento do grande brasileiro occorrido em 2 de dezembro de 1825. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do Archivo Nacional, 1925, p. 73-78.

CARSKADDEN, Jeff; GARTLEY, Richard. A preliminary seriation of 19th century decorated porcelain marbles. *Historical Archaeology*, v. 24, n. 2, p. 55-69, 1990.

CASTILHO, Silvia Diez; ROCHA, Marco Antônio Mendes. Uso de chupeta: história e visão multidisciplinar. *Jornal de Pediatria*, v. 85, n. 6, p. 480-489, 2009.

CERUTI, Constanza. De momias y sacrificios infantiles: consideraciones para una arqueologia de la niñez en sudamerica. *Revista de Arqueologia*, v. 31, n. 2, p. 118-133, 2018.

CHAGAS, Floriza Garcia. Álbum das Meninas, revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras: estudo de um impresso de Anália Franco (1898-1901). 2016. 188f. Dissertação (Mestrado em Educação). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

CHAMBERLAIN, Andrew. Minor concerns: A demographic perspective on children in past societies. In: SOAFER DEREVENSKI, Joanna. Children and Material Culture. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2000, p. 206-212.

COARACY, Vivaldo. Encontros com a vida (memórias). Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio, 1962.

CÓDIGO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. São Paulo: Typographia Dous de Dezembro, 1857.

COLEMAN, Dorothy S.; COLEMAN, Elizabeth A.; COLEMAN, Evelyn J. The collector's encyclopedia of dolls. New York: General Publishing Company Limited, 1968.

COHN, Clarice. A criança indígena: a concepção Xikrin de infância e aprendizado. 2000. 187f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

COHN, Clarice. Antropologia da criança. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2005.

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Estudo de tombamento da casa do antigo Sítio do Capão que pertenceu ao abrigo Regente Feijó no Bairro Água Rasa, Capital, 1978.

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Localização do Sítio do Capão e área envoltória. Disponível em: <<http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/sede-do-sitio-do-capao/>>. Acesso em: 03 out. 2023.

CORSARO, William Arnold. Sociologia da Infância. Segunda Edição. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CORUJA, Antônio Álvares Pereira. Antigualhas. Reminiscências de Porto Alegre. Porto Alegre: Typografia do Jornal do Comércio, 1881.

CORUJA FILHO. Uma execução em Porto Alegre. In: RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Almanak Litterario e Estatistico do Rio Grande do Sul. Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre: Pinto & C. Editores, 1903.

COSTA, Caroline Tonacci; FACIOLI, Laura Rita; GIANNECCHINI, Ana Clara; BOTTION, Elaine; CROMA ARQUITETURA E RESTAURO S/S LTDA. Restauração das pinturas murais em cal no Sítio do Capão, Jardim Anália Franco – São Paulo/SP. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação*, v. 1, n. 4, p. 165-168, 2007.

COSKUNSU, Güner. Children as Archaeological Enigma. In: COSKUNSU, Güner. (Ed). *The archaeology of childhood: interdisciplinary perspectives on an archaeological enigma*. New York: State University of New York Press, 2015, p. 1-16.

CRAWFORD, Sally. The Archaeology of Play Things. *Theorising a Toy Stage in the Biography of Objects. Childhood in the Past. An International Journal*, v. 2, p. 56–71, 2009.

CRAWFORD, Sally; LEWIS, Carenza. Childhood studies and the society for the study of childhood in the past. *Childhood in the Past. An International Journal*, n. 1, p. 5-16, 2008.

CROSWELL, Thomas Rich. Amusements of Worcester school children. *Pedagogical Seminary*, v. 6, set. 1899.

CRULS, Gastão. Aparência do Rio de Janeiro. *Notícia histórica e descritiva da cidade. Segundo Volume*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1949.

DAVIES, Peter. Writing slates and schooling. *Australasian Historical Archaeology*, n. 23, p. 63-69, 2005.

DEBRET, Jean Baptiste. Cortejo do batismo da princesa real Dona Maria da Glória no Rio de Janeiro, 1839. Disponível em: < <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3164>>. Acesso em: 19 abr. 2023.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. Terceiro volume*. São Paulo: Livraria Martins, 1940a.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. Terceiro volume*. São Paulo: Livraria Martins, 1940b.

DEL PRIORE, Mary. *Condessa de Barral. A paixão do imperador*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2008.

DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

DEL PRIORE, Mary. D. Maria I. As perdas e as glórias da rainha que entrou para a história como “a louca”. São Paulo: Benvirá, 2019.

DeMAUSE, Lloyd. The history of childhood. USA: Laham Rowman & Littlefield Publisher, 2006.

DIAS, Josefa Jandira Neto Ferreira. Projeto de prospecção arqueológica e monitoramento das obras de restauração do Antigo Convento do Carmo, Rio de Janeiro, RJ. Rio de Janeiro: Instituto de Arqueologia Brasileira, 2019a.

DIAS, Josefa Jandira Neto Ferreira. Anexo I - Relatório semestral das prospecções. Projeto de prospecção arqueológica e monitoramento das obras de restauração do Antigo Convento do Carmo, Rio de Janeiro, RJ. Rio de Janeiro: Instituto de Arqueologia Brasileira, 2019b.

DOMMASNES, Liv Helga. The past-worlds of children and for children? In: Dommasnes, Liv Helga; Wrigglesworth, Melanie (Ed). Children, identity and the past. UK: Cambridge Scholars Publishing, 2008, p. 11-30.

DO SERVIÇO local e do correspondente em Sorocaba. Litígio sobre 21 alqueires. O Estado de São Paulo, 12 abr. 1967. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19670412-28217-nac-0010-999-10-not/busca/Analia+Franco>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

DOZIER, Crystal A. Finding children without toys: The archaeology of children at Shabbona Grove, Illinois. *Childhood in the Past: An International Journal*, v. 9, n. 1, p. 58-74, 2016.

DUARTE-TALIM, Déborah; RODET, Maria Jacqueline. Uma reflexão sobre a criança e a infância: em busca de crianças/aprendizes lascadoras na pré-história brasileira. In: LIMA, Tânia Andrade. A (in) visibilidade de crianças no registro arqueológico. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2019, p. 25-40.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. Tradução Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

EVALDSSON, Ann-Carita; CORSARO, William A. Play and games in the peer cultures of preschool and preadolescent children. An interpretative approach. *Childhood*, p. 377-402, 1998.

ERIKSEN, Marianne Hem. Don't all mothers love their children? Deposited infants as animate objects in the Scandinavian Iron Age. *World Archaeology*, v. 49, n. 3, p.338-356, 2017.

FAILUTTI, Domenico. Retrato de Dona Leopoldina de Habsburgo e seus filhos, 1921. Disponível em: <https://acervoonline.mp.usp.br/iconografia/retrato-de-dona-leopoldina-de-habsburgo-e-seus-filhos/?order=ASC&orderby=date&perpage=12&search=%20dona%20leopoldina&pos=1&source_list=collection&ref=%2Ficonografia%2F>. Acesso em: 23 set. 2023.

FARIA, Eduardo de. Dicionario da lingua portugueza. Vol. I. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e C., 1859.

FARIA, Eliene Lopes. A aprendizagem da e na prática social: um estudo etnográfico sobre as práticas de aprendizagem do futebol em um bairro de Belo Horizonte. 2008. 229f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

FAWCETT, Clara Halard. Dolls. A guide for collectors. New York: H. L. Lindquist Publications, 1947.

FEISTER, Lois. The orphanage at Schuyler Mansion. *Northeast Historical Archaeology*, v. 20, p. 27-36, 1991.

FEIJÓ tem o seu museu. O Estado de São Paulo, 19 abr. 1967. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19670419-28223-nac-0011-999-11-not/busca/Analia+Franco>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

FEIX, Eneida; GOELLNER, Silvana Vilodre. O florescimento dos espaços públicos de lazer e de recreação em Porto Alegre e o protagonismo de Frederico Guilherme Gaelzer. *Licere*, v. 11, n. 3, p. 1-18, 2008.

FIANS, Guilherme. Entre crianças, personagens e monstros. Uma etnografia de brincadeiras infantis. Rio de Janeiro: Ponteio, 2015.

FERNANDES, Florestan. As “trocinhas” do Bom Retiro. Contribuição ao estudo folclórico e sociológico da cultura e dos grupos infantis. *Pro-Posições*, v. 15, n. 1, p. 229-250, 2004.

FERREIRA, Barros. A casa grande e senzala em que viveu Feijó. O Estado de São Paulo, 7 mar. 1957. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19570307-25105-nac-0016-999-16-not/busca/Analia>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

FERREIRA, Rosângela Molento. “O que dizem de nós”. O movimento feminino e educacional de Anália Franco publicado na imprensa de 1875-1919. 2020. 197f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Católica de Santos, Santos, 2020.

FILOCREÃO, Camila Lima. Brincadeiras simbólicas em situação estruturada de crianças em acolhimento institucional. 2013. 167f. Dissertação (Mestrado em Ecoetologia), Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

FISCHER, Patricia Fernanda. Os moleques do morro e os moleques da praia: estresse e mortalidade em um sambaqui fluvial (Moraes, Vale do Ribeira de Iguape, SP) e um sambaqui litorâneo (Piaçaguera, Baixada Santista, SP). São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2012.

FLETCHER, James C.; KIDDER, D. P. Brazil and the Brazilians. Boston: Little, Brown, and Company, 1879.

FOLGATO, Marisa. Prefeitura quer parceiros para recuperar sítio. O Estado de São Paulo, São Paulo, 22 mai. 1995. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19950522-37105-spo-0019-cid-c3-not/busca/Regente+Feij%C3%B3>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. A saúde da criança na política social do primeiro governo Vargas. Physis – Revista de Saúde Coletiva, v. 3, n. 2, p. 97-116, 1993.

FONSECA, Sérgio César da; JOHANSEN, Carla Cristina. Anália Franco, uma referência em matéria de assistência à infância para as cidades do interior de São Paulo? (1901-1923). História Unicap, v. 5, n. 9, p. 60-76, 2018.

FORTUNA, Tânia Ramos. Brincar é aprender. In: Jogos e ensino de História. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018, p. 47-71.

FRANCO, Anália Emília. Relatório de 1912. Em assembléa geral ordinária de 5 de abril de 1913. Associação Feminina Beneficente e Instructiva do Estado de São Paulo. São Paulo: Typografia do Globo, 1913. Disponível em:

<https://www.fcc.org.br/pesquisa/jsp/educacaoInfancia/index.jsp>. Acesso em: 25 set. 2020.

FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre, guia histórico. Porto Alegre: Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

FREITAS, Affonso Antonio de. Tradições e reminiscências paulistanas. São Paulo: Edição da Revista do Brasil. Monteiro Lobato & Cia, 1921.

FROEBEL. Friederich W. A. A educação do homem. Apresentação e tradução: Maria Helena Camara Bastos. Passo Fundo: UPF, 2001.

FULVIUSBSAS. Vista atual do Antigo Convento do Carmo (bloco I), 2023. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/rio-de-janeiro-antigo-convento-do-carmo/#!/map=38329&loc=-22.89970929579719,-43.18342566490173,15> >. Acesso em: 22 jun. de 2023.

GAELZER, Frederico Guilherme. Álbum da Inspetoria Estadual de Educação Física, Capital, 1930a.

GAELZER, Frederico Guilherme. Álbum organizado por Frederico Gaelzer com informações sobre Praças de Educação Física e Jardins de Infância de Porto Alegre (década de 1930), 1930b.

GAELZER, Frederico Guilherme. Recreação pública. Conferência pronunciada no dia 4 de dezembro no salão nobre da Faculdade Católica de Filosofia. Porto Alegre: Serviço de Recreação Pública, Prefeitura Municipal, 1950.

GIGLIO, Sérgio Settani; MORATO, Márcio Pereira; STUCCHI, Sérgio; ALMEIDA, José Julio Gavião. O dom de jogar bola. Horizontes Antropológicos, v. 14, n. 30, p. 67-84, 2008.

GOMES, Ana Maria Rabelo; FARIA, Eliene Lopes; BERGO, Renata Silva. Aprendizagem na/da etnografia: reflexões conceitual-metodológicas a partir de dois casos bem brasileiros. Revista da FAEEBA Educação e Contemporaneidade, v. 28, n. 56, p. 116-135, 2019.

GRAHAM, Maria. Correspondência entre Maria Graham e a imperatriz Dona Leopoldina e cartas anexas. Separata do volume LX dos Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e da Saúde, 1940.

GRIGOROWITSCHS, Tamara. O conceito “socialização” caiu em desuso? Uma análise dos processos de socialização na infância com base em George Simmel e George H. Mead. *Educação e Sociedade*, v. 29, n. 102, p. 33-54, 2008.

GUEDES, Angela Cardoso. Brinquedos: a formação da coleção do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 34, p. 343-370, 2002.

GUIMARÃES, Alberto Carlos D’Araújo. *A corte no Brasil. Figuras e aspectos*. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1936.

HILDEBRAND, Jennifer. Children in archaeological lithics analysis. *Nebraska Anthropologist*, v. 27, p. 25-42, 2012.

HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). *Educar*, Curitiba, n. 25, p. 127-141, 2005.

HOLT, John. *Como as crianças aprendem*. Tradução Walther Castelli Jr. Campinas: Verus Editora, 1983.

HOLT, John. *Aprendendo o tempo todo. Como as crianças aprendem sem ser ensinadas*. Campinas: Verus Editora, 2006.

HOFFMANN, Lineker Bis. *Estudos para restauração do Antigo Convento do Carmo. Projeto de Pesquisa (Graduação em Engenharia Civil)*. Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

HÖGBERG, Anders. Approaches to children’s knapping in lithic technology studies. *Revista de Arqueologia*, v. 31, n. 2, p. 58-74, 2018.

ICM – REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - INSTITUTO SÃO BENEDITO. Histórico. Disponível em:< <https://www.redeicm.org.br/institutosaobenedito/historico/> >. Acesso em: 13 set. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (IPHAE). *Processo de tombamento da Antiga Escola Santa Teresa e do Antigo Asilo São Joaquim*. Porto Alegre: Secretaria de Cultura, 2011.

IRMÃO, Marques J. *Almanak administrativo, mercantil e industrial da província de São Paulo para o anno de 1857*. São Paulo: Typographia Imparcial, 1856.

JOHANSEN, Carla Cristina. *A interiorização da assistência à infância e a experiência do Asylo de Orphans Anália Franco em Ribeirão Preto (1901-1925)*. 2017. 133f. Dissertação

(Mestrado em Educação). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Departamento de Educação, Informação e Comunicação. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2017.

KAMP, Kathryn A. Where have all the children gone? The archaeology of childhood. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 8, n. 1, p. 1-34, 2001.

KAMP, Kathryn A. Entre el trabajo y el juego: perspectivas sobre la infancia en el suroeste norteamericano. *Revista Complutum*, v. 21, n. 2, p. 103-120, 2010.

KEHILY, Mary Jane. Understanding childhood: An introduction to some key themes and issues. In: Kehily, Mary Jane (Ed.). *An introduction to childhood studies*. Maidenhead, UK: Open University Press, 2008, p. 1-22.

KEY, Ellen. *The century of the child*. Good Press, 1900.

KING, Constance Eileen. *The collector's history of dolls*. London and New York: Robert Hale Limited, St. Martin's Press, 1978.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *A pré-escola em São Paulo (Das origens a 1940)*. 1986. 348f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

KLUMB, Revert Henry. *Largo do Paço e rua Direita em 1860*, 1860. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>>. Acesso em: 19 abr. 2023.

KON, Nelson. *Praça das Artes, Brasil Arquitetura*, São Paulo/SP. Disponível em: <<http://www.nelsonkon.com.br/en/praca-das-artes/>>. Acesso em 10 maio de 2021.

KOENIGSWALD, Gustav. *São Paulo*. São Paulo, 1895.

KRÁLIK, Miroslav, URBANOVÁ, Petra, HLOZEK, Martin. Finger, hand and foot imprint. The evidence of children on archaeological artifacts. In: DOMMASNES, Liv Helga.; WRIGGLESWORTH, Melanie (Ed). *Children, identity and the past*. UK: Cambridge Scholars Publishing, 2008, p. 1-15.

KRUCHIN, Samuel; GONÇALVES, Cristiane Souza; MEDEIROS, Andrezza; MATSUOKA, Flávia. M.; BERTOLINI, Luciana; CACHIONI, Marcelo. *Memorial de restauro – Sítio do Capão*. v. I e II. São Paulo: relatório técnico, 1999.

KUHLMANN JR., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, p. 5-18, 2000.

LACOMBE, Lourenço Luiz. Isabel, a princesa redentora. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, Editora Gráfica Serrana Ltda, 1989.

LANCY, David. F. Homo faber juvenalis: a multidisciplinary survey of children as tool markers/users. *Sociology, Social Work and Anthropology Publications Paper*. Utah State University, n. 642, p. 1-29, 2017.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. *Situated learning. Legitimate peripheral participation*. New York: Cambridge University Press, 1991.

LAVE, Jean. *Learning and everyday life. Access, participation, and changing practice*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2019.

LILLEHAMMER, Grete. The world of children. In: SOAFER DEREVENSKI, Joanna (Ed). *Children and Material Culture*. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2000, p. 17-26.

LILLEHAMMER, Grete. Archaeology of children. *Revista Complutum*, v. 21, n.2, p. 15-46, 2010.

LILLEHAMMER, Grete. Children in the bog. In: LALLY, Mike; MOORE, Alison. (Ed). (Re)Thinking the little ancestor: new perspectives on the archaeology of infancy and childhood. Oxford: Oxbow Books, 2011, p. 47-62.

LILLEHAMMER, Grete. The archaeology of childhood: short version of a factual story with a personal touch. *Revista de Arqueologia*, v. 31, n. 2, p. 75-85, 2018a.

LILLEHAMMER, Grete. Uma criança nasce. O mundo da criança em uma perspectiva arqueológica. Tradução Fernanda Neubauer. *Revista de Arqueologia*, v. 31, n. 2, p. 14-34, 2018b.

LIMA, Tânia Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, v. 6, n. 1, p. 11-23, 2011.

LIMA, Tânia Andrade. Apresentação. In: LIMA, Tânia Andrade (Org.). *A (in) visibilidade de crianças no registro arqueológico*. Séries Livros Digital 16. Rio de Janeiro: Museu Nacional, p. 7-12, 2019a.

LIMA, Tânia Andrade. Brinquedos subliminares: doutrinação de crianças e introjeção de papéis sociais no Rio de Janeiro oitocentista. In: LIMA, Tânia Andrade (Org.). *A (in) visibilidade de crianças no registro arqueológico*. Séries Livros Digital 16. Rio de Janeiro: Museu Nacional, p. 67-91, 2019b.

LIMA, Tânia Andrade; PANACHUK, Lilian; CRUZ Daniel. Scribbling the walls: children's contribution to the rock art of Peruaçu Valley, Minas Gerais, Brazil. *Rock Art Research*, v. 36, n. 2, p. 131-147, 2019.

LISBOA, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Tomo VII. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de Seignot – Plancher e C^a, 1835.

LODI-CORRÊA, Samantha. Anália Franco e sua ação sócio educacional na transição do Império para a República. 2009. 186f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

LOPES DE LIMA, Alessandro Luis. Uma arqueologia dos territórios negros: contas e miçangas no triângulo histórico de São Paulo (sécs. XIX-XX). 2019. 244f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

LORD, Ernest. "Young Charlotte". NA66.10, CD113.4. Northeast Archives of Folklore and Oral History. Raymond H. Fogler Special Collections Department, University of Maine, 1966.

LUCCOCK, John. Notes on Rio de Janeiro, and the Southern parts of Brazil; taken during a residence of ten years in that country. From 1808 to 1818. London: Samuel Leigh, 1920.

LUNÉ, Antonio José Baptista de; FONSECA, Paulo Delfino da. Almanak da província de São Paulo para 1873. Primeiro Anno. São Paulo: Typographia Americana, 1873.

LYRA, Heitor. História de Dom Pedro II - 1825-1891. Ascensão 1825-1879. Primeiro volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

LYRA, Heitor. História de Dom Pedro II - 1825-1891. Fastígio – 1870-1880, volume II. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

LYRA, Heitor. História de Dom Pedro II - 1825-1891. Declínio 1880-1891. Terceiro volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro. Tomo I e II. Rio de Janeiro: Livreiro editor do Instituto Histórico do Brasil, 1862.

MACIEIRA, Cássia. Infância, inventos e boneca de pano. *Revista de Arqueologia*, v. 31, n. 2, p. 197-209, 2018.

MACHIN, David; LEEUWEN, Theo Van. Toys as discourse: children's war toys and the war on terror. *Critical Discourse Studies*, v. 6, n. 1, p. 51-63, 2009.

MAP OF RIO DE JANEIRO. Disponível em: < <https://pt.map-of-rio-de-janeiro.com/bairros-mapas/centro-do-mapa-em-pdf>>. Acesso em: 03 out. 2023.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A lenta construção dos direitos da criança brasileira. Século XX. *Revista USP*, v. 37, p. 46-57, 1998.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

MARQUES, Marcélia. A infância e o sistema semiótico de mãos carimbadas na arte rupestre. *Revista de Arqueologia*, v. 31, n. 2, p. 147-167, 2018.

MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo antigo (1554-1910). Primeiro Volume*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves & C., 1911.

MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo antigo (1554-1910). Segundo Volume*. São Paulo: Typographia do Diario Official, 1912.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o império. In: DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2018, p. 137-176.

MAYS, Simon; GOWLAND, Rebecca; HALCROW, Siân; MURPHY, Eillen. Child bioarchaeology: perspectives on the past 10 years. *Childhood in the Past. An International Journal*, v. 10, n. 1, p. 38-56, 2017.

MAZERON, Gaston Hasslocher. *Notas para a história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, Barcelos, Bertaso & Cia, 1928.

MEAD, Margaret. *Coming of age in Samoa. A psychological study of primitive youth for western civilization*. New York: William Morrow & Company, 1928.

MEAD, Margaret. Children's play style: potentialities and limitations of its use as a cultural indicator. *Anthropological Quarterly*, v. 48, n. 3, p. 157-161, 1975.

MEFANO, Ligia. *O design de brinquedos no Brasil. Uma arqueologia do projeto e suas origens*. 2005. 143f. Dissertação (Mestrado em Artes e Design). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MEISSNER, Barbara A. Dolls, toys, games and other diversions. In: FOX, Anne A.; RENNER, Marcie; HARD, Robert J. *Archaeology at the Alamodome. Investigations of*

a San Antonio neighborhood in transition. *Artifact and special studies*. Texas: Center for Archaeological Research, University of Texas at San Antonio, 1997, p. 57-99.

MELO, Victor Andrade de.; KARLS, Cleber Eduardo. A modernidade sobre rodinhas: a patinação na Porto Alegre do século XIX (1878-1882). *História Unisinos*, v. 20, n. 1, p. 50-59, 2016.

MENDES, Adriana Gonçalves dos Santos. Área central da Praça XV de Novembro: o papel do Estado na preservação de um sítio histórico urbano (1938-1990). 2012. 200f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 2012.

MEZZALIRA, Isabel Maria Alves; FLANDOLI, Ornella Regina. O hospício de alienados da Província de São Paulo. *Histórica-Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 51, p. 1-14, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. Volume X, Tomo I, 1883. Rio de Janeiro, 1947.

MONCORVO FILHO. Histórico da protecção à infância no Brasil, 1500-1922. Rio de Janeiro: Empresa Graphica Editora, 1926.

MONTANDON, Cléopâtre. Sociologia da infância. Balanço dos trabalhos em língua inglesa. Tradução: Neide Luzia de Rezende. *Cadernos de Pesquisa*, n. 112, p. 33-60, 2001.

MONTEIRO, Eduardo Carvalho. Anália Franco, a grande dama da Educação Brasileira. São Paulo: Editora Eldorado Espírita, 1992.

MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.

MUNITA, Doina; MERA, C. Rodrigo. Por aquellos olvidados...Niños y niñas en la arqueologia histórica industrial de Valdivia. *Revista Austral de Ciencias Sociales*, n. 31, p. 131-144, 2016.

MURPHY, Eileen. M. Ten years of childhood in the past. *Childhood in the Past. An International Journal*, v. 10, n. 1, p. 1-9, 2017.

NASIR, Na'ilah Suad. Individual cognitive structuring and the sociocultural context: strategy shifts in the game of dominoes. *The Journal of the Learning Sciences*, v. 14, n. 1, p. 5-34, 2005.

NEUBAUER, Fernanda. Playing with projectile points: childhood flintknapping imitation at an 8.500-year-old hunter-gatherer rockshelter site in southern Brazil. *Revista de Arqueologia*, v. 31, n. 2, p. 35-37, 2018.

NOTAS e informações. O Estado de São Paulo, 12 abr. 1912. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#119120412-12170-nac-0004-999-4-not/busca/Colônia+Regeneradora>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

NUNES, Daniel Minossi. Nos bares, cafés e restaurantes de Porto Alegre: cultura material e o ideário moderno em meados do século XX. 2014. 199f. Dissertação (Doutorado em Antropologia), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

NUNES, Eduardo Silveira Netto. Os primeiros congressos Pan-americanos Del Niño (1916, 1919, 1922, 1924) e a participação do Brasil. São Paulo: Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão, ANPUH/SP, 2008.

NUNES, Eduardo Silveira Netto. A vida infantil e sua intimidade pública: o trabalho social como novidade na atenção à infância na América Latina, 1928-1948. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 19, n. 2, p. 451-473, abr.-jun., 2012.

O EXEMPLO: *Jornal do Povo*. Porto Alegre: Ano II, n. 27, 1 de julho de 1917, p.3. Disponível em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843717&Pesq=andradas&pagfis=411>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. Dom João VI no Brasil 1808-1821. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1908.

OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de. Salvamento arqueológico para duplicação das avenidas João Goulart e Loureiro da Silva, município de Porto Alegre/RS. Porto Alegre: relatório técnico, 2014.

OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte. de.; CAPPELLETTI, Angela Maria; OZÓRIO, Sérgio Rovani. Trabalho arqueológico na Praça Brigadeiro Sampaio. *Revista do Cepa, Santa Cruz do Sul*, v. 22, n. 27/28, p. 77-88, 1998.

OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de. Um estudo em arqueologia urbana: a carta de potencial arqueológico do Centro Histórico de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em

História Ibero-Americana. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

OLIVEIRA, Elaine de Christo. Anália Franco e a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva: ideias e práticas educativas para a criança e para a mulher (1870-1920). 2007. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade São Francisco, Itatiba, 2007.

ORZYŁOWSKA, Katarzyna; KAROLAK, Bartosz. Paleolithic children knapping. The identification of children's flint knapping product – experimental case study. In: ROMANOWICZ, Paulina (Ed.). *Child and childhood in the light of archaeology*. Poland: Uniwersytet Szczecinski and Wydawnictwo Chronicon, 2013, p. 29-40.

PARK, Robert W. Growing up North: exploring the archaeology of childhood in the Thule and Dorset cultures of Arctic Canada. *American Anthropological Association*, v. 15, p. 53-64, 2006.

PARK, Robert W. Descubriendo la infancia en el registro arqueológico del Canadá Ártico. *Complutum. Infancia y cultura material en arqueología*, v. 21, n. 2, p. 121-134, 2010.

PAWLETA, Michal. An archaeology of childhood – a new subfield of study. In: ROMANOWICZ, Paulina (Ed.). *Child and childhood in the light of archaeology*. Poland: Uniwersytet Szczecinski and Wydawnictwo Chronicon, 2013, p. 9-28.

PELO Brasil de amanhã. Porto Alegre possui os primeiros “Jardins de Recreio” instalados em nosso país. São eles os mais aperfeiçoados da América do Sul. Álbum organizado por Frederico Gaelzer com informações sobre Praças de Educação Física e Jardins de Infância de Porto Alegre (década de 1930), 1930b.

PEREIRA, Ângelo. Os filhos de el-rei D. João VI. Reconstituição histórica com documentos inéditos que, na sua maioria, pertenceram ao real gabinete. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946.

PEREIRA, Ângelo. D. João VI príncipe e rei. A Independência do Brasil. Terceiro Volume. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1956.

PEREIRA, Rodrigo. Fazer-se criança no candomblé – Infância, educação formal e gênero: visibilidades no registro arqueológico. *Revista de Arqueologia*, v. 31, n. 2, p. 158-175, 2018.

PEREZ, F. A. Entre espíritas, maçons e anarquistas: Anália Franco, João Penteadado e a educação em São Paulo na Primeira República. *Horizontes*, v. 29, n. 2, p. 35-46, 2011.

PIAGET, Jean. O juízo moral na criança. Tradução Elzon Lenardon. São Paulo: Summus, 1994.

PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. A psicologia da criança. Tradução Octavio Mendes Cajado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

PIMENTEL, A. M. A. Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro levantada por ordem de sua Alteza o Príncipe Regente Nosso Senhor, no ano de 1808, 1884. Disponível em: <
https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart161235/cart161235.jpg>. Acesso em 09 mai. 2023.

PINHEIRO DA SILVA, Regina; MORLEY, Edna; FERREIRA DA SILVA, Catarina. A pesquisa arqueológica: primeiras notas. *Revista do Iphan*, n. 20, p. 158-165, 1984.

PINTO, Alfredo Moreira. A cidade de São Paulo em 1900. Impressões de viagem. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

PIRES, Flavia. O que as crianças podem fazer pela antropologia? *Horizontes Antropológicos*, a. 16, n. 34, p. 137-157, 2010.

POLITIS, Gustavo G. Arqueologia de la infância: una perspectiva etnoarqueológica. *Trabajos de Prehistoria*, v. 55, n. 2, p. 5-19, 1998.

POLITIS, Gustavo G. La actividad infantil en la producción del registro arqueológico de cazadores-recolectores. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento 3*, p. 263-283, 1999.

POLLOCK, Linda A. The forgotten children. 1981. 389f. Tese (Doutorado em Filosofia). Faculdade de Artes, Universidade de St. Andrews, Londres, 1981.

PORTELA, Daniela Fagundes. Trajetória profissional de Anália Emília Franco (1853-1919). 2016. 238f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PORTO ALEGRE, Achylles. Através do passado (chronica e historia). Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1920.

PORTO ALEGRE, Achylles. Jardim de saudades. Porto Alegre: Oficinas Graphicas Wiedmann & Cia, 1921.

PORTO ALEGRE, Achylles. Paizagens mortas. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo de Barcellos, Bertaso & Cia, 1922.

PORTO ALEGRE, Achylles. História popular de Porto Alegre. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela prefeitura municipal, 1940.

PRATI. Praça da Harmonia vista a partir da rua General Portinho, junto à rua dos Andradas em direção ao Guaíba, final do século XIX. Disponível em: < <http://www.prati.com.br>>. Acesso em: 10 nov. 2022a.

PRATI. Obras do cais nos terrenos da antiga Praça da Harmonia, 1924. Acervo Ronaldo Fotografia. Disponível em: < <http://www.prati.com.br>>. Acesso em: 10 nov. 2022b.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Mapa turístico com localização do Solar da Travessa Paraíso, 2023. Disponível em: < <https://prefeitura.poa.br/maisturismo>>. Acesso em 23 jun. 2023a.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Imagem atual do Solar da Travessa Paraíso Disponível em: < https://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_secao=305>. Acesso em: 23 jun. 2023b.

PRESAS, José. Da índole e caráter que manifestou com a idade de oito anos o sereníssimo infante D. Miguel, atual rei de Portugal. Tradução de Magalhães Júnior. In: PRESAS, José. Memórias secretas de Carlota Joaquina. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 130, 2013, p. 90-92.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Centro Cultural PGE-RJ. Novo espaço de cultura. Disponível em: < <https://pge.rj.gov.br/centro-cultural/>>. Acesso em 28 mar. 2023.

PROUS, André; PANACHUK, Lilian; JÁCOME Camila. Brincando de panelinha...os potes Tupiguarani em miniatura e as vasilhas para treinamento. In: LIMA, Tânia Andrade (Org.). A (in) visibilidade de crianças no registro arqueológico. Séries Livros Digital 16. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2019, p. 41-66.

PUDSEY April; VUOLANTO Ville. Childrens's urban environments in an ancient city: social and physical realities. *Childhood in the Past. An International Journal*, v. 14, n. 2, p. 161-176, 2021.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. Tradução de Giuliana Rodrigues, revisão técnica Maria Letícia B. P. Nascimento. *Educação e Pesquisa*, v. 36, p. 631-643, mai/ago. 2010.

RAFFAINI, Patricia Tavares. As meninas são de pano e os meninos são de chumbo? *Cultura material e literatura. Secuencia*, p. 177-187, 2018.

RANDALL, Mark E. Early marbles. *Historical Archaeology*, v. 5, p. 102-105, 1971.

RANGEL, Alberto. A educação do príncipe. Esboço histórico e crítico sôbre o ensino de Dom Pedro II. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editôra, 1945.

REZZUTTI, Paulo Marcelo. Domitila, a verdadeira história da Marquesa de Santos. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

RIVERO, Andréa Simões; ROCHA, Eloísa Acires Candal. A brincadeira e a constituição social das crianças em um contexto de educação infantil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, p. 1-24, 2019.

RÖDDER, Brigitte. Archaeological childhood research as interdisciplinary analysis. In: DOMMASNES, Liv Helga.; WRIGGLESWORTH, Melanie. (Ed). *Children, identity and the past*. UK: Cambridge Scholars Publishing, 2008, p. 74-88.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Almanak Litterario e Estatistico do Rio Grande do Sul*. Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre: Pinto & C. Editores, 1903.

RODRIGUES, Marília Mezzomo. Aventuras no mundo da higiene – Ecos do discurso médico no texto de Erico Verissimo. *Cadernos de História da Educação*, v. 9, n. 2, p. 439-454, 2010.

ROGERSDOTTER, Elke. The forgotten: an approach on Harappan toy artefacts. PhD thesis (Archaeology), Department of Archaeology and Sami Studies, University of Umea, Umea, Sweden, 2006.

ROMANOWICZ, Paulina. Archaeological finds of playthings in late medieval towns. Contribution to the study of the development of children in the past. In: ROMANOWICZ, Paulina (Ed.). *Child and childhood in the light of archaeology*. Wrocław: Chronicon Wydawnictwo, 2013, p. 163-184.

ROSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A., 1992.

SACCHI, Mariana. Algunos apuntes sobre la arqueología de la infancia: Exploración de vías metodológicas para su definición. *Revista de Antropología Experimental*, n. 10, p. 281-292, 2010.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Tradução Adroaldo Mesquita da Costa. Coleção O Brasil visto por estrangeiros. Brasília: Senado Federal, 2002.

SÁNCHEZ ROMERO, Margarita. Actividades de mantenimiento en la Edad del Bronce del sur peninsular: El cuidado y la socialización de individuos infantiles. *Complutum*, v. 18, p. 185-194, 2007.

SÁNCHEZ ROMERO, Margarita. Learning and socialization in children during the Spanish bronze age. In: DOMMASNES, Liv Helga; WRIGGLESWORTH, Melanie (Ed). *Children, identity and the past*. UK: Cambridge Scholars Publishing, 2008, p. 113, 124.

SÁNCHEZ ROMERO, Margarita. Landscapes of childhood: bodies, places and material culture. *Childhood in the Past. An International Journal*, v. 10, n. 1, p. 16-37, 2017.

SÁNCHEZ ROMERO, Margarita. Cuerpos, infancias y identidades: una mirada particular a las poblaciones prehistóricas. *Revista de Arqueologia*, v. 31, n. 2, p. 134-146, 2018.

SÁNCHEZ ROMERO, Margarita; GARCÍA, Eva Alarcón. Los que lós niños nos cuentan: individuos infantiles durante la Edad del Bronce en el sur de la península Iberica. In: VICENTE Daniel Justel (Ed). *Niños en la antigüedad. Estudios sobre la infância en el Mediterráneo antiguo*. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2012, p. 57-98.

SANCTOS, Luiz Gonçalves dos. *Memórias para servir a história do reino do Brazil, divididas em três épocas da felicidade, da honra, e glória; escriptas na corte do Rio de Janeiro no anno de 1821 e ofrecidas a S. Magestade ElRei Nosso Senhor D. João VI*. Lisboa: Impressão Regia, 1825.

SANTOS, José Guilherme Wady; ALVES, José Moysés. O jogo de dominó como contexto interativo para a construção de conhecimentos por pré-escolares. *Psicologia: Reflexão e crítica*, v. 13, n. 3, p. 383-390, 2000.

SANT'ANNA, Nuno. São Paulo histórico. Aspectos, lendas e costumes, v. II. São Paulo: Departamento de Cultura, 1937.

SANT'ANNA, Nuno. São Paulo histórico. Aspectos, lendas e costumes, v. V. São Paulo: Departamento de Cultura de São Paulo, 1944.

SANT'ANNA, Nuno. Metr pole. Histórias da cidade de São Paulo também chamada São Paulo de Piratininga e São Paulo do Campo em tempos de El-Rei, o cardeal Dom Henrique, da dinastia de Aves, v. I. São Paulo: Departamento de Cultura de São Paulo, 1950.

SANT'ANNA, Nuno. Metr pole. Histórias da cidade de São Paulo também chamada São Paulo de Piratininga e São Paulo do Campo em tempos de El-Rei, o cardeal Dom Henrique, da dinastia de Aves, v. II. São Paulo: Departamento de Cultura de São Paulo, 1952.

SANTOS, Amilcar Salgado. A imperatriz D. Leopoldina (mãe do imperador D. Pedro II). São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Cora o de Jesus, 1927.

SANTOS, Israel Silva dos. Dom Romualdo Antônio de Seixas e a reforma da igreja católica na Bahia (1828-1860). 2014. 291f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SANTOS, José Guilherme Wady; ALVES, José Moysés. O jogo de dominó como contexto interativo para constru o de conhecimentos por pré-escolares. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 13, n. 3, 383-390, 2000.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Imaginário e culturas da infância. *Cadernos de Educa o*, n. 21, p. 51-69, 2003.

SCHWARTZMAN, Helen B. Materializing children: challenges for the archaeology of childhood. *American Anthropological Association*, v. 15, p. 123-131, 2006.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. Monitoramento e resgate arqueológico da área destinada à implanta o da Praça das Artes – Opera o Urbana Centro, município de São Paulo – SP. São Paulo: Relatório Técnico, 2012.

SECKLER, Jorge. Almanach administrativo, commercial e industrial da Província de São Paulo para o anno de 1886. São Paulo: Jorge Seckler & Cia, 1886.

SENE, Glaucia Malerba. A infância do gênero: a visibilidade das crianças na pr -história do Norte de Minas Gerais. *Habitus*, v. 16, n. 1, p. 54-74, 2018.

SHARECG. Modelo de carroça de madeira, 2023. Disponível em: <<https://sharecg.com/images/medium/97626.jpg>>. Acesso em: 06 mai. 2023.

SHARPE, Kevin; GELDER, Leslie Van. Evidence for cave marking by Paleolithic children. *Antiquity*, v. 80, p. 937-947, 2006.

SHEA, John J. Child's play: reflections on the invisibility of children in Paleolithic record. *Evolutionary Anthropology*, v. 15, p. 212-216, 2006.

SIEDLIKOWOSKI, Sophia; PRAAGH Shauna Van; SHEVELL Meaghan; CARNEVALE, Franco A. Agency in everyday life: an ethnography of the moral experiences of children and youth. *Children & Society*, p. 1-16, 2021.

SILVA, Adriana Fraga da. Infância, gênero e brinquedos: reflexões sobre a construção da domesticidade feminina através das coisas contemporâneas do brincar. *Revista de Arqueologia*, v. 31, n. 2, p. 176-196, 2018.

SILVA, Adriana Fraga da. Olhares sobre crianças e infâncias na Arqueologia: uma breve aproximação. *História Unisinos*, v. 24, n. 3, p. 343-350, 2020.

SILVA, Bruno Sanches Ranzani da. Descobrimo a chácara e a charqueada, pela arqueologia pública. 2017. 357f. Tese (Doutorado em Arqueologia). Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVA, Francisco de Lima e; CARVALLHO, José da Costa; MUNIZ, João Braulio. Falla com que a regência do império em nome de S. M. o imperador o senhor D. Pedro Segundo encerrou a seção extraordinária e abriu a seção ordinária da assembléa geral legislativa, no dia 3 de maio de 1833. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 4, 1833.

SILVA, Francisco de Lima; MONIZ, João Braulio; GAMA, Antonio Pinto Chichorro da. Decreto de 14 de dezembro de 1833 suspendendo José Bonifácio de Andrada e Silva das funções de tutor de S. M. I. In: PUBLICAÇÕES DO ARCHIVO NACIONAL. Infancia e adolescencia de D. Pedro II. Documentos interessantes publicados para commemorar o primeiro centenário do nascimento do grande brasileiro ocorrido em 2 de dezembro de 1825. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas do Archivo Nacional, 1925, p. 39-40.

SILVA, Francisco de Lima; MONIZ, João Braulio; GAMA, Antonio Pinto Chichorro da. Decreto nomeando o marquez de Itanhaem para tutor de S. M. I. em 14 de dezembro de 1833. In: PUBLICAÇÕES DO ARCHIVO NACIONAL. Infancia e adolescencia de D.

Pedro II. Documentos interessantes publicados para comemorar o primeiro centenário do nascimento do grande brasileiro ocorrido em 2 de dezembro de 1825. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do Arquivo Nacional, 1925, p. 41-42.

SILVA, Rogério Correia da. Circulando com os meninos: Infância, participação e aprendizagens de meninos indígenas Xakriabá. Belo Horizonte: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

SOAFER DEREVENSKI, Joanna. Engendering children, engendering archaeology. In: MOORE, Jenny; SCOTT, Eleanor (Ed). *Invisible people and processes: writing gender and childhood into european archaeology*. UK: Leicester University Press, 1997, p. 192-202.

SOAFER DEREVENSKI, Joanna. Material Culture Shock. Confronting expectations in the material culture of children. In: SOAFER DEREVENSKI, Joanna. (Ed). *Children and Material Culture*. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2000, p. 3-16.

SOMMER, Maria; SOMMER, Dion. Archaeology and Developmental Psychology. A brief survey of Ancient Athenian Toys. *American Journal of Play*, v. 9, n. 3, p. 341-355, 2017.

SOLARI, Ana; MARTIN, Gabriela; MONTEIRO DA SILVA, Sergio Francisco Serafim. A presença infantil no registro bioarqueológico no sítio Pedra do Alexandre, Carnaúba dos Dantas, RN, Brasil. *Fundamentos*, v. 13, p. 4-30, 2016.

SOLARI, Ana; PESSIS, Anne Marie; MARTIN, Gabriela; MONTEIRO DA SILVA, Sergio Francisco Serafim. Patologias invisíveis na bioarqueologia da infância. *Revista de Arqueologia*, v. 31, n. 2, p. 103-117, 2018.

SOUSA, Alberto. Estudos demográficos: a população de São Paulo no último decênio, 1907-1916. São Paulo: Typographia Piratininga, 1917.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. A vida de Dom Pedro I. V. I. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 209a, 2015.

STEPHANOU, Maria. Tratar e educar: discursos médicos nas primeiras décadas do século XX, v. I e II. 1999. 320f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

STEINMANN, Johann Jacob. Largo do Paço, 1834. Coleção Brasileira Itaú. Disponível em:

<<https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18751/largo-do-paco>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

TAUNAY, Felix Emilio. Officio do mestre de desenho Felix Emilio Taunay. In: PUBLICAÇÕES DO ARCHIVO NACIONAL. Infancia e adolescencia de D. Pedro II. Documentos interessantes publicados para commemorar o primeiro centenário do nascimento do grande brasileiro occorrido em 2 de dezembro de 1825. Rio de Janeiro: Officinas Graphics do Archivo Nacional, 1925, p. 56.

THOMAS, Kelly. The “nature” of childhood: ethnography as a tool in approaching children in archaeology. American Anthropological Association, v. 15, p. 41-50, 2006.

THOMAS, Keith. Foreword. Childhood in the Past. An International Journal, n. 1, p. 3-4, 2008.

THOMPSON, Oscar; PEREIRA, A. R. Alves; SANT'ANNA, Joaquim de; TOLOSA, Benedicto Maria. Pedagogia Paulista. A escola publica. Ensaio de pedagogia practica. São Paulo: Typographia Paulista, 1895.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. Relatório de pesquisa arqueológica no Solar da Travessa Paraíso. Pesquisa arqueológica e valorização do patrimônio material pré-histórico e histórico do município de Porto Alegre, 2002.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas na Porto Alegre moderna oitocentista. Porto Alegre: Oikos Editora. Coleção Anpuh/RS, 2010.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin; OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte. Relatório técnico final – Plano de trabalho para monitoramento arqueológico junto à obra de instalação da Linha de Transmissão Subterrânea 230 KV, nas praças Júlio Mesquita e Brigadeiro Sampaio, município de Porto Alegre/RS. Porto Alegre: relatório técnico, 2012.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. Um lavrador paulista do tempo do Império. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 2010.

TOSTES, Theodemiro. Nosso bairro – memórias de Theodemiro Tostes. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 1989.

TOSTES, Theodemiro. Bazar e outras crônicas. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 1994.

TOTTA, Mario. O médico em casa. Preceitos de higiene. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1939.

TREJO, Hugo Pérez. Los niños en la antigua ciudad de Teotihuacán (150 a.C-650 d.C.): um primer acercamiento. *Sociedad e Infancias*, v. 3, p. 171-192, 2019.

VERÍSSIMO, Érico. Aventuras no mundo da higiene. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1939.

VIEIRA FAZENDA, José. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. 28 de abril de 1847 – 19 de fevereiro de 1917. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. A formação social da mente. O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

VLAHOS, Margaretha Marie-Louise. Developing an archaeology of childhood. Experiences in Australia 1788-1901. Queensland: School of Social Science, University of Queensland, 2014.

WELLINGTON, Donald. C.; GALLO, Joseph. C. The march of toy soldier: the market for a collectible. *Journal of Cultural Economics*, v. 5, n. 1, p. 69-75, 1981.

WILKIE, Laurie A. Not merely child's play. Creating a historical archaeology of children and childhood. In: SOAFER DEREVENSKI, Joanna (Ed). *Children and Material Culture*. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2000, p.100-114.

WITTE, Claudia Thomé. Amélia, uma imperatriz desconhecida. *Anuário do Museu Imperial*, v. 2, p. 37-62, 2021.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. Prospecções arqueológicas no sítio do Capão, município de São Paulo. São Paulo: relatório técnico, 2003.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista. 2005. 424f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

APÊNDICE A – FICHA DE ANÁLISE – SÍTIO ARQUEOLÓGICO ANTIGO CONVENTO DO CARMO

Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB

Endereço: Estrada da Cruz Vermelha, 45 – Vila Santa Teresa, Belford Roxo/RJ – CEP:
26193-415

Instituto de Arqueologia Brasileira. Instituição sem fins lucrativos, registrada como instituição científica, tecnológica e de inovação (ICT-CNPq), museológica (IBRAM) e para guarda de acervos (IPHAN).



Fonte: Imagem disponível em: <<https://arqueologia-iab.com.br>>. Acesso em: 09 out.
2023.

- Número total: 76
- Área: corredor, bloco 1, piso 3, Setor: J8/J9, Nível: 20-70

1 - N° da peça: 4981 – C2

Espessura: 0,2 cm

Largura/Comprimento: 2,9 cm

Descrição: peça circular em madeira, inteira, com as faces planas.

2/3- N° da peça: 4981 – C2

Espessura: 0,4 cm

Largura/Comprimento: 2,2 cm

Descrição: peça circular em madeira, inteira. Apresenta as faces planas e um pequeno furo não vazado em uma das faces.



4 - N° da peça: 4981-C2

Comprimento: 9,5 cm

Largura: 0,5 cm

Espessura: 0,5 cm

Descrição: peça cilíndrica em madeira, inteira. Uma das pontas encontra-se mais afunilada, semelhante a ponta de um lápis.



5 - N° da peça: 4981 – C2

Comprimento: 6,5 cm

Largura: 0,6 cm

Espessura: 0,4 cm

Descrição: peça cilíndrica em madeira. Na porção central há uma concavidade para encaixe do grafite. Lápiz fragmentado.



6 - N° da peça: 4981-C2

Espessura: 0,8 cm

Largura/Comprimento: 2,0 cm

Descrição: peça circular em madeira, inteira. Apresenta faces planas, sendo uma mais larga que a outra, além de um furo vazado.



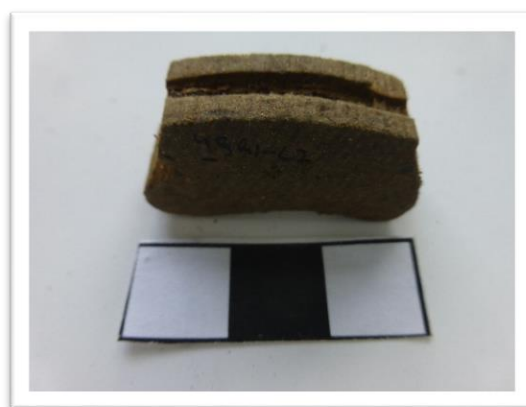
7 - N° da peça: 4981 – C2

Espessura: 0,8 cm

Comprimento: 2,8 cm

Largura: 1,4 cm

Descrição: peça retangular em madeira, fragmentada. Apresenta faces semi planas, com leve movimento circular. Uma das faces mostra em sua porção central uma concavidade.



8 - N° da peça: 4981 – C2

Espessura: 0,6 cm

Largura/Comprimento: 0,8 cm

Descrição: peça circular em madeira, fragmentada.

9 - N° da peça: 4981 – C2

Espessura: 0,3 cm

Largura/Comprimento: 1,3 cm

Descrição: peça circular em madeira, fragmentada.

10 - N° da peça: 4981 – C2

Espessura: 0,4 cm

Largura/Comprimento: 2,8 cm

Descrição: peça circular em madeira, fragmentada.

11 - N° da peça: 4981 – C2

Espessura: 0,5 cm

Largura/Comprimento: 2,1 cm

Descrição: peça circular em madeira, fragmentada.

12 - N° da peça: 4981 – C2

Espessura: 0,2 cm

Largura/Comprimento: 2,8 cm

Descrição: peça circular em madeira, fragmentada.

13 - N° da peça: 4981 – C2

Espessura: 0,8 cm

Largura/Comprimento: 1,9 cm

Descrição: peça circular em madeira, fragmentada.

14 - N° da peça: 4981 – C2

Espessura: 0,7 cm

Largura/Comprimento: 1,8 cm

Descrição: peça circular em madeira, fragmentada.



15 - N° da peça: 4981-C2

Espessura: 1,1 cm

Comprimento: 2,6 cm

Largura: 1,1 cm

Descrição: peça cilíndrica em madeira, fragmentada.

16 - N° da peça: 4981-C2

Espessura: 0,6 cm

Comprimento: 2,8 cm

Largura: 0,8 cm

Descrição: peça cilíndrica em madeira, fragmentada.

17 - N° da peça: 4981 – C2

Espessura: 1,0 cm

Comprimento: 4,1 cm

Largura: 1,0 cm

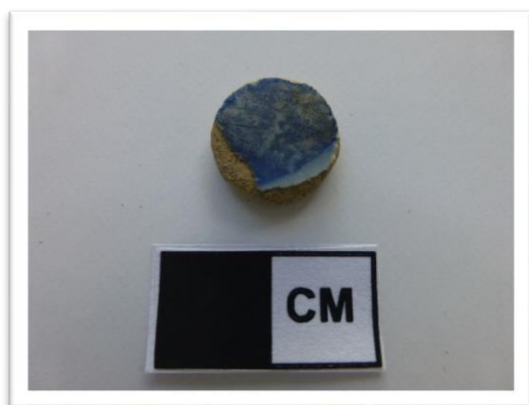
Descrição: peça cilíndrica em madeira, fragmentada.



18 - N° da peça: 4981

Espessura: 0,3 cm

Descrição: peça circular em louça, inteira. Apresenta as faces planas, decoração azul em uma das faces.



19 – N° da peça: 4981 – C2

Espessura: 1,7 cm

Descrição: bolinha de cerâmica com um furo não vazado na porção central.



20 – N° da peça: 4981-C2

Espessura: 0,1 cm

Comprimento: 4,4 cm

Largura: 3,7 cm

Descrição: peça em chumbo, fragmentada. Cavalo inteiro, com resquícios de cor vermelha e soldado sem cabeça, também com resquícios de cor vermelha. Há uma base para que o brinquedo permaneça em pé. Soldadinho de chumbo.



21 – N° da peça: 4981-C2

Espessura: 1,1 cm

Comprimento: 1,8 cm

Largura: 1,0 cm

Descrição: objeto em porcelana branca, fragmentado. Trata-se de um animal aquático. Notam-se resquílios de coloração preta, em uma das faces há dois pequenos detalhes em alto relevo de cor marrom, representando os olhos.



22 – N° da peça: 4981 – C2

Espessura: 1,0 cm

Descrição: objeto em marfim, inteiro. As concavidades que representam os números estão pintadas em vermelho. Dado.



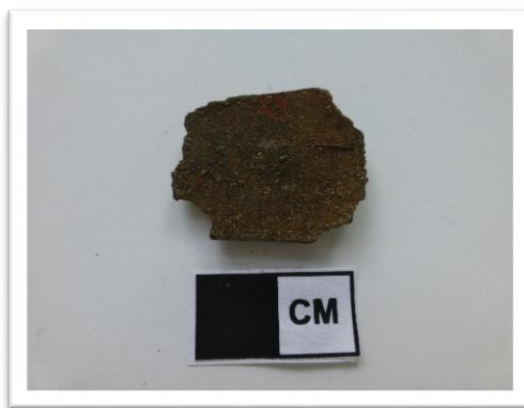
23 – N° da peça: 4981

Espessura: 0,4 cm

Comprimento: 2,4 cm

Largura: 1,9 cm

Descrição: base em madeira, fragmentada. Prato de jogo de chá para bonecas.



24/25/26 – N° da peça: 4981 – C2 (3 peças)

Espessura: 1,3 cm

Largura/Comprimento: 3,3 cm

Descrição: peças em madeira, inteiras. Apresentam decoração incisa circundando as bordas. Duas delas são de madeira escura, a outra de madeira mais clara. As três apresentam faces planas e porção central mais côncava que as bordas, além de furos nas porções centrais, não vazados. Uma delas apresenta um furo vazado. Peças para jogo de damas.



27 – N° da peça: 4981

Espessura: 2,4 cm

Comprimento: 3,1 cm

Largura: 2,4 cm

Descrição: objeto em madeira, levemente fragmentado. A peça apresenta formato piriforme, com traço circundando a porção central. Mostra fragmentação na porção afunilada (base para ser apoiada em uma superfície) e sem a parte de apoio para fazer o objeto girar. Pião.



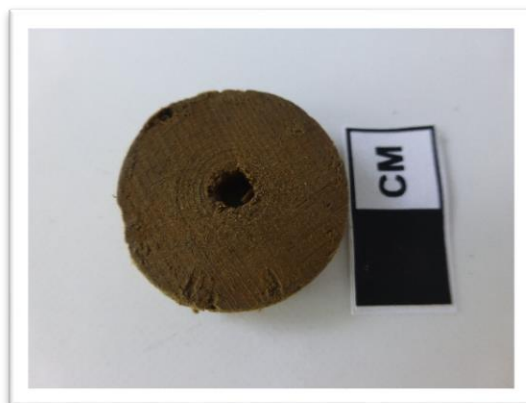
➤ Área: corredor, bloco I, piso 3, Setor: J9/J10, Nível: 0-20

28 - Nº da peça: 4980 – C1

Espessura: 0,6 cm

Largura/Comprimento: 2,1 cm

Descrição: peça circular em madeira, inteira. Apresenta faces planas e uma perfuração vazada na porção central.



29/30 – N° da peça: 4980-C1

Espessura: 0,4 cm

Largura/Comprimento: 4,1 cm

Espessura: 0,3 cm

Largura/Comprimento: 4,1 cm

Descrição: peças circulares em madeira, inteiras. As peças são semelhantes, com faces planas, sendo uma delas mais espessa que a outra.



31 - N° da peça: 4980 – C1

Espessura: 2,3 cm

Descrição: bolinha em madeira. A peça é lisa, apresentando alguns furos de deterioração da madeira e uma faixa pintada em preto em seu centro.



32 - N° da peça: 4980 – C1

Espessura: 0,7 cm

Comprimento: 1,3 cm

Largura: 1,7 cm

Descrição: peça circular em madeira, inteira. Apresenta faces planas e lados arredondados. Há uma perfuração central larga e seis pequenos furos vazados na lateral.



33 - N° da peça: 4980 - C1

Espessura: 0,6 cm

Descrição: peça circular em madeira, fragmentada. Apresenta as faces planas e perfuração na porção central.



34 – Nº da peça: 4980 – C1

Espessura: 0,1 cm

Largura/Comprimento: 1,4 cm

Descrição: peça circular em madeira, fragmentada, semelhante a uma argola.



35 – Nº da peça: 4980 – C1

Espessura: 1,4 cm

Largura/Comprimento: 3,8 cm

Descrição: peça circular em madeira, inteira. Apresenta as faces planas.



36 – Nº da peça: 4980 – C1

Espessura: 0,1 cm

Comprimento: 7,2 cm

Largura: 9,7 cm

Descrição: vestimenta em algodão para boneca, fragmentada. Apresenta bainha, mangas e gola com costura preservada e pequenos desenhos de cor roxa. Há também uma peça em algodão de 11,2 cm de comprimento por 1,2 de largura que poderia servir como laço.



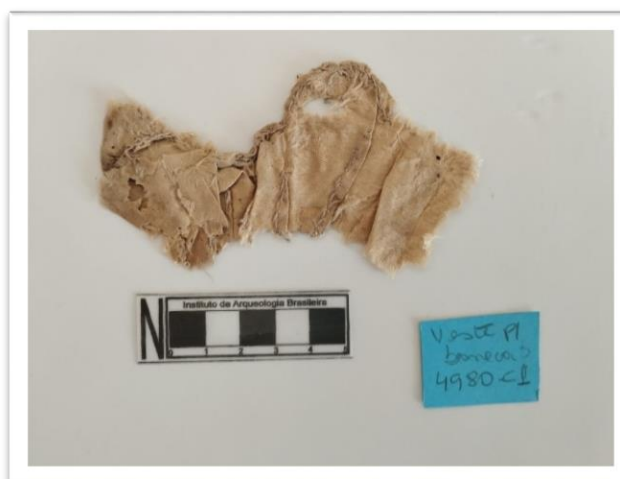
37 – N° da peça: 4980 – C1

Espessura: 0,1 cm

Comprimento: 9,5 cm

Largura: 5,0 cm

Descrição: vestimenta em seda para boneca, fragmentada. O tecido apresenta detalhes de cor bege, costura trançada na porção da gola até as mangas, dentre outros detalhes de costura por todo o corpo da peça, talvez utilizados para franzir o tecido.



38 – N° da peça: 4980 – C1

Espessura: 0,1 cm

Comprimento: 3,6 cm

Largura: 2,9 cm

Descrição: saquinho em algodão com detalhes de folhas e flores vermelhas. Apresenta costura dos três lados, enquanto um dos lados está aberto. Exibe restos de vegetais preservados em seu interior. Trata-se do breve que servia como amuleto para proteção de bebês e crianças. Dentro poderiam ser guardados os dentes e/ou sementes.



➤ Área: corredor, bloco I, piso 3, Setor: J9/J10, Nível: 0-10

39 – Nº da peça: 4980 – C1

Espessura: 0,3 cm

Comprimento: 2,7 cm

Largura: 1,2 cm

Descrição: objeto em marfim, fragmentado. Apresenta formato cilíndrico e três aberturas para produção de som. Apito.



➤ Área: corredor, bloco I, piso 3, Setor: J6/J7, Nível: 20-70

40 – N° da peça: 4983 – C2

Espessura: 1,8 cm

Comprimento: 2,1 cm

Largura: 1,8 cm

Descrição: peça em madeira, levemente fragmentada. Apresenta formato de cone e base plana. Peça para jogos.



41 – N° da peça: 4983 – C2

Espessura: 0,7 cm

Largura/Comprimento: 1,8 cm

Descrição: peça circular em madeira, fragmentada. Apresenta decoração circular no centro da peça. Possivelmente usada para jogos.



42 – N° da peça: 4983 – C2

Espessura: 0,1 cm

Comprimento: 1,4 cm

Largura: 1,3 cm (abertura de encaixe do dedo) – 1,0 cm (ponta)

Descrição: objeto em metal, inteiro. Apresenta pequenos entalhes por todo o corpo da peça e uma abertura para inserção do dedo. Dedal.

43 - N° da peça: 4983 – C2

Espessura: 0,1 cm

Comprimento: 1,5 cm

Largura: 1,5 (abertura de encaixe do dedo) – 1,1 cm (ponta)

Descrição: objeto em metal, inteiro. Apresenta pequenos entalhes por todo o corpo da peça e uma abertura para inserção do dedo. Dedal.



44 – N° da peça: 4983 – C2

Espessura: 0,1 cm

Comprimento: 2,6 cm

Largura: 1,0 cm

Descrição: objeto em metal, fragmentado. A ave apresenta olhos, bico, asas e uma das patas. Mostra resquícios de cor vermelha no topo da cabeça.



45 – N° da peça: 4983 – C2

Espessura: 0,8 cm

Comprimento: 4,7 cm

Largura: 0,8 cm

Descrição: objeto em metal, inteiro. O animal aquático apresenta o corpo delgado, olhos, boca e rabo e coloração azul-esverdeada.



46 - N° da peça: 4983 – C2

Espessura: 0,8 cm

Comprimento: 4,4 cm

Largura: 0,8 cm

Descrição: objeto em metal, inteiro. O animal aquático apresenta o corpo delgado, olhos, boca, rabo e coloração azul-esverdeada. A boca exibe uma pequena argola.



47 – N° da peça: 4983 – C2

Espessura: 0,4 cm

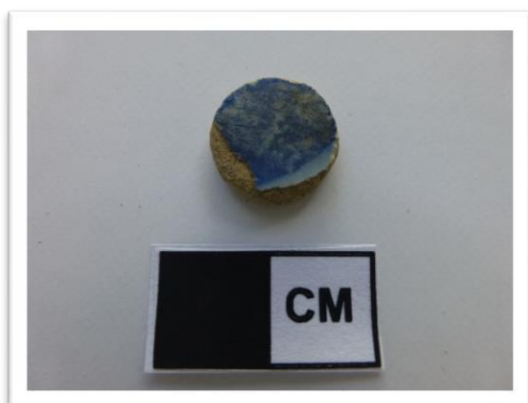
Descrição: peça circular em cerâmica, inteira. Apresenta as faces planas com presença da cor vermelha em uma delas.



48 – N° da peça: 4983 – C2

Espessura: 0,2 cm

Descrição: peça circular em louça, inteira. Apresenta as faces planas, com presença da cor azul em uma delas.



➤ Área: corredor, bloco 1, piso 3, Setor: J7/J8, Nível: 10-40

49 – N° da peça: 4982 – C2

Espessura: 1,7

Descrição: bolinha em cerâmica, fragmentada.



50 - N° da peça: 4982 – C2

Espessura: 0,4 cm

Descrição: peça circular em cerâmica. As faces são planas com presença da cor vermelha em uma das faces.



➤ Área: corredor, bloco 1, piso 3 – Setor: J8/J9 – Nível: 0-20

51/52/53/54 – N° da peça: 4981 – C2 (4 peças)

Espessura: 0,3 cm – 0,2 – 0,2 cm – 0,2 cm

Largura/Comprimento: 2,8 cm – 3,3 cm – 3,8 cm – 4,4 cm

Descrição: peças em madeira, inteiras. Em uma delas observa-se o desenho de três traços finos pretos e oito círculos preenchidos. Os círculos apresentam as cores vermelho e preto. As outras três peças também apresentam pinturas de traços e círculos nas cores vermelho e preto, porém menos nítidos. Pratos de jogo de chá para bonecas.



➤ Área: corredor, bloco I, piso 3, corte 8 – Setor J4/J5 – Nível: Superior

55 – N° da peça: 4985 – C1

Espessura: 1,6 cm

Comprimento: 4,5 cm

Largura: 3,5 cm

Descrição: objeto em madeira, fragmentado. A peça apresenta formato piriforme, com traço circundando a porção central e uma rachadura na base afunilada. Não apresenta a porção de apoio para fazer o objeto girar. Pião.



56/57 – N° da peça: 4981 – C1 (2 peças)

Espessura: 1,0 cm

Comprimento: 2,8 cm

Largura: 1,0 cm

Espessura: 1,1 cm

Comprimento: 3,6 cm

Largura: 1,2 cm

Descrição: peças para montar em madeira, inteiras. A peça menor apresenta uma base plana quadrangular, com resquícios de cor vermelha com pequena perfuração. Sobre a base há um losango de cor vermelha. A peça de tamanho maior exibe uma base com uma pequena perfuração central. Sobre a base há um losango com resquícios de cor vermelha.



➤ Área: corredor, bloco 1, piso 3, Setor: J9/J10, Nível: 20-70

58 – N° da peça: 4980 – C1

Espessura: 0,2 cm

Largura/Comprimento: 2,8 cm

Descrição: objeto em madeira, fragmentado. Apresenta traços finos de cor preta pintados no centro da peça. Prato de jogo de chá para bonecas.



59 – N° da peça: 4980 – C1

Espessura: 0,2 cm

Largura: 1,9 cm (boca)

Descrição: objeto em madeira, inteiro. A peça mostra base plana e estreita e boca larga. Tigela de jogo de chá para bonecas.



60 - Nº da peça: 4980 – C2

Espessura: 0,2 cm

Comprimento: 13,3 cm

Largura: 13,0 cm

Descrição: vestimenta fragmentada. Peça em linho, trata-se da parte de baixo, possivelmente para ser usada sobre a fralda de bebês e crianças. Apresenta elástico nas duas pernas e acabamento sem presença de elástico na porção da cintura.

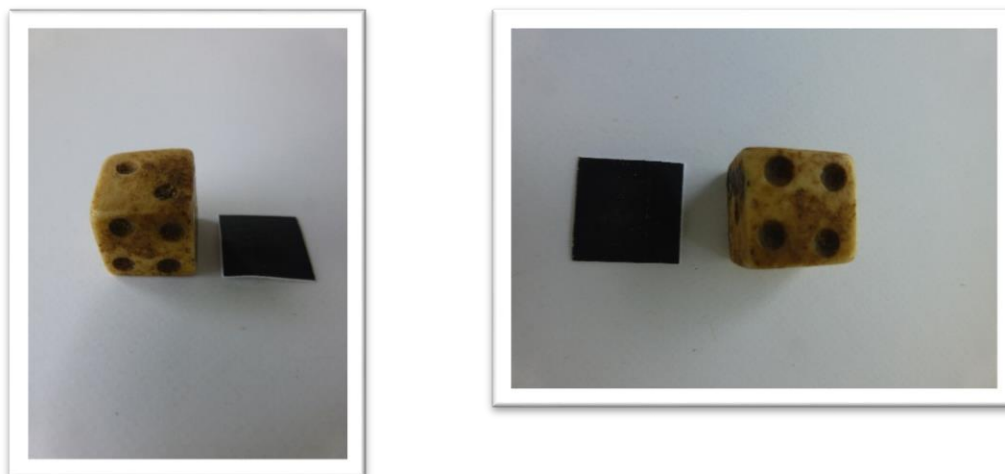


➤ Área: corredor, bloco 1, piso 3, Setor: J9/J10, Nível: 0-40

61 – Nº da peça: 4980 – C2

Espessura: 1,0 cm

Descrição: objeto em marfim, inteiro. Apresenta todas as concavidades que representam os números na cor preta. Dado.



➤ Área: corredor, bloco I, piso 3, Setor: J9/J10, Nível: 0-20

62 – Nº da peça: 4980 – C1

Espessura: 0,2 cm

Comprimento: 3,2 cm

Largura: 2,8 cm

Descrição: objeto em chumbo, bastante deteriorado. O soldado está sem a cabeça, o cavalo também está sem a cabeça e sem as patas dianteiras. A base de apoio para que o brinquedo permaneça em pé está fragmentada. Há mais duas peças: uma haste fina e outra bastante deteriorada. Soldadinho de chumbo.



63 – Nº da peça: 4980 – C1

Espessura: 0,2 cm

Comprimento: 4,9 cm

Largura: 3,5 cm

Descrição: objeto em chumbo, bastante deteriorado. Apresenta resquícios de cor vermelha no tecido sobre o cavalo e na roupa do soldado. O cavalo está sem uma das patas dianteiras. Soldadinho de chumbo.



➤ Área: corredor, bloco I, piso 3, Setor: J7/J8, Nível: 10-40

64 – N° da peça: 4982 – C2

Espessura: 1,1 cm

Comprimento: 5,8 cm

Largura: 2,0 cm

Descrição: peça retangular em madeira, fragmentada. Apresenta faces planas e perfuração vazada em um dos lados da peça. No lado oposto, mostra uma pequena haste arredondada.



65 - N° da peça: 4982 – C2

Espessura: 1,7 cm

Comprimento: 2,6 cm

Largura: 2,0 cm

Descrição: peça retangular em madeira, fragmentada. Apresenta faces e lados planos. Há uma concavidade, talvez para encaixe de outra peça.



➤ Área: corredor, bloco I, piso 3, Setor: J9/J10, Nível: 20-30

66 – N° da peça: 4980

Espessura; 1,2 cm

Largura/Comprimento: 3,3 cm

Descrição: peça em madeira, inteira. Apresenta detalhes circulares nas bordas, faces planas e porção central mais côncava que as bordas. Exibe pequeno furo na porção central, não vazado. Peça para jogo de damas.



67 - N° da peça: 4980

Espessura: 2,5 cm

Comprimento: 4,2 cm

Largura: 2,5 cm

Descrição: objeto em madeira, inteiro. Apresenta formato piriforme e haste de apoio para as mãos. Exibe decoração incisa no centro e dois traços circundando o pião. A base apresenta a ponta, levemente deteriorada e sinais de desgaste da madeira em algumas porções da peça. Pião.



68 - N° da peça: 4980

Espessura: 0,2 cm

Largura: 2,2 cm (boca)

Descrição: peça em madeira, inteira. Apresenta base plana e estreita, boca larga. Exibe resquícios de desenhos em cor preta em seu interior. Tigela de jogo de chá para bonecas.

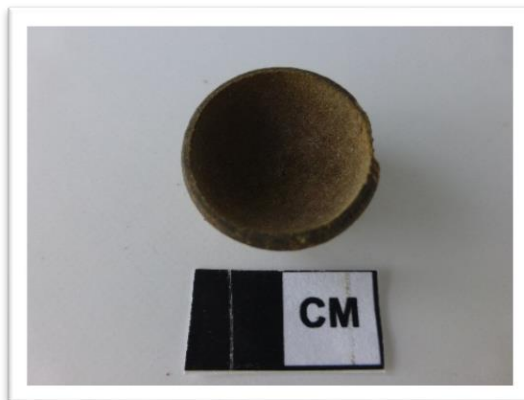


69 - N° da peça: 4980

Espessura: 0,2 cm

Largura: 1,8 cm (boca)

Descrição: peça em madeira, inteira. Apresenta base plana e estreita, boca larga e levemente fragmentada. Tigela de jogo de chá para bonecas.



70 - N° da peça: 4980

Largura da base: 1,6 cm

Largura da tampa: 2,3 cm

Descrição: peça em madeira, inteira. Apresenta base plana e circular, boca mais larga. O corpo mostra decorações com incisões em seu entorno. O topo mostra uma porção circular (puxador), decoração com traços finos de cor preta e círculos preenchidos de cor vermelha. Tigela de jogo de chá para bonecas.



71 - N° da peça: 4980

Espessura: 0,4 (porção mais larga)

Largura: 2,8 cm

Descrição: peça em madeira, inteira. Apresenta um círculo menor e sobre este um maior e acima um puxador. A parte mais larga apresenta decoração pintada com finos traços pretos e quatro círculos preenchidos pretos. Tampa de jogo de chá para bonecas.



72 - N° da peça: 4980

Espessura: 0,3 cm (boca)

Comprimento: 2,9 cm

Largura: 2,6 cm (parte mais larga)

Descrição: peça em madeira, inteira. Apresenta base plana, circular e estreita, corpo mais volumoso que a base. Apresenta uma faixa pintada em preto e decoração incisa circundando a peça. Exibe alguns furos de deterioração da madeira. Pote de jogo de chá para bonecas.



73 - N° da peça: 4980

Comprimento: 3,7 cm

Largura: 2,3 cm

Descrição: peça em madeira, inteira. Apresenta base plana, circular e estreita, corpo levemente mais volumoso e boca mais estreita, com uma pequena haste. O topo exhibe dois traços incisos que contornam a peça. Existem alguns traços pintados em preto e vários furos de deterioração da madeira. Pote de jogo de chá para bonecas.



➤ Área: corredor, bloco I, piso 3, Setor: J9/J10, Nível: 10-20

74 – N° da peça: 4978

Comprimento: 3,6 cm

Largura: 2,1 cm

Descrição: peça em madeira, inteira. Apresenta base plana e circular, em seguida o corpo torna-se levemente mais volumoso e depois se estreita novamente. Aí, apresenta dois traços incisos que seguem o contorno da peça. O topo é fechado e exibe uma pequena porção circular (puxador). Exibe alguns traços finos de cor preta e círculos preenchidos em vermelho por toda a peça. Apresenta alguns furos de deterioração da madeira. Pote de jogo de chá para bonecas.



75 - N° da peça: 4978

Comprimento: 5,3 cm

Largura: 1,4 cm

Descrição: peça em madeira, inteira. Apresenta base plana circular e corpo alongado. Depois, estreita-se e seguidamente apresenta no topo uma porção circular. Mostra alguns furos de deterioração da madeira. Peça para jogos.



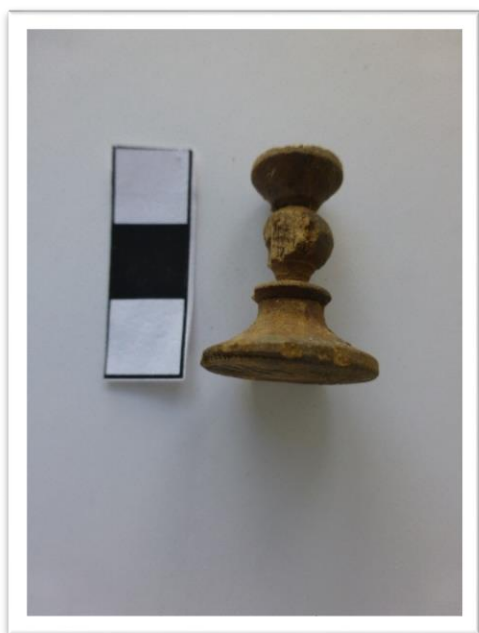
76 - Nº da peça: 4978

Espessura: 0,8 cm

Comprimento: 2,4 cm

Largura: 1,8 cm (base) – Largura da boca: 1,0

Descrição: objeto em madeira, inteiro. Apresenta base plana, circular, sendo esta a porção mais larga da peça. Exibe um círculo pintado em vermelho e outro em preto. Depois, há uma haste estreita e acima uma forma arredondada, levemente desgastada e por último o topo, também de formato arredondado, que poderia servir como suporte para outra peça.



APÊNDICE B - FICHA DE ANÁLISE – SÍTIO ARQUEOLÓGICO PRAÇA DAS ARTES

Centro de Arqueologia de São Paulo (CASP)

Endereço: Rua Santo Anselmo, 102 – Casa Verde, São Paulo – CEP: 02525-080

Centro de Arqueologia de São Paulo. Instituição vinculada ao Departamento do Patrimônio Histórico e à Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Paulo.



Fonte: Imagem de Sylvia Masini. Disponível em: <
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/index.php?p=28027>. Acesso em: 09 out. 2023.

- Número total: 43
- N° do pacote: 336
- 1 - N° da peça: 12301
- Comprimento: 1,5 cm
- Largura: 0,7 cm

Espessura: 0,7 cm

Descrição: peça em porcelana branca vidrada, fragmentada. Pé de boneca ou boneco.



➤ N° do pacote: 282

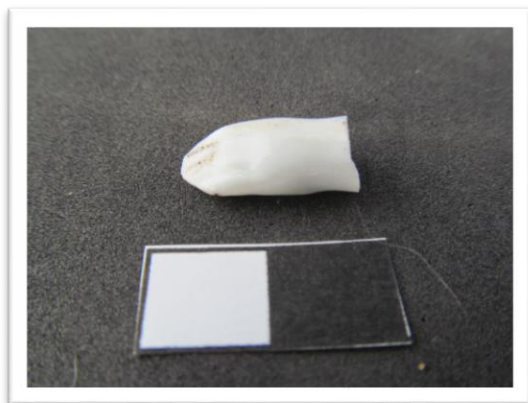
2 - N° da peça: 12452

Comprimento: 1,6 cm

Largura: 0,7 cm

Espessura: 0,7 cm

Descrição: peça em porcelana branca vidrada, fragmentada. Mão de boneca ou boneco.



➤ N° do pacote: 496

3 - N° da peça: 12282

Comprimento: 2,8 cm

Largura: 1,2 cm

Espessura: 0,7 cm

Descrição: peça em porcelana branca opaca, inteira. Possivelmente um braço de boneca ou boneco.



➤ N° do pacote: 622

4 - N° da peça: 12201

Comprimento: 2,5 cm

Largura: 1,6 cm

Espessura: 1,2 cm

Descrição: peça em porcelana branca opaca, fragmentada. Dedos bem desenhados, possivelmente trata-se das mãos de um bebê. Mão de boneca ou boneco.



➤ N° do pacote: 146

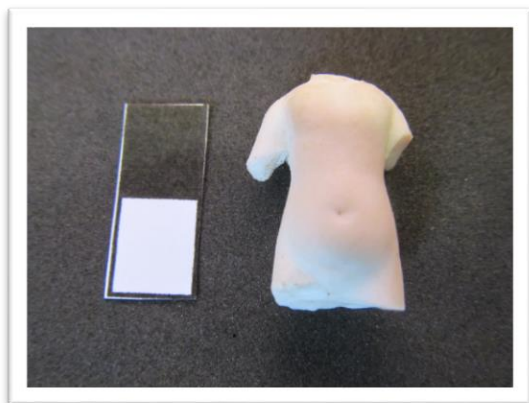
5 - N° da peça: 12391

Comprimento: 2,3 cm

Largura: 1,5 cm

Espessura: 1 cm

Descrição: peça em porcelana branca opaca, fragmentada. Torso de boneca ou boneco.



➤ N° do pacote: 228

6/7 - N° da peça: 12487

Comprimento: 3,4 cm (torso)

Largura: 4 cm

Espessura: 0,5 cm

Comprimento: 2,8 cm (cabeça)

Largura: 1,6 cm

Espessura: 1,3 cm

Descrição: objetos em cerâmica (tipo terracota), corpo oco, fragmentadas. A cabeça mostra traços verticais (decoreção incisa) que indicam os cabelos, enquanto a porção do rosto está deteriorada. Uso da técnica de modelagem. Torso e cabeça de boneca ou boneco.





➤ N° do pacote: 306

8 - N° da peça: 12488

Comprimento: 2,8 cm

Largura: 2,3 cm

Espessura: 1,5 cm

Descrição: peça em cerâmica (tipo terracota) fragmentada. Exibe o contorno de um dos olhos que parecem estar fechados, do nariz, porém não há o contorno da boca. Apresenta dois pequenos furos não vazados no lugar das orelhas. Há um arco decorado na cabeça e traços verticais (decoração incisa) indicando os cabelos e um furo no centro da cabeça. Cabeça de boneca.



➤ N° do pacote: 298

9 - N° da peça 12220

Comprimento: 4 cm

Largura: 0,8 cm

Espessura: 0,8 cm

Descrição: peça em porcelana vidrada, inteiro. Apresenta os dedos das mãos levemente fragmentados. Na porção oposta a mão há uma parte protuberante circular para encaixe e articulação com o torso. Braço de boneca ou boneco.



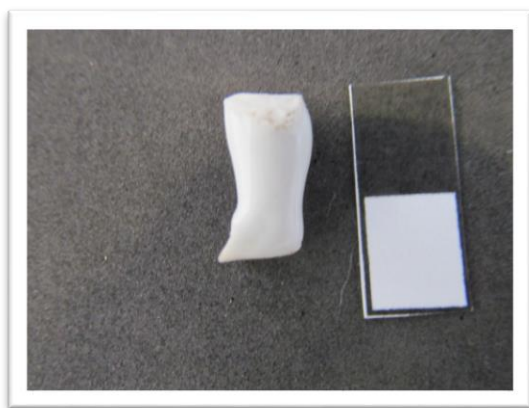
10 - N° da peça: 12246

Comprimento: 1,3 cm

Largura: 0,7 cm

Espessura: 0,7 cm

Descrição: fragmento em porcelana vidrada. Pode se tratar de fragmento do pé/panturrilha de boneca ou boneco.



➤ N° do pacote: 195

11 - N° da peça: 12414

Comprimento: 2,1 cm

Largura: 0,9 cm

Espessura: 0,9 cm

Descrição: peça em porcelana vidrada, fragmentada. Apresenta os dedos das mãos levemente fragmentados. Mão/braço de boneca ou boneco.



12 - N° da peça: 12415

Comprimento: 6,1 cm

Largura: 1,6 cm

Espessura: 1,1 cm

Descrição: peça em porcelana opaca, inteira. Há um furo vazado na porção central do topo da perna para encaixe e articulação com o torso, sendo esta parte plana e mais larga. Perna/pé de boneca ou boneco.



➤ N° do pacote: 413

13 - N° da peça: 12222

Comprimento: 3,9 cm

Largura: 1,1 cm

Espessura: 0,7 cm

Descrição: objeto em chumbo, fragmentado. Apresenta calça em vermelho e casaco em azul. Exibe um dos braços em posição flexionada, porém sem a mão. Não apresenta o outro braço/mão, a cabeça e parte da base de apoio para que o brinquedo permaneça em pé. Soldadinho de chumbo.



➤ N° do pacote: 394

14 - N° da peça: 12386

Comprimento: 4 cm

Largura: 2,2 cm

Espessura: 0,5 cm

Descrição: peça em osso. Na parte central da peça há uma haste pequena (metal). Na mesma posição há um traço vertical. Apresenta em um dos lados uma única concavidade que marca o número um e do outro lado nenhuma concavidade, representando o número zero. Peça para jogo de dominó.



➤ N° do pacote: 176

15 - Nº da peça: 12187

Comprimento: 4,2 cm

Largura: 2 cm

Espessura: 0,3 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia.



16 - Nº da peça: 12188

Comprimento: 2 cm

Largura: 1,2 cm

Espessura: 0,2 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia.



17 - Nº da peça: 12189

Comprimento: 2,4 cm

Largura: 1,6 cm

Espessura: 0,5 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia.



➤ N° do pacote: 427

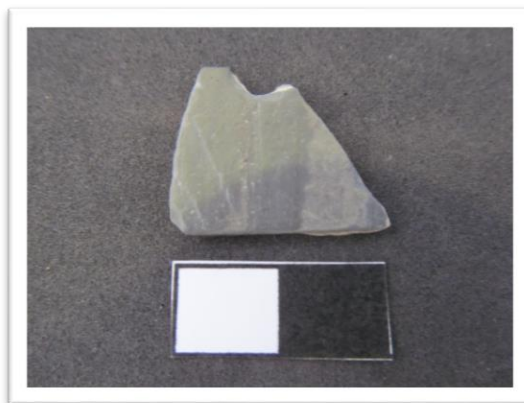
18 - N° da peça: 12182

Comprimento: 2,1 cm

Largura: 1,8 cm

Espessura: 0,3 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia.



19 - N° da peça: 12183

Comprimento: 3,2 cm

Largura: 2,3 cm

Espessura: 0,3 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia. Uma das faces apresenta traços no sentido vertical e horizontal, formando uma superfície quadriculada.



20 - N° da peça: 12184

Comprimento: 5,5 cm

Largura: 3,2 cm

Espessura: 0,4 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia.



➤ N° do pacote: 309

21 - N° da peça: 12298

Comprimento: 2,4 cm

Largura: 1,1 cm

Espessura: 0,2 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia.



22 - Nº da peça: 12300

Comprimento: 3, 2 cm

Largura: 2, 6 cm

Espessura: 0, 3 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia.



23 - Nº da peça: 12229

Comprimento: 3, 2 cm

Largura: 1, 5 cm

Espessura: 0, 3 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia.



➤ N° do pacote: 560

24 - N° da peça: 12434

Comprimento: 10,9 cm

Largura: 6,9 cm

Espessura: 0,3 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia.



➤ N° do pacote: 610

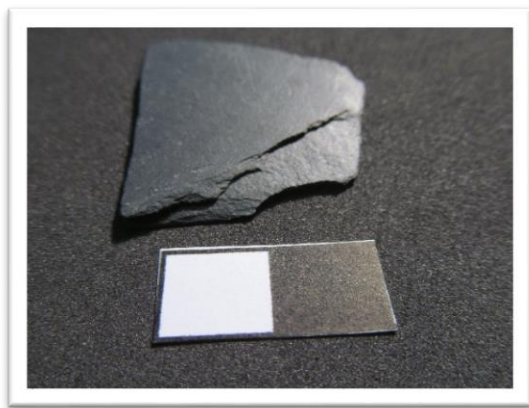
25 - N° da peça: 12181

Comprimento: 2,8 cm

Largura: 2,7 cm

Espessura: 0,3 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia.



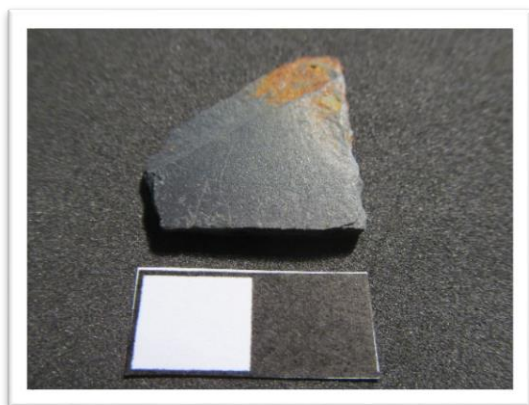
26 - Outro fragmento (mesma numeração)

Comprimento: 2,1 cm

Largura: 2 cm

Espessura: 0,3 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia com presença de marca de oxidação vermelho-alaranjado.



➤ N° do pacote: 661

27 - N° da peça: 12270

Comprimento: 2, 1 cm

Largura: 1, 7 cm

Espessura: 0, 2 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia.



➤ N° do pacote: 918

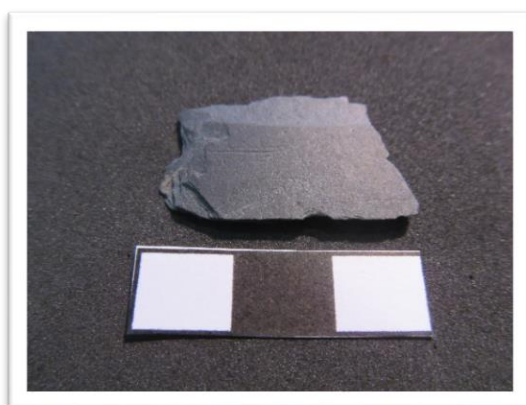
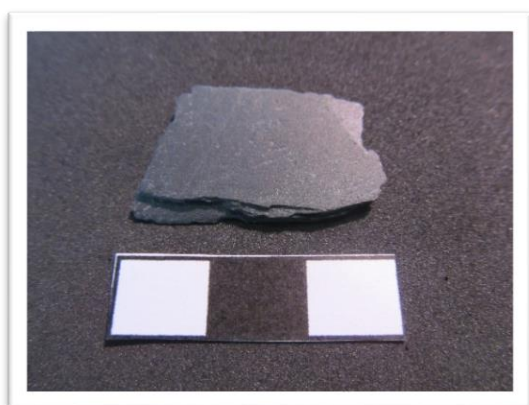
28 - N° da peça: 12406

Comprimento: 2,5 cm

Largura: 1,7 cm

Espessura: 0,3 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia.



➤ N° do pacote: 734

29 - N° da peça: 12185

Comprimento: 4,2 cm

Largura: 3,6 cm

Espessura: 0,4 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia. Em uma das faces há traços no sentido do comprimento. Na outra face há traços horizontais e verticais formando uma superfície quadriculada.



➤ N° do pacote: 345

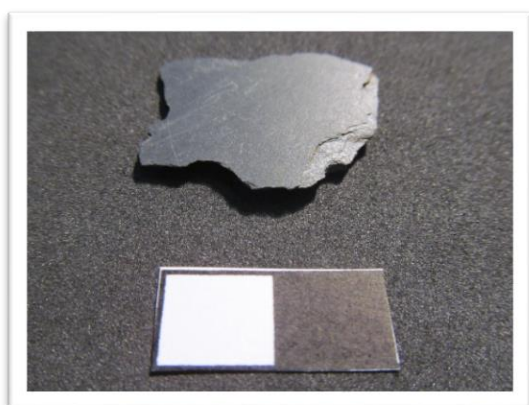
30 - N° da peça: 12394

Comprimento: 2,4 cm

Largura: 1,9 cm

Espessura: 0,3 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia.



➤ N° do pacote: 742

31 - N° da peça: 12435

Comprimento: 4,5 cm

Largura: 2,5 cm

Espessura: 0,4 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia. Há traços em uma das faces, no sentido do comprimento.



➤ N° do pacote: 882

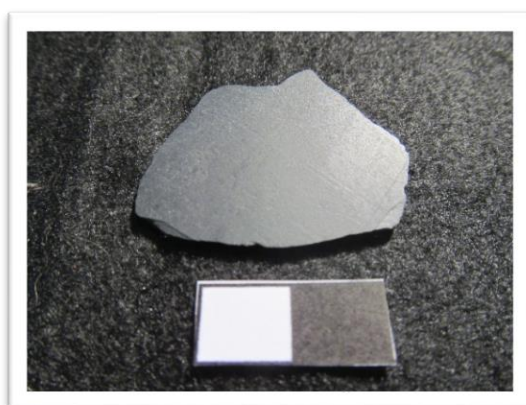
32 - N° da peça: 12192

Comprimento: 3,2 cm

Largura: 2,6 cm

Espessura: 0,2 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia.



➤ N° do pacote: 150

33 - N° da peça: 12195

Comprimento: 4,8 cm

Largura: 4 cm

Espessura: 0,3 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia, com um pequeno furo vazado. Apresenta um traço no sentido da largura em uma das faces e desgaste na outra face.



➤ N° do pacote: 119

34 - N° da peça: 12179

Comprimento: 4,8 cm

Largura: 4 cm

Espessura: 0,4 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia. Em uma das faces há traços no sentido do comprimento. Na outra face há traços horizontais e verticais formando uma superfície quadriculada.



➤ N° do pacote: 433

35 - N° da peça: 12180

Comprimento: 4,5 cm

Largura: 2,2 cm

Espessura: 0,3 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia.



➤ N° do pacote: 156

36 - N° da peça: 12210

Comprimento: 1,7 cm

Largura: 1,5 cm

Espessura: 0,3 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia.



➤ N° do pacote: 912

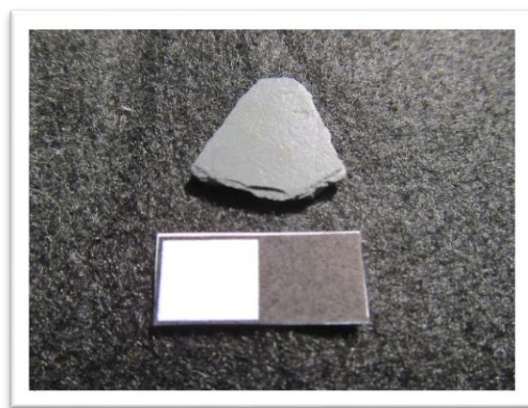
37 - N° da peça: 12436

Comprimento: 1,5 cm

Largura: 1,4 cm

Espessura: 0,2 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia.



➤ N° do pacote: 727

38 - N° da peça: 12191

Comprimento: 4,4 cm

Largura: 3,4 cm

Espessura: 0,4 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia.



➤ N° do pacote: 621

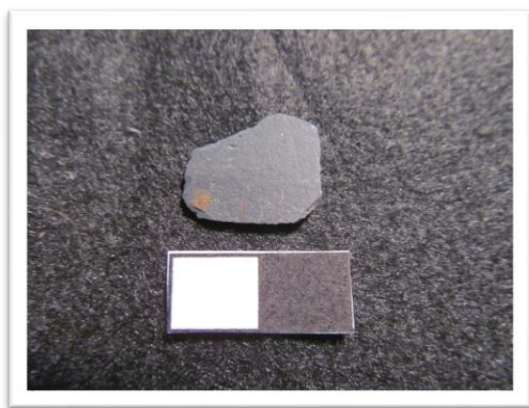
39 - N° da peça: 12421

Comprimento: 1,6 cm

Largura: 1,3 cm

Espessura: 0,2 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia, apresentando pequena marca de oxidação.



➤ N° do pacote: 142

40 - N° da peça: 12209

Comprimento: 2,5 cm

Largura: 2,4 cm

Espessura: 0,4 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia. Uma das faces exibe um pequeno traço, enquanto a outra face mostra linhas verticais e horizontais, formando uma superfície quadriculada.



➤ N° do pacote: 230

41 - N° da peça: 12269

Comprimento: 2,5 cm

Largura: 0,5 cm

Espessura: 0,5 cm

Descrição: peça em ardósia, fragmentada (lápiz).



➤ N° do pacote: 961

42 - N° da peça: 12331

Comprimento: 2, 8 cm

Largura: 0,6 cm

Espessura: 0,6 cm

Descrição: peça em ardósia, fragmentada, apresentado um dos lados afunilado (lápiz).



➤ N° do pacote: 964

43 - N° da peça: 12295

Comprimento: 4, 2 cm

Largura: 0,6 cm

Espessura: 0,6 cm

Descrição: peça em ardósia, fragmentada, apresentado um dos lados afunilado (lápiz).



APÊNDICE C – FICHA DE ANÁLISE – SÍTIO ARQUEOLÓGICO SOLAR DA TRAVESSA PARAÍSO

Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Endereço: Rua João Alfredo, 582, Cidade Baixa, Porto Alegre, RGS – CEP: 90050-230

Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. Instituição vinculada à Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre.



Fonte: Foto Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_de_Porto_Alegre_Joaquim_Felizardo#/media/Ficheiro:Solar-lopo-gon%C3%A7alves.jpg. Acesso em: 09 out. 2023.

- Número total: 35

1 - Nº da peça: sem número

Data: 2002

Descrição: bolinha lítica levemente fragmentada.



2 – N° da peça: sem número

Data: 2002

Comprimento: 4,3 cm

Largura: 4 cm

Espessura: 0,7 cm

Descrição: peça em chumbo, inteira. O soldado apresenta casaco, calça, chapéu e uma espada pendurada na cintura. Soldadinho de chumbo.



3 – N° da peça: 3.410

Data: 2002

Área 3 – Camada 10

Comprimento: 3,6 cm

Largura: 3,1 cm

Espessura: 0,3 cm

Descrição: peça em chumbo, fragmentada. O cavalo apresenta uma base de apoio, na qual as três patas estão apoiadas e uma delas levantada. Peça em processo de deterioração. Cavalo de chumbo.



4 – N° da peça: 3.512

Data: 23/09/2002

Área 3 – Camada 10

Comprimento: 2,7 cm

Largura: 1,7 cm

Espessura: 1,5

Descrição: peça em porcelana, fragmentada. A peça é branca com resquícios de pigmentos pretos espalhados na área correspondente ao cabelo. Apresenta o desenho dos olhos, nariz e boca. O pescoço encontra-se fragmentado. Os ombros foram confeccionados unidos à cabeça, que seriam encaixados no torso. Cabeça de boneca.



5/6 - N° da peça: n° do catálogo: 3.21 (1 peça + 1 fragmento)

Data: 1994

Área/ quadra: Salvamento frontal (encontrado junto a vários pregos de metal)

Comprimento: 3,1 cm – 1,6 cm

Largura: 0,5 cm – 0,5 cm

Espessura: 0,4 cm – 0,4 cm

Descrição: peças em ardósia (lápiz e fragmento)



7/8/9/10 - N° da peça: 3.410

Data: 2002

Comprimento: 3,4 cm – 3,1 cm – 4,2 cm – 3,6 cm

Largura: 0,5 cm - 0,4 cm - 0,4 cm - 0,4 cm - 0,4 cm

Espessura: 0,5 cm - 0,4 cm - 0,4 cm - 0,4 cm

Descrição: quatro peças em ardósia, fragmentadas (lápiz).



11 – N° da peça: 3.431

Data: 17/06/98

Quadrícula: SW 4.19 ½ - Camada: 2ª

Comprimento: 2,4 cm

Largura: 0,4 cm

Espessura: 0,4 cm

Descrição: peça em ardósia fragmentada (lápiz).



12 – N° da peça: 3.434

Data: 19/06/98

Quadrícula: ½ - SW 4.19 – Camada: 5^a

Comprimento: 4,4 cm

Largura: 0,4 cm

Espessura: 0,4 cm

Descrição: peça em ardósia, fragmentada (lápiz).



13 – N° da peça: 3.215

Quadrícula: SW – 4.18 – camada: até 40 cm.

Data: 27/09/99

Comprimento: 2,4 cm

Largura: 0,5 cm

Espessura: 0,5 cm

Descrição: peça em rocha calcária, fragmentada (lápiz).



14 – N° da peça: sem numeração

Camada: 1ª e 2ª

Data: 26/09/02

Comprimento: 2,9 cm

Largura: 0,5 cm

Espessura: 0,5 cm

Descrição: peça em ardósia, fragmentada (lápiz).



15/16 – N° da peça: 3.409 (1 peça + 1 fragmento)

Data: 19/06/98

Quadrícula: SW 4.17 – camada: 9ª

Comprimento: 2,7 cm – 1,6 cm

Largura: 0,5 cm – 0,5 cm

Espessura: 0,5 cm – 0,5 cm

Descrição: peças em rochas calcárias, fragmentadas. Uma delas apresenta um dos lados desgastado (lápiz).



17 – N° da peça: 3.224

Data: 30/02/99

Quadrícula: SW 4.18 (1/4 quadrícula E) – camada: preta

Comprimento: 2,2 cm

Largura: 0,4 cm

Espessura: 0,4 cm

Descrição: peça em ardósia, fragmentada (lápiz).



18 - Nº da peça: 3.520

Data: 26/09/02

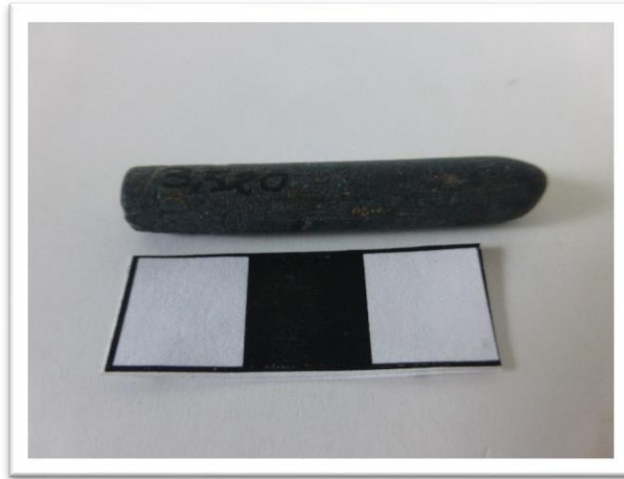
Camada: 1ª

Comprimento: 3,4 cm

Largura: 0,5 cm

Espessura: 0,5 cm

Descrição: peça em ardósia, fragmentada (lápiz).



19 – N° da peça: 3.514

Data: 26/09/02

Camada: 2ª

Comprimento: 4,1 cm

Largura: 0,6 cm

Espessura: 0,5 cm

Descrição: peça em ardósia, fragmentada (lápiz).



20 – N° da peça: 3.519

Data: 26/09/02

Camada: 2ª

Comprimento: 2,5 cm

Largura: 0,5 cm

Espessura: 0,5 cm

Descrição: peça em ardósia, fragmentada (lápiz).



21 – N° da peça: 3.522

Data: 26/09/02

Camada: 2ª

Comprimento: 3,2 cm

Largura: 0,4 cm

Espessura: 0,4 cm

Descrição: peça em ardósia, fragmentada (lápiz).



22 – N° da peça: 3.518 (saco com vários fragmentos de placas de ardósia)

Data: 26/09/2002

Camada: 2ª

Comprimento: 3,9 cm

Largura: 3,1 cm

Espessura: 0,4 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia.



23 – N° da peça: 3.516

Data: 2002

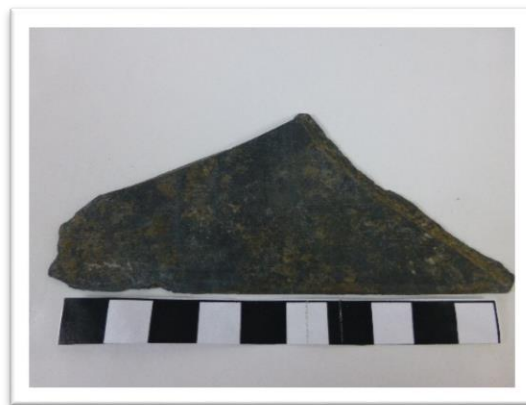
Camada: 2ª

Comprimento: 10,6 cm

Largura: 4,8 cm

Espessura: 0,1 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia.



24 – N° da peça: 3.511

Data: 26/09/02

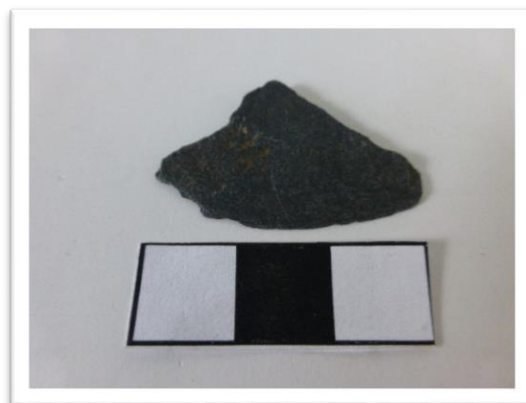
Camada: 2ª

Comprimento: 2,8 cm

Largura: 1,7 cm

Espessura: 0,3 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia. Apresenta traços no sentido da largura em uma das faces.



25 – Nº da peça: 3.518

Data: 26/09/02

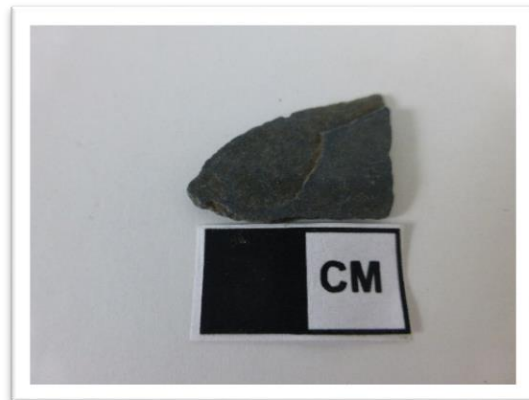
Camada: 2ª

Comprimento: 2,1 cm

Largura: 1,3 cm

Espessura: 0,2 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia.



26 – Nº da peça: 3.512

Data: 26/09/02

Camada: 2ª

Comprimento: 3,5 cm

Largura: 1,9 cm

Espessura: 0,3 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia.



27 – N° da peça: 3.512

Data: 26/09/02

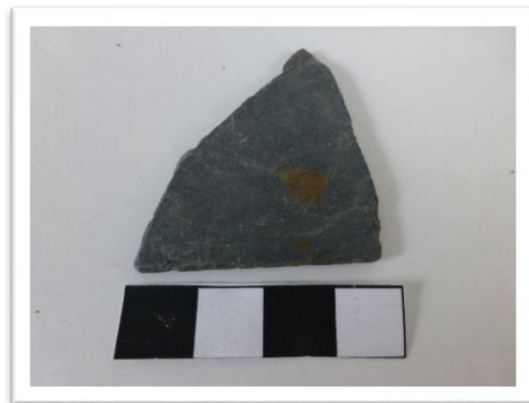
Camada: 2^a

Comprimento: 3,8 cm

Largura: 3,3 cm

Espessura: 0,3 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia. Apresenta traços no sentido da largura em uma das faces.



28 – N° da peça: 3.514

Data: 26/09/02

Camada: 2^a

Comprimento: 6,3 cm

Largura: 4,1 cm

Espessura: 0,3 cm

Descrição: fragmento de placa de ardósia.



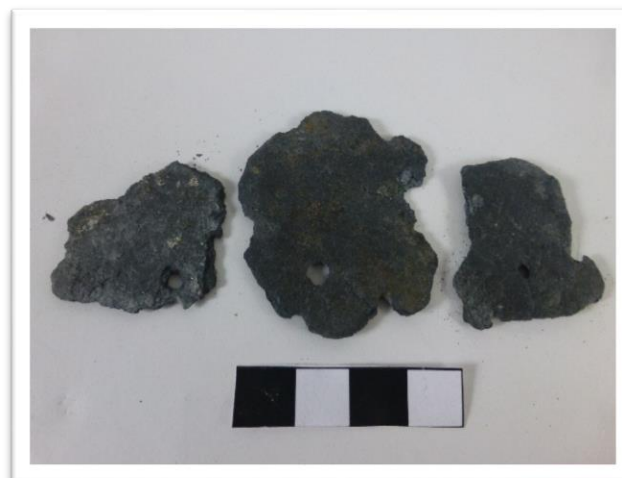
29/30/31 – N° da peça: sem numeração (3 fragmentos) (saco contendo vários fragmentos de placa de ardósia sem numeração. Foram selecionados os fragmentos com furos).

Comprimento: 4,5 cm – 3,2 cm – 2,9 cm

Largura: 3,7 cm – 2,7 cm – 2,7 cm

Espessura: 0,2 cm – 0,2 cm – 0,2 cm

Descrição: três fragmentos de placa de ardósia, com furos vazados e em processo de deterioração.



- N° da peça: 3.250

Data: 22/09/99

Camada: 1ª

Descrição: duas bolinhas em vidro. Uma de cor azul e outra branca. Para jogo do gude.

- N° da peça: Catálogo 3 – 3.138

Área/quadra: sala intermediária (fundos/lado leste)

Data: 27/06/95

Camada: superficial

Descrição: bolinha em vidro, cor azul translúcido. Para jogo do gude.

- N° da peça: 3.283

Data: 16/06/98

Camada: 4ª

Descrição: uma bolinha em vidro, de cor verde translúcido. Para jogo do gude.



**APÊNDICE D - FICHA DE ANÁLISE – SÍTIO ARQUEOLÓGICO PRAÇA
BRIGADEIRO SAMPAIO**

Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Endereço: Rua João Alfredo, 582, Cidade Baixa, Porto Alegre, Rio Grande do Sul –
CEP: 90050-230

Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. Instituição vinculada à Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre.



Fonte: Imagem Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_de_Porto_Alegre_Joaquim_Felizardo#/media/Ficheiro:Solar-lopo-gon%C3%A7alves.jpg. Acesso em: 09 out. 2023.

- Número total: 67

1 - Nº da peça: 1066

Comprimento: 4,1 cm

Largura: 2,8 cm

Espessura: 0,3 cm

Descrição: peça em porcelana, fragmentada. Apresenta o desenho dos olhos e boca; nariz e orelhas em alto relevo. Apresenta o desenho do cabelo, de coloração marrom-claro. A cabeça exibe uma porção mais elevada. As feições demonstram tratar-se da representação de um bebê. Cabeça de boneca ou boneco.



2 - N° da peça: 1066

Comprimento: 6 cm

Largura: 2,5 cm

Espessura: 0,2 cm

Descrição: peça em porcelana, fragmentada. Apresenta o desenho dos olhos, nariz, boca, orelhas e cabelos. Mostra duas aberturas circulares no torso para encaixe dos braços. A cabeça exibe uma pequena porção elevada. As feições demonstram tratar-se da representação de um bebê. Cabeça/torso de boneca ou boneco.



3 - Nº da peça: 1057

Comprimento: 2,6 cm

Largura: 2,7 cm

Espessura: 0,4 cm

Descrição: peça em porcelana, fragmentada. Confeccionada para estar na posição sentada, apresentando pernas flexionadas e braços posicionados rente ao corpo. Torso de boneca ou boneco.



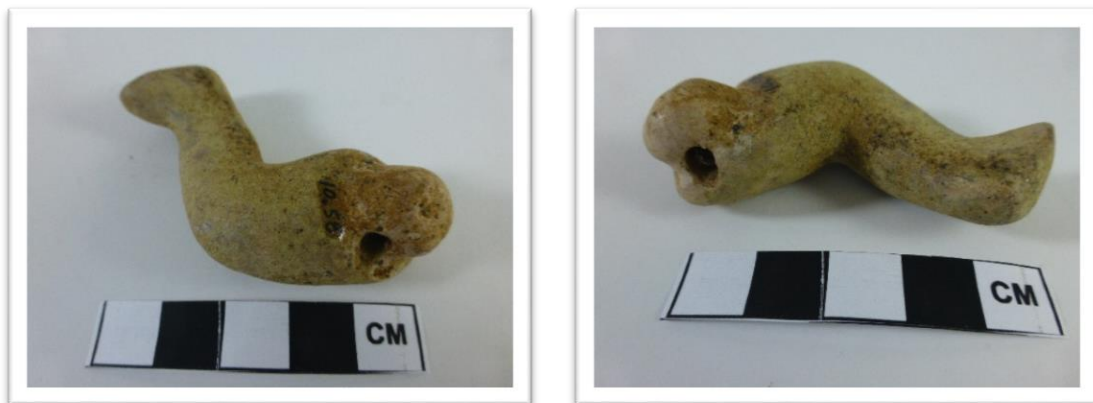
4 - Nº da peça: 1058

Comprimento: 5,2 cm

Largura: 2 cm

Espessura: 1,5 cm

Descrição: peça em porcelana, inteira (posição flexionada). O pé apresenta o desenho dos dedos. A perna exibe um furo vazado e uma porção protuberante para encaixe e articulação com o torso. Perna/pé de boneca ou boneco.



5 - Nº da peça: 1060

Comprimento: 3,6 cm

Largura: 1,2 cm

Espessura: 1,2 cm

Descrição: peça em porcelana, inteira (posição flexionada). Apresenta todos os dedos das mãos, que se encontra fechada. O braço mostra um furo vazado para articulação com o torso. Braço/mão de boneca ou boneco.



6 - N° da peça: 1060

Comprimento: 3 cm

Largura: 2,9 cm

Espessura: 0,3 cm

Descrição: peça em porcelana, fragmentada. Apresenta apenas uma face da cabeça com a orelha e uma pequena parte do pescoço. Cabeça de boneca ou boneco.



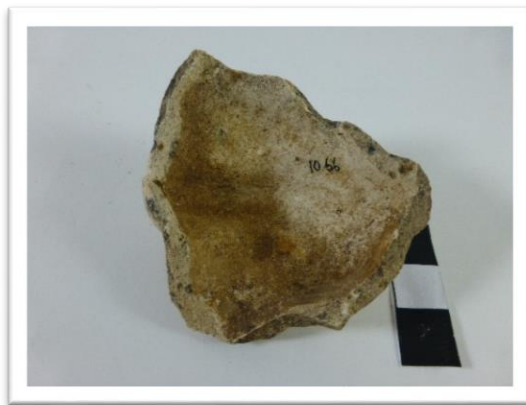
7 – N° da peça: 1066

Comprimento: 4,8 cm

Largura: 4,6 cm

Espessura: 0,4 cm

Descrição: peça em porcelana, fragmentada. Apresenta uma das mãos apoiada sobre a barriga e a outra apoiada sobre a roupa. Pode se tratar da representação de um bebê. Torso de boneca ou boneco.



8 - N° da peça: 1058

Comprimento: 4,5 cm

Largura: 1,9 cm

Espessura: 1,4 cm

Descrição: objeto em porcelana vidrada. Apresenta as duas pernas fragmentadas. Torso de boneca.



9 - N° da peça: 1060

Comprimento: 4,7 cm

Largura: 2,2 cm

Espessura: 0,5 cm

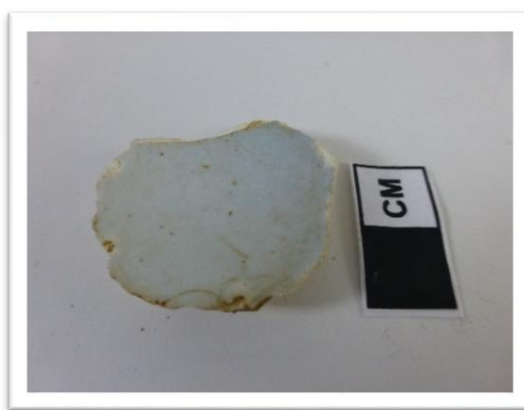
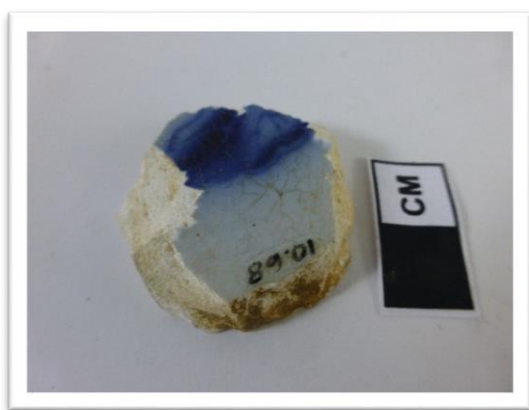
Descrição: peça em porcelana vidrada, fragmentada. Apresenta o desenho dos olhos, focinho e orelhas. Está em posição sentada, com duas patas presentes, enquanto as outras duas encontram-se fragmentadas. Cachorro.



10 - N° da peça: 1068

Espessura: 0,6 cm

Descrição: peça circular em louça. Apresenta, em uma das faces, pintura de cor azul e branca e na outra pintura branca.



11 - N° da peça: 1058

Comprimento: 1,5 cm

Largura: 1,5 cm

Espessura: 1,4 cm

Descrição: lítico em formato de dado.



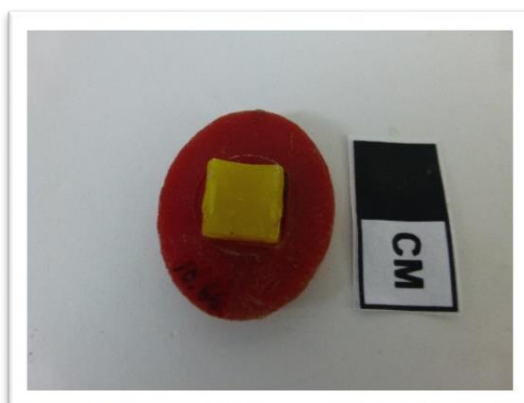
12 - N° da peça: 1066

Comprimento: 2,3 cm

Largura: 1,8 cm

Espessura: 0,2 cm

Descrição: peça plástica em formato oval, cor vermelha, com a letra V em uma das faces. Na outra face há um quadrado pequeno amarelo.



13 - N° da peça: 1064

Comprimento: 3,8 cm

Largura: 2,5 cm

Espessura: 1,7 cm

Descrição: peça em chumbo bastante deteriorada, pode se tratar de um soldadinho em cima de um cavalo.



14 - Nº da peça: 1060

Comprimento: 4,5 cm

Largura: 1,5 cm

Espessura: 0,6 cm

Descrição: objeto em chumbo, inteiro. O soldado apresenta um casaco comprido, calça, cinto, uma espada presa ao cinto e um chapéu. As duas mãos empunham um instrumento musical, próximo à boca (corneta). A base de apoio para que o brinquedo permaneça em pé está fragmentada. Soldadinho de chumbo.



15 - Nº da peça: 1058

Comprimento: 3,1 cm

Largura: 1,5 cm

Espessura: 0,7 cm

Descrição: objeto em chumbo, fragmentado. Apresenta o desenho dos olhos, nariz, boca. O soldado usa casaco, calça e capacete. Um dos braços está erguido, enquanto o outro está rente ao corpo e pernas flexionadas. Soldadinho de chumbo.



16 - Nº da peça: 1061

Comprimento: 5,3 cm

Largura: 2,7 cm

Espessura: 1 cm

Descrição: peça em chumbo, fragmentada. O soldado usa casaco e calça e ambas as mãos seguram um objeto. Há uma base de apoio para que o brinquedo permaneça em pé. Soldadinho de chumbo.



17 - N° da peça: sem número

Comprimento: 11,7 cm

Largura: 1 cm

Espessura: 0,3 cm

Descrição: peça em plástico, inteira. Apresenta os pequenos círculos nos quais se fixariam as cerdas, de coloração marrom-escura. O cabo para apoio das mãos apresenta coloração amarela. Escova de dente infantil.



18 - N° da peça: 1062

Descrição: peça em plástico, fragmentada. Apresenta os pequenos círculos nos quais se fixariam as cerdas, de coloração marrom-escura. O cabo para apoio das mãos apresenta coloração amarela. Escova de dente infantil.



19 - N° da peça: 1060

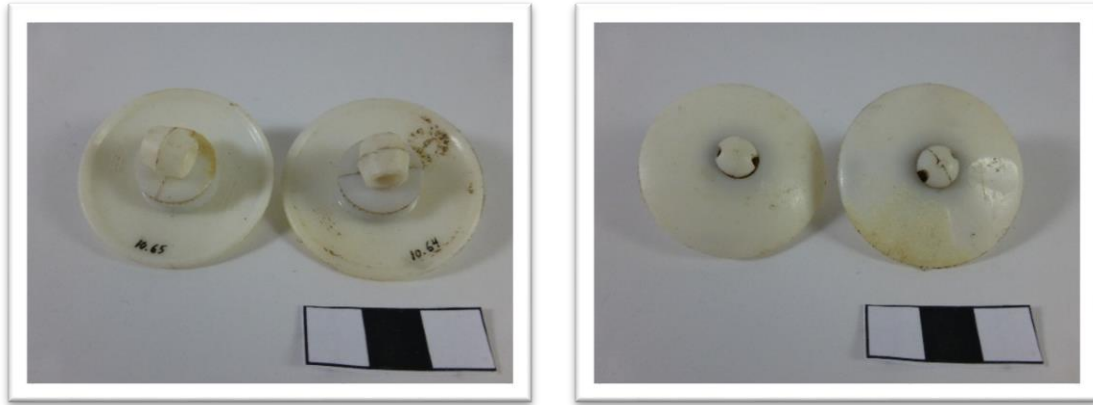
Descrição: peça em plástico, fragmentada. Apresenta os pequenos círculos nos quais se fixariam as cerdas, de coloração marrom-escura. O cabo para apoio das mãos apresenta coloração amarela e um furo vazado. Escova de dente infantil.



20/21 - N° da peça: 1064/1065

Espessura: 0,1 cm

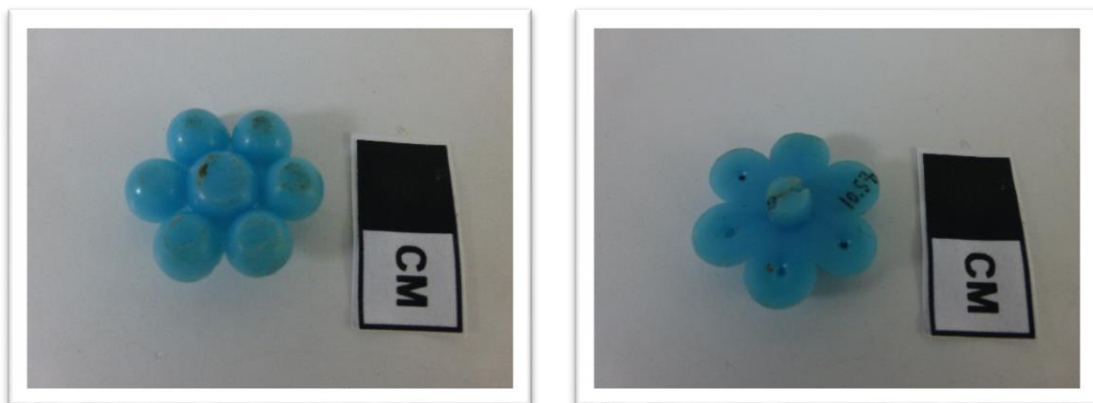
Descrição: duas peças em plástico, fragmentadas. Apresentam cor branca, formato circular, outra base circular pequena em cima e uma pequena peça em formato cilíndrico vazado para colocação de cordão (para ser pendurado ou preso na roupa de bebê ou criança). Chupetas.



22 - N° da peça: 1057

Espessura: 0,6 cm

Descrição: peça em formato de flor, azul, em plástico. A flor é formada por um miolo circular e mais seis círculos. Em uma das faces há um pequeno círculo com um furo vazado, no qual poderia ser colocada uma peça ou cordão.



23 - N° da peça: 1064

Comprimento: 3 cm

Largura: 2,7 cm

Espessura: 0,3 cm

Descrição: peça em louça, fragmentada. Apresenta resquícios de pintura nas cores azul e marrom. Exibe alça vazada, inteira. Xícara de jogo de chá para bonecas.



24 - N° da peça: 1065

Comprimento: 2,8 cm

Largura: 2,6 cm

Espessura: 0,3 cm

Descrição: Fragmento da xícara. Apresenta um círculo marrom com desenhos também em marrom, que parecem se tratar de folhagens. Exibe pintura de folhagens em azul.

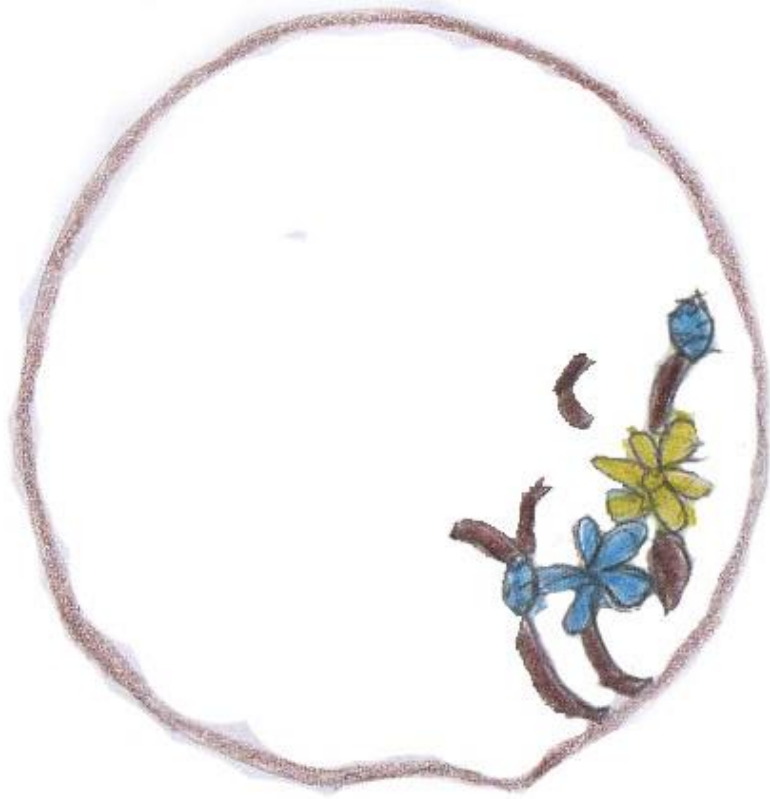


25 - N° da peça: 1058 (2 fragmentos colados)

Espessura: 0,3 cm (borda)

Descrição: peças em louça. Pintura floral (uma flor azul, outra amarela com pequenos galhos marrons e botões de flores azuis). Borda circular marrom-avermelhado. Exibe um símbolo e as letras E e B na porção externa. Pires de jogo de chá para bonecas.





Nº da peça: 1060

- 1 bolinha lítica inteira.



- 12 bolinhas fragmentadas em vidro, cores variadas. Para jogo do gude.



- 16 bolinhas inteiras em vidro, de cores e tamanhos variados + 1 bolinha em porcelana (branca com traços coloridos). Para jogo do gude.



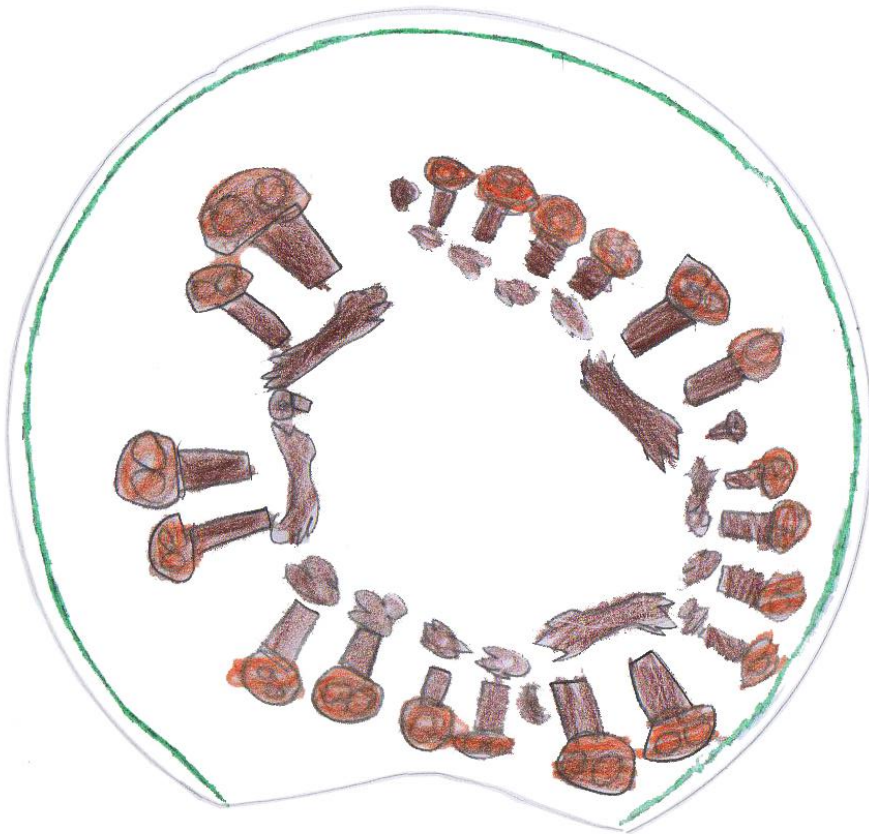
Louças com motivos infantis

1-Nº da peça: 1059 (2 fragmentos) 1060 (2 fragmentos) (todos colados)

Espessura: 0,4 cm (borda)

Descrição: peças em louça. Pinturas orientadas em sentido circular na porção central. A cena é composta por: duas árvores com frutos (tronco marrom escuro, copa da árvore marrom-claro, frutos marrom-escuro) logo abaixo destas há troncos de árvores marrom-escuro. Na sequência, tem-se uma árvore menor sem frutos (tronco marrom-escuro e copa da árvore marrom-claro), um pequeno tronco e assim sucessivamente, até fechar o círculo. (Duas árvores grandes com frutos, um tronco de árvore embaixo – uma árvore pequena sem frutos ao lado – um tronco de árvore, sendo quatro árvores pequenas e quatro troncos pequenos). Traço verde circular na borda. Apresenta o símbolo e o nome da fábrica S. Caetano. Pires.





2 - Nº da peça: 1066 (3 fragmentos colados + 1 fragmento solto)

Espessura: 0,4 cm (borda)

Descrição: peças em louça. No centro há um traço verde circular. Dentro do círculo a cena é composta por: parte de duas árvores (verde). Há uma casa branca com uma mulher do lado de fora, de braços abertos usando blusa verde-claro e saia azul em frente a uma janela laranja (com desenho de um galho de árvore marrom). Acima da janela há um desenho laranja (representando a continuação da árvore). Há um círculo marrom em alto relevo acima de uma das mãos da mulher. Em frente à porta da casa há um homem de braços abertos usando calça laranja e blusa branca. Em frente ao homem há uma escada verde-claro. Mais abaixo, encontra-se parte de um desenho verde-escuro e ao lado um círculo marrom em alto relevo. Na borda há o desenho de um gato marrom, com três patas e rabo. O rosto das pessoas e a cara do gato estão representados pelos contornos (sem desenho dos olhos, boca, nariz e orelhas). Por fim, há um traço verde circular na borda, mais fino que o círculo central. A peça solta mostra uma faixa verde na borda, pequenos traços marrons e um pequeno triângulo verde (parte de uma árvore). Prato.





3 - Nº da peça: 1064 (7 fragmentos colados)

Espessura: 0,3 cm (borda)

Descrição: peças em louça. No centro há um traço verde circular. Dentro do círculo a cena é composta por: parte de duas árvores (verde). Há uma casa com uma mulher do lado de fora, de braços abertos usando blusa verde-claro e saia azul em frente a uma janela laranja (com desenho de um galho de árvore marrom). Acima da janela há um desenho laranja (representando a continuação da árvore). Há um círculo marrom em alto relevo acima de uma das mãos da mulher. Em frente à porta da casa há um homem de braços abertos usando calça laranja e blusa branca. Em frente a porta há uma escada verde-claro. Essas pessoas parecem acenar para a figura de uma menina (cabelo marrom, rosto e parte da roupa azul) e de um menino (cabelos marrom-claro, rosto, roupa marrom, branca com bolinhas azuis, portando um saco verde-claro). Mais abaixo, encontra-se parte de um desenho verde escuro (gramado), pequenas flores azuis e algumas pedras marrom-claro.

Na borda há o desenho de um gato marrom, com três patas e rabo; metade de outro gato e mais acima parte de uma casa com telhado marrom-claro, paredes verde-claro, janela laranja, com gramado verde-escuro em frente, uma árvore seca marrom e alguns galhos marrons sob o chão. O rosto das pessoas e a cara do gato estão representados pelos contornos (sem desenho dos olhos, boca, nariz e orelhas). Um dos fragmentos da base apresenta o símbolo e o nome da fábrica S. Caetano. Prato.

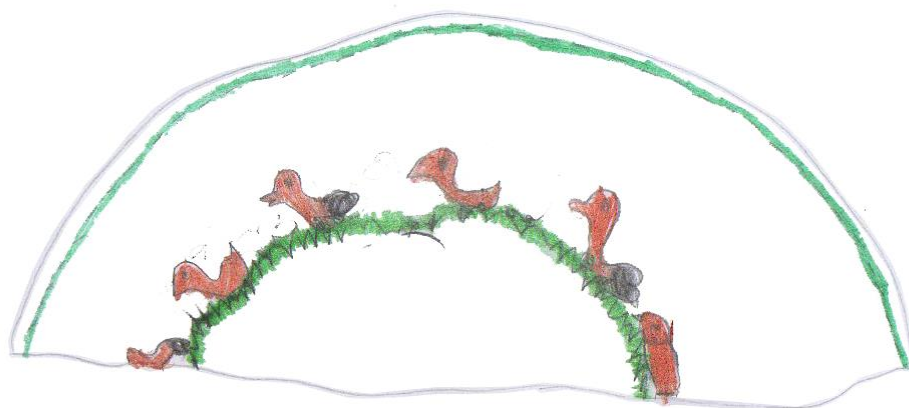




4 - Nº da peça: 1061 (2 fragmentos colados)

Espessura: 0,3 cm (borda)

Descrição: fragmentos de borda em louça. Apresenta traço verde circular na borda. Pinturas orientadas em sentido circular na porção central. A cena é composta por pintinhos marrom-claros que caminham sobre porções de gramas verde-escuro. Prato ou pires.



5 - N° da peça: 1059

Espessura: 0,4 cm (borda)

Descrição: fragmento em louça. Na porção central há um traço circular verde-escuro. Dentro do círculo, a cena é composta por: uma menina usando saia/vestido roxo e sapatos roxos, que parece segurar uma cesta laranja. A menina está sobre os degraus de uma escada. Ao lado do degrau há dois pequenos gramados. Na borda há um traço circular verde e o seguinte desenho: duas árvores grandes com frutos, um tronco de árvore embaixo – uma árvore pequena sem frutos ao lado – um tronco de árvore, sendo quatro árvores pequenas e quatro troncos pequenos. Borda de prato.



6 - N° da peça: 1060 (3 fragmentos colados)

Espessura: 0,4 cm (borda)

Descrição: peças em louça. A cena é composta por: duas meninas e uma galinha. Uma das meninas (menor) usa um vestido vermelho de manga longa e um short branco por baixo do vestido, uma touca vermelha sobre o cabelo preto. Usa meias vermelhas e sapato amarelo-claro. O rosto mostra os olhos, nariz e boca, enquanto as orelhas estão cobertas pela touca. Outra menina (maior) usa vestido azul e short branco por baixo. Apresenta parte de uma das pernas, parte dos cabelos claros e boca. Ao lado da menina de vestido vermelho há uma galinha marrom-claro, com crista vermelha. Prato.

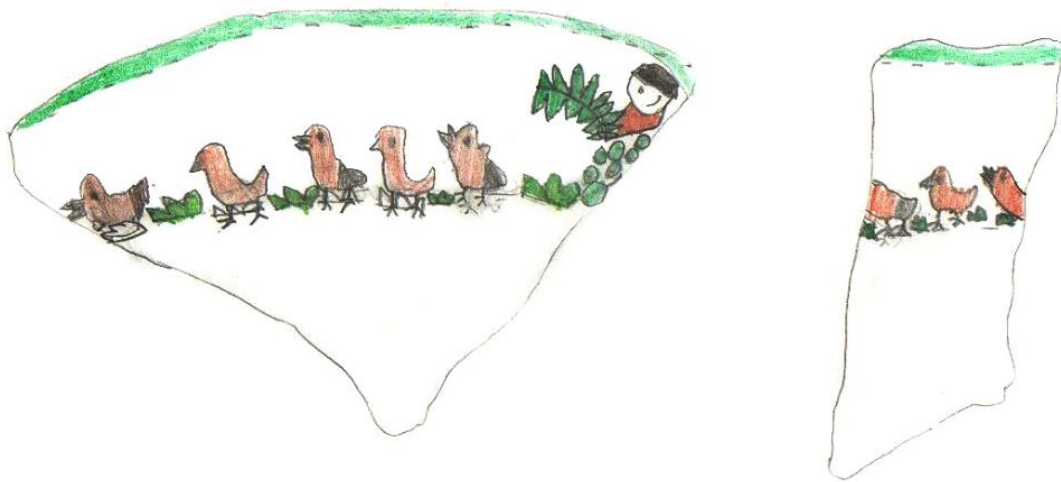


7 - N° da peça: 1060 (2 fragmentos colados + 1 solto)

Espessura: 0,4 cm (borda)

Descrição: fragmentos em louça. Os dois fragmentos apresentam um traço circular verde-escuro na borda. A cena é composta por: um menino/homem com um galho verde-escuro em uma das mãos. Ele tem cabelo preto e usa blusa marrom-claro. A sua frente, seguem cinco pintinhos marrom-claro, enquanto outros são parte marrom-claro e parte preto. Os pintinhos caminham por pequenos conjuntos de gramas verde-escuro.

No fragmento (borda) há um traço verde na borda. A pintura representa um pintinho inteiro (marrom-claro) no meio, enquanto o pintinho da frente aparece com a porção traseira (marrom-claro e preto), e o pintinho atrás aparece com a porção da cabeça. Prato ou pires.



8 - N° da peça: 1060 (3 fragmentos colados + 1 solto)

Espessura: 0,3 cm (borda)

Descrição: peças em louça. Na porção central há um círculo fino em amarelo. Dentro do círculo, a cena é composta por uma cabeça de cachorro marrom, com olhos, focinho, boca e língua para fora. Em frente ao cachorro há um objeto semelhante a um gramofone, nas cores preta e vermelha. O gramofone está sob um objeto de cor rosa claro. As bordas apresentam traços em amarelo e azul. Prato.

O fragmento solto trata-se de uma borda. Apresenta o traço azul, um traço amarelo acima e um traço amarelo abaixo; outro traço amarelo na borda da peça.



9 - N° da peça: 1082 (2 fragmentos colados) 1082 (9 fragmentos colados + 1 solto)

Espessura: 0,3 cm (borda)

Descrição: duas peças em louça: borda branca com um traço verde-escuro. A segunda peça mostra uma cena composta pelo rosto de uma menina de cabelos pretos com laço azul nos cabelos. Apresenta uma parte da roupa marrom-claro. Em frente à menina existe uma ave, de cor azul e branco e bico preto.



9 peças: a cena é composta pelo corpo da menina que usa um vestido marrom-claro, cinto amarelo, meias brancas com listas azuis e sapatos pretos. Em uma das mãos parece segurar um caderno/livro com capa azul. Em frente a menina, existe a parte da ave nas cores azul e amarelo, sendo os pés pretos. A ave está sob um poleiro marrom-claro. Encontra-se escrito os dizeres “Bom Dia” em letras pretas e ponto final. Em uma das bases da peça encontra-se a marca S. Paulo. Prato.



10 - Nº da peça: 1065/1066 (4 fragmentos colados + 1 fragmento solto)

Espessura: 0,3 cm (borda)

Descrição: peças em louça. A cena é composta por uma abelha com corpo marrom-claro, asas verdes antenas e patas pretas. Ao lado, há um sapo verde e amarelo. O sapo parece estar sobre um brejo de cor marrom-claro, no qual aparece sua sombra de cor verde-escuro. Ao lado do sapo há um gramado verde com traços pretos. Próximo à alça há outra parte do brejo marrom-claro e um pequeno gramado verde. Caneca.

O fragmento solto apresenta uma parte do brejo em marrom e o pé do sapo em verde.

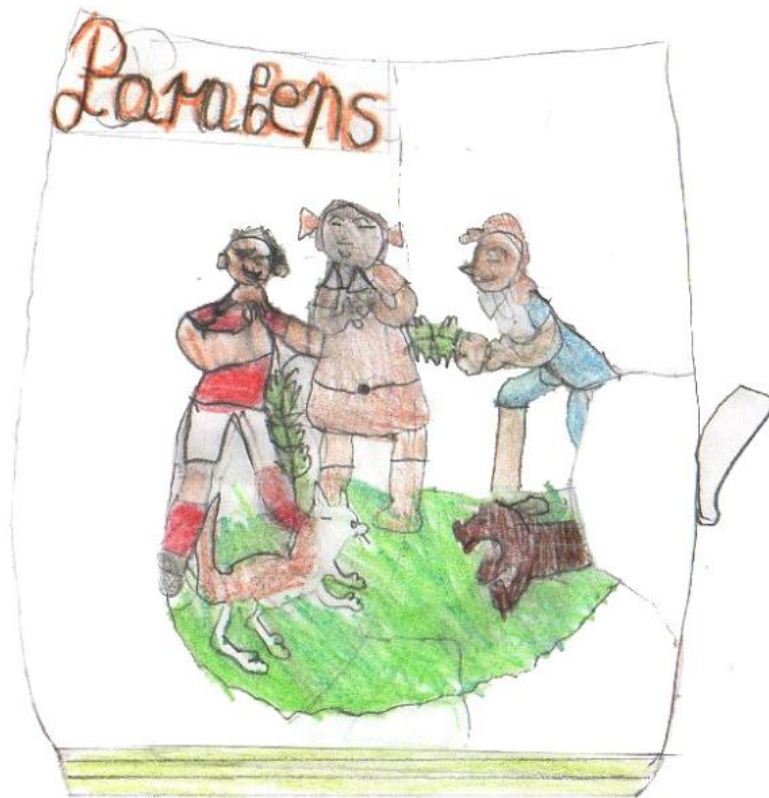


11 - Nº da peça: 1058 (10 fragmentos colados + 2 colados)

Espessura: 0,4 cm (borda)

Descrição: peças em louça. A cena é composta por três meninas, um gato e um cachorro. Os personagens estão sobre um gramado verde. Uma das meninas possui cabelos pretos, pele clara, usa blusa vermelha, short branco, meias vermelhas e sapatos pretos. A menina do meio apresenta o cabelo marrom-escuro, pele clara, usa um laço marrom-claro nos cabelos. Usa um vestido marrom-claro com gola branca, meias da mesma cor e sapatos marrom-escuro. Entre elas aparece um ramo com folhas verdes. Outra menina apresenta cabelos amarelos, pele clara, usa uma roupa azul. O gato apresenta pelagem nas cores marrom, preta e branca. O cachorro exhibe pelagem marrom. Acima da imagem está escrito Parabens em letras douradas. Caneca.

Os outros dois fragmentos colados não apresentam pinturas.



12 - N° da peça: 1065/1066 (5 peças coladas)

Espessura: 0,4 cm (borda)

Descrição: peças em louça. A cena é composta por uma menina de costas sobre um gramado marrom. Ela apresenta cabelos pretos, usa vestido branco com uma parte xadrez (marrom-claro e preto) e um sapato verde-claro. Em frente à menina parece existir outro personagem, do qual aparece apenas uma gravata preta e logo acima, dois traços pretos formando um V. Caneca.



APÊNDICE E - FICHA DE ANÁLISE – SÍTIO DO CAPÃO

Centro de Arqueologia de São Paulo (CASP)

Endereço: Rua Santo Anselmo, 102 – Casa Verde, São Paulo – CEP: 02525-080

Centro de Arqueologia de São Paulo. Instituição vinculada ao Departamento do Patrimônio Histórico e à Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Paulo.



Fonte: Imagem de Sylvia Masini. Disponível em: <
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/index.php?p=28027>. Acesso em: 09 out. 2023.

- Número total: 61

1 – CA-5903

Cômodo 1 (abaixo do assoalho)

Comprimento: 7,7 cm

Largura: 5,1 cm

Espessura: 3,5 cm

Descrição: objeto em madeira, fragmentado. A peça apresenta formato piriforme, haste para apoio das mãos e base afunilada. Uma das faces está bem preservada e a outra deteriorada. Pião.



2 - Nº da peça: CA-5904

Cômodo 1. Quadras: G22 e G23 (abaixo do assoalho)

Comprimento: 6 cm

Largura: 5,2 cm

Descrição: objeto em madeira, fragmentado. A peça apresenta formato piriforme e um traço circundando-a na porção mais larga. Em seu topo exibe uma porção circular, na qual provavelmente estava a haste de apoio para as mãos. A base afunilada, assim como a ponta que toca a superfície e o corpo da peça estão em processo de deterioração. Pião.



3 - Nº da peça: CA-5961

Nível: abaixo do assoalho, interior da casa, cômodo 1. Quadra: G22, G23

Comprimento: 4 cm

Largura: 5,7 cm

Descrição: peça em madeira, fragmentada. Apresenta formato piriforme, corpo e base deteriorados. Não exibe a haste de apoio para as mãos, nem a base. Pião.



4 – CA-3469

Cômodo 1 (raspagem do cômodo à direita até o chão compacto)

Descrição: bolinha em cerâmica, levemente fragmentada.



5 – CA-3943

(Nível 6) (sondagem poço-teste) Quadra A33

Espessura: 1,4 cm

Descrição: peça em cerâmica. Apresenta formato circular e faces planas.

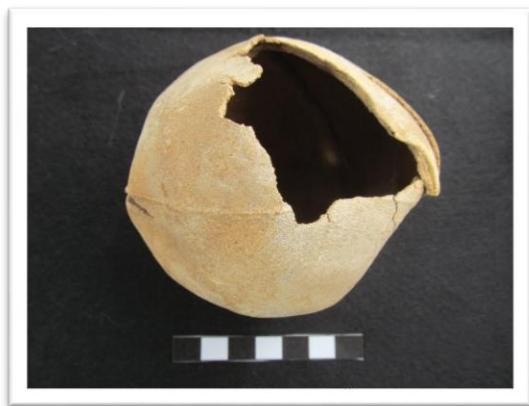


6 – CA-5955

Cômodo 1 (abaixo do assoalho)

Espessura: 0,4 cm

Descrição: bola de borracha de cor branca, fragmentada.



7 – Sem numeração

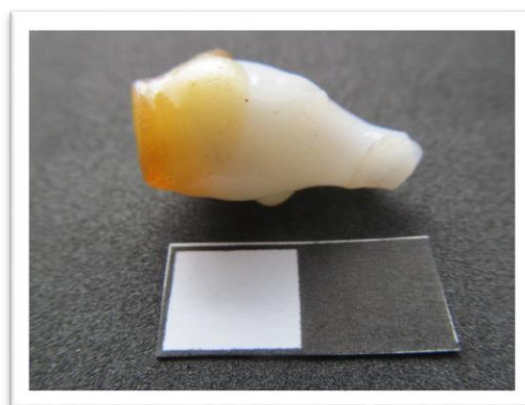
(Coleta de superfície) Quadra M10

Comprimento: 2,4 cm

Largura: 1,1 cm

Espessura: 1,2

Descrição: peça em fibra de vidro branca. Apresenta olhos e sobrancelhas pintadas de preto, boca pintada de vermelho, e o chapéu pintado de amarelo. Cabeça de boneca ou boneco.



8 – CA-6745

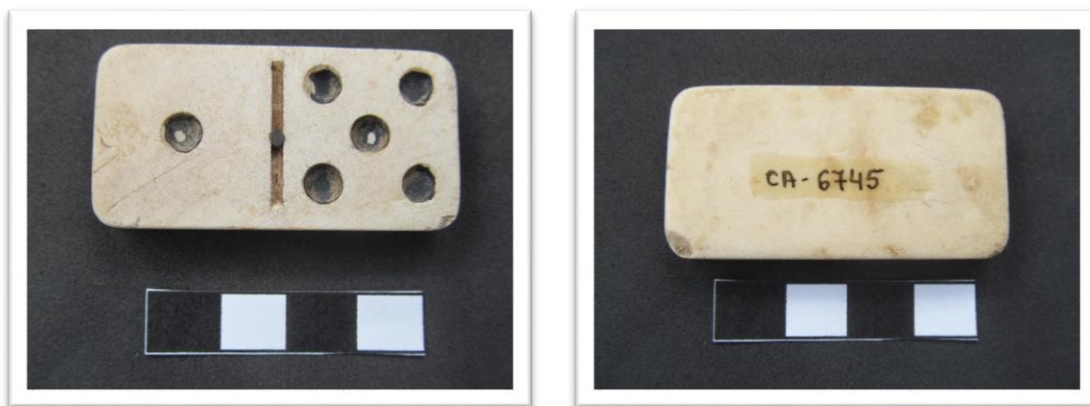
(Coleta de superfície) Quadra G05

Comprimento: 4,9 cm

Largura: 2,5 cm

Espessura: 1,7 cm

Descrição: peça em plástico branca, inteira. Apresenta uma linha divisória em uma das faces. Um lado mostra cinco concavidades de cor preta e o outro mostra uma concavidade de cor preta. Peça para jogo de dominó.



9 – N° da peça: CA-5818

(Nível superficial) Cômodo: Galpão Leste Quadra J08/J16/k08/k16

Comprimento: 9,9 cm

Largura: 2,4 cm

Espessura: 1,6 cm

Descrição: peça em madeira. Exibe formato de Y, com rachadura na haste de apoio para as mãos. Estilingue.



10 – CA-6864

Peça encontrada por funcionários (sem procedência).

Comprimento: 10 cm

Largura: 3,5 cm

Espessura: 0,2 cm

Descrição: Peça de couro com duas aberturas circulares, sendo uma em cada ponta. Peça utilizada como contenedor para um objeto que se desejasse arremessar, como pedras por exemplo. Parte do estilingue.



11 – CA-5820

(Nível superficial) Cômodo: Galpão Leste Quadra J08/J16/k08/k16

Espessura: 2,3 cm

Descrição: Peça em madeira, inteira. Apresenta formato geóide, uma abertura circular em uma extremidade e na outra uma abertura circular menor. Exibe leves rachaduras. Para jogo de bilboquê.



12 – CA-6677

(Coleta de superfície) Cômulo 3 Quadra I20

Espessura: 1,4 cm

Descrição: peça em cerâmica, inteira. Apresenta formato circular, faces planas e laterais bem polidas.



13 – CA 6754

Coleta de superfície Quadra: N32

Comprimento: 6,3 cm

Largura: 3,5 cm

Espessura: 1,3 cm

Descrição: peça em cerâmica. Apresenta base plana, bico, asas, rabo e uma abertura circular em seu corpo. Ave.



14 – CA 6831

(Coleta de superfície) Quadra P29

Comprimento: 55 cm

Largura: 45 cm

Espessura: 20 cm

Descrição: mecanismo em metal, inteiro. Para caixinha de música.



15 - N° da peça: CA-6853

(Nível superficial) Quadra: J 09

Comprimento: 9,3 cm

Largura: 5,3 cm

Espessura: 4,2 cm

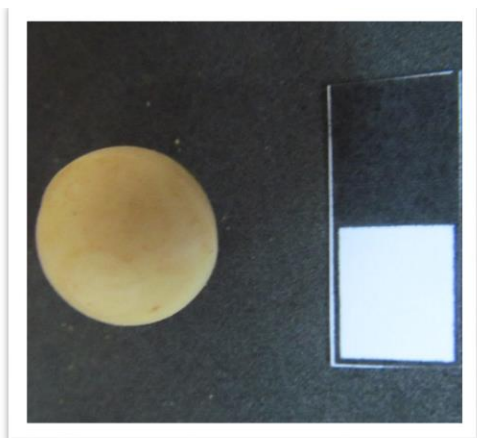
Descrição: peça em plástico de cor verde. A peça apresenta uma base plana e uma argola no topo, que se encontra fragmentada. Peixe.



16 - N° da peça: CA-6782

(Nível superficial) Quadra: A14

Descrição: bolinha em plástico, de cor branco-amarelada.



17 - N° da peça: CA-6842

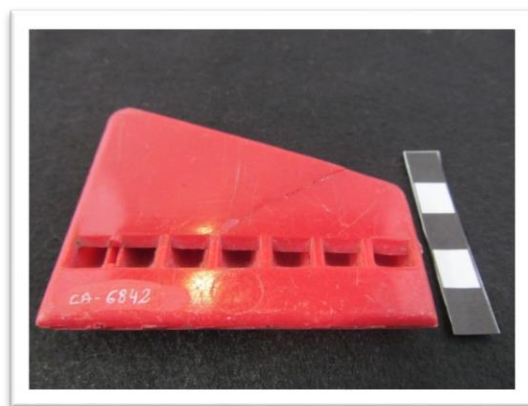
(Nível superficial) Quadra: I19

Comprimento: 7,5 cm

Largura: 6,3 cm

Espessura: 0,8 cm

Descrição: peça em plástico, inteira. Apresenta faces planas, sete aberturas em uma das faces e sete cilindros na outra, cor vermelha. Instrumento musical de sopro.



18 - N° da peça: CA-6855

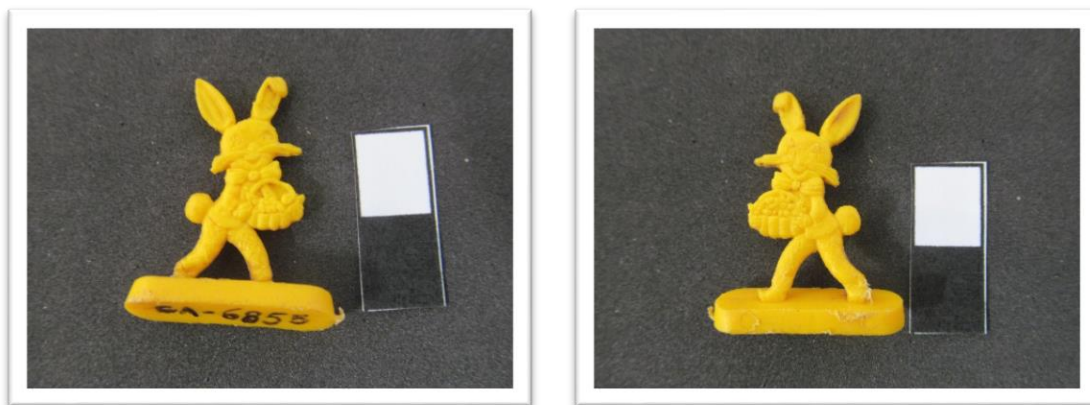
(Nível superficial) Quadra: U09

Comprimento: 2,8 cm

Largura: 2,2 cm

Espessura: 0,3 cm

Descrição: objeto em plástico, inteiro. Apresenta uma base plana e um coelho segurando uma cesta, cor amarela.



19 - Nº da peça: CA-6402

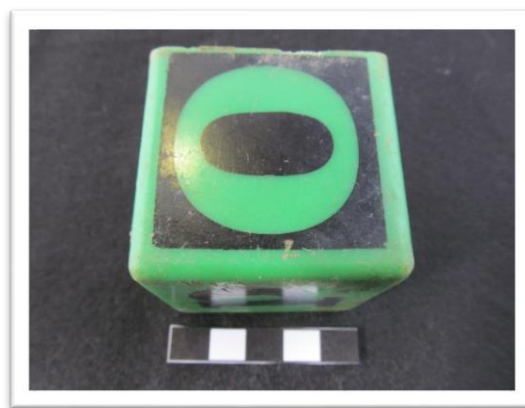
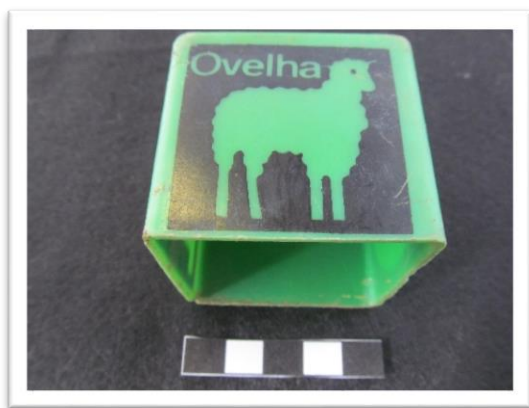
(Interior da casa) Cômodo 2

Comprimento: 5 cm

Largura: 4, 6 cm

Espessura: 0,2 cm

Descrição: peça em plástico, fragmentada. Apresenta desenhos em cada uma das faces nas cores verde e preto: uma delas com a letra P (maiúscula), letra p (minúscula), letra O (maiúscula), desenho de um pinguim e de uma ovelha.



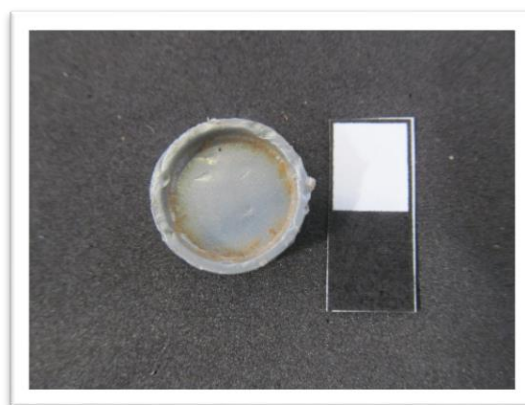
20 - N° da peça: CA- 6780

(Nível superficial) Quadra: G09

Comprimento: 1,6 cm

Espessura: 0,5 cm

Descrição: peça plástica, inteira. Apresenta formato redondo, cor cinza, com o número 11 ou 77. Para jogo de loto.



21 - N° da peça: CA-2582

(Nível 3): Quadra O18 B

Comprimento: 6,9 cm

Largura: 1,2 cm

Espessura: 0,3 cm

Descrição: peça plástica, fragmentada. Cabo de espada, de cor branca.



22 - N° da peça: CA-6747

(Coleta de superfície) Quadra: C10

Comprimento: 4 cm

Espessura: 3,2 cm

Descrição: peça em plástico, inteira. Apresenta formato circular, duas antenas, orelhas, olhos, nariz e boca, cor verde. Cabeça de boneca ou boneco.



23 - N° da peça: CA-6783

(Nível superficial) Quadra: A14

Comprimento: 3,3 cm

Espessura: 1 cm

Espessura da peça redonda: 1 cm

Descrição: peça em metal. A base de apoio para as mãos mostra a cor vermelha. Na porção quadrada lê-se Victory. A outra face exibe coloração menos nítida e maior deterioração da peça. A peça separada é circular com pequeno gancho para encaixe. Arma de brinquedo.



24 - N° da peça: CA-6852

(Nível superficial) Quadra: J09

Comprimento: 4 cm

Largura: 4,9 cm

Espessura: 0,2 cm

Descrição: peça em plástico com alça, de cor branca, inteira. Xícara de jogo de chá para bonecas.



25 - N° da peça: CA-6854

(Nível superficial) Quadra: J09

Comprimento: 3,7 cm

Largura: 5,2 cm

Espessura: 0,2 cm

Descrição: peça em plástico, inteira. Apresenta cor rosa, alça e quatro corações pintados em azul. Xícara de jogo de chá para bonecas.



26 - N° da peça: CA-6844

(Nível superficial) Quadra: G19

Comprimento: 3,2 cm

Espessura: 1,3 cm

Descrição: peça em plástico, inteira. Apresenta formato circular, pneu preto e armação branco-amarelada. A outra face mostra um cilindro oco, provavelmente para encaixe de outras peças. Roda de carrinho.



27 - N° da peça: CA-2881

(Nível superficial) Quadra: D17

Comprimento: 10,1 cm

Largura: 5 cm

Espessura: 0,9 cm

Descrição: peça em borracha, fragmentada. Chinelo, marca havaiana.



28 - N° da peça: CA-6847

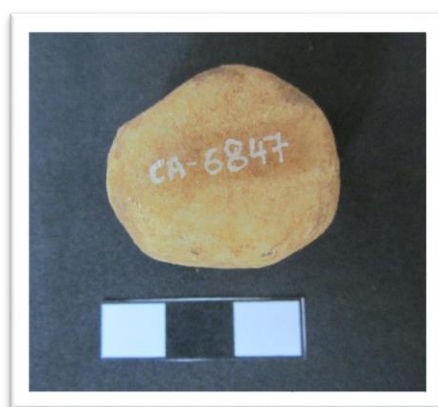
(Nível superficial) Quadra D17

Comprimento: 3 cm

Largura: 2,5 cm

Espessura: 2,1 cm

Descrição: rocha com faces planas e laterais bem polidas.



29 - Sem numeração

(Nível superficial) Cômmodo: Alpendre

Espessura: 1,9

Descrição: bolinha lítica. Para jogo do gude.



- N° da peça: CA-6685/6686/6687

(Nível superficial) Cômodo: 3

Descrição: três bolinhas em vidro. Para jogo do gude.

- N° da peça: 6306/ 6307/ 6308/ 6309/ 6310/ 6311/ 6312/ 6313/ 6314/ 6315/ 6316/
6317/ 6318/ 6319/ 6320/ 6321/ 6322/ 6323

(Nível superficial) Cômodo: 4

Descrição: dezoito bolinhas em vidro. Para jogo do gude.

- Sem numeração

(Nível superficial) Cômodo: Alpendre

Descrição: oito bolinhas em vidro. Para jogo do gude.

- N° da peça: CA-6784/ CA-6785

(Nível superficial) Quadra: U09

Descrição: duas bolinhas em vidro. Para jogo do gude.

- N° da peça: CA-6771

(Nível superficial) Quadra: I14

Descrição: bolinha em vidro. Para jogo do gude.



ANEXO 1- DIÁRIO OFICIAL – CONVÊNIO MAE/USP - IAB

quarta-feira, 23 de março de 2022

Diário Oficial Poder Executivo - Seção I

São Paulo, 132 (57) – 61

PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Extrato de Convênio
Proc. USP 21.19418.1.8;
Participes: Universidade de São Paulo Brasil e a "Westfälische Wilhelms-Universität Münster", Alemanha;

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

Extrato de Convênio/Acordo de Cooperação Nacional
Participes: Museu de Arqueologia e Etнологia da Universidade de São Paulo e o Instituto de Arqueologia Brasileira - IAB - Rio de Janeiro, Brasil.

Objeto do convênio: O presente Acordo de Cooperação em pro objeto estudar os objetos associados às crianças recentemente identificados no Sítio Antigo 56 no Sítio Antigo Convento do Carmo, na cidade do Rio de Janeiro. Este acordo visa a salvaguarda do Instituto de Arqueologia Brasileira - IAB imporia a pesquisa de doutorado intitulada: Por uma arqueologia da infância: descobrindo o universo infantil por meio da cultura material.

Processo USP número: 2021.1.00226.71.0
Portal Convênio USP número: 104063
Data da última assinatura: 25-02-2022 a 24.02.2026
Período de vigência: 12 (doze) meses
Coordenadores Responsáveis: Prof. Dr. Camilo de Melo Assunção (MAE-USP-Brasil) e Dr. Ondemar Ferreira Diniz (Instituto de Arqueologia Brasileira - IAB - Brasil)

SUPERINTENDÊNCIA DO ESPAÇO FÍSICO DA USP

Extrato de Termo Aditivo
3º Termo Aditivo de Prorrogação do Prazo do Contrato 04/2021 - Processo 2021.1.482.3.

Contratante: Superintendência do Espaço Físico da USP.
Contratada: Ductubsters Engenharia Ltda.
TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2022-SF: Execução dos serviços de reforma para adequação de acessibilidade e incêndio do Auditório e Circulação do Bloco 06, do Instituto de Química da USP.

Objeto do Aditamento: Prorrogado o prazo contratual por mais 60 dias corridos contados a partir de 27/02/2022.
Data da Assinatura: 25/02/2022.

AGÊNCIA USP DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA NACIONAL E INTERNACIONAL

Resumo de Acordo
Proc. USP 2021.1.19144.1.9;

Participes: Universidade de São Paulo (USP), Brasil, "Institut Pasteur", França e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil.
Objeto: definição dos termos e condições em que as signatárias pretendem selecionar e apoiar conjuntamente a criação de até 3 grupos de pesquisa de 4 anos (chamados "G4") que serão sediados na Plataforma Científica Pasteur-USP (PSPU - Pasteur-USP Scientific Platform™).

Vigência: de 08-12-2021 a 07-12-2031;
Data da assinatura: 08-12-2021.

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

ESCOLA DE ENFERMAGEM

PORTARIA EE 018/2022
A Diretora da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, baixa a seguinte PORTARIA

Artigo 1º - Nos termos do Regimento Geral da Universidade de São Paulo, artigo 208, fica designada a aluna de graduação abaixo relacionada para exercer a função remunerada de bolsista de junto ao Projeto "Diminuindo as desigualdades para o cuidado domiciliar seguro e de qualidade", com carga horária de 10 horas semanais. A bolsa no valor mensal de R\$ 500,00 será paga com recursos do referido Projeto.
Período: 21.03.2022 a 23.09.2022;
Aluna: Juliana Xavier Pellegrini, N° USP: 12606860
Atividade: Atividades relacionadas ao projeto "Diminuindo as desigualdades para o cuidado domiciliar seguro e de qualidade", contemplado pelo Edital 02/2021 - Indústria Social e Diversidade na USP e em Municípios de seus Campi, da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo, sob coordenação da Profa. Dra. Maristela Santini Martins.
Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na presente data.
São Paulo, 21 de março de 2022.
Profa. Dra. Regina Szyllit
Diretora

ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
Despacho da Diretor de 22/03/2022
Proc. 2022.1.469.18.5 ratificando o Ato Declaratório de Dispensa de Licitação de acordo com o Artigo 24 – Inciso XXI da Lei Federal no. 8.666/93, e alterações posteriores, combinado com a Portaria GR no. 6.695 de 16/10/2015.
Unidade Interessada: Escola de Engenharia de São Carlos.
Contratada: JIANGXI XINTUO ENTERPRISE CO. LTD.
Valor: \$ 13.537,00

ESCOLA POLITÉCNICA

PORTARIA Nº 2.981 DE 22 DE MARÇO DE 2022
Dispõe sobre a eleição dos representantes discentes de graduação para a Coordenação dos Cursos Quadrimestrais da Escola Politécnica da USP.
O Diretor da Escola Politécnica da USP, usando de suas atribuições legais, baixa a seguinte PORTARIA
Artigo 1º - A escolha da representação discente de graduação processar-se-á, nos termos da Seção II do Capítulo II do Regimento Geral, em uma única fase, no dia 25 de abril de 2022, das 9 às 16 horas, por meio de sistema eletrônico de votação e totalização de votos, podendo, em caráter excepcional, ser utilizado sistema de votação convencional, de acordo com as regras dos artigos 10 a 14 desta Portaria.

Parágrafo único - Caracteriza excepcionalidade, para os termos mencionados no caput deste artigo:
a) e-mail cadastrado na base de dados corporativa da USP desatualizado;
b) não recebimento da senha de votação via e-mail;
c) dificuldade de acesso à internet.
Artigo 2º - A eleição será supervisionada por Comissão Eleitoral, composta paritariamente por 01 docente e 01 discente de graduação.
§ 1º - Os membros docentes da Comissão mencionada no caput deste artigo serão designados pelo Diretor, dentre os integrantes da Congregação.
§ 2º - Os representantes discentes de graduação nos diferentes órgãos colegiados da Unidade elegerão os membros

discentes da Comissão Eleitoral paritária, dentre os seus pares que não tenham cabido:
Artigo 3º - Poderão votar e ser votados os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação quadrimestrais da Escola Politécnica da USP.

§ 1º - São elegíveis para a representação discente os alunos de graduação regularmente matriculados que tenham cursado pelo menos doze créditos no conjunto dos dois semestres imediatamente anteriores.
§ 2º - Para os alunos ingressantes, matriculados no primeiro ou segundo semestre dos cursos de graduação, não serão exigidos os requisitos referidos no parágrafo anterior.
Artigo 4º - A representação discente de graduação ficará assim constituída:
Colegiado
Alunos de Graduação
Estatuto/Regimento
CCQ

01 titular e seu respectivo suplente
Regimento EP, Disposições Transitórias, Artigo 1º
Artigo 5º - O eleitor poderá votar, no máximo, no número de alunos especificados no artigo 4º desta Portaria, dentre seus pares.
Artigo 6º - Cessará o mandato do representante discente que deixar de ser aluno regular de graduação dos cursos quadrimestrais da Escola Politécnica da USP.

DA INSCRIÇÃO
Artigo 7º - O pedido de inscrição individual ou por chapas dos candidatos, formulado por meio de requerimento, deverá ser entregue no Serviço de Órgãos Colegiados e Concursos da Escola Politécnica da USP, localizado no 1º andar do Edifício Engenharia Mário Covas – Administração da Escola Politécnica da USP a partir da data de divulgação desta Portaria, até as 16 horas do dia 11 de abril de 2022, mediante declaração de que o candidato e aluno regularmente matriculado em curso de graduação quadrimestral da Unidade.
DA INSCRIÇÃO
Artigo 7º - O pedido de inscrição individual ou por chapas dos candidatos, formulado por meio de requerimento, deverá ser entregue no Serviço de Órgãos Colegiados e Concursos da Escola Politécnica da USP, localizado no 1º andar do Edifício Engenharia Mário Covas – Administração da Escola Politécnica da USP a partir da data de divulgação desta Portaria, até as 16 horas do dia 11 de abril de 2022, mediante declaração de que o candidato e aluno regularmente matriculado em curso de graduação quadrimestral da Unidade.

§ 1º - A declaração mencionada no caput deste artigo deverá ser expedida pelo Serviço de Graduação ou pelo Sistema Klapit.
§ 2º - Os pedidos de inscrição que estiverem de acordo com as normas estabelecidas por esta Portaria serão deferidos pelo Diretor.
§ 3º - O quadro dos candidatos cuja inscrição tiver sido deferida será divulgado na página da Unidade, em 13 de abril de 2022.

§ 4º - Recursos contra o eventual indeferimento de inscrição poderão ser entregues ao Serviço de Órgãos Colegiados e Concursos, até as 16 horas do dia 14 de abril de 2022. A decisão será divulgada na página da Unidade, até as 17 horas do dia 18 de abril de 2022.

§ 5º - A Ordem, nas cédulas, das chapas e nomes individuais deferidos, será definida por sorteio a ser realizado no Serviço de Órgãos Colegiados e Concursos da Escola Politécnica da USP, no dia 19 de abril de 2022, às 11 horas, permitida a presença de interessados.

DA VOTAÇÃO E TOTALIZAÇÃO ELETRÔNICA
Artigo 8º - O Serviço de Órgãos Colegiados e Concursos da Escola Politécnica da USP encaminhará aos eleitores, no dia 25 de abril de 2022, em seu e-mail, o endereço eletrônico do sistema de votação e a senha de acesso a com o qual o eleitor poderá exercer seu voto.
Artigo 9º - O sistema eletrônico contabilizará cada voto, assegurando-lhe o sigilo e a inviolabilidade.

DA VOTAÇÃO CONVENCIONAL
Art. 10. A votação convencional a que se refere o artigo 1º supra será realizada no dia 25 de abril de 2022, das 09 às 16 horas, no Serviço de Órgãos Colegiados e Concursos da Escola Politécnica da USP.

Art. 11. O Diretor nomeará a mesa eleitoral e indicará um membro docente como Presidente.
Parágrafo único - O presidente da mesa eleitoral rubricará todas as cédulas no ato da eleição.

Art. 12. A identificação de cada votante será feita mediante a apresentação de prova hábil de identidade e confronto de seu nome com o constante na lista de presença.
Art. 13. Não será permitido o voto por procuração.
Art. 14. A apuração deverá ser realizada imediatamente após o término da votação, em sessão pública, pela própria mesa eleitoral.

DOS RESULTADOS
Artigo 15 - A totalização dos votos da eleição, tanto no formato eletrônico como no convencional, será divulgada na página da Unidade, no dia 25 de abril de 2022, até as 17 horas.
Artigo 16 - Ocorrendo empate de votos, serão obedecidos, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:
I - o aluno mais idoso;
II - o maior tempo de matrícula na USP.

Artigo 17 - Após a divulgação referida no artigo 15, cabe recurso, no prazo de três dias úteis.
Parágrafo único - O recurso a que se refere o caput deste artigo deverá ser entregue no Serviço de Órgãos Colegiados e Concursos até as 16 horas do dia 28 de abril de 2022, e será decidido pelo Diretor.

Artigo 18 - O resultado final da eleição, após a homologação pelo Diretor, será divulgado na página da Unidade.
Parágrafo único - Na hipótese de ser constatada irregularidade no processo eleitoral, o caso deverá ser submetido à Procuradoria Geral para análise e, posteriormente, à CLR, para deliberação.
Artigo 19 - Os casos omissoes nesta Portaria serão resolvidos pelo Diretor.
Artigo 20 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REINALDO GUIDICI
DIRETOR

FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO

Extrato de Convênio Processo 20.1.168.89.2. Conveniente: Centro de Investigação y Docencia Económica. Objeto: Cooperação acadêmica internacional. Vigência: 07/04/2021 a 06/04/2026. Data da assinatura: 07/04/2021.

Extrato de Convênio Processo 20.1.269.89.3. Conveniente: Cloney Foundation for Justice. Objeto: Cooperação acadêmica internacional. Vigência: 01/04/2021 a 28/01/2022. Data da assinatura: 01/04/2021.

Extrato de Convênio Processo 21.1.30.89.1. Conveniente: Instituto Doripolis - Scuola Universitaria Superiore Sant'Anna. Objeto: Cooperação acadêmica internacional. Vigência: 28/04/2021 a 27/04/2026. Data da assinatura: 28/04/2021.

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 01/2018
PROCESSO Nº 17.1.323.89.4
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO CELEBRADO ENTRE A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO E A EMPRESA CONVÊNIO BAR E PETISCARIA LTDA ME, OBJETIVANDO A CONCESSÃO DE USO E EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE LANCHONETE/RESTAURANTE DE PROPRIEDADE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

Aos vinte e um dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, presentes de um lado, a Universidade de São Paulo, por intermédio da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, inscrita no CNPJ sob nº 63.025.530/0102-58, localizada à Rua Aymar Baptista Prado, 835, Campus Ribeirão Preto, neste ato, representada pelo seu Diretor, Prof. Dr. Nuno Manoel Morgadinho Santos Coelho, por delegação de competência outorgada pelo

Portaria GR n.º 6561, de 16/06/2014, na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Campus Ribeirão Preto, doravante denominada CONCEDENTE e de outro lado, a empresa CONVÍVIO BAR E PETISCARIA LTDA ME, CNPJ: nº 66.179.797/0001-44, sediada à Rua Roque Massaro, 330, Jardim Paiva – Ribeirão Preto/SP, representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente CONCESSIONÁRIA, é firmado o presente termo de rescisão ao Contrato nº 01/2018, com fundamento no art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA
A presente rescisão é levada a efeito amigavelmente, por acordo entre as partes, uma vez que foi finalizada a licitação tratada nos Processos nºs 19.1.167.89.4 (Vol I) e 20.1.148.89.1 (Vol II).

CLÁUSULA SEGUNDA
A rescisão ora levada a efeito não acarreta a cobrança de ônus ou aplicação de qualquer penalidade à CONCESSIONÁRIA ou à CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA
Constituem parte integrante do presente instrumento os documentos constantes nos processos nºs 2017.1.323.89.4 e 2019.1.688.89.4, em especial os pareceres dos setores competentes da CONCEDENTE e a autorização para a efetivação da rescisão ora formalizada.

CLÁUSULA QUARTA
A presente rescisão amigável do contrato não obsta a apuração de eventuais pendências na execução do ajuste, nem a adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis.
E, por assim estarem justas e contratadas as partes assinam o presente termo de rescisão amigável em 02 (dois) dias de vigência, dando-se por encerrado a partir do dia 22 de março de 2022.

Ribeirão Preto, 21 de março de 2022.
Prof. Dr. Nuno Manoel Morgadinho Santos Coelho
Diretor da FDRP/USP
p/ Concedente
Michelle Groviana Schiavinato Ribeiro
p/ Concessionária

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
Extrato de Convênio de Cotuleta
Processo: 19.1.1355.59.7
Número: 01/45391
Participes: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo e a Universidade de Fiume, Itália.
Objeto: Termo Aditivo ao Convênio de Dupla Titulação da Doutorado Maria Stivaleri Colombaroli - Alteração do Artigo 5 - Programa de Pesquisa
Vigência: 23/01/2020 a 22/01/2023
Data da assinatura: 11/03/2022

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Portaria do Diretor de 22/03/2022
Homologando:
- a designação do aluno Romário de Souza Santos N° USP 10270154, para exercer as atividades de monitor bolsista, vigência de doze meses, a partir de 01/03/2022, cujo valor correspondente a 16 horas trabalhadas, por 40 horas trabalhadas, sem vínculo empregatício com a Faculdade, sob a responsabilidade da Profa. Paola de Souza Maranhão, vinculada ao Centro de Línguas da FFLCH-USP, nos termos do Edital ATAC-005-22-CL-Proficiência Portuguesa, publicado no D.O. de 19/01/2022.
- a lista de alunos classificados no Edital ATAC-005-22-CL-Proficiência Portuguesa, publicado no D.O. de 19/01/2022, para preenchimento de 1 vaga na função de monitor bolsista, junto ao Centro de Línguas da FFLCH-USP:
1) Romário de Souza Santos
2) Cláudio Bezerra Haug
3) Raphael Bandeira Laurindo
4) Daniela Cristina Magalhães de Jesus
5) Fernando Vinícius Barbosa dos Santos

HOSPITAL DE REABILITAÇÃO DE ANOMALIAS CRANIOFACIAIS

Extrato de Contrato
Processo nº 22.1.231.61.5
Contratante: Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais/USP
Modalidade: Pregão eletrônico - Registro de Preços - N° 049/2021 - HRAC - USP
Objeto: Serviço de produção de órtese e prótese
Contratada: GALHARDO & CANALES LTDA
Contrato 032/2022
Classificação Funcional Programática: 10.302.930.5276
Classificação de Despesa Orçamentária: 3.3.90.39.99
Valor total do contrato: R\$ 2.250,00
Data da assinatura: 09/03/2022

Extrato de Contrato
Processo nº 22.1.37.61.7
Contratante: Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais/USP
Modalidade: Pregão Eletrônico N° 0042022 - HRAC - USP
Objeto: Monitor de vídeo
Contratada: SEATTLE TECNOLOGIA E COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA.
Contrato 034/2022
Classificação Funcional Programática: 10.302.930.5276
Classificação de Despesa Orçamentária: 4.4.90.52.20
Valor total do contrato: R\$ 1.530,00
Data da assinatura: 14/03/2022

Extrato de Contrato
Processo nº 21.1.918.61.2
Contratante: Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais/USP
Modalidade: Pregão eletrônico - Registro de Preços - N° 059/2021 - HRAC - USP
Objeto: Prótese Auditiva
Contratada: ATOMED PRODUTOS MEDICOS E DE AUXILIO HUMANO LTDA.
Contrato 029/2022
Classificação Funcional Programática: 10.302.930.5276
Classificação de Despesa Orçamentária: 3.3.90.30.31
Valor total do contrato: R\$ 110.000,00
Data da assinatura: 04/03/2022

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

CONTRATO
Processo: 2019.1.01205.62.5
Contratante: Hospital Universitário da USP
Contratado: Becton Dickinson Industrias Cirurgicas Ltda
Contrato:009/2020
Objeto: Termo de Aditamento objetivando a prorrogação de vigência do ajuste por mais um período de 12 meses a contar de 01/02/2022.

Modalidade: Pregão 177/2019
Parecer Jurídico: portaria GR. 7394 de 06.06.2019
Valor Global do Contrato: R\$ 259.405,80
Classificação Funcional Programática: 10.302.930.5274
Classificação de Despesa Orçamentária 3.3.90.30.32 e 3.3.90.39.80
Data da assinatura: 31/01/2021

INSTITUTO DE ASTRONOMIA, GEOSFISICA E CIÊNCIAS ATMOSFERICAS

INSTITUTO DE ASTRONOMIA, GEOSFISICA E CIÊNCIAS ATMOSFERICAS
Despacho do Diretor de 22.03.2022.
Ratificando com base na Portaria GR-6.685, de 16.10.2015, nos termos do artigo 24, inciso XXI, da Lei 8.666-93 alterado pela Lei 9.648-98, o ato declaratório de dispensa de licitação, o Proc. RUSP- 2022.1.118.145, Contratada: Zampis LLC - USD 5.399,00, com recurso do Projeto CNPq 438638/2018-2- Profa. Dra. Rachel Hanger Albrecht.

INSTITUTO DE ASTRONOMIA, GEOSFISICA E CIÊNCIAS ATMOSFERICAS

Despacho do Diretor de 22.03.22.
Ratificando com base na Portaria GR-6.685, de 16.10.2015, nos termos do artigo 24, inciso XXI, alínea "h" da Lei 8.666-93, alterada pela Lei 9.648-98, o ato declaratório de dispensa de licitação, o Proc. RUSP- 2022.1.118.145, Contratada: Fritsch-EUR 6.800,00, com recurso do Projeto Fapesp 21/2733-9, Prof. Dr. Caetano Juliano.

INSTITUTO DE ASTRONOMIA, GEOSFISICA E CIÊNCIAS ATMOSFERICAS

Despacho do Diretor de 22.03.22.
Ratificando com base na Portaria GR-6.685, de 16.10.2015, nos termos do artigo 24, inciso XXI, alínea "h" da Lei 8.666-93, alterada pela Lei 9.648-98, o ato declaratório de dispensa de licitação, o Proc. RUSP- 2022.1.119.141, Contratada: Anta Paar-EUR 11.040,00, com recurso do Projeto Fapesp 21/2733-9, Prof. Dr. Caetano Juliano.

INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS

Retificação de Comunicado, publicado no Diário Oficial de 05/03/2022 – Seção I – pags 7 e 74
Onde se lê: A Presidência da Comissão Coordenadora do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino ..., faz público que estarão abertas, no período de 06 a 25 de abril de 2022, ... as inscrições para o Estágio Supervisionado em Docência ...

Leia-se: A Presidência da Comissão Coordenadora do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino ..., faz público que estarão abertas, no período de 04 a 23 de maio de 2022, ... as inscrições para o Estágio Supervisionado em Docência ...
Onde se lê: 2.6 - Após o encerramento do período de inscrição PAE, os orientadores dos alunos e supervisores do Programa PAE deverão acessar o Jansus (PAE - Avaliação de Inscrição) para avaliar ou não as inscrições dos alunos sob sua orientação e/ou supervisão, até o dia 30/04/2022, ...
Leia-se: 2.6 - Após o encerramento do período de inscrição PAE, os orientadores dos alunos e supervisores do Programa PAE deverão acessar o Jansus (PAE - Avaliação de Inscrição) para avaliar ou não as inscrições dos alunos sob sua orientação e/ou supervisão, até o dia 30/05/2022, ...

INSTITUTO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DE COMPUTAÇÃO

PORTARIA ICMC Nº 040/2022
Dispõe sobre eleição dos Representantes Discentes de Pós-graduação junto aos Colegiados do ICMC/USP.
A Diretora do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, usando de suas atribuições legais, baixa a seguinte PORTARIA:
Artigo 1º - A escolha da representação discente de pós-graduação processar-se-á, nos termos da Seção II do Capítulo II do Regimento Geral, em uma única fase, no dia 20 de abril de 2022, das 09h00 às 18h00, por meio de sistema eletrônico de votação e totalização de votos, podendo, em caráter excepcional, ser utilizado sistema de votação convencional, de acordo com as regras dos artigos 10 a 14 desta Portaria.

Parágrafo único - Caracteriza excepcionalidade, para os termos mencionados no caput deste artigo:
a) e-mail cadastrado na base de dados corporativa da USP, desatualizado;
b) não recebimento da senha de votação via e-mail;
c) dificuldade de acesso à internet.

Artigo 2º - A eleição será supervisionada por Comissão Eleitoral, composta paritariamente por 01 docente e 01 discente de pós-graduação.
§ 1º - O membro docente da Comissão mencionada no caput deste artigo será designado pela Diretora, dentre os integrantes da Congregação.

§ 2º - Os representantes discentes de pós-graduação nos diferentes órgãos colegiados do ICMC/USP elegerão o membro discente da Comissão Eleitoral paritária, dentre os seus pares que não forem candidatos.

Artigo 3º - Poderão votar e ser votados os alunos regularmente matriculados nos programas de pós-graduação do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação.
Artigo 4º - A representação discente de pós-graduação ficará assim constituída:
a) Conselho Técnico-Administrativo - (CTA)
1 representante discente da Graduação ou da Pós-Graduação e respectivo suplente
b) Comissão de Pós-Graduação (CPG)
2 representantes discentes e respectivos suplentes
c) Comissão de Pesquisa (mandato a partir de 07.05.2022)
1 representante discente da Graduação ou da Pós-Graduação e respectivo suplente
d) Comissão Executiva do PIGES - CE-PIGES (mandato a partir de 07.05.2022)
1 representante discente e respectivo suplente
e) Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências de Computação e Matemática Computacional (CCP-CMCC)
1 representante discente e respectivo suplente
f) Comissão Coordenadora de Programa - Matemática, Estatística e Computação Aplicadas à Indústria - (CP-MECAI)
1 representante discente e respectivo suplente
g) Comissão Coordenadora de Programa - Matemática em Rede Nacional PROFMAT - CCP-PROFMAT
1 representante discente e respectivo suplente
h) Comissão Coordenadora de Programa - Estatística - CCP-PIGES (sendo 01 representação com mandato a partir de 07.05.2022)
2 representantes discentes e respectivos suplentes
i) Comissão Programa ICMC-USP de Gestão Sociocombamental
1 representante discente (titular)
j) Conselho Coordenador do Museu de Computação "Prof. Frederico Leta Linhares"
1 representante discente da Graduação ou da Pós-Graduação e respectivo suplente

Artigo 5º - O eleitor poderá votar, no máximo, no número de alunos especificados no artigo 4º desta Portaria, dentre seus pares.
Artigo 6º - Cessará o mandato do representante discente que deixar de ser aluno regular de pós-graduação na Unidade.

DA INSCRIÇÃO
Artigo 7º - O pedido de inscrição individual ou por chapas dos candidatos, formulado por meio de requerimento, será recebido no Serviço de Apoio Acadêmico a partir da data de divulgação desta Portaria, até as 17h do dia 14 de abril de 2022, mediante declaração de que o candidato e aluno regularmente matriculado em curso de pós-graduação do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação.

§ 1º - A declaração mencionada no caput deste artigo deverá ser expedida pelo Serviço de Pós-Graduação ou pelo Sistema Jansus.